



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

AURO DE JESUS RODRIGUES

CIBERESPAÇO:
DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTROLE DO ESPAÇO

SÃO CRISTÓVÃO
2017

AURO DE JESUS RODRIGUES

CIBERESPAÇO:
DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTROLE DO ESPAÇO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, como pré-requisito para o título de Doutor em Geografia.

Área de concentração: Geografia

Linha de Pesquisa: Análise Regional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Rocha dos Santos.

SÃO CRISTÓVÃO
2017

AURO DE JESUS RODRIGUES

**CIBERESPAÇO:
DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTROLE DO ESPAÇO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, a título de Doutor em Geografia.

Aprovada pela comissão examinadora em:

_____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Ana Rocha dos Santos – Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a. Dr^a. Sônia de Souza Mendonça Menezes
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Ronaldo Nunes Linhares
Universidade Tiradentes

Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira
Instituto Federal de Sergipe

R696c Rodrigues, Auro de Jesus
 Ciberespaço : da segurança pública no controle do espaço /
 Auro de Jesus Rodrigues ; orientador Ana Rocha dos Santos –
 São Cristóvão, 2017.
 219 f. : il.

 Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de
 Sergipe, 2017.

 1. Geografia. 2. Ciberespaço. 3. Controle social. 4.
 Segurança pública. 5. Vigilância eletrônica. I. Santos, Ana
 Rocha dos, orient. II. Título.

CDU: 911.3:004.7

Dedico esta Tese (*in memoriam*):

Ao meu pai Aldomanúcio Rodrigues, por ter me possibilitado a formação educacional.

A minha mãe Maria da Glória, pelo seu exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Todo caminho se torna tortuoso, desde que não se saiba aonde se quer chegar. É necessário buscar o essencial, fazendo constantes visitas ao nosso interior; distanciar-se dos acontecimentos e das coisas. Para se alcançar algo, é preciso galgar pacientemente, enfrentando obstáculos que se fazem alicerces para o nosso aprimoramento. A chegada é uma vitória que só é sentida, quando vivenciada.

Meus sinceros agradecimentos, a todos que me acompanharam nesta caminhada, acreditando que eu chegaria ao fim especialmente:

Ao Criador do Universo, que permitindo a minha existência, deu-me a oportunidade de realizar este e outros feitos futuros, tornando-me, assim, presença quando na minha ausência.

A minha irmã Tânia Maria pela sensibilidade, amizade e carinho, que sempre me acompanhou e apoiou em minha trajetória de vida acadêmica e profissional, sempre me fez acreditar que com paixão e determinação que os sonhos são possíveis de alcançar.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Ana Rocha, que no primeiro enfrentamento me mostrou novos horizontes para seguir, já que “uma caminhada de mil milhas começa com o primeiro passo”. Meu sincero agradecimento por fazer-me ver que é possível realizar qualquer empreendimento, apesar dos empecilhos que nos impõe a vida; por ter tornado visível, aos meus olhos, novos conhecimentos, novos saberes. Agradeço pela sua ética, paciência, dedicação, seus conhecimentos e sua amizade.

À prof^a Dr^a Alexandrina saiba que não é somente nos seus discursos e nas suas ideias que se me depara a sua grandeza, mas nos seus atos e na sua vivência. Agradeço pela amizade e pela inesgotável fonte de estímulo intelectual e afetivo. Espero corresponder ao seu “olhar” sobre esta pesquisa, já que cada pessoa é diferente e profere o seu saber à sua maneira peculiar.

Às professoras Doutoras Rita de Cássia e Silvânia Santana e o prof. M.Sc. José Adailton, companheiras e companheiro de pesquisa, da vida acadêmica e de trabalho; não se faz possível à existência se não houver o respeito, a compreensão e o carinho com que dedicamos às pessoas que fazem parte da nossa vida. Agradeço pelas primeiras ideias, sugestões, indicações e ofertas bibliográficas referentes a esta pesquisa. Agradeço por vocês fazerem parte da minha vida e que de forma direta e indireta (sem perceberem) me deram força e contribuíram para que eu pudesse finalizar esta Tese. E, “Eu poderia suportar, embora não sem dor, que tivessem morrido todos os meus amores, mas enlouqueceria se morressem todos os meus amigos.” (Fernando Pessoa).

Ao prof. Dr. José Carlos e o prof. M.Sc. Augusto Cesar pela amizade, pelo apoio e pelas discussões, indicações e ofertas bibliográficas referentes a esta pesquisa.

À Universidade Tiradentes, pela bolsa de estudos com que me beneficiei durante realização do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe.

À Universidade Tiradentes, especialmente nas pessoas das professoras Maynara Muller e Katiane Teles que contribuíram para que eu pudesse compatibilizar, durante o curso de doutorado, a vida profissional com a vida acadêmica.

Ao Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (CIOSP), da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe, meus agradecimentos pelos dados e informações fornecidas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe, pelo apoio dado, à produção científica, formando excelentes profissionais no espaço da geografia, mesmo diante das crises financeiras que assolam o país.

Desculpando-me por inevitáveis omissões, expresso considerações a todos.

As sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea.

Gilles Deleuze

RESUMO

Nas últimas décadas, vem ocorrendo uma forte disseminação das tecnologias de controle e vigilância eletrônica no mundo inteiro. O Brasil e, particularmente, Aracaju, não foge à regra, pois a disseminação dessas tecnologias tem aumentado com o crescimento da violência criminal. É inegável que as mudanças no âmbito da produção e no trabalho têm implicações tanto sobre as causas da criminalidade quanto sobre as reações contra ela, visto que as causas da criminalidade estão, principalmente, relacionadas à injustiça social e a desigualdades socioeconômicas espaciais. Para o controle e/ou redução da violência criminal, o Estado capitalista recorre a “máxima” - é necessário mais investimentos em sistemas de segurança pública e privada. No Brasil, uma das formas para o controle e/ou redução da violência criminal é a implantação de Centros Integrados de Operações em Segurança Pública reticular com a utilização do ciberespaço da videovigilância. Em Sergipe, foi implantado o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), com esse mesmo objetivo. Nesse sentido, a hipótese de pesquisa é que a inserção de um ciberespaço reticular da videovigilância da segurança pública no espaço urbano de Aracaju, necessariamente não implica no controle e/ou na redução da violência criminal, mas viabiliza e reforça o controle socioespacial. A tese foi desenvolvida objetivando analisar o ciberespaço da videovigilância da segurança pública como forma de controle socioespacial, considerando o processo espacial de integração em rede do sistema de segurança pública em Aracaju. Para a realização da pesquisa, buscou-se contextualizar o ciberespaço, delineando-o como viés de controle e segurança e explicar o processo de virtualização eletrônica do espaço geográfico, através do ciberespaço, para fins de segurança e controle. Além disso, foi necessário explicar a reticularização virtual do espaço como forma de controle, constatando-se que a inserção da videovigilância da segurança pública não implica em solução para o problema da violência, especificamente no Brasil e em Sergipe. Justifica-se a realização desta pesquisa, na medida em que oferece subsídios para discussões em relação à reticularização do espaço geográfico através do ciberespaço da videovigilância, à questão do controle social e da violência criminal; a importância do entendimento do ciberespaço como parte do espaço geográfico na relação sociedade-natureza. Para o desenvolvimento metodológico da pesquisa foi realizada pesquisa bibliográfica; pesquisa de campo em Aracaju como “recorte” espacial de análise; e, pesquisa em fontes estatísticas a partir do Mapa da Violência 2016, do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, do Atlas da Violência 2016 e do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP). A tese foi desenvolvida através de uma pesquisa explicativa, buscando analisar o fenômeno a partir de relações e mediações que envolvem a produção do espaço. Como resultados foi possível elucidar as contradições que permeiam a violência e segurança através do ciberespaço como controle e virtualização do espaço.

Palavras-chave: Espaço. Ciberespaço. Controle social. Segurança Pública.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 01 – Manifestações de rua que ocorreram em 2013, no Brasil | 33 |
| Figura 02 – Manifestantes vão às ruas em Aracaju, 2013 | 34 |
| Figura 03 – Manifestação pela regulação da mídia no Brasil, 2013 | 36 |
| Figura 04 – Manifestações. Qual o papel da polícia? | 37 |
| Figura 05 – Câmera de segurança em Londres | 37 |
| Figura 06 – <i>Google Maps</i> | 40 |
| Figura 07 – Trânsito de Salvador | 41 |
| Figura 08 – Espaço mundial em rede | 54 |
| Figura 09 – Mapa da internet no mundo, 2012 | 54 |
| Figura 10 – Visão da paisagem real | 57 |
| Figura 11 – Visão da paisagem, localização | 57 |
| Figura 12 – Binóculo, ângulo de visão – dimensão da paisagem | 60 |
| Figura 13 – Binóculo, ângulo de visão – horizonte da paisagem | 61 |
| Figura 14 – Central de videovigilância, segurança pública | 61 |
| Figura 15 – Dimensão escalar virtual | 62 |
| Figura 16 – Equipamentos móveis | 64 |
| Figura 17 – Manuseio e faces de uma mesma paisagem | 64 |
| Figura 18 – Mexer no celular ao dirigir vai dar muita gravíssima | 66 |
| Figura 19 – Central de Videomonitoramento SMTT - Aracaju - 2015 | 67 |
| Figura 20 – <i>Panopticon</i> , de Jeremy Bentha | 72 |
| Figura 21 – Visão no <i>Panopticon</i> | 77 |
| Figura 22 – Múltiplas paisagens virtualizadas | 81 |
| Figura 23 – Recortes de paisagens virtualizadas | 89 |
| Figura 24 – Monitore o que é seu de qualquer lugar do mundo | 91 |
| Figura 25 – Histórico de localização | 92 |
| Figura 26 – Internet das coisas | 94 |
| Figura 27 – Sistema de monitoração em empresa – controle de acesso IP | 103 |
| Figura 28 – Cercas elétricas e câmeras | 104 |

| | |
|---|-----|
| Figura 29 – Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, Brasília – Brasil – 2012 | 147 |
| Figura 30 – Cidades-sedes da Copa do Mundo – Brasil – 2014 | 148 |
| Figura 31 – Portal do SINESP | 154 |
| Figura 32 – Sala de monitoramento do Centro Integrado de Operações (CIOP) – Belém – 2016 | 155 |
| Figura 33 – Imagens das câmeras de monitoramento do NIOP – Salinópolis – 2016 .. | 156 |
| Figura 34 – Sede do CIOSP – Aracaju – 201 | 159 |
| Figura 35 – Centros Integrados em Segurança Pública (CISP) – Sergipe – 2016 | 161 |
| Figura 36 – Sede do CISP – Boquim – 2013 | 162 |
| Figura 37 – Sede do CISP – Pedra Mole – 2015 | 162 |
| Figura 38 – Sede do CISP – São Cristóvão – 2016 | 163 |
| Figura 39 – Sede do CISP – Nossa Senhora do Socorro – 2016 | 163 |
| Figura 40 – Sala de Despacho, CIOSP – Aracaju – 2016 | 164 |
| Figura 41 – Mesa de monitoramento, Sala de Despacho, CIOSP – Aracaju – 2016 ... | 165 |
| Figura 42 – Central de Monitoramento do CIOSP – Aracaju – 2016 | 166 |
| Figura 43 – Câmera de monitoramento CIOSP – Aracaju – 2016 | 167 |
| Figura 44 – Câmera de monitoramento, Rua João Pessoa, próximo à Praça Fausto Cardoso – Aracaju – 2016 | 169 |
| Figura 45 – Câmera de monitoramento, Avenida Beira Mar – Aracaju – 2016 | 169 |
| Figura 46 – Câmera de monitoramento, Mercado Central – Aracaju – 2013 | 170 |
| Figura 47 – Câmera de Monitoramento, Avenida Santos Dumont com Avenida Rotary – Aracaju – 2015 | 170 |
| Figura 48 – Bairros de Aracaju – 2016 | 171 |
| Figura 49 – Aplicativo Disque Denúncia 181 | 174 |
| Figura 50 – Roubo a veículo, bairro Inácio Barbosa – Aracaju – 2016 | 182 |
| Figura 51 – Roubo a estabelecimento, conjunto Augusto Franco – Aracaju – 2016 | 182 |
| Figura 52 – Força Nacional – Aracaju – 2017 | 186 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 01 – Número de vítimas fatais por armas de fogo, na população total, segundo causa básica – Brasil – 1980-2014 | 122 |
| Quadro 02 – Homicídios por armas de fogo, por unidade federativa e Região – Brasil – 2004-2014 | 124 |
| Quadro 03 – Taxas de homicídio (por 100 mil habitantes) por armas de fogo, por unidade federativa e Região – Brasil, 2004-2014 | 125 |
| Quadro 04 – Ordenamento das Unidades federativas pelas taxas de homicídios por armas de fogo – Brasil - 2000/2014..... | 127 |
| Quadro 05 – Ordenamento das taxas de homicídios, por armas de fogo, nas capitais, pela posição em 2004 – Brasil – 2004/2014 | 129 |
| Quadro 06 – Sexo das vítimas por unidade federativa – Brasil – 2014..... | 132 |
| Quadro 07 – Número de homicídios por armas de fogo: Total e Jovem (15 a 29 anos) - Vitimização Juvenil (%) – Brasil – 1980-2014 | 133 |
| Quadro 08 – Número e taxas de homicídio por armas de fogo, nas unidades federativas (por 100 mil), segundo faixa etária – Brasil – 2014 | 134 |
| Quadro 09 – Estrutura dos óbitos por armas de fogo, segundo raça/cor e causa básica – Brasil – 2014..... | 135 |
| Quadro 10 – Número e taxas de homicídios por armas de fogo (por 100 mil), segundo cor e unidade federativa/região – Brasil – 2003/2 | 136 |
| Quadro 11 – Homicídios de mulheres – Brasil – 2004/2014 | 141 |
| Quadro 12 – Número de registros de ocorrências de lesões corporais seguidas de morte e taxa por 100 mil habitantes – Brasil – 2011-2014 | 177 |
| Quadro 13 – Número de registros de ocorrências de homicídios dolosos e taxa por 100 mil habitantes – Brasil – 2011-2014 | 178 |
| Quadro 14 – Número de registros de ocorrências de roubos de veículo e taxa por 100 mil veículos – Brasil – 2011- 2014 | 179 |
| Quadro 15 – Número de registros de ocorrências de roubos seguidos de morte (latrocínios) e taxa por 100 mil veículos – Brasil – 2011-2014..... | 180 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 CIBERESPAÇO COMO FORMA DE CONTROLE E SEGURANÇA | 19 |
| 2.1 Da Cibernética ao Ciberespaço | 19 |
| 2.2 Ciberespaço..... | 25 |
| 3 VIRTUALIZAÇÃO ELETRÔNICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: SEGURANÇA E CONTROLE..... | 43 |
| 3.1 Espaço Geográfico | 44 |
| 3.2 Virtualização da Paisagem..... | 56 |
| 3.3 Espaço: Controle e Segurança. | 70 |
| 4 RETICULARIZAÇÃO VIRTUAL DE CONTROLE DO ESPAÇO | 84 |
| 4.1 Tessitura Reticular do Espaço | 84 |
| 4.2 Do Controle e da Segurança em Rede | 90 |
| 5 INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA | 106 |
| 5.1 A Questão da (In)Segurança | 107 |
| 5.2 Faces da Violência no Brasil e em Sergipe | 119 |
| 5.3 Centros Integrados de Segurança Pública no Brasil..... | 143 |
| 6 VIRTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ARACAJU PARA SEGURANÇA E CONTROLE..... | 158 |
| 6.1 Videovigilância da Segurança Pública no Espaço Urbano de Aracaju | 158 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 189 |
| REFERÊNCIAS | 193 |
| APÊNDICE - Entrevista | 216 |
| ANEXO – Termo de responsabilidade..... | 217 |

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, vem ocorrendo uma forte disseminação das tecnologias de controle e vigilância eletrônica no mundo inteiro. O Brasil e, particularmente, Aracaju, não foge à regra.

Aparentemente e de modo geral pode-se dizer que, tanto em nível nacional como internacional, a disseminação das tecnologias de controle e vigilância eletrônica tem aumentado com o crescimento da criminalidade, violência e da sensação de insegurança em diversos lugares do mundo e, principalmente, nas cidades.

Tal fato pode levar ao pensamento reducionista de que para resolver o problema da violência deve-se investir mais em sistemas de segurança, seja pública ou privada. E, desigualdade socioeconômica espacial é deixada para segundo plano na análise do problema, como se ela não tivesse relação alguma com a violência. Além de que, a violência tem diversas facetas, pois a própria desigualdade socioeconômica pode ser considerada uma violência a depender do enfoque de estudo que se deseja fazer em relação a ela.

Estamos vivenciando a expansão de uma sociedade da vigilância eletrônica, do controle eletrônico, do monitoramento eletrônico, uma sociedade “*big-brother*”. Hoje em dia é difícil percorrer locais como ruas, parques, praças, aeroportos, *shoppings* ou outras áreas de circulação pública ou privada, sem se deparar com câmeras de monitoramento ou sistemas de segurança eletrônico.

As frases “Sorria, você está sendo filmado!” e “Para sua segurança, o ambiente está sendo filmado”, já se tornaram comuns no cotidiano das pessoas e nos espaços urbanos brasileiros. Às vezes, essas frases não são expostas junto com as câmeras de monitoramento eletrônico, por exemplo, em escolas, hospitais, universidades, empresas, moradias particulares. E, ainda, não informam por quem você está sendo monitorado e o que serão feitas dessas imagens. Com o surgimento da internet, corre o risco dessas imagens serem divulgadas na mesma, sem autorização da pessoa filmada.

No início do século XXI, expõe Rosa em sua pesquisa:

[...] 7 milhões de olhos [...]. É a estimativa de quantas câmeras [...] vigiam os espaços públicos no mundo. Na conta não estão incluídos os espaços privados. Só na Inglaterra, o país campeão absoluto da vigilância, são 4,2 milhões de câmeras. Cada habitante de Londres é flagrado pelo menos 300 vezes por dia por esses artefatos. (ROSA, 2006, p. 32).

A virtualização eletrônica do espaço geográfico é uma realidade que se faz presente cada vez mais no cotidiano das pessoas, principalmente em decorrência do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Pode-se dizer que se o espaço geográfico transforma e se virtualiza no ciberespaço, também o espaço geográfico se transforma viabilizado pelo ciberespaço.

Com o surgimento da internet, a virtualização do espaço geográfico, através das imagens das câmeras, pode ser monitorada e/ou manipulada. Essa virtualização do espaço geográfico pode viabilizar a formação de um ciberespaço da videovigilância da segurança pública em rede.

No Brasil, uma das formas para o controle e/ou redução da violência criminal é a implantação de Centros Integrados de Operações em Segurança Pública, em rede, com a utilização do ciberespaço da videovigilância.

Com essa mesma finalidade, em Sergipe, foi implantado o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, tendo por objetivo centralizar as ações das Polícias: Militar, Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Coordenadoria de Perícias (Criminalística) no atendimento à população sergipana em um único local, de forma coordenada para o controle e/ou redução da violência criminal.

Diante desta realidade surgiu o problema de investigação desta tese, ou seja: a integração em rede de sistemas de segurança pública, no contexto do ciberespaço da videovigilância da segurança pública é fator que conduz ao controle e/ou redução da violência criminal, mais especificamente no espaço urbano de Aracaju?

É importante destacar que frente ao aumento da violência no mundo atual o Estado e o sistema capitalista recorrem a “máxima” – é necessário mais investimentos em sistemas de segurança pública e privada para o controle e/ou redução da violência.

A hipótese em resposta ao problema é que: a inserção de um ciberespaço reticular da videovigilância da segurança pública no espaço urbano de Aracaju, necessariamente não implica no controle e/ou na redução da violência criminal, mas viabiliza e reforça o controle socioespacial.

Ao definir a hipótese proposta entende-se que:

O problema da elaboração de uma hipótese de trabalho é muito árduo nas ciências humanas, pois a escolha adotada influencia [...] os resultados a obter, apesar da honestidade científica do pesquisador, que é, mais ou menos conscientemente, vítima de uma série de preconceitos. [...]. O problema é então procurar evitar o *handicap* representado por nossa relativa submissão aos preconceitos. (SANTOS, 1991, p. 55).

“Vemos a realidade através da ótica de nossa ideologia, de nossa metodologia, de nossa visão global do mundo. Por isso, a mesma realidade pode prestar-se a diferentes interpretações” (SANTOS, 1991, p. 1).

Esta tese “Ciberespaço: da segurança pública no controle do espaço” foi desenvolvida tendo como objetivo geral: analisar o ciberespaço da videovigilância da segurança pública como forma de controle socioespacial, considerando o processo espacial de integração em rede do sistema de segurança pública no espaço urbano de Aracaju.

Já os objetivos específicos foram: a) contextualizar o ciberespaço delineando-o como forma de controle e segurança; b) explicar o processo de virtualização eletrônica do espaço geográfico, através do ciberespaço, para fins de segurança e controle; c) analisar a reticularização virtual do espaço como forma de controle e segurança; d) explicar que a inserção da videovigilância da segurança pública em rede integrada não implica em solução para o problema da violência, especificamente no Brasil e em Sergipe; e) investigar, no contexto da segurança pública, o processo de virtualização do espaço urbano de Aracaju para fins de controle e/ou redução da violência.

No desenvolvimento desta pesquisa, optou-se não perder de vista, seja na investigação como nas reflexões deste pesquisador, em considerar as palavras de

Triviños (1987), em que a concepção materialista dialética apresenta três características importantes:

- a materialidade do mundo, em que todos os fenômenos, objetos e processos que se realizam são materiais, aspectos diferentes da matéria em movimento;
- a matéria é anterior à consciência, reconhecer que a consciência é um reflexo da matéria, que esta existe objetivamente, que se constitui numa realidade objetiva;
- o mundo é conhecível, o homem pode conhecer a realidade gradualmente. Somente depois de um processo de duração variável, o homem é capaz de conhecer a essência do objeto, que está sempre em movimento.

Então era necessário desvelar o objeto desta tese, pois ele estava eivado ideologicamente por dois discursos. O primeiro dos agentes do Estado, desde a implantação do CIOSP no dia 02 de abril de 2009. O CIOSP com seu ciberespaço tem como finalidade o controle e/ou redução da violência criminal no estado de Sergipe, bem como o atendimento à população sergipana num único local, de forma coordenada, promovendo mais agilidade, eficiência, efetividade e precisão dos serviços de segurança pública aos cidadãos.

O investimento para implantação, feita pelo governo estadual, ultrapassou a cifra dos R\$ 10 milhões, objetivando reestruturar o Parque Tecnológico de Comunicação Digital da Secretaria de Segurança Pública do Estado. A partir de um convênio de transferência de tecnologia com a empresa de telefonia Oi, a Central é capaz de localizar em seu banco de dados uma ligação de qualquer local do estado, avaliar o tipo de atendimento solicitado e disponibilizar viaturas monitoradas para atender a ocorrência. Da mesma forma, a Central também aciona o Corpo de Bombeiros e até a Polícia Técnica, a depender da natureza da ocorrência (SSP, 2016).

Na época da inauguração do CIOSP, o secretário de Estado da Segurança Pública, Kércio Pinto disse:

O centro comercial estará sendo monitorado 24h pelos profissionais da segurança pública. As câmeras servirão como os olhos da polícia, identificando os suspeitos de crime com maior rapidez e direcionando o efetivo para o local mais exato possível. Trata-se de um projeto moderno e atualizado, que possibilita oferecer às forças policiais o uso de tecnologia de ponta. (SERGIPE, 2009, p. 1).

Integrados aos CIOSP, em rede, vem sendo implantados os Centros Integrados em Segurança Pública (CISP), em alguns municípios sergipanos, com a mesma finalidade do CIOSP.

No dia 26 de setembro de 2013, quando da inauguração do CISP, no município de Boquim, o discurso dos agentes do Estado, principalmente da Segurança Pública, é que esses Centros Integrados estão sendo implantado para uma melhor segurança do cidadão sergipano.

O CISP de Boquim foi construído através do Programa Sergipe Cidades, com investimento de R\$ 340.644,15, recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Ocupa um espaço de 1.584,53m², sendo que, 442,83 m² são de área construída, possui recepção, atendimento, sargenteação, alojamento para polícia civil e polícia militar com banheiros, duas salas de custódia, cartório, gabinete do delegado com banheiro, banheiros com acessibilidade masculina e feminina, sala de arquivo, quatro salas de passagem, banho de sol, cozinha e refeitório com dispensa, vestiário, gabinete do comandante da Polícia Militar e pátio (SSP, 2016c). Nessa logística outros CISP estão sendo implantados em outros municípios sergipanos.

O segundo discurso, além dos agentes do Estado, parte também de empresas de turismo, da mídia e do senso comum de parte da população aracajuana. Bem que esse discurso foi iniciado e disseminado pelos agentes do Estado a partir de uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas.

Nessa pesquisa, Aracaju foi apontada como a melhor capital em qualidade de vida dentre as localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, classificando-a como a 12^a melhor cidade do país para se viver, de acordo com o índice de satisfação de seus habitantes. Foram avaliadas todas as 26 capitais mais Brasília. O estudo da

Fundação Getúlio Vargas, denominado Índice de Condições de Vida (ICV), utilizou dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF 2002/2003) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em uma amostra de 48.470 domicílios. Essa pesquisa contém informações sobre a satisfação das pessoas em relação a 12 quesitos, dentre eles a oferta de serviços públicos, alimentação, moradia, renda e problemas com a violência. Nessa avaliação, Aracaju alcançou 8,62% acima da média nacional, só perdendo para cidades do Sul e Sudeste do país (ARACAJU, 2005).

A partir dessa pesquisa, se massificou na população aracajuana que Aracaju pode ser considerada como uma cidade tranquila, sem problemas de violência e ótima para se viver, tal discurso pode ser visto no *site* (Portal) da prefeitura de Aracaju: “Cidade de porte médio, *sem problemas de segurança nem infraestrutura*, boa densidade demográfica, belas praias e um povo simpático e de bem com a vida” (TURISMO, 2016, grifo do autor).

Mas até que ponto Aracaju pode ser considerada uma cidade sem problema com a violência criminal? É possível afirmar que a implantação, por exemplo, do CIOSP, viabiliza o controle e/ou redução dos índices de violência criminal em Aracaju? Até que ponto o discurso dos agentes do Estado confrontados com os dados estatísticos corroboram com a realidade?

Além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo (real-virtual), teve como “recorte” espacial o espaço urbano de Aracaju. Também, foi realizada entrevista no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe.

A pesquisa em fontes estatísticas foi delineada a partir do Mapa da Violência 2016, do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, do Atlas da Violência 2016 e do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

A base de dados estatística foi fundamental para explicar relações contraditórias dentro da temática estudada. Foi possível descortinar a realidade da violência criminal no espaço geográfico brasileiro e sergipano, bem como no espaço urbano de Aracaju, considerando o ciberespaço da videovigilância da segurança pública.

A Tese está estruturada em sete capítulos, o primeiro constitui-se nesta introdução e o último nas considerações finais.

No segundo, através de uma discussão teórica sobre os conceitos de cibernética e ciberespaço, buscou-se esclarecer a existência de uma intrínseca relação entre cibernética e ciberespaço, em que ambos estão norteados pela concepção de controle e segurança.

O terceiro, a partir de concepções teóricas, objetivou explicar como se dá a virtualização do espaço geográfico através da paisagem. Também, o que se entende sobre espaço geográfico e como este, através do ciberespaço, viabiliza o espaço de segurança e controle através das “sociedades disciplinares” e das “sociedades de controle”.

O quarto refere-se ao processo de reticularização do espaço geográfico, como ele se dá. Para isso, foi necessário através da fundamentação teórica, esclarecer esse processo relacionando-o com o processo de reticulização do espaço através do ciberespaço da videovigilância e como este viabiliza o controle e a segurança no espaço geográfico.

No quinto, buscou esclarecer o que se entende sobre (in)segurança. E, através de dados estatísticos, o crescimento da violência criminal no Brasil e em Sergipe. Também, foi explicado o processo de reticularização do espaço geográfico brasileiro através da implantação dos Centros Integrados de Segurança e o ciberespaço da videovigilância.

No sexto capítulo, foi investigado o processo de reticularização do espaço urbano de Aracaju através da implantação do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Sergipe. Foi investigado se a inserção do ciberespaço da segurança pública em Aracaju implica no controle e/ou redução da violência criminal na capital.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais sobre o resultado da pesquisa.

2 CIBERESPAÇO COMO FORMA DE CONTROLE E SEGURANÇA

A internet vem se desenvolvendo e tem sido uma tecnologia que tem possibilitado a abertura de um leque de novas atividades e para diversos usos, por exemplo, em sistemas de segurança pública e privada.

Foi a partir da internet que o termo ciberespaço ganhou dimensão de estudo nos diversos campos científicos, como também o termo se propagou pelas diversas mídias (escrita, imagem, áudio) e pelo senso comum.

Pode-se dizer ainda que com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, o ciberespaço se expande e cada vez mais virtualiza o espaço geográfico.

O objetivo nesse capítulo é o de contextualizar o ciberespaço delineando-o como forma de controle e segurança. Para tanto, será necessário entender como surgiu o termo ciberespaço? Por que em sua essência há o viés do controle e da segurança?

2.1 Da Cibernética ao Ciberespaço

O termo ciberespaço surgiu a partir da palavra cibernética, esta última vem do grego *kibernetiké* (refere-se a timoneiro, o piloto que conduz a embarcação; o homem do leme, em sentido figurado, ou aquele que dirige ou regula qualquer coisa, isto é, um guia, chefe, dirigente, governante etc.), e, ainda segundo Freitas (2011, p. 22):

Nas investigações do filósofo alemão Helmar G. Frank, a cibernética tem origem no século sexto, antes do nascimento de Cristo, por derivação da palavra 'cibernésios' que representava pessoas que realizavam festas que glorificavam a arte da pilotagem instituída por Teseu em homenagem aos dois pilotos do mar que o conduziram a Creta: Nausithoos e Faiax. Posteriormente foi empregada por Platão em três momentos: 1. Em 'Alcebiades', 'Gorgias' e no tratado sobre o timoneiro no sentido da arte de dirigir um navio ou um carro; 2. Em 'Clítofon' no sentido da arte de dirigir homens; 3. Em 'A república', considerando-se todo o dirigível em geral.

É necessário esclarecer que a palavra cibernética vem sendo erroneamente utilizada como sinônimo de informática, computador e internet, o que demonstra o seu

desconhecimento, pois ela é uma expressão referente a um campo de conhecimento que gerou novos estudos e discussões em relação ao método científico e a Epistemologia ou Teoria do Conhecimento. Este campo de conhecimento foi e pode ser utilizado em diversas áreas, por exemplo: informática, sociologia e psicologia. Foi, também, utilizado pela geografia.

Morin (1977, p. 220) diz que a palavra cibernética remete para a ideia de direção ou governo, em sua origem, mas trazendo para a Ciência Moderna, como a teoria do comando (controle) dos sistemas cuja organização comporta comunicação. E, explica:

A cibernética surge em meados deste século [século XX] ao mesmo tempo para designar um novo tipo de máquinas artificiais e para formular a teoria que corresponde à organização, de natureza comunicacional, própria destas máquinas. (MORIN, 1977, p. 220).

Em 1868, o físico inglês James Clerk Maxwell publicou o ensaio científico *On governors*. De acordo com Bennaton (apud FREITAS, 2011, p. 25), “Maxwell, sugestivamente, vale-se da versão latina da palavra cibernética para se referir aos artefatos de controle das máquinas”. Maxwell possibilita a compreensão de um sistema de “comunicação” e “controle” das máquinas, que será estudado e nomeado mais tarde por Wiener.

Norbert Wiener, matemático e filósofo, publicou em 1948, *Cybernetics: or the Control and Communication in the Animal and the Machine*, conceituando a cibernética como a teoria do controle e comunicação, no animal e na máquina. Já em 1950 publicou *The human use of human beings: Cybernetics and Society* e concebia a cibernética como a “teoria do controle e da comunicação” nas máquinas, nos seres vivos e na sociedade:

A tese deste livro é a de que a sociedade só pode ser compreendida através de um estudo das mensagens e das facilidades de comunicação de que disponha; e de que, no futuro desenvolvimento dessas mensagens e facilidades de comunicação, as mensagens entre o homem e as máquinas, entre as máquinas e o homem, e entre a máquina e a máquina, estão destinadas a desempenhar papel cada vez mais importante. [...]. O propósito da Cibernética é o de desenvolver uma linguagem e técnicas que nos capacitem, de fato, a haver-nos com

o problema do controle e da comunicação em geral, e a descobrir o repertório de técnicas e ideias adequadas para classificar-lhe as manifestações específicas sob a rubrica de certos conceitos. As ordens de comando por via das quais exercemos controle sobre nosso meio ambiente são uma espécie de informação que lhe transmitimos. (WIENER, 1984, p.16-17).

Wiener defende a tese de ser possível relacionar funções de controle e de processamento de informações de máquinas, seres vivos e sociedade a modelos matemáticos, abrindo um novo campo de estudos e que este pode ser utilizado nas diversas áreas da pesquisa científica e de forma interdisciplinar.

É importante destacar que a ideia de “controle” e “comunicação”, do termo cibernética, está presente desde a sua origem grega e segue com Wiener. E, ele busca teorizar o termo, considerando-o como uma área de conhecimento da ciência Moderna. Explica Wiener (1984, p.15):

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, venho trabalhando nas muitas ramificações da teoria das mensagens. Além da teoria da transmissão de mensagens da engenharia elétrica, há um campo mais vasto que inclui não apenas o estudo da linguagem, mas também o estudo das mensagens como meios de dirigir a maquinaria e a sociedade, o desenvolvimento de máquinas computadoras e outros autômatos que tais, certas reflexões acerca da psicologia e do sistema nervoso, e uma nova teoria conjectural do método científico.

Para Wiener (1984) certas funções de controle e de processamento de informações são equivalentes em máquinas, seres vivos e na sociedade, sendo redutíveis a modelos e leis matemáticas.

Wiener (1984) resolveu designar todo o campo de estudo que estava imerso em “Cibernética”, derivando das palavras piloto e governador, como esclarece:

Esta mais vasta teoria das mensagens é uma teoria probabilística, uma parte intrínseca do movimento que deve sua origem a Willard Gibbs e que descrevi na introdução. Até recentemente, não havia palavra específica para designar este complexo de ideias, e, para abarcar todo o campo com um único termo, vi-me forçado a criar uma. Daí ‘Cibernética’, que derivei da palavra grega *kubernetes* [sic], ou ‘piloto’, a mesma palavra grega de que eventualmente a nossa palavra ‘governador’. Descobri casualmente, mais tarde, que a palavra já havia sido usada por Ampère com referência à ciência política e que fora inserida em outro contexto por um cientista polonês; ambos os usos datavam dos

primórdios do século XIX. [...]. Ao dar a definição de Cibernética no livro original, coloquei na mesma classe comunicação e controle. (WIENER, 1984, p.15-16).

Ele utiliza a palavra cibernética, derivada do grego *kibernetiké*, termo utilizado para denominar o timoneiro ou piloto do barco, aquele que corrige o rumo do navio para compensar as influências dos movimentos das águas e do vento.

Kin (2004, p. 200-201) esclarece que o campo de estudo que Wiener denomina de cibernética teve início com a Segunda Guerra Mundial, quando ele desenvolveu pesquisas com programação de máquinas computadoras e com mecanismos de controle para artilharia antiaérea. Ele se dedicou no que descreve como “estudo de um sistema elétrico-mecânico que fosse desenhado para usurpar uma função especificamente humana”: a “execução de um complicado padrão de cálculo” em um caso e a “previsão do futuro”, no outro. A “previsão do futuro” a que Wiener se refere, neste caso específico, é a capacidade de se prever a trajetória de uma aeronave, a fim de que o projétil do canhão antiaéreo se encontre com o alvo em “algum momento do futuro”. Assim,

Se o primeiro grande impulso para a transformação dos recursos produtivos foi a Revolução Científico-Tecnológica, o segundo surto foi catalisado pela corrida voltada para a produção e a sofisticação dos equipamentos, desencadeadas pela Segunda Guerra Mundial. Para os dois lados beligerantes, era uma realidade patente que, quem conseguisse superar o oponente na concorrência tecnológica, contaria com uma vantagem decisiva. Foi nessas condições que se desenvolveram, por exemplo, os radares, a propulsão a jato, novas famílias de plásticos, polímeros e cadeias orgânicas, a energia nuclear e a cibernética. (SEVCENKO, 2001, p. 25).

Então, a cibernética a partir de Wiener estimulou pesquisas em muitas áreas das ciências naturais, exatas e humanas. A aplicação da cibernética nos diversos campos do conhecimento é a possibilidade de reduzir todo fenômeno ou processo estudado à informação ou a sua transmissão, ou melhor, de como a informação é processada e controlada em sistemas vivos ou artificiais. O computador é em parte baseado nessa ideia, com a transmissão e uso da informação. A informação pode servir para tomada de decisão, por parte de governos, de indivíduos e de sistemas de segurança pública (por exemplo, no controle social).

A cibernética, de Wiener, incorpora um conjunto de conhecimentos que vem da matemática, da física, da psicologia, das engenharias, da sociologia entre outras, formando um campo de conhecimento que possibilita ser utilizado por diversas ciências.

Pode-se dizer que a Cibernética está muito centrada na retroinformação ou "feedback" de um sistema, através do qual se realiza a comunicação e o controle do sistema, seja ele orgânico, mecânico ou sociocultural. É através da comunicação e do controle que se regula o comportamento dos seres vivos, das máquinas e da sociedade. É necessário o controle sobre o que está sendo controlado, para que se possam corrigir eventuais erros de comportamento. E, assim, escreve Wiener (1984, p. 16):

Ao dar a definição de Cibernética no livro original, coloquei na mesma classe comunicação e controle. [...] para o meu comando ser eficaz, tenho de tomar conhecimento de quaisquer mensagens vindas de tal pessoa que me possam indicar ter sido a ordem entendida e obedecida.

Pfohl (2001) considera a cibernética, não somente como um campo de pesquisa e aplicação tecnocientífica, mas, também, a cibernética conotando as formas ultramodernas de “controle social”, que estão sendo utilizadas na contemporaneidade, por exemplo, “[...] quando o trabalhador é um componente do sistema cujas taxas de erro devem ser controladas através da informação e de recursos administrativos” (PFOHL, 2001, p. 112).

Pinto (2005b) explica que poucos são os discípulos ou estudiosos da obra de Wiener que cita a seguinte parte em *Cybernetics: or the Control and Communication in the Animal and the Machine*:

Assim, de todos os lados, temos uma tríplice construção dos meios de comunicação: a eliminação dos meios menos rendosos; o fato de que estes meios estão em mãos de uma classe muito limitada de homens ricos, e assim naturalmente expressam as opiniões desta classe; e ainda, o fato de que, como uma das principais avenidas para o poder político e pessoal atraem acima de tudo os ambiciosos deste poder. (WIENER, 1970, p. 161).

Segundo Pinto (2005b) Wiener deixa claro que a cibernética tem uma base de classe social, que equivale a dizer que todos os conceitos, métodos e maquinismos que a integram ou que ela manipula têm essa base.

Os estudos de Wiener com a cibernética como um campo de conhecimento que busca compreender a comunicação e o controle de máquinas, seres vivos e a sociedade foi de grande importância para o desenvolvimento da informática e de máquinas computacionais. E, esta última, foi também de grande interesse nos estudos de Wiener (1970, p. 39):

O caráter tudo-ou-nada da descarga dos neurônios é precisamente análogo à escolha feita ao determinar em dígito na escala binária, que muitos de nós já encarava como a base mais satisfatória de um projeto de máquina computadora. A sinapse não é mais do que um mecanismo para determinar se uma certa combinação de saídas (outputs) de outros elementos selecionados atuará ou não como um estímulo adequado para a descarga do elemento seguinte, e deve ter seu análogo preciso na máquina de calcular. O problema de interpretar a natureza e as variedades de memória no animal tem seu paralelo no problema de construir memórias artificiais para a máquina.

E, assim, é possível que em decorrência da grande influência da cibernética (com estudos de máquinas, memórias artificiais e controle), de Wiener, nos primeiros estudos no campo da informática e no desenvolvimento dos computadores, tenha a cibernética sendo erroneamente utilizada como sinônimo de informática, computador e internet. Como também sinônimo de ciberespaço (espaço cibernético), tendo em vista que este está fortemente ligado à internet e ela aos equipamentos computacionais: *tablet*, telefone celular, *iPad*, *iPod*, *iPhone*, *Smartphone*, *laptop* etc.

A cibernética gerou discussões influenciando outros campos de conhecimentos como na filosofia, ciência, literatura, ficção científica, mídia e no senso comum. Pois, esclarece Salles (2007, p. 51):

O adjetivo cibernético é hoje muito difundido e utilizado em diversos contextos. No seu uso popular, envolve uma variada gama de referências a robôs, computadores, a rede mundial Internet, meios de comunicação eletrônicos e dispositivos automáticos em geral. O prefixo *cyber-* (em português *ciber-*) precede também vários substantivos (*ciberespaço*, *cyborg* [...], *cibercultura*, *cibercafé*, *cibernauta* etc.) e até algum verbo (*cibernetizar*). A origem de alguns desses termos é recente,

e vários dentre eles provêm de contextos literários ou jornalísticos. São empregados com uma semântica muitas vezes oscilante, cujas variantes ainda não estão todas recolhidas nos dicionários. De qualquer forma, a própria difusão e vigência desses termos documenta a notável influência de um certo grupo de ideias de Wiener em amplos setores da cultura.

Então, o termo “*cyber*” e a própria cibernética com a ideia de comunicação e controle de máquinas, seres vivos e humanos, de Wiener, servirá para a construção de outros termos como o “ciberespaço” (*cyberspace*). Este foi criado pelo escritor norte-americano William Gibson em sua obra de ficção científica *Neuromancer*, publicada no ano de 1984.

Gibson, em *Neuromancer*, antecipa à data de 1984, a noção ciberespaço e que será objeto de discussão e estudos nesse início do século XXI.

Para Gibson (2002, p. 53), em *Neuromancer*, o conceito de ciberespaço é:

Uma alucinação consensual, vivida diariamente por bilhões de operadores legítimos, em todas as nações, por crianças a quem estão ensinando conceitos matemáticos... Uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de todos os computadores do sistema humano. Uma complexidade impensável. Linhas de luz alinhadas que abrangem o universo não-espaço da mente; nebulosas e constelações infindáveis de dados. Como luzes de cidade, retrocedendo.

Pode-se dizer que Gibson antecipa com o ciberespaço, em *Neuromancer*, romance de ficção científica, a virtualização do espaço geográfico, na ideia de um espaço virtual cibernético, em rede de computadores, sob a vigilância e controle, ou melhor, sob um sistema de controle e segurança dominado pelas grandes empresas capitalistas internacionais.

2.2 Ciberespaço

Foi a partir da privatização da internet e sua expansão no espaço geográfico mundial que o termo ciberespaço ganhou evidência no senso comum, nas mídias e na ciência. Segundo Castells (2003, p. 19):

Assim, em meados da década 1990, a internet estava privatizada e dotada de uma arquitetura técnica aberta, que permitia a interconexão de todas as redes de computadores em qualquer lugar do mundo; a www podia então funcionar com software adequado, e vários navegadores de uso fácil estavam à disposição do público. Embora a internet tivesse começado na mente dos cientistas da computação no início da década de 1960, uma rede de comunicações por computador tivesse sido formada em 1969, e comunidades dispersas de computação reunindo cientistas e hackers tivessem brotado desde o final da década de 1970, para a maioria das pessoas, para os empresários e para a sociedade em geral, foi em 1995 que ela nasceu.

Foi na década de 1960, em plena Guerra Fria, que o Departamento de Defesa americano, queria uma rede de comunicação militar que fosse capaz de resistir a um ataque nuclear que viesse a destruir os meios convencionais de telecomunicações. Então, a internet surge com o objetivo de segurança militar. Assim, além do termo controle, o ciberespaço é associado, também, ao termo segurança.

Já nas décadas de 1970 e 1980, da esfera da segurança militar, a internet também vai ser utilizada e se expandir para os meios de comunicação acadêmica. Professores e estudantes universitários, principalmente dos EUA, trocavam informações, mensagens e descobertas de pesquisas científicas pela internet.

Somente a partir da década de 1990 que a internet começou a alcançar a sociedade em geral e a sua exploração comercial por empresários. Nessa década, o engenheiro inglês Tim Bernes-Lee desenvolveu a *World Wide Web*, termo inglês que, em português, pode ser encontrado nos dicionários como "teia mundial", "rede de alcance mundial" ou "rede mundial de computadores", também conhecido como *Web* ou *WWW*; esta possibilita a utilização de uma interface gráfica e a criação de sites diversos, pois:

Os documentos da world wide web podem estar na forma de vídeos, sons, hipertextos e figuras, e para visualizar a informação, utiliza-se um programa de computador chamado navegador para descarregar essas informações, e mostrá-los na tela do usuário. O usuário pode então seguir as hiperligações na página para outros documentos ou mesmo enviar informações de volta para o servidor. A forma padrão das informações do WWW é o hipertexto, que permite a interligação entre diferentes documentos, possivelmente localizados em diferentes servidores, em diferentes partes do mundo. O hipertexto é codificado com a linguagem HTML, que possui um conjunto de marcas de codificação que são interpretadas pelos clientes WWW, em diferentes

plataformas. O protocolo usado para a transferência de informações no WWW é o http, que é um protocolo do nível de aplicação que possui objetividade para suportar sistemas de informação distribuídos, cooperativos e de hipermídia. (SIGNIFICADO..., 2015, p. 1).

A década de 1990 tornou-se a era da expansão da internet pelo mundo, surgiram os primeiros navegadores (*browsers*) como, por exemplo, o *Netscape Navigator* (primeiro navegador, 1994) e o *Internet Explorer*, da *Microsoft*. A internet passou a ser utilizada para várias finalidades (pesquisas, bate-papos, teleconferências, entretenimento, serviço de segurança, pirataria, atividades comerciais etc.) e por vários segmentos sociais (estudantes, empresários, religiosos, professores, policiais etc.).

Nos dias atuais, a internet tornou-se uma prótese, extensão do corpo humano para o desenvolvimento de suas atividades e, principalmente, do trabalho humano. Ela está presente nos lares, escolas, empresas, hospitais, nos diversos espaços públicos e privados, através de sistemas computacionais (*tablet*, telefone celular, *iPad*, *iPod*, *iPhone*, *Smartphone*, *laptop* etc.).

A partir do início do nosso século XXI, vem ocorrendo o crescimento da indústria e do comércio das tecnologias de informação e comunicação: comércio virtual e mercadorias (produção de equipamentos e programas) voltadas a essas tecnologias. Também, uma nova fase na internet com o avanço das redes sociais, por exemplo: *Facebook*, *Twitter*, *Pioneiro*, *Google Plus* e *Instagram*.

Após a chegada da internet e dos diversos tipos de computadores (com ou sem fio) no cotidiano das pessoas, a virtualização do espaço passou a fazer parte do habitat do cidadão, fazer parte das relações sociais e de trabalho. Pois, com as tecnologias de informação e comunicação é possível virtualizar o espaço geográfico em forma de imagens, em paisagens virtuais, por exemplo. Com uma câmera, internet e um computador é possível virtualizar o espaço geográfico em imagens e criar um “espaço” virtual, com conexão e interação em rede.

E é o “espaço” virtual que a mídia, o senso comum, e estudiosos denominam de ciberespaço.

Para Cascais (2001 apud MONTEIRO, 2014), Gibson utilizou o termo ciberespaço para designar o espaço cibernético criado pela conexão de todas as bases de dados, formado pelas redes de computadores e de telecomunicações. Esse mesmo

termo, ainda segundo o autor, integra também o conceito de realidade virtual, na qual o indivíduo, através da utilização de um dispositivo (como um capacete), entra em um mundo tridimensional gerado pelos computadores.

Mas, aquele momento histórico vivenciado por Gibson, ainda não havia uma internet constituída por uma rede de computadores interligada ao redor do mundo.

Apesar de Gibson, em seu romance de ficção científica, ter criado o primeiro conceito referente ao ciberespaço, foi a partir dos estudos e conceito de Lévy (2008) que a noção de ciberespaço se difundiu nas mídias e nos estudos científicos de diversas ciências.

Lévy (2008, p. 92), define o ciberespaço como sendo um “[...] espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. Na definição inclui:

O conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século. (LÉVY, 2008, p. 92-93).

O ciberespaço é abordado pelo autor como uma virtualização da realidade, um “espaço” virtual que possibilita a conexão e interação, em tempo real, entre pessoas numa rede mundial de computadores. O ciberespaço possibilita uma “virtualização” em diversas formas texto, imagem e áudio da realidade. Essa “virtualização” é denominada como “realidade virtual” ou “espaço” virtual. Lévy (1996) explica que a palavra virtual vem do latim medieval “*virtualis*” derivado de “*virtus*”, força, potência, e:

[...] pode ser entendida em ao menos três sentidos: o primeiro, técnico, ligado a informática, um segundo corrente e um terceiro filosófico. O fascínio suscitado pela ‘realidade virtual’ decorre em boa parte da confusão entre esses três sentidos. Na acepção filosófica, é virtual aquilo que existe apenas em potência e não em ato, o campo de forças

e de problemas que tende a resolver-se em uma *atualização*. O virtual encontra-se antes da concretização efetiva ou formal (a árvore está *virtualmente* presente no grão). No sentido filosófico, o virtual é obviamente uma dimensão muito importante da realidade. Mas no uso corrente, a palavra virtual é muitas vezes empregada para significar irrealidade – enquanto a ‘realidade’ pressupõe uma efetivação material, uma presença tangível. A expressão ‘realidade virtual’ soa então como um oxímoro, um passe de mágica misterioso. Em geral acredita-se que uma coisa deva ser ou real ou virtual, que ela não pode, portanto, possuir as duas qualidades ao mesmo tempo. Contudo, a rigor, em filosofia o virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual: virtualidade e atualidade são apenas dois modos diferentes da realidade. Se a produção da árvore está na essência do grão, então a virtualidade da árvore é bastante real (sem que seja, ainda, atual). (LÉVY, 2008, p. 47, grifo do autor).

A ideia de virtual enquanto potência pode remeter para a noção de ilusão. Mas, a virtualização não se situa no domínio dos “sonhos”. Para o autor essa virtualização é, também, um dos principais vetores de criação de realidade.

Se o conhecimento virtual na Filosofia e na Teologia era buscado no interior do indivíduo, por exemplo, em Platão (427-348 a.C.) o conhecimento virtual era inato no homem, revelado pelo “Mundo das ideias” (o conceito da “coisa” existe num “Mundo das Ideias”, que é anterior à própria “coisa”); e, em Santo Agostinho (354-430 d.C.) o conhecimento virtual era revelado pela “Iluminação divina”, Deus.

Lévy (2008) traz uma concepção em que o conhecimento virtual deixa de estar no interior do indivíduo e vai para fora, numa construção coletiva através do ciberespaço. Neste último, encontra-se o mundo das informações (e por que não dizer, também, o mundo do conhecimento ou um banco de dados mundial) que é alimentado pelos seres humanos (não mais por um ser sobrenatural) e que os mesmos se servem dessas informações. As informações saem do real para o virtual e o ciberespaço torna-se um espaço em construção da “inteligência coletiva”. O virtual está no coletivo e sem unidade de lugar. A “inteligência coletiva” se dá no ciberespaço, e este é o lugar onde os fluxos de informações e suas mensagens passam a ser desterritorializadas, impossível de serem localizadas no tempo/espaço.

Nem todos no mundo têm acesso a essa inteligência coletiva, pois a produção do espaço geográfico é desigual; outra é a questão dos interesses

econômicos e segurança dos Estados e das grandes firmas capitalistas que não são percebidas por muitos que acessam a essa inteligência coletiva.

Segundo Kin (2004, p. 216) o “[...] virtual opera em dois sentidos, um que cria mundos sensoriais da informação digital e outro que trabalha ocultando a estrutura essencial e material do ciberespaço”.

Se em tempos pretéritos, a virtualização era, por exemplo, pela escrita, rádio, telefone, televisão e computadores, na contemporaneidade, com os novos sistemas computacionais e o surgimento da internet, vivencia-se o avanço do processo de virtualização que conduz à substituição, armazenamento, produção e simulação de realidades concretas em realidades virtuais; com possibilidades de conexão e interação em “tempo real”, por exemplo, um jornal impresso em que seus componentes materiais em essência são papel e tinta, pode ser abstraído ou virtualizado, perdendo-se a materialidade anterior, tornando-se um jornal eletrônico e com transmissão em “tempo real”. A perda de sua materialidade, novas possibilidades e mudanças se abrem em relação à produção, circulação, distribuição e consumo.

No mundo atual pode-se encontrar biblioteca virtual, cidade virtual, escritório virtual, livro virtual, corporação virtual, jogo virtual, cassino virtual, escola virtual, cheque virtual, dinheiro virtual, agência de banco virtual, comunidade virtual, arquivo virtual, museu virtual, empresa virtual, segurança virtual etc.

E “o fato é que já somos seres ‘virtuais’ [...], ao menos dentro dos grandes bancos de dados de corporações e governos, cada vez mais temos o conhecimento [...] que o ciberespaço, apesar de virtual, é bastante ‘real’” (KIM, 2004, p. 213).

Lévy (2008, p. 75) entende que a virtualidade do ciberespaço deve ser vista em sentido amplo, como:

[...] um universo de possíveis, calculáveis a partir de um modelo digital, ao interagir com o mundo virtual, os usuários o exploram e o atualizam simultaneamente. Quando as interações podem enriquecer ou modificar o modelo, o mundo virtual torna-se um vetor de inteligência e criação coletivas. Computadores e redes de computadores surgem, então, como a infraestrutura física do novo universo informacional da virtualidade. Quanto mais se disseminam, quanto maior é a sua potência de cálculo, capacidade de memória e de transmissão, mais os mundos virtuais irão multiplicar-se em quantidade e desenvolver-se em variedade.

Capel (2001, p. 83) esclarece e chama a atenção dos geógrafos que o ciberespaço é um espaço virtual totalmente novo:

Ese espacio virtual es un espacio totalmente nuevo, que no existía antes. Una realidad paralela a la real. No tiene realidad física, solo existe en la comunicación electrónica, en los ordenadores, en los flujos eléctricos. Es un espacio inmaterial pero con muchos atributos del espacio real, aunque con otros totalmente nuevos. Efectivamente, a través de Internet nos movemos ya en un espacio instantáneo, mundial, multidireccional. El ciberespacio permite la presencia física en un punto y la telepresencia en otros. En él la distancia geográfica ya no es importante y los conceptos de proximidad y distancia se modifican profundamente. Lo más próximo no está ya más relacionado que lo lejano, como ocurría tradicionalmente. A veces lo lejano está más próximo a través de la conexión informática. La distancia geográfica adquiere otro valor o se convierte en poco significativa. Lo que cuentan son las numerosas conexiones que se establecen y los espacios de relación.

Concordando com Capel, porém se faz necessário acrescentar sobre a condição histórica materialista do ciberespaço. Não apenas nos seus aspectos físicos como define Koepsell (2004 apud MONTEIRO, 2014, p. 125) em que concebe o ciberespaço como:

[...] um meio composto de chips de silício, fios de cobre, fitas e discos magnéticos, cabos de fibra ótica e de todos os outros componentes de computadores, meios de armazenamento e redes que armazenam, transmitem e manipulam bits. [...]. O software existe no ciberespaço como o texto existe no papel ou como uma estátua existe em pedra.

Mas, também, que o ciberespaço precisa de toda uma infraestrutura que é representada por milhões de linhas telefônicas, cabos de fibra ótica (e outros), antenas, satélites artificiais, centrais telefônicas, computadores, recursos naturais para a fabricação dos equipamentos etc.

Existe todo um conjunto de empresas capitalistas e uma “massa” de trabalhadores voltados para as tecnologias de informação e comunicação.

Há também uma superestrutura política, jurídica e ideológica no contexto das tecnologias de informação e comunicação. É um grande mercado consumidor, para a concretização da mais-valia global.

Hoje em dia já é possível controlar toda uma produção, distribuição, circulação e consumo de uma mercadoria através do ciberespaço, do espaço geográfico. Utilizando-se de uma câmera, internet e o computador pode-se monitorar todos os movimentos de um trabalhador numa fábrica, de uma pessoa numa cidade e o desenvolvimento das ações de uma máquina.

Lévy (2008) e Capel (2001) apresentam seus conceitos sobre o ciberespaço direcionado a um “espaço virtual” formado pela rede mundial de computadores. Vieira (2006) de um ciberespaço-tempo (que corresponde a uma concepção de tempo-espaço) numa sociedade dominada atualmente pela cibernética e que as informações fluem pelas cibervias. Cano, Becker e Freitas (2004) a existência de um “espaço cibernético” formado pelas redes de computadores, porém consideram que essa rede pode estar conectada a internet ou não, como exemplo, as redes internas corporativas ou de defesa. Daroda (2012, p. 55) concebe o ciberespaço, como “espaço virtual” e também “[...] um não lugar onde acontecem as interações virtuais e a navegação entre bilhões de *sites* [...]”.

Percebe-se, assim, que o ciberespaço está intimamente associado ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação que possibilita a virtualização (texto, som e imagem) do espaço geográfico num processo de “compressão tempo-espaço”; e, que permite de forma parcial ou não, a conexão e interação em rede, tendo como principais (mas não somente) tecnologias a internet e sistemas computacionais.

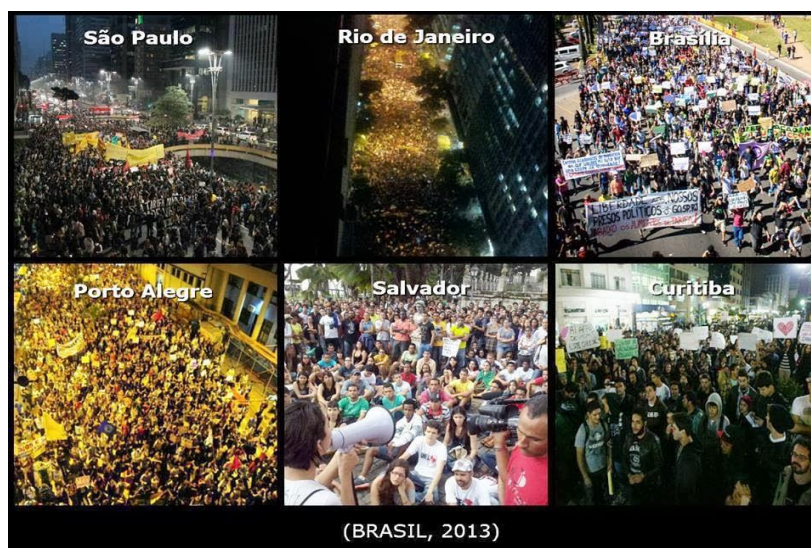
Esse entendimento sobre o ciberespaço está bem próximo, porém mais amplo, em relação ao apresentado por Moraes (2012, p. 140) que concebe o ciberespaço como: “[...] uma dimensão oriunda do emprego de tecnologia informacional, formada pela conexão de computadores em rede, que se agrega ao espaço geográfico”. E está de acordo com Cano, Becker e Freitas (2004), explicitado anteriormente. E, cabe esclarecer que uma rede de computadores pode estar conectada pela internet, intranet e extranet, além de que hoje já existem aplicativos para computador que o usuário pode navegar no ciberespaço sem conexão em rede, porém sem conexão com outros usuários. Pois,

Este obscuro submundo elétrico tornou-se uma vasta e florescente paisagem eletrônica [no espaço geográfico]. Desde os anos 60, o mundo do telefone tem se cruzado com os computadores e a televisão, e [...] isso tem uma estranha espécie de fisicalidade agora. Faz sentido hoje falar do ciberespaço. [...]. Porque as pessoas vivem nele agora. Não apenas um punhado de pessoas [...] mas milhares de pessoas, pessoas tipicamente normais. [...]. Ciberespaço é hoje uma 'Rede', uma 'Matriz', internacional [...] e crescendo rapidamente e constantemente. (STERLING, 1992, p. XI-XII apud KIM, 2004, p. 213).

A virtualização do espaço geográfico por um conjunto amplo de tecnologias de informação e comunicação pode ser corroborada pelos três exemplos abaixo, e que serão direcionados a proposta da tese, relacionada ao controle e segurança.

O primeiro refere-se as “Manifestações de rua que ocorreram em 2013, no Brasil” (Figura 01). E se faz necessário esclarecer que essas manifestações podem ser analisadas em diversos ângulos, mas aqui será em relação ao cenário da virtualização do espaço geográfico através das tecnologias de informação e comunicação.

Figura 01 – Manifestações de rua que ocorreram em 2013, no Brasil.



Fonte: Passado..., 2015.

Pode-se afirmar que grande parte das manifestações de 2013, no Brasil, foi organizada e convocada através do ciberespaço, a partir de um conjunto amplo de tecnologias de informação e comunicação; foram utilizadas redes sociais virtuais, por

exemplo, *Facebook*, *WhatsApp*, *Twitter*, através da internet e equipamentos computacionais, por exemplo: *tablet*, telefone celular, *iPad*, *iPod*, *iPhone*, *Smartphone*, *laptop*. Também, pode-se incluir nessa convocação, direta ou indiretamente, os meios de comunicações, emissoras de televisão e de rádio, que constantemente informavam, principalmente, nos seus horários jornalísticos, que estavam sendo convocadas manifestações de ruas por diversos segmentos sociais através das redes sociais.

O espaço das manifestações foram frações do espaço geográfico praças (Figura 02), ruas e avenidas das regiões centrais do espaço urbano de centenas de cidades brasileiras, principalmente, as cidades de São Paulo (que concentra o poder econômico), Brasília (que concentra o poder político) e o Rio de Janeiro (a segunda cidade mais importante do país e conhecida mundialmente pelo turismo).

Figura 02 – Manifestantes vão às ruas em Aracaju, 2013.



Fonte: Antunes, 2015.

As imagens, virtualização desse cenário, da paisagem foram captadas por um conjunto de tecnologias de informação e comunicação, por exemplo, pelas câmeras de segurança pública das ruas, avenidas e praças; câmeras de segurança privada das lojas e bancos; câmeras de celulares e *Smartfone*; e, principalmente, das câmeras das emissoras de televisão. As imagens captadas dessas tecnologias foram transmitidas pelas emissoras de televisão e pela internet para todo o Brasil e para o mundo, pois o período que ocorreram as manifestações foi no mesmo período que iria ocorrer a Copa

das Confederações. Também, cabe explicar, que as transmissões foram feitas, também, pelas emissoras de televisão utilizando-se de imagens oriundas da internet (de diversos tipos de câmeras e sistemas computacionais), como também, ocorreram transmissões de imagens via internet, aos diversos sistemas computacionais, oriundas das emissoras de televisão.

E esse cenário foi acompanhado por um sistema de segurança, principalmente, público que em determinado momento intervinha nas manifestações para evitar o “quebra-quebra”, por parte de manifestantes, e em outro, fazia o monitoramento acompanhando as manifestações de forma real (praças, ruas, avenidas) ou virtual (ciberespaço).

Nesse cenário, podem-se apresentar algumas considerações. Essas manifestações ocorreram, em grande parte, em regiões centrais comerciais das cidades e de bairros da “classe média” e da “elite”. E, é importante destacar que quando se criticava o grupo político que estava no poder federal e o “declínio” da economia brasileira, essa “elite” saía em defesa das manifestações, mas quando ocorria, por exemplo, o “quebra-quebra” do patrimônio físico de lojas e bancos, essa “elite” era contra.

Não foram transmitidas pelas mídias, redes sociais ou análises de estudiosos sobre a presença nas manifestações de uma “massa” de pobres, favelados, sem tetos, sem terras, catadores de lixo etc., com outra conotação política e em outros momentos.

Juntamente com a “elite” estava os grandes meios de comunicações (TV, radio e jornais impressos), o grande poder ideológico (Figura 03), que transmitiam as imagens e informações de acordo com seus interesses e da “elite” brasileira, como no exemplo acima citado. E foram as emissoras de televisão, também, uma das grandes responsáveis por manterem informados (com imagens espaciais e informações) os sistemas de segurança público e privado sobre os deslocamentos das manifestações nas cidades e a identificar os manifestantes que participavam do “quebra-quebra” (principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro). Foram elas as primeiras a rotularem os manifestantes que participavam do “quebra-quebra” de “baderneiros” que praticavam a “violência” contra o patrimônio público e privado, uma rotulagem ideológica, que não esclarece o sentido dessa “violência” e os motivos estruturais da

formação socioeconômica espacial brasileira para a possibilidade do surgimento dessa “violência”.

Figura 03 – Manifestação pela regulação da mídia no Brasil, 2013.



Fonte: Agência..., 2015.

O que se percebia na mídia e redes sociais era que as manifestações eram formadas por uma “massa” de “classe média” e que não aceitavam a participação de partidos políticos e sindicatos de trabalhadores nas manifestações. O objetivo principal dessa “massa”, além das questões referentes à corrupção e reforma política e os gastos públicos para a Copa das Confederações, era a luta por um sistema de educação, saúde, segurança e transportes públicos de qualidade no país. E aqui surge uma reflexão, como exigir um sistema público de qualidade sem antes remeter a uma discussão sobre a privatização da educação, saúde, segurança pública e dos transportes no Brasil? Sem discutir a formação socioeconômica espacial brasileira e as lutas de classe?

Para o controle e monitoramento (real e virtual) dessas manifestações foi acionado um grande contingente das forças de segurança pública e privada (esta última utilizada pelas lojas e bancos), dos estados da Federação, além da Polícia Federal, Exército, Marinha e Aeronáutica (essas três últimas em Brasília). Era necessário manter o controle social, do Estado de Direito. Assim, os espaços urbanos de centenas de

idades brasileiras foram espaços da busca pelo controle socioespacial real e virtual, por parte dessas forças de Segurança (Figura 04).

Figura 04 – Manifestações. Qual o papel da polícia?



Fonte: Manifestações..., 2015.

Outro exemplo refere-se a Londres, considerada a cidade virtualmente mais vigiada do mundo (Figura 05). Possuidora de um conjunto de tecnologias de informação e comunicação que viabiliza um ciberespaço para fins de monitoramento e segurança.

Figura 05 – Câmera de segurança em Londres.



Fonte: Site..., 2015.

O sistema *Closed-Circuit Television* (CCTV, para o português Circuito de Câmeras de Televisão), já existia na Inglaterra desde a década de 1980, mas depois do ataque terrorista do 11 de setembro de 2001, as duas torres gêmeas em Nova Iorque e os atentados de 7 de julho de 2005 em Londres, também conhecidos como “atentados ao metrô de Londres”, os CCTV se expandiram na Inglaterra. Em Londres são mais de 1,3 milhões de câmeras. “Na capital inglesa, uma pessoa pode chegar a ser vista pelo sistema até 300 vezes ao dia. Em toda a Grã-Bretanha, são mais de 4,2 milhões de câmeras do CCTV, uma para cada 14 habitantes do país” (MONITORAMENTO..., 2015, p. 1).

Na Inglaterra, nos CCTV já estão sendo acoplados sistemas tecnológicos de áudio (captando as conversas das pessoas nas vias públicas, praças, *shoppings* etc.) e alto-falantes (por exemplo, se alguém for visto jogando papel no chão, policiais acionam o alto-falante, que está acoplado à câmera, e vai pedir para que a pessoa recolha seu lixo).

No metrô de Londres podem ser vistas câmeras direcionadas para a plataforma do metrô, ligadas a sistemas computacionais, que alerta em caso de algo fora do padrão normal após a partida do trem, por exemplo, se algum material for deixado por algum passageiro ou se uma pessoa ficou, ainda, na plataforma de embarque.

Uma empresa privada *Internet Eyes* oferece prêmios em dinheiro, para pessoas que identificarem criminosos em seu *site*, que tem as imagens das câmeras do CCTV. Assim, não somente os policiais fazem o monitoramento do ciberespaço da cidade de Londres, mas também a própria população civil está participando dessa vigilância. O espaço urbano de Londres está se tornando um verdadeiro *Big Brother*: “[...] a ideia presente é de que embora as ferramentas tenham mudado, não mudou a necessidade do espírito da comunidade, isto é, as imagens das câmeras só perpetuam o princípio de garantia da boa vizinhança, mantendo um ‘olho vivo’ (TEIXEIRA, 2009, p. 92).

Em Londres foi realizada a primeira “Conferência de Londres sobre o Ciberespaço”, em 1 e 2 de novembro de 2011, organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico. Foi a primeira reunião oficial para discutir as mudanças

causadas pelo mundo conectado pela internet. Ela teve como objetivo elaborar a “Agenda de Londres” para uma “Agenda Mundial” em relação ao ciberespaço.

Participaram da Conferência a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, representantes do *Google*, *Facebook*, *Microsoft* e governantes, empresários, acadêmicos de 60 países.

Na Conferência foram discutidos temas referentes ao: crescimento econômico e desenvolvimento; benefícios sociais; crimes cibernéticos; acesso seguro e confiável; segurança internacional. Somente uma das sessões da conferência foi à porta fechada a de “Segurança Internacional – Cibersegurança”, pois tinha como objetivo “desenvolver e aplicar princípios apropriados de comportamento”.

Foi na questão da cibersegurança que ocorreu um impasse na Conferência, pois havia países que defendiam a necessidade de aumentar o controle sobre ela e os que rejeitavam o controle. A Conferência foi finalizada com o consenso de que as ações para melhorar a segurança no ciberespaço não devem ir de encontro aos direitos humanos.

Em pronunciamento, no primeiro dia da Conferência, o primeiro-ministro inglês, David Cameron, alertou para o uso abusivo da internet utilizando a expressão “entre a liberdade e a bandalheira” no ciberespaço. Afirmou que o ciberespaço está aberto, também, aos terroristas e criminosos que ameaçam a segurança e liberdade. Segundo o ministro, o ciberespaço pode trazer mudanças e benefícios econômicos, sociais e políticos, referindo-se, aos levantes populares iniciados através das redes sociais, em países do Oriente Médio e do norte da África.

Através do ciberespaço foi possível organizar e convocar as populações para os levantes, o que provocou mudanças no espaço geográfico desses países. E no dizer de Castells (2007a) a forma como as populações estão utilizando as tecnologias de informação e comunicação reflete nas formas de organização e transformações dessas populações.

Nesse sentido, seja no exemplo das manifestações do Brasil ou no exemplo de Londres, pode-se dizer que se o espaço geográfico transforma e se virtualiza no ciberespaço, também o espaço geográfico se transforma viabilizado pelo ciberespaço.

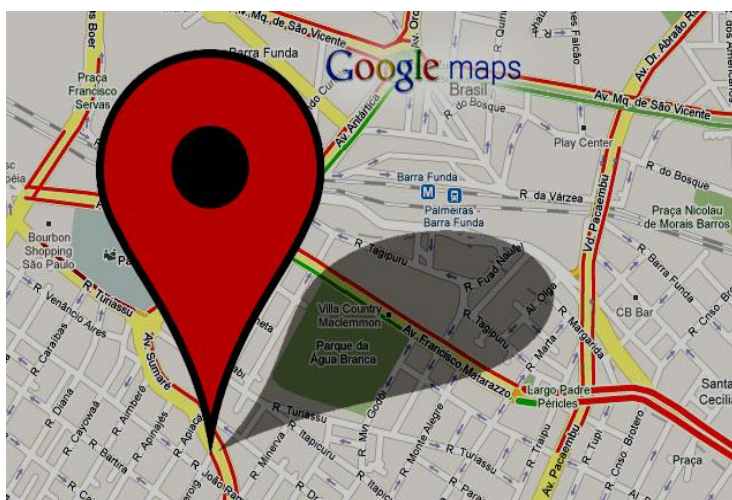
Outro exemplo, é que:

A tecnologia tem permitido que filhos vivam sob permanente monitoramento dos pais. Do ultra-som 3D do bebê no útero às câmeras on-line nas maternidades e escolas infantis até a instalação de GPS no celular e no carro de adolescentes, a vigilância pode ser constante. Já as empresas de segurança eletrônica comemoram. Algumas registram aumento de 250% de instalações de câmeras no interior de casas. Uma delas instalou 500 aparelhos em 2007, 300 a mais do que em 2006. O custo médio para instalar quatro câmeras varia de R\$ 160 (locação mensal) a R\$ 2.200 (compra). Segundo Bock, a tecnologia poderá prejudicar a relação entre pais e filhos. 'Há uma invasão na vida do filho. Tudo o que é meu terá de ser escondido porque senão meus pais me vêem pela câmera ou saberão onde estou pelo GPS'. (GERAÇÃO..., 2016, p. 1).

A partir dos três exemplos, pode-se perceber a amplitude que as tecnologias de informação e comunicação possibilitam virtualizar o espaço geográfico.

É possível navegar num ciberespaço sem está conectado com a internet, por exemplo, o *Google* lançou uma função no aplicativo do *Google Maps* (Figura 06) que permite baixar mapas e ser guiado com a voz, sem internet móvel. Pode-se navegar pelo mapa, ampliar a imagem (dar zoom) e solicitar rotas pelas ruas da cidade. É possível pesquisar estabelecimentos, como farmácia, restaurante ou hotel sem estar conectado, porém como não há conexão com a internet informações, por exemplo, sobre o trânsito não são em tempo real.

Figura 06 – Google Maps.

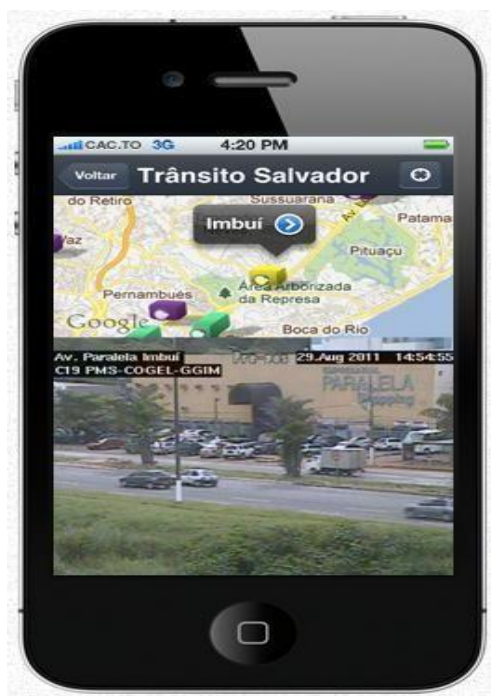


Fonte: Google, 2016a.

E, essa tecnologia *Google Maps*, poderá, em breve, ficar ultrapassada, pois vale lembrar que através do *Google* foram “aposentados” os catálogos e mapas impressos.

Um ciberespaço pode envolver um conjunto de tecnologias a depender de sua finalidade, por exemplo, para fins de um sistema de segurança pública, pode envolver, além da internet e/ou da intranet (esta última muito utilizada pelos sistemas de segurança pública em todo o mundo) e de sistemas computacionais, também de câmeras de monitoramento fixas e/ou móveis, *Global Positioning System* (GPS, em português Sistema de Posicionamento Global), tornozeleiras e pulseiras eletrônicas e técnicas ligadas a Biometria. Pode-se, através de uma central de monitoramento da polícia de trânsito, captar imagens de câmeras de vigilância que estão localizadas em pontos determinados da cidade, e enviar essas imagem para um aplicativo para *iPhone* a patrulhas móveis (Figura 07).

Figura 07 – Trânsito de Salvador.



Fonte: Daroda, 2012, p. 102.

E com o surgimento da “Internet das coisas”, a amplitude do ciberespaço deve aumentar, principalmente em relação ao controle e segurança. Já estão sendo desenvolvidas tecnologias que possibilitam conectar vários locais e objetos do dia a dia à rede mundial de computadores, eletrodoméstico, habitação, estacionamento de veículo, meio de transporte, vestuário, material esportivo e médico, conectados a internet e a equipamentos computacionais, em suas mais diversas formas (*tablet*, telefone celular, *iPad*, *iPod*, *iPhone*, *Smartphone*, *laptop* etc.), pois,

A internet pode ser analisada em dois aspectos conceitualmente distintos, mas praticamente interdependentes e inseparáveis. Por um lado, a infosfera, os dados, os algoritmos, imateriais e ubíquos. São as nuvens. Por outro lado, os receptores, os gadgets, os smartphones, os dispositivos móveis de todos os tipos, os computadores, os data-centers, os robôs, tudo aquilo que é inevitavelmente físico e localizado: os objetos. As nuvens não podem funcionar sem os objetos. Os objetos não podem funcionar sem as nuvens. (LÉVY, 2015, p. 1).

Com a Internet das coisas, que já está em teste, ocorrerão muitas mudanças; a implantação de “inteligência artificial” nos objetos conectadas a internet possibilitará, por exemplo, a própria geladeira (programada) a fazer pedidos *on-line* para um supermercado.

Assim, o espaço geográfico contemporâneo, com a inserção do ciberespaço, vive momentos de reconfigurações espaciais, com camada de tecnologias de informação e comunicação incorporadas de forma desigual nesses espaços. E, afirma Santos (2006) cada vez mais o espaço geográfico artificializa-se num processo de tecnificação.

Cabe explicitar que o ciberespaço não pode ser explicado a partir de si mesmo, mas de seu uso nas relações sociais e de produção, do seu uso no espaço geográfico. Neste sentido, pôde-se desvelar que, desde o início, o termo surgiu associado a cibernética – controle e processamento de informações de máquinas, seres vivos e sociedade. Com a internet incorporou a questão – da segurança, visto que ela surge para atender - ao sistema de segurança – militar americano.

O ciberespaço é parte integrante do espaço geográfico contemporâneo, logo se faz necessário buscar entender qual espaço geográfico se entende nesta tese.

3 VIRTUALIZAÇÃO ELETRÔNICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: SEGURANÇA E CONTROLE

Como foi esclarecido no capítulo anterior, o ciberespaço faz parte do espaço geográfico. Através dele é possível virtualizar o espaço para fins de controle e segurança.

Porém, qual espaço geográfico entende-se aqui? Como o espaço geográfico é virtualizado através do ciberespaço para fins de controle e segurança?

As explicações para esses dois questionamentos serão delineadas, principalmente, conforme os estudos de Santos (1985, 1997, 2003, 2006, 2008) sobre “meio técnico-científico-informacional” e “paisagem”; Foucault (1984, 1987, 2003, 2008) referente “as sociedades disciplinares”; e, Deleuze (1992) com “as sociedades de controle”.

Inicialmente, é necessário pontuar que o controle e a vigilância no espaço geográfico no mundo contemporâneo, não é mais somente, a “olho nu”, observando a paisagem, como ocorria na Antiguidade e na Idade Média, inclusive nas sociedades Modernas. Mas, também, através de próteses tecnológicas, como internet, câmeras, satélites e outras, que são extensões do trabalho e das relações sociais humanas. Também, antigamente as relações sociais e comunicacionais dependiam do contato físico entre as pessoas, mas com o advento das tecnologias de informação e comunicação elas, em grande parte, se realizam através dessas tecnologias.

Considerando que o ciberespaço, produto das tecnologias de informação e comunicação, viabiliza a “compressão tempo-espaço” pode-se destacar que: a) o ciberespaço possibilita ampliar a visão humana no espaço geográfico, numa visão de segurança e controle; b) através do ciberespaço as relações sociais e de trabalho ampliam-se podendo desenvolver-se a nível local ou mundial, o controle e a segurança podem romper fronteiras e se dá em diversas escalas espaciais.

Assim sendo, será analisado no presente capítulo o processo de virtualização eletrônica do espaço geográfico, através do ciberespaço, para fins de segurança e controle.

3.1 Espaço Geográfico

Santos (2003) afirma que na contemporaneidade do espaço geográfico percebe-se cada vez mais a união entre a ciência e a técnica, uma “tecnociência”, e o que é representativo das técnicas atuais são o surgimento e expansão da tecnologia da informação, por meio da cibernética, da informática.

Santos (2006) considera que a humanidade, no seu desenvolvimento histórico, saiu do “meio natural”, passando pelo “meio técnico”, até chegar a sua formação atual, o “meio técnico-científico-informacional”. A isto, ele denomina “os períodos técnicos”. A cada época histórica há, portanto, simultaneamente uma época geográfica, visto que a história está embutida nos sistemas técnicos e estes se realizam em grande medida como “objetos geográficos”. Daí, Santos (2006, p. 191) caracterizar o período técnico atual como sendo o da constituição de um “meio técnico-científico-informacional”.

Em seus estudos enfatiza a importância da técnica na transformação do espaço geográfico, considerando que a mesma é o mais importante modo de relação entre homem e natureza, entre homem e o espaço geográfico, visto que:

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada. (SANTOS, 2006, p. 16).

E, ainda, esclarece:

As técnicas estão, pois, em toda parte: na produção, na circulação, no território, na política, na cultura. Elas estão também – e permanentemente – no corpo e no espírito do homem. Vivemos todos num emaranhado de técnicas, o que em outras palavras significa que estamos todos mergulhados no reino do artifício. (SANTOS, 2003, p. 128).

Segundo Santos (2006), a transformação do meio natural para o meio técnico e, depois, para o meio técnico-científico-informacional se dá por etapas de

artificialização do meio. O natural só passa a ser um meio técnico com a invenção das máquinas: “Estamos, porém, reservando a apelação de *meio técnico* à fase posterior à invenção e ao uso das máquinas, já que estas, unidas ao solo, dão uma nova dimensão à respectiva geografia” (SANTOS, 2006, p. 157, grifo do autor). Após a segunda guerra mundial (expandindo-se para os países de Terceiro Mundo, a partir da década de 1970), ocorreu um incremento científico ao meio técnico, surgindo o meio técnico-científico. Logo após, neste último, foi incorporado um conjunto de redes comunicacionais sob a forma de cabos submarinos, satélites e antenas num processo de globalização, levando ao surgimento do meio técnico-científico-informacional. E, assim, considera que o:

[...] meio *técnico-científico-informacional* é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção. (SANTOS, 2006, p. 157, grifo do autor).

Para o autor, as sucessões dos períodos são decorrentes de sucessões de sistemas técnicos. Cada período corresponde a uma determinada família de técnicas dominantes, porém não exclui a existência de técnicas de um determinado período em outro período – às “formas rugosas” (SANTOS, 2008). E, o período atual distingue-se dos demais, principalmente pelo fato de que:

A tecnologia da comunicação permite inovações que aparecem, não apenas juntas e associadas, mas também para serem propagadas em conjunto. Isto é peculiar à natureza do sistema, em oposição ao que sucedia anteriormente, quando a propagação de diferentes variáveis não era necessariamente acelerada. (SANTOS, 1985, p. 27).

Essa propagação da tecnologia da comunicação conduz a instantaneidade e universalidade de modernizações que desmantela a organização do espaço anterior. Os novos espaços, agora modernizados, atendem principalmente aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados às novas correntes mundiais (SANTOS, 2006).

Considera que o período atual é caracterizado pela generalização e aprofundamento do papel da informação e da comunicação nos sistemas produtivos. Afirma que o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização; os sistemas informacionais e comunicacionais adquirem importância fundamental na leitura do espaço geográfico (SANTOS, 2006).

Para o autor, há uma interdependência entre ciência e técnica que se materializa no espaço geográfico constituindo o meio técnico-científico-informacional. O desenvolvimento dos meios de informação e comunicação viabiliza a simultaneidade dos tempos e dos lugares. O sistema técnico na contemporaneidade é interdependente o que possibilita uma unicidade técnica. Porém, esta unicidade ocorre em intensidade e de forma diferenciada entre os lugares, regiões e países (SANTOS, 1997).

Maia (2012, p. 176) esclarece que:

O conceito de meio técnico-científico-informacional é um dos mais conhecidos na geografia, pelo menos a brasileira. Trata-se de um conceito que o geógrafo Milton Santos desenvolveu e aprofundou durante pelo menos duas décadas. Várias de suas obras apresentam este conceito. Em algumas delas, ele aparece mais como uma noção, como um conceito em potência de se desenvolver, em outras, ele aparece como um conceito plenamente elaborado.

As noções ou conceitos de meio natural, meio técnico e, principalmente, meio técnico-científico-informacional ao serem estudados não podem deixar de mencionar um nome em especial, o de Milton Santos. Dificilmente algum geógrafo que na contemporaneidade pesquise a importância das técnicas na relação sociedade-natureza deixe de fazer referência a este autor. Tal fato se deve às várias de suas publicações e de seus esforços na busca de compreender as relações entre geografia e a técnica; e, principalmente, ao estudo do meio técnico-científico-informacional.

Milton Santos cumpre um papel importante na construção de uma noção ou de um conceito, o de “meio técnico-científico-informacional”, que abre novas possibilidades para a análise do espaço geográfico, no contexto das tecnologias de informação e comunicação, e do ciberespaço. Entender esse meio é uma oportunidade de melhor compreendê-lo e buscar explicar a realidade contemporânea.

Milton Santos, em alguns de seus livros, como: Espaço & método (1985), Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional (1997) e A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção (2006), analisa a importância das tecnologias de informação e comunicação no processo da integração instantânea entre lugares distantes, através de redes que se distribuem por todo o planeta, ocasionando transformações na organização do espaço geográfico. E, isso possibilita que eventos sejam transmitidos, em rede, em instantes de segundos para diversas partes do mundo em uma velocidade dita em “tempo real”.

Esse meio técnico-científico-informacional, favorecido pelas tecnologias de informação e comunicação, também, viabilizou mudanças nas relações de trabalho, processos produtivos, atividades comerciais e de produção, modo de vida das pessoas, formas de lazer etc.

Concorda-se com Maia (2012) ao chamar a atenção, àqueles que desejam aprofundar seus estudos sobre o meio técnico-científico-informacional, da necessidade desse meio ser estudado no contexto da produção e reprodução do espaço geográfico, através das relações sociais e de produção, considerando a luta de classes como um elemento estruturante na análise da sociedade, do espaço geográfico, pois:

Como imaginar um meio técnico desenvolvendo-se por si mesmo, de acordo com sua própria lógica e racionalidade? Como imaginar as ferrovias, os portos, aeroportos, instalações fabris e de logística, as estradas e os prédios inteligentes, o ciberespaço e as metrópoles, os campos infestados com a bioengenharia, com os insumos e maquinaria agrícola etc. funcionando de acordo com sua própria lógica, com sua própria ‘racionalidade’, com suas próprias regras?. (MAIA, 2012, p. 184).

Maia (2012, p. 176) considera que as técnicas não têm leis próprias e elas não podem ser explicadas por si mesmas, elas são uma derivação do conjunto das relações sociais e de produção. No capitalismo, o meio técnico ou o meio técnico-científico-informacional é resultante de um conjunto de processos sociais que viabilizam sucessivos regimes de acumulação; que no entender de Viana (2003, p. 83):

O desenvolvimento capitalista é marcado pela sucessiva mudança no regime de acumulação. Um regime de acumulação é constituído por uma determinada forma assumida pelo processo de valorização, uma determinada forma de organização estatal e um modo específico de

relação entre os países capitalistas, ou seja, de relações capitalistas internacionais.

Viana (2003) considera que a combinação desses elementos constituem períodos ou etapas da sociedade capitalista. Segundo o autor, desde a década de 1980, vivencia-se o “regime de acumulação integral” que se caracteriza pelo aumento da extração de mais valor absoluto e relativo em escala internacional. O toyotismo é a “técnica” de valorização “flexível” do capital. O Estado Neoliberal é a forma estatal adequada para a exploração “flexível” da força de trabalho. E as relações internacionais são aprofundadas pelo imperialismo oligopolista, num “neo-imperialismo”.

Para Maia (2012, p. 176) não se trata de “sucessão de sistemas técnicos” definida por Santos (2008), ou de uma determinação da sociedade pelos sistemas técnicos, mas considerar que seria melhor definir como sucessão de “regimes de acumulação de capital”, conforme abordado por Viana (2003). É necessário articular o desenvolvimento técnico da sociedade capitalista com a sucessão de seus regimes de acumulação:

Isto tanto é verdade, que se se observa as técnicas de exploração do trabalho, diferenciam-se a cada regime de acumulação. Veja por exemplo o taylorismo, fordismo e toyotismo. Isto vale também para o conjunto tecnológico tanto do aparato produtivo propriamente dito, quanto para o conjunto de técnicas e tecnologias presentes na sociedade. [...] os ‘sistemas técnicos’ [...] estão subordinados, até o último parafuso, ao conjunto das relações sociais capitalistas e estas são historicamente determinadas e sucedem-se de acordo com os regimes de acumulação de capital. (MAIA, 2012, p. 190).

O autor entende que os regimes de acumulação são etapas do desenvolvimento capitalista, pois, a essência do capitalismo é a extração de mais-valor. É necessário compreender no processo de desenvolvimento e acumulação capitalista a “lei tendencial da queda da taxa de lucro” e a luta de classes. A combinação desses dois últimos podem gerar crises sucessivas nos regimes de acumulação (MAIA, 2012).

Explica que a história das técnicas e do meio técnico-científico-informacional são resultados de um conjunto de processos sociais, de sucessivos regimes de acumulação. Cada regime de acumulação em seu desenvolvimento histórico e geográfico produz técnicas e tecnologias que lhes são apropriadas (MAIA, 2012).

Então, esse “meio técnico-científico-informacional” não pode ser explicado em si mesmo. As técnicas fazem parte das relações de produção e são históricas. As técnicas não possuem suas leis ou suas próprias racionalidades, mas a racionalidade que as relações sociais lhes conferem. Santos (2008, p. 75) já chamava a atenção sobre esse aspecto: “A técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais”. E essas relações sociais sob o capitalismo se inserem na luta de classe e que estrutura o espaço geográfico. “Cada tempo possui um conjunto diferenciado de técnicas e de relações produtivas em constante evolução, e, por isso, sendo o espaço [...] a essência desse processo” (CAMARGO, 2008, p. 106).

Esse espaço geográfico é produzido pela sociedade em sua relação com a natureza. Através do trabalho, ocorre a mediação entre a humanidade e a natureza, formando uma unidade dialética - sociedade-natureza. E “[...] quanto mais a sociedade se desenvolve, mais ela transforma o meio geográfico pelo trabalho produtivo social, acumulando nele novas propriedades [...]” (CASSETI, 1995, p. 13).

É analisando o homem em seu processo de apropriação e transformação da natureza por meio do trabalho, de suas relações sociais e de produção, é que se descobre como ele produz o espaço geográfico.

O espaço geográfico é, portanto, produto do trabalho humano, pois somente existe espaço geográfico porque existe trabalho humano. O espaço geográfico é trabalho materializado. E qualquer espaço geográfico construído em algum lugar da superfície terrestre tem história de trabalho, de técnica e de tecnologia. Tem história social. Tem relações sociais e de produção. E tem luta de classe. E é esse espaço geográfico que se entende aqui.

A sociedade sob o capitalismo está dividida em classes sociais e a produção e reprodução do espaço geográfico dão-se de forma desigual, criando a desigualdade entre os indivíduos, visto que:

As relações capitalistas de produção são relações baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, ou seja, os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. Devem estar livres de todos os meios de produção. Esse processo, chamado pela ideologia capitalista de liberdade, assenta no processo de

apropriação dos meios de produção dos trabalhadores, ocorrido em período histórico imediatamente anterior. (OLIVEIRA, 1987, p. 59-60).

E, segundo Marx e Engels (1993, p. 67):

Nas épocas anteriores da história encontramos quase por toda a parte uma completa estruturação da sociedade em diversas ordens (Stände), uma múltipla gradação das posições sociais. Na Roma antiga temos patrícios, guerreiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, mestres, companheiros, aprendizes, servos; e, em quase todas essas classes (Klassen), outras gradações particulares. A moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes, apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas.

E, ao produzir suas condições de vida, a partir das relações sociais e de produção, a humanidade produz o espaço geográfico; um espaço geográfico na relação sociedade-natureza, com suas relações econômicas, políticas e culturais, com suas técnicas e tecnologias, com suas lutas de classes.

Na contemporaneidade, com o desenvolvimento do capitalismo e das tecnologias de informação e comunicação moldando o espaço geográfico num emaranhado de redes interconectadas e com mudanças nas relações de trabalho e processos produtivos, o antagonismo das classes não desapareceu, o espaço geográfico se reproduz de forma desigual.

Segundo Antunes (2009), Marx havia demonstrado que o trabalho é fundamental na vida humana, sendo condição para sua existência social:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana. (MARX, 1971, p. 50 apud ANTUNES, 2009, p. 48).

É através do trabalho humano que se dá a produção do espaço geográfico sob a dialética materialista do espaço-tempo. “O espaço social resulta da história, das atividades econômicas, e está vinculado a produção e a reprodução das relações sociais.” (CONCEIÇÃO, 2014, p. 9).

Esse espaço social que além da sua concretude histórica materialista está se virtualizando permitindo, conforme o termo utilizado por Harvey (1989), a “compressão tempo-espaço”:

Pretendo indicar com essa expressão processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos. Uso a palavra ‘compressão’ por haver fortes indícios de que a história do capitalismo tem se caracterizado pela aceleração do ritmo da vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras espaciais em tal grau que por vezes o mundo parece encolher sobre nós. O tempo necessário para cruzar o espaço e a forma como costumamos representar esse fato para nós mesmos são indicadores úteis do tipo de fenômeno que tenho em mente. À medida que o espaço parece encolher numa ‘aldeia global’ de telecomunicações e numa ‘espaçonave terra’ de interdependência ecológicas e econômicas [...], e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de *compressão* dos nossos mundos espacial e temporal. (HARVEY, 1989, p. 219, grifo do autor).

As tecnologias de informação e comunicação estão possibilitando a aceleração temporal de processos globais, dando a impressão de que o mundo está diminuindo de tamanho e as distâncias ficando mais curtas.

Harvey (1989) explica que a partir da década de 1970, os sistemas de comunicação por satélite tornaram o custo unitário e o tempo da comunicação invariante com relação à distância. As taxas de frete aéreo de mercadorias foram sendo reduzidas e a containerização possibilitou a redução do custo de transporte marítimo e rodoviário. Hoje, com o avanço dos meios de comunicações é possível a uma grande corporação empresarial operar fábricas com decisões simultâneas em termos de produção, circulação, distribuição e consumo em diversas partes do mundo.

De acordo com Harvey (1989), a “compressão tempo-espaço” viabilizado pelos meios de comunicações possibilita mudanças na forma da sociedade vivenciar o espaço e o tempo, principalmente, em decorrência da transição do fordismo para a acumulação flexível – termo utilizado pelo autor para explicar as transformações diversas que vem ocorrendo no mundo, como: novos setores de produção e serviços, com ampliação deste último; novas formas de produção, distribuição e circulação de

mercadorias; novos mercados; novas formas de consumo de mercadorias (além do consumo material, expande-se o consumo de bens simbólicos, de serviços e de informação). Em síntese, Harvey (1989, p. 140, grifo do autor) considera:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a 'Terceira Itália', Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados).

Explica que a acumulação flexível provoca níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical (uma das colunas políticas do regime fordista).

O mercado de trabalho passa por uma reestruturação, os capitalistas tiram proveito do enfraquecimento do sindicato e da grande quantidade de mão de obra excedente para impor contratos de trabalho mais flexíveis. Mesmo para os empregados regulares, os capitalistas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em período de redução da demanda. Também, há redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado (HARVEY, 1989).

Para o autor, as economias de escala baseadas na produção fordista de massa estão sendo substituídas por uma crescente capacidade de manufaturas de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. Chama a atenção de que as economias de escopo têm derrotado as economias de escala. A produção em pequenos lotes e a subcontratação vem superando a rigidez do sistema fordista de

produção atendendo uma gama bem mais ampla de necessidade do mercado (HARVEY, 1989).

O tempo de giro – que sempre é uma chave da lucratividade capitalista – foi reduzido pelo uso de novas tecnologias produtivas e de novas formas de organização, por exemplo, o gerenciamento de estoques *just-in-time*, que controla a quantidade de material necessário para manter a produção fluindo. A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade (HARVEY, 1989).

O objetivo maior do capitalismo é o contínuo aumento do lucro e está relacionado com o aumento da velocidade dos processos, mas não somente com o aumento do ritmo de produção, também com a reconstrução do espaço geográfico, para evitar barreiras à circulação de bens e serviços. Com o desenvolvimento dos meios de circulação e comunicação, na medida em que o tempo se acelera e as distâncias encurtam, passado e futuro se dissolvem, numa compressão tempo-espaço. Este tem provocado um impacto desorientador e destrutivo sobre as práticas político-econômicas, o equilíbrio do poder de classe e na vida social e cultural (HARVEY, 1989).

Castells (2007a) esclarece que a emergência de um espaço geográfico em redes de informação e comunicação (Figura 08), em tempo real colabora para uma sensação de aniquilamento do espaço pelo tempo, na forma de um espaço virtual. E que o tempo real também implica na organização de novas relações sociais que se expressam na formação de um “espaço virtual” e na reestruturação do espaço concreto preexistente, provocando intenso processo de inclusão e exclusão de pessoas, lugares, regiões e países na rede.

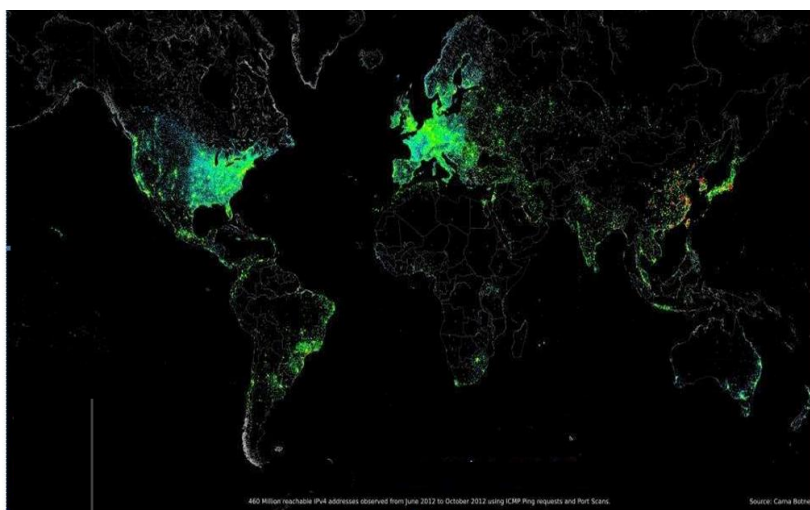
Figura 08 – Espaço mundial em rede.



Fonte: Rede..., 2016.

Tal fato pode ser observado no mapa da internet no mundo (Figura 09) que apresenta a densidade de aparelhos conectados à internet, entre junho a outubro de 2012 (total de 460 milhões). Quanto mais iluminado, mais conexões. Há uma grande desproporção mundial de acesso a rede. Percebe-se a grande concentração em algumas regiões do mundo (MAPA, 2012).

Figura 09 – Mapa da internet no mundo, 2012.



Fonte: Mapa..., 2012.

Hoje, tornou-se mais fácil a mobilidade virtual humana, com o *tablet*, telefone celular, *iPad*, *iPod*, *iPhone*, *Smartphone*, *laptop* e afins, possibilitam acessar a internet e manter o sujeito em fluxos de informações, conectado com diversas partes do mundo.

Nesse sentido, Moran (1994) entende que estamos vivendo um novo momento histórico, porque é possível participar de uma interação muito mais intensa entre o real e o virtual, redesenhando caminhos. A possibilidade de conexão com milhares de computadores, através da comunicação virtual, redimensiona o lugar do sujeito na sociedade. Embora possamos pensar que permanecemos em casa ou em qualquer outro local, podemos navegar sem nos mover, buscando dados que já estão prontos, conversando com pessoas que não conhecemos e que talvez nunca vermos ou encontraremos de novo.

A internet tem sido a grande responsável por essas mudanças. Pode-se dizer que ela teve como seus antecessores o telégrafo, o telefone, o rádio, a televisão, mas como o surgimento do computador, a internet possibilitou o surgimento do ciberespaço: nesse ambiente, pode se inserir, produzir, armazenar e transmitir textos, imagens e sons; realizar comunicação em tempo real com milhares de pessoas em diferentes lugares.

Através do ciberespaço pode-se virtualizar o espaço geográfico; fazer compras de bens e serviços; obter mais agilidade na interação e na busca de informação, conhecimento e entretenimento; fazer viagens, compras e vendas virtuais; ter o controle e a vigilância no espaço geográfico etc.. Com o ciberespaço:

O próximo e o distante ligam-se quase que instantaneamente pela mediação da mídia [...] pela comunicação móvel baseada na telefonia celular nos micros computadores portáteis. A isso se associa [...] a *internet*, onde uma gama cada vez mais diversificada e densa de serviços *on line* são oferecidos mudando o modo como se realiza o trabalho no mundo moderno. (CARLOS, 1996, p. 34).

O espaço geográfico como produto das relações sociais e de produção, com o ciberespaço, incorpora um conjunto de redes interconectadas que rompem fronteiras, porém não torna o espaço homogêneo, pois o mesmo reflete as lutas de classe, provocando a formação de espaços desiguais.

E o ciberespaço, produto das tecnologias de informação e comunicação, não pode ser explicado em si mesmo, mas dentro do modo capitalista de produção, na produção e reprodução do espaço geográfico. Espaço geográfico este, produto das relações sociais e de trabalho.

O ciberespaço faz parte do espaço geográfico. E, pode-se dizer que do espaço geográfico real cria-se o “espaço virtual” (com novas formas e conteúdos), ou melhor, as paisagens virtuais de imagens, sons e textos.

O ciberespaço, através de paisagens virtuais, possibilita experiência e tomada de decisões vindas de espaços distintos, pois os fluxos de informações ocorrem de modo instantâneo através de uma rede mundial das tecnologias de informação e comunicação.

A virtualização do espaço, através de paisagens virtuais, viabiliza os sistemas de segurança pública no controle do espaço.

3.2 Virtualização da Paisagem

O mundo contemporâneo vem passando por mudanças na economia, na cultura, na política etc., muitas dessas mudanças foram viabilizadas pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

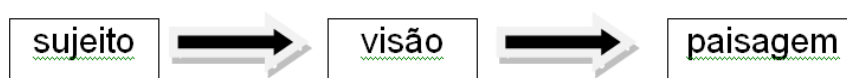
Essas mudanças se materializam e reconfiguram o espaço geográfico, produto da relação sociedade-natureza, das relações sociais e de produção; como também se tornam visíveis nas paisagens cotidianas das pessoas. Paisagens estas que são recortes e superficialidades do espaço geográfico; imagens da concretude do espaço social, visíveis à visão humana. Mas aqui existe um ponto que se faz necessário investigar, ou seja, quais os tipos de paisagem que as pessoas visualizam em seu cotidiano na contemporaneidade? Para uma resposta a esse questionamento se faz necessário retomar Santos (2008).

Para o autor todos os espaços são geográficos porque são produzidos pela sociedade, a partir das relações sociais e de produção. E esclarece que a paisagem não é o espaço geográfico. A paisagem é:

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.. (SANTOS, 2008, p. 67-68).

Ela é tudo aquilo visto pela visão humana e o que ela pode alcançar. A paisagem pode ser considerada como o campo do visível, aquilo que a vista delimita podendo ser esquematizada numa relação (Figuras 10):

Figura 10 – Visão da paisagem real.



A visão da paisagem depende da localização do sujeito, se ele está no chão, numa montanha, no alto de um edifício, num avião etc.. A partir dessa localização a paisagem toma escalas diferentes (figura 11).

Figura 11 – Visão da paisagem, localização.



Fonte: Oliveira, 2016.

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção devendo esta ser interpretada. A paisagem é um recorte, uma aparência, superficialidade do espaço geográfico, como afirma Santos (2008, p. 68):

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. [...] pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. [...]. A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma

diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência. (SANTOS, 2008, p. 68).

Segundo o autor, em tempos passados, existiram geógrafos ou estudiosos que tratavam de fenômenos relacionados à geografia que consideravam que o objeto de estudo da mesma era a paisagem. Santos (2008) esclarece que a geografia não é mais o estudo da paisagem, pois no mundo atual houve grandes transformações nas cidades, na agricultura, na indústria, nos serviços; na produção do espaço geográfico.

Concebe a paisagem como um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; e,

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. (SANTOS, 2008, p. 73).

A paisagem sempre está em processo de mudança. A paisagem é um palimpsesto, um mosaico histórico de objetos do presente e do passado. Ela é a materialização de um momento da sociedade, numa comparação ousada, como numa fotografia (SANTOS, 2008).

A partir dessas considerações de Santos (2008), se faz necessário tecer alguns esclarecimentos em relação à paisagem e buscar responder ao questionamento, ou seja, quais os tipos de paisagem que as pessoas visualizam em seu cotidiano, na contemporaneidade?

Nos dias atuais, com o ciberespaço ocorre a virtualização eletrônica do espaço geográfico e essa virtualização se dá, também, na visão da paisagem. Essa paisagem virtualizada vem se expandindo nos sistemas de segurança pública e privada.

Pode-se afirmar que o ciberespaço tornou-se uma extensão tecnológica do corpo humano para o desenvolvimento de suas atividades. Ele está presente no cotidiano, principalmente, através de equipamentos computacionais (*tablet*, telefone

celular, *iPad*, *iPod*, *iPhone*, *Smartphone*, *laptop* etc.) que possibilitam virtualizar a paisagem, armazenar, manusear e transmitir informações (texto, imagem e som) da mesma.

Nesse sentido, considera-se que é possível ter duas visões de paisagem, ou seja - a paisagem real (concreta) e a paisagem virtual eletrônica (produzida através das tecnologias de informação e comunicação, sob a forma de imagem, som e texto). A paisagem real refere-se àquela explicitada anteriormente por Santos (2008) que, em síntese, ela depende da visão do sujeito, é tudo aquilo que a visão pode alcançar; que ela abarca. Se não existisse o sujeito não existiria a paisagem. Ela pode ser considerada como o campo do visível e que a depender da localização do sujeito toma escalas diferentes. A paisagem é heterogênea, formada de objetos naturais e artificiais.

E o que dizer da paisagem virtual que vem se expandindo no cotidiano das pessoas e sendo utilizada nas mais diversas finalidades, como no caso dos sistemas de segurança pública?

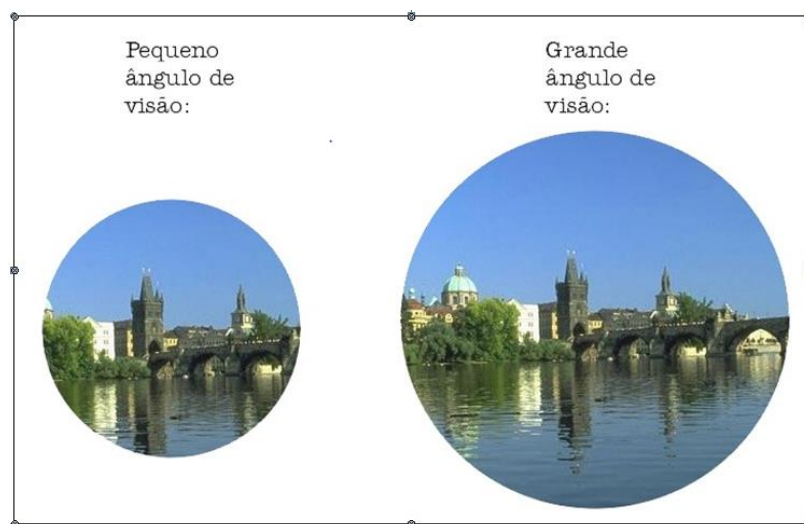
Primeiro é necessário dizer que a paisagem real é concreta; já a virtual consiste numa representação (imagem) da paisagem real. Ambas são heterogêneas e aparências, superficialidades, recortes do espaço geográfico, espaço produto do trabalho humano, na relação sociedade-natureza. A paisagem virtual pode está contida na paisagem real, fazendo parte dos objetos visíveis pelo sujeito. E a paisagem real pode está contida na paisagem virtual de forma virtualizada, artificializada, com sons e imagens de volumes, cores e movimentos da paisagem real.

Além das explicações anteriores, que diferenciam a paisagem virtual, obtida através do ciberespaço, da paisagem real, é necessário esclarecer que (pois essenciais num sistema de segurança pública):

- a) a dimensão e distância escalar da paisagem virtual independe da visão direta do sujeito;
- b) a paisagem virtual é móvel e pode ter múltiplas faces;
- c) a paisagem virtual pode ser manuseada, armazenada e transmitida.

Em relação ao primeiro item, pode-se dizer que antes do surgimento das câmeras de vigilância e da internet, o controle e a vigilância feita pelos sistemas de segurança pública no espaço geográfico, mais especificamente no espaço urbano, era praticamente a “olho nu” ou com instrumentais não eletrônicos, por exemplo, binóculo ou luneta. Estes possibilitavam aumentar a imagem do objeto distante para que ficasse mais fácil de visualizar (Figura 12). A depender desses dois instrumentais o objeto distante podia ser visualizado, por exemplo, três, seis, oito ou dez vezes maior do que na realidade.

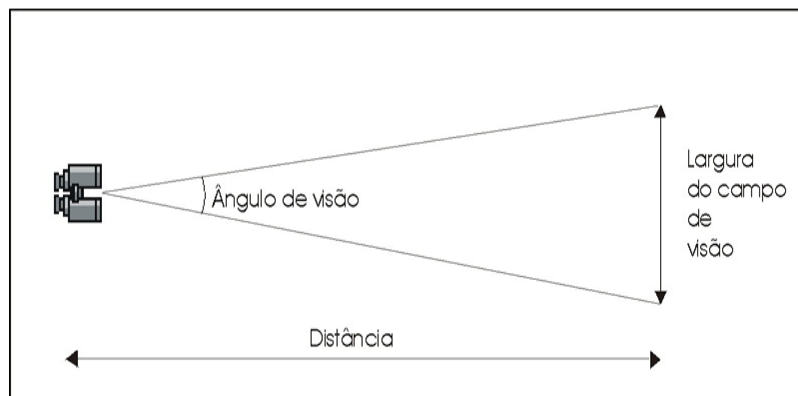
Figura 12 – Binóculo, ângulo de visão – dimensão da paisagem.



Fonte: Benez, 2016, p. 6.

Seja a “olho nu” ou com esses instrumentais a visão da paisagem real dependia do campo (ou ângulo) de visão do sujeito; a dimensão e distância escalar da paisagem estavam relacionadas com a visão direta entre o sujeito e a paisagem real (Figura 13).

Figura 13 – Binóculo, ângulo de visão – horizonte da paisagem.



Fonte: Benez, 2016, p. 6.

Com a utilização do ciberespaço pelos sistemas de segurança pública, a dimensão e distância escalar da paisagem virtual independem da visão direta do sujeito, do seu campo de visão diretamente empírico; através de uma central de videovigilância é possível obter imagens virtuais de paisagens reais a centenas ou milhares de quilômetros de distância dessa central (Figura 14); viabilizadas pela “compressão tempo-espaço” (HARVEY, 1989).

Figura 14 – Central de videovigilância, segurança pública.



Fonte: Novas..., 2016.

A paisagem real ao ser virtualizada pode percorrer um sistema de redes que pode ir além das fronteiras locais, regionais e nacionais; romper obstáculos naturais e/ou sociais; sendo visualizada pelo sujeito em “tempo real”. E, aqui, é importante esclarecer que esse sistema de redes pode estar interligado sob uma base física (cabos terrestres e submarinos) ou não (antenas e satélites). As imagens da realidade podem ser obtidas através de câmera terrestre, de veículo aéreo não tripulado, de avião e de satélite, por exemplo.

Além de que é possível dá zoom nessas paisagens virtuais possibilitando dimensões escalares variadas das mesmas conforme as tecnologias de informação e comunicação que estão sendo utilizadas por esta central de videovigilância (Figura 15).

Figura 15 – Dimensão escalar virtual.



Fonte: Monitoramento..., 2016.

Para uma central de videovigilância, as câmeras de monitoramentos possibilitam a virtualização da paisagem real; essas câmeras acabam funcionando como uma extensão, próteses da visão humana.

Ora, não é preciso que o sujeito esteja no local (rua, avenida, praça etc.) para fazer a vigilância (ou a segurança na cidade), mas através de uma câmera ele pode fazer a vigilância a quilômetros de distância daquele local. E, ainda, a partir de uma única central de vigilância é possível fazer o monitoramento, por câmeras, de

dezenas de locais da cidade, assim, tem-se um conjunto de tecnologias substituindo uma parte da força de trabalho humana, da força de trabalho policial; trabalhadores da segurança pública sendo substituídos por câmeras de monitoramento.

A inserção de câmeras de monitoramento e de centrais de videovigilância em sistemas de segurança pública na cidade, já podem ser consideradas como um processo, além do controle social, também da minimização do Estado e da transformação da segurança em mercadoria (com empresas privadas atuando nos sistemas de segurança).

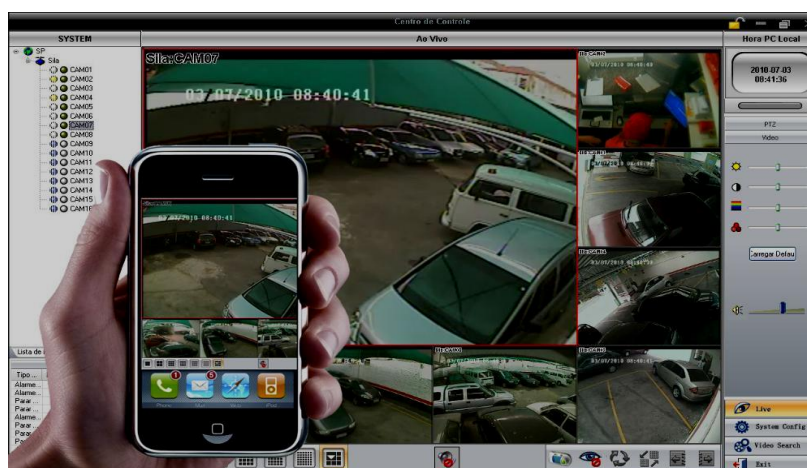
Assim, concordando com Lukács (1981, p. 562 apud ANTUNES, 1999, p. 193): “Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento tecnológico pode provocar ‘diretamente um crescimento da capacidade humana’, pode também ‘nesse processo, sacrificar os indivíduos (e até mesmo classes inteiras)’”.

No Neoliberalismo, que se vivencia atualmente, percebe-se que o discurso do Estado capitalista é a segurança da sociedade frente a crescente onda de violência no mundo. É necessário investimento na segurança pública. E o desenvolvimento do ciberespaço, através das tecnologias de informação e comunicação, viabiliza o controle e a segurança socioespacial, seja para atender aos sistemas de segurança pública; bem como para atender ao cidadão para defender (controle e segurança) sua propriedade privada.

Já em relação ao segundo item, a paisagem virtual pode ser móvel e ter múltiplas faces.

A paisagem real ao ser virtualizada, tornando-se uma paisagem virtual, pode ser transmitida em redes em “tempo real” e visualizada em equipamentos móveis (Figura 16) das tecnologias de informação e comunicação.

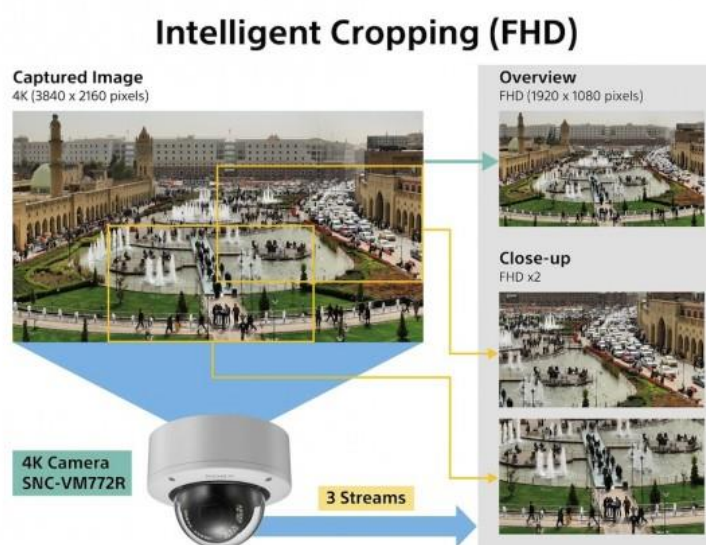
Figura 16 – Equipamentos móveis.



Fonte: Instalação..., 2016.

E através das câmeras ou do manuseio dessa paisagem virtual nesses aparelhos tecnológicos pode-se obter diversas faces da paisagem real, de forma virtual (Figura 17), sem precisar da localização do sujeito em relação à paisagem. A paisagem virtual pode ser móvel e se obter dela múltiplas faces.

Figura 17 – Manuseio e faces de uma mesma paisagem.



Fonte: Digital..., 2016.

Com essas múltiplas faces da paisagem virtual é possível de uma central de videovigilância, por exemplo, analisar o comportamento de uma pessoa num aglomerado de indivíduos que trafegam numa determinada avenida da cidade, pois como afirma Deleuze (1992, p. 216) estamos caminhando para “[...] sociedades de controle, que não funcionam mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”. Essa vigilância pode gerar um conhecimento do comportamento humano e analisar se essa pessoa está obedecendo às regras ou não.

Por exemplo, no Brasil nas questões envolvendo o trânsito, a videovigilância pode ultrapassar a questão da segurança chegando, também, a uma “disciplinarização dos corpos” (FOUCAULT, 1987). Pois, as câmeras de monitoramento podem funcionar como uma extensão dos olhos dos guardas de trânsito, para inibir infrações no trânsito, como falar ao telefone e, agora, manuseá-lo (Figura 18).

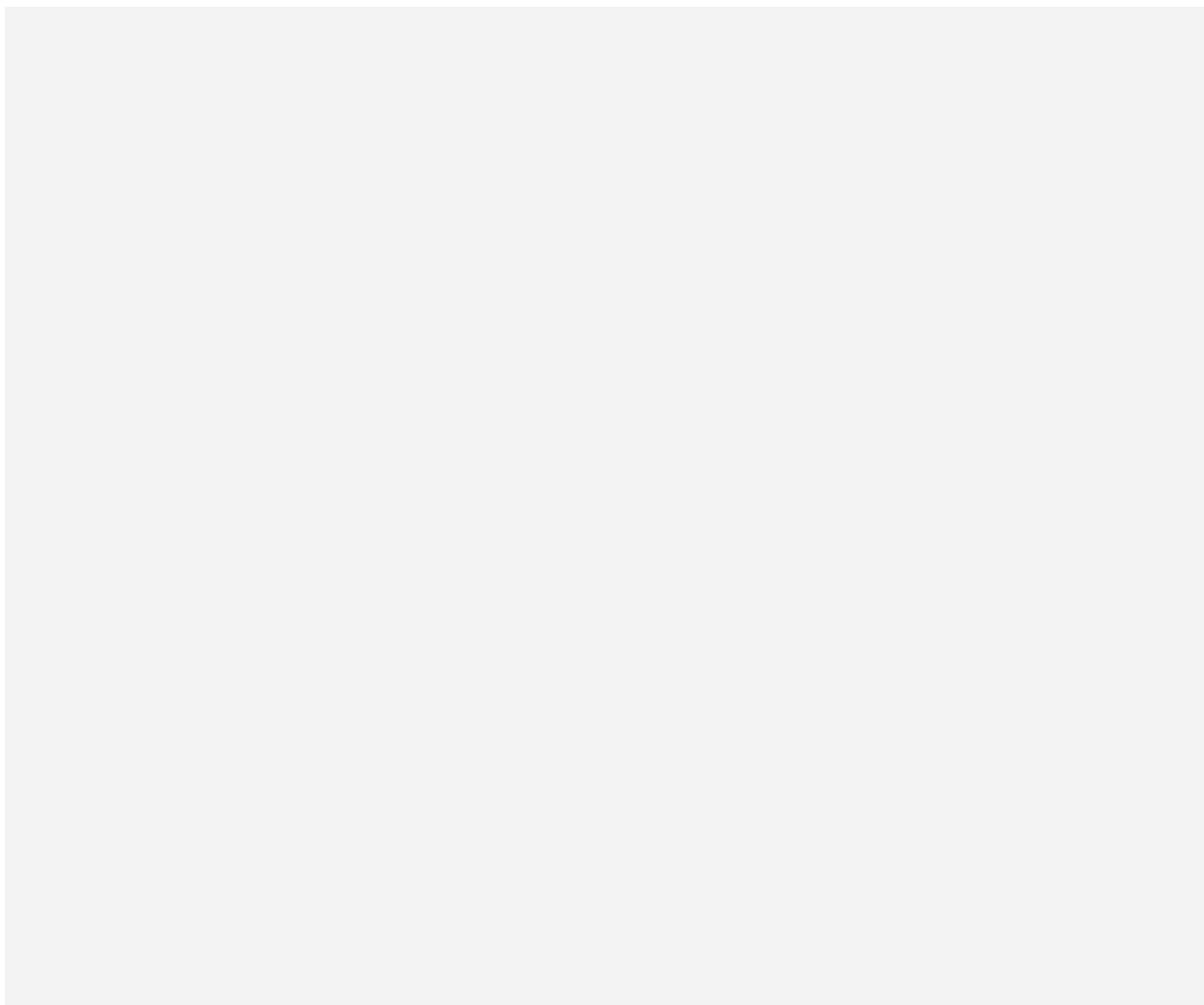


Figura 18 – Mexer no celular ao dirigir vai dar multa gravíssima.

Destaque do dia

Mexer no celular ao dirigir vai dar multa gravíssima



Motorista fala ao celular em rua da capital, ontem; infração passará a ser considerada gravíssima, com multa de 293,47 e sete pontos na carteira de habilitação; manuseio do telefone também será fiscalizado

A partir de novembro, manusear telefone também será infração, com 7 pontos na CNH e valor de R\$ 293,47

A partir do dia 5 de novembro, os motoristas que forem flagrados com o celular na mão enquanto dirigem vão ser multados em R\$ 293,47. A penalidade passará a ser classificada com gravíssima, o que acarreta sete pontos na carteira de motorista. Será considerada infração tanto falar quanto manusear o telefone.

A medida faz parte de uma série de mudanças no Código de Trânsito Brasileiro sancionadas pela presidente Dilma Rousseff (PT). Entre elas também está o reajuste dos valores das multas (leia texto ao lado). As regras passam a valer seis meses após a publicação, anteontem, no "Diário Oficial da União".

Atualmente, o código prevê multa apenas para quem fala ao celular enquanto dirige. A infração é considerada média, com cinco pontos na carteira de habilitação. O valor é de R\$ 85,13.

O objetivo da mudança, incluindo o manuseio do celular, é coibir o uso do aparelho em geral. "O Código de Trânsito Brasileiro estava desatualizado. Hoje os celulares

têm muito mais funções do que apenas de telefone", diz o especialista em segurança no trânsito Eduardo Biavati. A última atualização no Código foi no ano 2000.

Segundo Biavati, os agentes de fiscalização já podiam autuar quem manipulava o aparelho ao volante, mas agora a penalidade é prevista de forma mais clara e a punição, mais rigorosa.

Ele diz que há estudos que comprovam aumento de 400% no risco de causar acidentes quando o motorista digita uma frase de até seis palavras no celular enquanto dirige. "É o equivalente a ter ingerido bebida alcoólica."

Infrações na capital

As multas por falar ao celular enquanto dirige aumentam a cada ano na capital. Segundo dados da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego), houve um crescimento de 23% nas infrações entre 2014 e o ano passado. Em 2015, foram registradas 470.578 multas por falar ao celular na direção, contra 382.541 em 2014.

As alterações do Código de Trânsito preveem também que órgãos de fiscalização municipais, estaduais e federais publiquem anualmente o valor arrecadado com as multas no período.

(Mariana Zylberkan e FSP)

Valor será reajustado em novembro

As mudanças sancionadas pela presidente Dilma Rousseff (PT) incluem o reajuste de até 66% nos valores das multas a partir do dia 5 de

novembro deste ano.

A infração leve é a que terá o maior aumento, de 66%, e passará de R\$ 53,20 para R\$ 88,38 (veja quadro ao lado).

A gravíssima vai subir de R\$ 191,54 para R\$ 293,47. As multas médias e graves vão custar R\$ 130,16 e R\$ 195,23, respectivamente.

Além disso, os valores passarão a ser atualizados anualmente com base no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor).

(M2 e FSP)

Veja o que muda

Os novos valores das multas

| Infração | Exemplos | Valor hoje (em R\$) | Valor a partir de 5 de novembro (em R\$) | Aumento (em %) |
|-------------------|---|---------------------|--|----------------|
| Leve | <ul style="list-style-type: none"> Usar farol alto em vias com iluminação pública Buzinar entre as 22h e as 6h Dirigir sem documento do veículo | 53,20 | 88,38 | 66 |
| Média | <ul style="list-style-type: none"> Dirigir com lâmpadas do farol queimadas Jogar lixo ou objetos na via Ficar parado na via por falta de combustível | 85,13 | 130,16 | 52,8 |
| Grave | <ul style="list-style-type: none"> Estacionar sobre faixa de pedestres, ciclovia ou ciclofaixa Dirigir na contramão Dirigir na chuva sem o limpador de vidros ligado | 127,69 | 195,23 | 52,8 |
| Gravíssima | <ul style="list-style-type: none"> Dirigir com a placa do carro coberta Dirigir sem possuir CNH ou com o documento vencido Avançar o semáforo vermelho | 191,54 | 293,47 | 53 |

Fonte: Contran

Outras mudanças

A partir de 5 de novembro



Infração por usar celular enquanto dirige

Motorista também será multado por manusear o celular. Hoje, a infração é só por falar ao telefone

Tipo de multa: Passa de média, com cinco pontos na habilitação, para gravíssima (sete pontos na CNH)

Valor da multa: Vai subir de R\$ 85,13 para R\$ 293,47



Se recusar a fazer o teste do bafômetro ou exame clínico

Motorista será multado em dez vezes o valor da multa gravíssima e terá a carteira de habilitação suspensa

Valor da multa: R\$ 2.934,07



Quem não fizer bafômetro terá de pagar R\$ 2.934,70

Outra mudança é a punição mais rígida para o motorista que se recusa a fazer o teste do bafômetro ou qualquer outro exame que indique se está alcoolizado.

A recusa será considerada infração gravíssima, com sete pontos na carteira de habilitação. O valor da multa será de R\$ 2.934,70 (dez vezes o valor da gravíssima), o mesmo para quem for flagrado bêbado, e o motorista ficará proibido de dirigir por um ano. A medida passa a valer no dia 5 de novembro.

A atual versão do código não prevê esse tipo de punição. Na capital, por exemplo, a Polícia Militar multa o motorista com base no artigo que autoriza a autuação se há indícios de consumo de

bebida alcoólica, como andar cambaleante, olhos vermelhos e hálito do motorista. Na avaliação da PM, se o motorista se recusou a fazer o teste, ele está alcoolizado. Hoje, a multa é de R\$ 1.915,40.

"É uma interpretação errada do artigo, e as multas são ilegais porque se baseiam na interpretação subjetiva da situação pelo policial", diz o advogado Maurício Januzzi, da comissão de trânsito da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo).

Para ele, a mudança é inconstitucional e cabe recurso na Justiça. "A mesma infração é aplicada para quem é flagrado dirigindo alcoolizado e para quem se recusa a fazer o teste do bafômetro", diz o advogado. (M2)

Fonte: Mexer..., 2016.

Com as câmeras de monitoramento dispersas nas vias de circulação da cidade, o sujeito é estimulado a se comportar nos termos da lei. Essas câmeras acabam se tornando instrumentais do poder a serviço do comportamento disciplinado, visto que:

[...] nas estradas, deve-se comportar de tal modo, andar a tal velocidade, ultrapassar por tal faixa, etc.: os regramentos que constituem a espacialidade, códigos não materializáveis nesse espaço, estão indicados pela câmera fixada no poste. (DUARTE; FIRMINO, 2010, p. 101).

No espaço urbano de Aracaju, as câmeras de monitoramento da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT), estão localizadas nas avenidas de maior fluxo de veículos. Através delas é possível monitorar o motorista, identificar infrações e multar os infratores. Foram instaladas 31 câmeras de monitoramento interligadas a Central de Videomonitoramento da SMTT (Figura 19). As câmeras estão devidamente sinalizadas com as placas informando aos condutores sobre a fiscalização.

Figura 19 – Central de Videomonitoramento SMTT – Aracaju – 2015.



Fonte: SMTT, 2015.

A incorporação da videovigilância pelos sistemas de segurança pública pode revelar não somente o seu lado do controle e da segurança, mas também outro lado

perverso e excludente socioespacial; como foi percebido por Kanashiro (2007), em uma pesquisa realizada no Parque da Luz, em São Paulo. Ela notou que a implantação de um sistema de videovigilância no Parque provocou o afastamento ou desaparecimento dos antigos habitantes da região: prostitutas, homossexuais, mendigos e usuários de drogas. O sistema de videovigilância passou a funcionar como um mecanismo tecnológico de controle dos fluxos de sujeitos “desejáveis” e eliminação dos sujeitos “indesejáveis” dessa região, pois:

Ao reservar partes da cidade para serem asseguradas por esse exército privado, e destinadas a uma parcela da população, as áreas e grupos excluídos desse processo ficam a mercê da segurança a ser promovida por uma autoridade pública erodida. Revela-se assim, a radicalização da promoção do desaparecimento do conflito, que de forma mais contundente, é realizado por meio do desaparecimento de certa parcela da população, no limite, uma política de extermínio menos custosa. (KANASHIRO, 2007, p. 6).

A incorporação de câmeras de monitoramento na cidade com o objetivo de vigilância e controle, pode também ter outro objetivo o da exclusão socioespacial, a expulsão em determinados lugares de sujeitos marginalizados pela sociedade, como no exemplo da pesquisa realizada no Parque da Luz, em São Paulo.

É importante reconhecer que a utilização de câmeras de monitoramento em espaços públicos, por exemplo, onde ocorre a prostituição pode inibir a presença de clientes que não desejam que sua imagem seja exposta numa central de videovigilância da segurança pública e, também, correr o risco dessa imagem ser divulgada na internet por meios ilícitos. O afastamento dos clientes pode ocasionar o deslocamento da prostituição de um lugar que está sendo monitorado por câmeras para outro sem as mesmas. As câmeras de videovigilância, independentemente de estarem ligadas ou não, podem mudar o comportamento do sujeito em seus fluxos espaciais, no andar ou ocupar determinados espaços públicos ou privados. Nesse sentido, os sistemas de videovigilância, da segurança pública, pode produzir espaço da exclusão social.

E, esclarecendo o último item, a paisagem real ao ser virtualizada, em paisagem virtual, esta última pode ser manuseada, armazenada e transmitida. Com o

desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação é possível coletar, manusear, armazenar e transmitir informações (texto, imagem e som) em “tempo real”.

Hoje, vem se expandindo os sistemas de segurança pública que utilizam câmeras móveis ou estáticas, de visão panorâmica ou focal que podem transmitir dados digitais ou analógicos, com ou sem fio. As imagens podem ser gravadas e manuseadas de diferentes maneiras, podem ser armazenadas e transmitidas em “tempo real”, possibilitando um maior controle e segurança no espaço geográfico.

Através do ciberespaço podem-se armazenar milhões de informações (texto, imagem, som), o que seria impossível ao cérebro humano. Também, ao se transmitir uma paisagem virtual, ela pode ser compartilhada por muitas pessoas, que num sistema de videovigilância da segurança pública muitos podem vigiar poucos (e vice-versa), analisando o comportamento destes, no tempo-espaço.

A partir desses esclarecimentos, percebe-se que a virtualização eletrônica da paisagem real é uma realidade que se expande na contemporaneidade. Essa virtualização conduz a uma paisagem virtual, uma imagem artificial obtida através das tecnologias de informação e comunicação.

Koskela (2010, p. 179) afirma que “[...] todas as imagens visuais têm um potencial político inerente”. Assim,

As câmeras de vigilância participam de uma nova visibilidade, um novo regime de enunciação e novos mecanismos de funcionamento do poder. A introjeção da sensação de vigilância permanece, a invisibilidade do observador continua garantida, mas com essas novas tecnologias, relacionadas à coleta de informações sobre pessoas, não há correção dos desvios ou sanção normalizadora corretiva e típica das sociedades disciplinares, não há esse investimento sobre o indivíduo. Esses dispositivos não se vinculam mais ao lugar ou tempo adequados para a punição exemplar, e sim à permissão ou recusa do acesso, que desloca e dilui a punição para o momento sempre imediato da circulação. E em lugar do indivíduo o que aparece é a mobilidade do fluxo e sua regulação, é isso que se sobressai neste contexto como fundamental para o exercício do poder. (KANASHIRO, 2007, p. 11).

Então, na contemporaneidade, o ciberespaço utilizado pelos sistemas de segurança pública no espaço urbano faz parte de uma sociedade que não é mais a disciplinar (considerando o contexto histórico e geográfico, apesar de grande parte de

mecanismos disciplinares ainda serem utilizados na contemporaneidade), mas de uma sociedade com novas tecnologias políticas, que utiliza senhas de acesso, banco de dados, comunicação imediata e controle constante. É possível compreender as câmeras de monitoramento, a videovigilância e os dispositivos biométricos mais próximos das sociedades de controle deleuziana do que das sociedades disciplinares ou do *panopticon* de Bentham.

3.3 Espaço: Controle e Segurança

Kolody e Luiz (2014, p. 147) explicam que:

[...] o controle social [...] tem sido usado por diversos autores para designar os mecanismos que estabelecem a ordem social disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Assim sendo, assegura a conformidade de comportamento dos indivíduos a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados. Sendo historicamente usado em seu sentido coercitivo sobre a população para garantir o controle do Estado ou do empresariado sobre as massas.

Nas sociedades disciplinares analisadas por Foucault (1987), que se iniciam em meados do século XVIII e se estendem até metade do século XX, o poder terá como alvo o corpo humano com o objetivo de aprimorá-lo, adestrá-lo; o corpo é visto como algo em que se pode treinar, manipular e modelar. É um poder disciplinar que fabrica o corpo do indivíduo:

[...] a disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. (FOUCAULT, 1987, p. 143).

Entende Foucault (1987) que os sistemas disciplinares têm como principal função aumentar as habilidades do corpo, aprofundar sua sujeição, investi-lo de um potencial econômico e uma obediência política:

Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma 'anatomia política', que é também igualmente uma 'mecânica do poder', está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Os mecanismos disciplinares (por meio de vigilância hierárquica, sanção normalizadora, exame, controle, coerção e dominação) serão responsáveis por criar corpos exercitados, submissos e dóceis; transformando-os numa força de trabalho economicamente útil e menos resistente politicamente. Os mecanismos disciplinares têm como função principal adestrar os corpos; “[...] adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor” (FOUCAULT, 1987, p. 143).

Segundo Foucault (1987) os regimes disciplinares foram sendo postos em funcionamento no interior das famílias, colégios, quartéis, oficinas, fábricas, casernas, prisões, hospitais etc., formando indivíduos submissos.

O *Panopticon*, de Jeremy Bentham (Figura 20), apresentado por Foucault (1984) foi um tipo de arquitetura de vigilância que ao mesmo tempo era global e individualizante separava os indivíduos que seriam vigiados. Ele era um edifício em forma circular em que no centro havia uma torre e ao seu redor um conjunto de celas. Da torre era possível observar o que estava ocorrendo em todas as celas, porém quem estava nas celas não conseguia visualizar quem estava na torre. E nesta poderia haver um vigia ou não. O indivíduo que era vigiado não tinha certeza disso, mas essa dúvida já era o suficiente para mantê-lo disciplinado.

Figura 20 – *Panopticon*, de Jeremy Bentham.



Fonte: DAVIS, 2016.

As práticas disciplinares foram disseminadas pelo corpo social com o intuito de responder a demandas locais ou regionais e contextuais, como: criação e aperfeiçoamento de inovações industriais, invenção de metodologias escolares, controle de doenças epidêmicas, melhoramento da vigilância em torno dos delinquentes.

Com esses regimes disciplinares, foi possível:

[...] realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual; constatar a presença, a aplicação do operário, a qualidade de seu trabalho; comparar os operários entre si, classificá-los segundo sua habilidade e rapidez; acompanhar os sucessivos estágios da fabricação. Todas essas seriações formam um quadriculado permanente: as confusões se desfazem; a produção se divide e o processo de trabalho se articula por um lado segundo suas fases, estágios ou operações elementares, e por outro, segundo os indivíduos que o efetuam, os corpos singulares que a ele são aplicados: cada variável dessa força - vigor, rapidez, habilidade, constância - pode ser observada, portanto caracterizada, apreciada, contabilizada e transmitida. (FOUCAULT, 1987, p. 124).

Cada habilidade do operário passava a ser conhecida pelos capitalistas donos dos meios de produção. Através das técnicas disciplinares era possível o controle do tempo, o controle do desenvolvimento da atividade. O corpo do indivíduo foi submetido aos ponteiros do relógio, com a finalidade de rapidez e eficácia na atividade laboral. Para cada movimento do corpo é estipulada uma duração, uma direção, um norte a ser seguido. O tempo do relógio irá marcar os movimentos dos indivíduos no

interior de diversas instituições nas sociedades disciplinares: convento, hospital, exército, escola, fábrica, prisão etc. O tempo disciplinar torna-se uma espécie de elemento “anátomo-cronológico do comportamento” (FOUCAULT, 1987, p. 129).

O regime disciplinar era incorporado de sanção normalizadora, importante mecanismo técnico-político que funcionava essencialmente:

[...] de tornar penalizáveis as frações mais tênues da conduta, e de dar uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar: levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora. (FOUCAULT, 1987, p. 149).

A sanção normalizadora tinha como principal função diminuir a quantidade de desvios; ela devia ser corretiva.

De acordo com Foucault (1987), o regime disciplinar utilizava-se da técnica da visibilidade, do ver e ser visto. Esta técnica conduzia o corpo à submissão, a efeitos de poder. A partir de um espaço analítico de confinamento: fábricas, prisões, hospitais, colégios, quartéis, oficinas, igrejas, cria-se um campo de visibilidade através do qual se possa identificar, vigiar, controlar, examinar e sancionar as atitudes dos indivíduos:

[...] permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; e absolutamente ‘discreto’, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. A disciplina faz ‘funcionar’ um poder relacional que se auto-sustenta por seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados. (FOUCAULT, 1987, p. 148).

Foucault (1987), explica que a técnica da visibilidade constante sobre os corpos garante o funcionamento das relações disciplinares e viabiliza o processo de registro e documentação das atitudes, comportamentos e atividades dos indivíduos. “[...] os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária” (FOUCAULT, 1987, p. 157).

Esses registros constantes de conhecimentos dos indivíduos no espaço de confinamento, onde ocorrem às relações disciplinares, passam a fazer parte das relações de poder. O regime disciplinar executa, ao mesmo tempo, o exercício do poder

e a construção do saber (FOUCAULT, 1987, p. 157) como o do *Panopticon*, de Jeremy Bentham:

[...] induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder. Fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação. (FOUCAULT, 1987, p. 166).

As sociedades disciplinares analisadas por Foucault (1987) se sustentavam, no intramuros, nas instituições de confinamento: famílias, fábricas, prisões, hospitais, colégios, quartéis, oficinas, igrejas. Essas sociedades eram impulsionadas pelas relações sociais e de produção do sistema capitalista, do século XVIII até a metade dos séculos XX. Elas se baseavam na primazia da autoridade sobre a autonomia do indivíduo, em espaços fechados, em relações de micro poder.

E de acordo com Foucault (2008, p. 4) “o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que tem como papel ou função [...] manter – mesmo que não o consigam - justamente o poder”; e, “os mecanismos de poder são parte intrínseca de todas essas relações [...] de produção, nas relações familiares, nas relações sexuais [...]” (FOUCAULT, 2008, p. 4). Para o autor, quem detém o poder tem o poder de disciplinar, vigiar e punir. Tem o poder de controlar o outro. Saber é poder e onde existir relações humanas haverá relações de poder. Contudo “o poder não se exerce senão sobre ‘sujeitos livres’ [...] sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades no qual muitas condutas, muitas reações e diversos modos de comportamento podem ter lugar” (FOUCAULT, 2003, p. 237).

Na contemporaneidade, Carvalho (2012, p. 20) entende que “a sociedade de controle [...] o novo regime de poder, é então o acontecimento no qual estamos imersos, às voltas com os modos de dominação ainda desconhecidos, mas provavelmente muito mais eficientes que os anteriores” em relação às sociedades disciplinares estudadas por Foucault.

Afirma que: “[...] são as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares. ‘Controle’ é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo” (CARVALHO, 2012, p. 20).

Mas, já havia por parte de Foucault (2008), em Território, Segurança, População, a preocupação em aprofundar seus estudos sobre a questão do controle social e as relações de poder sobre o território, com o desenvolvimento das tecnologias de segurança, visto que a:

[...] emergência de tecnologias de segurança no interior seja de mecanismos que são propriamente mecanismos de controle social [...], seja dos mecanismos que tem por função modificar em algo o destino biológico da espécie. Então, e é essa a questão central do que eu gostaria de analisar, poderíamos dizer que em nossas sociedades a economia geral de poder está se tomando da ordem da segurança? (FOUCAULT, 2008, p. 15).

Nesse sentido,

Eu gostaria, portanto, de fazer aqui uma espécie de história das tecnologias de segurança e tentar ver se podemos efetivamente falar de uma sociedade de segurança. Em todo caso, sob o nome de sociedade de segurança eu gostaria simplesmente de saber se há efetivamente uma economia geral de poder que tenha a forma [de] ou que, em todo caso, seja dominada pela tecnologia de segurança. Então, algumas características gerais desses dispositivos de segurança. Em primeiro lugar, gostaria de estudar um pouquinho, assim por alto, o que poderíamos chamar de espaços de segurança. [...] estudar a forma de normalização que é específica da segurança que não me parece do mesmo tipo da normalização disciplinar. (FOUCAULT, 2008, p. 15).

Porém, cabe esclarecer que essas tecnologias não são as tecnologias do ciberespaço que vivenciamos hoje. Segundo o autor “[...] de uma maneira um tanto esquemática: a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população” (FOUCAULT, 2008, p. 14-15). E no próprio planejamento do espaço urbano já é possível observar os mecanismos de controle de segurança, que limitam e regulam o comportamento e a circulação das pessoas.

Esclarece Foucault (2008) que o mundo contemporâneo está sendo dominado pelo biopoder, que sempre esteve presente na história do sistema capitalista e que se acentua a partir do final do século XIX. Esse biopoder está relacionado ao poder sobre a vida, a seu desenvolvimento e ao seu controle e está relacionado à biodiversidade, biotecnologia e à biossegurança. Esse biopoder manifesta-se na

sociedade de segurança ou de controle, no poder sobre a vida, sobre o homem e sobre as massas.

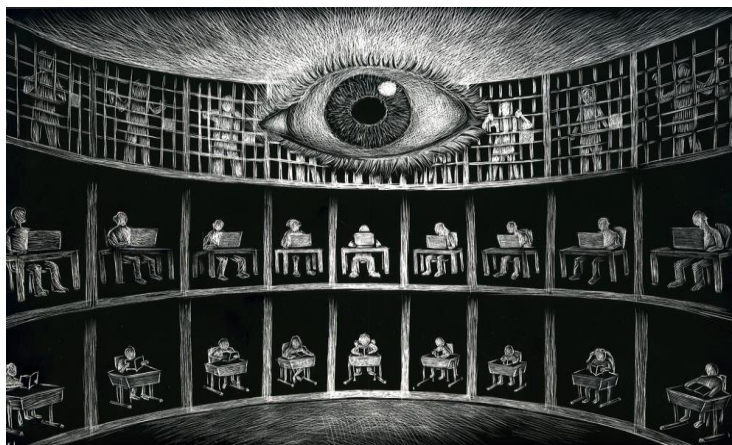
O autor opõe-se aos conhecimentos, mecanismos, procedimentos e técnicas de controle do sujeito, pois “[...] o objetivo principal, hoje, não é o de descobrirmos, mas o de nos recusarmos a ser o que somos” (FOUCAULT, 2003, p. 232). Sua reflexão parte para a questão da possibilidade de inventar novos modos de laços comunitários, de estilo de vida, de subjetividade, de resistência e de encontro aos sistemas hegemônicos de poder e de controle social. “[...] consiste numa crítica do que somos, pensamos e fazemos, através de uma ontologia histórica de nós mesmos.” (FOUCAULT, 2003, p. 574).

A partir dessa abordagem de Foucault (1987), é necessário retomar a questão da paisagem. Tanto em Santos (2008) como em Foucault (1987), as abordagens se pautam na paisagem real, principalmente sobre dois aspectos:

- a) a dimensão e distância escalar da paisagem depende da visão direta do sujeito;
- b) a paisagem real depende do manuseio, armazenamento e transmissão por parte do sujeito.

Nas sociedades disciplinares, o controle e o poder sobre o indivíduo se dão pela disciplina e realizam-se em espaços fechados, intramuros. Nessas sociedades era utilizada a técnica da visibilidade constante, da observação da paisagem real, de recortes do espaço: fábricas, prisões, hospitais, colégios, quartéis, oficinas, igrejas. Essa técnica era utilizada para a submissão do corpo, a efeitos de poder. A dimensão e distância escalar da paisagem dependia da visão direta do sujeito, a exemplo da visão no *Panopticon* (Figura 21). Tem-se, assim, o seguinte esquema de poder e controle disciplinar: sujeito – visão – paisagem, ou mais especificamente: sujeito – visão – sujeito.

Figura 21 – Visão no *Panopticon*.



Fonte: Dystopia..., 2016.

A técnica da visibilidade constante da paisagem real viabilizava o processo de registro e documentação das atitudes, comportamentos e atividades dos indivíduos. O manuseio, armazenamento e transmissão dependiam diretamente do sujeito que observava a paisagem real.

Nas sociedades disciplinares, o controle socioespacial se dava a partir da visão direta do sujeito da paisagem real. Diferentemente das sociedades de controle analisadas por Deleuze (1992).

No artigo *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle, (1992), Deleuze considera que as sociedades de controle estão substituindo as sociedades disciplinares. A noção “sociedades de controle” foi criada por este autor para designar o arranjo sócio-econômico-político que passou a vigorar a partir da metade do século XX.

Para Deleuze (1992) depois da 2ª Guerra Mundial as sociedades disciplinares irão dar espaço às sociedades de controle; o controle social não irá mais se restringir ao espaço de confinamento intramuros, enclausurados; mas irá se expandir para o espaço extramuros essencialmente ao ar livre, longe de barreiras físicas e locais. O controle socioespacial será realizado, principalmente, através das tecnologias de informação e comunicação.

Cabe destacar que mecanismos disciplinares não desapareceram com o advento das sociedades de controle, mas, sim, que estes estão espalhados, em novas formas e com outras tecnologias, por toda malha socioespacial contemporânea.

Neste artigo Deleuze (1992) faz uma comparação entre a fábrica moderna (das sociedades disciplinares) e a empresa contemporânea (das sociedades de controle). A fábrica moderna foi concebida para criar um cenário no qual a produção capitalista fosse intensiva e lucrativa, com baixos salários e vigilância do proletariado. Já a empresa contemporânea impõe uma modulação aos salários dos trabalhadores, com premiação para cumprimento de metas e desafios (competição entre os trabalhadores) para aumentar seu salário mensal. O “salário por mérito” será a principal “*modulação*” das relações trabalhistas das empresas contemporâneas.

Deleuze (1992) considera que as sociedades disciplinares estabeleceram suas bases através de dois polos distintos: a assinatura, capaz de indicar e caracterizar o indivíduo; e, o número de matrícula, que posiciona o indivíduo perante a massa. Já nas sociedades de controle o essencial é a *cifra*, isto é, código e/ou senha intransferível, que permite ou não o acesso do indivíduo a um determinado local ou a uma determinada informação. Os indivíduos são controlados de acordo com uma senha:

Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura nem um número, mas uma cifra, a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’. (DELEUZE, 1992, p. 222).

Segundo o autor, nas sociedades disciplinares o poder e o controle ocorrem através da disciplina e se realizam em espaços confinados. A técnica da visibilidade por meio de um constante jogo de olhares garantia o funcionamento das relações disciplinares. Já nas sociedades de controle as pessoas passaram a ser observadas e controladas através das tecnologias de informação e comunicação, através, por exemplo, de satélites, câmeras, internet e do computador que possibilitam obter informações de cada indivíduo da malha social. O controle social se dá sobre fluxos (sociais, financeiros, comunicacionais etc.); a rede ganha importância nos estudos dessas sociedades (DELEUZE, 1992).

Diferentemente das sociedades disciplinares, nas quais a interação humana estava mais presente, nas sociedades de controle, quanto mais sofisticados os mecanismos eletrônicos digitais (câmeras de monitoramento e banco de dados) menos interação humana para decidir o que é risco à segurança. A inserção de câmeras de vigilância encontra-se como mecanismo de poder funcionando por controle contínuo e comunicação instantânea, para auxiliar no controle socioespacial.

O exemplo apresentado por Kanshiro (2007, p. 12), da matéria publicada em maio de 2001, pela revista Carta Capital, expressa bem a questão:

Liverpool street station, uma movimentada estação de trens a leste de Londres. Meados de abril. Cerca de 15 pessoas esperam o próximo trem. Entra em cena uma mulher de meia-idade. Vestindo *tailleur* marrom-claro, bolsa de cor creme, ela não representa um perigo para as novas câmeras, equipadas com um programa que detecta comportamentos suspeitos. Sua silhueta, portanto, está coberta de pontos verdes, sabem os oficiais de segurança na sala da estação repleta de monitores, que apenas servem para repousar os olhos. O trem chega, todos os presentes desaparecem no interior – mas a mulher de *tailleur* marrom-claro permanece imóvel. Num piscar de olhos, os pontos verdes ficam vermelhos, o sinal de alarme. O chefe de segurança ordena - É melhor ir perguntar a essa senhora se está tudo bem. (KANASHIRO, 2007, p. 12)

A matéria retrata a forma de funcionamento de um sistema de câmeras de monitoramento no metrô de Londres. As câmeras digitais enviam imagens para um sistema computacional da central de videovigilância, as quais são analisadas por meio de um *software*, o qual capta aquilo que se destaca do fluxo, que não está de acordo ao esperado. É o sistema computacional que está programado para reconhecer uma “situação de risco”, visto que:

[...] a vigilância [...] passa para o formato digital que permite a armazenagem de informações e interação com bancos de dados e posterior integração com sistemas biométricos de reconhecimento facial. É nesse formato digital [...] que controle da mobilidade, redirecionamento dos fluxos, extermínio do erro, velocidade e automação tornam-se mais claros [...]. (KANASHIRO, 2007, p. 12).

Assim, o ciberespaço da videovigilância passou a fazer parte das estratégias contemporâneas de segurança, controle e poder – cada vez mais as câmeras de

monitoramento, em rede de computadores, são disseminadas no espaço geográfico, principalmente na cidade.

Elas têm sido utilizadas não somente no sistema de segurança pública, mas também por particulares, por exemplo, pais utilizam a internet, câmera, celular e a tecnologia *Global Positioning System* (GPS, em português Sistema de Posicionamento Global) para monitorar seus filhos em casa, no carro, em berçário e na escola:

Do computador na mesa de trabalho ou do celular, a analista de sistemas [...] monitora pela internet a rotina da filha única, Amanda. [...], ela instalou oito câmeras com microfones em todos os cômodos da casa - inclusive no banheiro - e avisou a babá sobre o monitoramento. 'Podem me chamar de neurótica, superprotetora, do que quiser. Eu chamo isso de amor e de segurança', afirma [...]. Ela sai às 7h de casa e só retorna do trabalho às 19h. [...] conta que instalou as câmeras antes mesmo de contratar uma babá. 'Das sete que entrevistei, seis não quiseram o trabalho por causa das câmeras. Quando ela [Claudete, a babá contratada] veio aqui, eu já avisei: posso monitorar você pela internet, pelo celular, posso ver o que você está fazendo o dia todo; tem algum problema?' A babá, diz ela, respondeu que não. A mãe acredita que, por trabalhar fora o dia todo, acaba perdendo os momentos mais importantes do crescimento da filha. Claudete, a babá, afirma que não se incomoda de ser observada. 'Venho aqui para trabalhar, e não para fazer coisa errada'. [Já outra] empresária [...], também possui quatro câmeras em casa. Na última terça, às 16h, ela acompanhava no computador do trabalho a babá dando banho na filha Luana [...]'.

(MÃE..., 2016, p. 2).

Além de buscar o controle e a seguranças das filhas, dois pontos devem ser considerados nesses dois casos. No primeiro, é que não ocorre somente o monitoramento da filha, mas também do trabalho da babá, ou seja, também no mundo atual estamos vivenciando outra forma de controle do trabalho, não somente através do relógio de ponto, mas também através da vigilância eletrônica por meio de câmeras de monitoramento interligada a internet. E, muitas empresas, já estão fazendo isso em diversas partes do mundo. Outro ponto é que uma pessoa que possui certo tipo de conhecimento de internet pode capturar as fotos da babá dando banho na filha Luana e expor essas fotos na internet e causar diversas situações constrangedoras para a mãe da criança.

Diferentemente das sociedades disciplinares na qual a vigilância se dava através da técnica de visibilidade direta da paisagem real; hoje, na contemporaneidade,

prioriza-se o exercício do controle e poder através do ciberespaço, da visibilidade direta da paisagem real, troca-se esta pela paisagem virtual eletrônica. Com o ciberespaço cada vez mais os sistemas públicos de videovigilância utilizam a paisagem real virtualizada para o controle socioespacial.

E é importante chamar a atenção sobre este ponto da questão da imagem, pois enquanto nas sociedades disciplinares o foco da vigilância era restrito a espaço confinado, pois dependia da dimensão escalar da visão do sujeito; nas sociedades de controle, o foco da vigilância pode ser múltiplo, sobre múltiplas paisagens virtualizadas, de diversos lugares (Figura 22), a depender das tecnologias de informação e comunicação que estão sendo utilizadas.

Figura 22 – Múltiplas paisagens virtualizadas.



Fonte: Câmeras..., 2016b.

Nas últimas décadas as “sociedades disciplinares” estão dando lugar às “sociedades de controle” ligado às inovações tecnológicas e o uso delas seria uma nova forma para a prática do poder. As tecnologias de informação e comunicação, como a internet, as câmeras de vigilância, os aparelhos celulares, os cartões de créditos entre outros viabilizam mecanismos de vigilância e controle cada vez mais eficientes (DELEUZE, 1992).

Segundo Raffestin (1993, p. 56) “[...] para Foucault e Deleuze, ‘todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação do saber’”.

E não se pode negar que tanto o *panopticon* como as tecnologias de informação e comunicação o efeito causado nas pessoas “parece” o mesmo, no sentido em que as pessoas são vigiadas em seus comportamentos, mas não sabem por quem. Será que uma pessoa sabendo que está sendo monitorada por uma câmera de vigilância eletrônica não altera seu comportamento? E utilizando-se das ideias de Raffestin (1993, p. 52), pode-se dizer que o mais perigoso é aquele poder “[...] que não se vê, ou que não se vê mais porque se acreditou tê-lo derrotado, condenando-o à prisão [...]. O poder renasce mais terrível ainda [...]” e, diga-se de passagem, com mecanismos de controle e vigilância das tecnologias de informação e comunicação - o ciberespaço. E, ainda, “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Pode-se retomar aqui a [...] geografia política: a população, o território e os recursos” (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Então, não se pode afastar o ciberespaço da ideia de um conjunto de tecnologias de informação e comunicação para o controle e poder; controle e poder sobre pessoas, sobre recursos e sobre o território, que pode se dá em diferentes escalas, seja em nível local, regional, nacional ou mundial.

Bruno (2006, p. 154 apud SILVEIRA, 2009, p. 130) afirma que “a vigilância se confunde hoje com a própria paisagem do ciberespaço”.

Quando George Orwell publicou seu romance, que deu origem ao filme 1984, não tinha os meios de comunicação que existem hoje, mas sua imaginação foi além do seu tempo, pois hoje com o ciberespaço temos a impressão de estarmos sempre sendo vigiados, principalmente, na cidade, seja nos espaços públicos ou nos espaços privados, como também em nossa casa. Mas cabe esclarecer que a vigilância exercida por um “Estado totalitário” era a principal preocupação de Orwell, diferentemente do contexto que se vivencia hoje.

Câmeras de monitoramento se espalham pela paisagem de diversas cidades do mundo, em praças, ruas, avenidas, shopping, hospitais, fábricas, escolas, universidades etc.

A internet e os sistemas computacionais estão se tornando um importante conjunto de tecnologias para a formação de bancos de dados para os sistemas de segurança pública e privado, armazenando dados que combinados podem fazer o

controle, monitoramento, rastreamento diário das pessoas, principalmente, no espaço urbano:

Os sistemas eletrônicos de vigilância multiplicam-se em progressão geométrica por toda parte. Não apenas os aeroportos ou em estações de trem e metrô, mas agora até mesmo as estradas, os túneis, os supermercados, os grandes magazines, os bancos, as fábricas e, no limite, escolas e instituições psiquiátricas, estão submetidas aos olhares técnicos e impessoais das câmeras de observação. (MACHADO, 1993, p. 220).

O controle se dá não somente através das câmeras, como também por diversas outras tecnologias de controle e vigilância em rede de sistemas de segurança pública e privada, como será analisado no próximo capítulo com a reticularização virtual de controle do espaço.

Aqui, foi possível esclarecer que, na contemporaneidade, a virtualização do espaço se expande, principalmente através das paisagens virtuais, possibilitando o controle socioespacial de forma - direta e indireta; é porque não dizer “das sociedades disciplinares” para as “sociedades de controle”.

4 RETICULARIZAÇÃO VIRTUAL DE CONTROLE DO ESPAÇO

Com a expansão do ciberespaço, viabilizado pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, pode-se afirmar que está surgindo no espaço geográfico um controle e segurança – uma geografia da segurança e controle em rede, principalmente, por parte dos Estados e das grandes firmas capitalistas.

E, ainda, pode-se dizer que está surgindo no espaço geográfico, redes mundiais, regionais e locais de controle e segurança socioespacial, viabilizada pelo ciberespaço. Mas que redes são essas?

Neste capítulo será analisada a reticularização virtual do espaço como forma de controle e segurança.

4.1 Tessitura Reticular do Espaço

Retirando as raras exceções, é correto afirmar que na contemporaneidade a sociedade em geral está na rede. As redes formadas pelas tecnologias de informação e comunicação possibilitam a coleta de dados de: cartão de crédito, sistema de telefonia, atividades na internet, registro civil, detector de metal, *scanner*, câmera de vídeo, aparelho de biometria etc.

Castells (2007a) considera a sociedade atual como uma sociedade informacional, uma sociedade em redes, na qual a informação não é apenas utilizada, mas sim o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas no atual período histórico.

Santos (2006) esclarece que a palavra rede ou a ideia de rede pode ser encontrada, tanto nas ciências exatas e sociais, como na vida prática, mas a sua origem teria vindo da Química, com Antoine Lavoisier, entre os séculos XVIII e XIX, referindo-se a ideia de articulação e interdependência dos elementos.

A partir do século XIX, com o desenvolvimento do capitalismo monopolista das grandes firmas internacionais, seu processo de mundialização em rede; o desenvolvimento e expansão das cidades e a hierarquização destas em rede; o

desenvolvimento dos transportes, dos meios de informação e comunicação viabilizando a “compressão tempo-espço”, os estudos sobre “as redes” ganharam maior relevância no cenário mundial.

As redes são estudadas por diversas ciências e pode ser encontrado um vasto referencial teórico conceitual sobre as mesmas:

A noção de um espaço reticulado (*espace maillé*) que tanto encontramos num psicólogo como G. N. Fischer (1980, p. 28), como num geógrafo como Claude Raffestin (1980, pp. 148 -167), vem dessa construção deliberada do espaço como quadro de vida, pronto a responder aos estímulos da produção em todas suas formas materiais e imateriais. Mediante as redes, ‘a aposta não é a ocupação de áreas, mas a preocupação de ativar pontos e linhas, ou de criar novos’ (Durand, Lévy, Retaille, 1992, p. 21). (SANTOS, 2006, p. 177).

Conforme Santos (2006, p. 177) a rede é também “[...] social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam [...]”, sem isso a rede é uma simples abstração. E, esclarece que:

[...] as redes não prescindem de fixos - que constituem - suas bases técnicas - mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas. Fixos e fluxos são intercorrentes, interdependentes. (SANTOS, 2006, p. 186).

“As redes são animadas por fluxos. São dinâmicas e ativas, mas não trazem em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social. Este, é animado tanto por dinâmicas locais quanto globais” (SANTOS, 1996, p. 206).

A reticularização ou a formação de "redes" no espaço geográfico, historicamente, têm possibilitado romper barreiras, sejam elas naturais, sociais, econômicas ou culturais. As redes possibilitam conexões, interações e a compressão “tempo-espço”, entre pessoas, empresas e lugares. Elas viabilizam uma tríade de fixos-fluxos-conexões interdependentes. E podem ser classificadas em “materiais” (compostas de pessoas, mercadorias, matérias-primas) ou “imateriais” (como fluxos de informações). Raffestin (1993) classifica as redes em dois tipos: redes de circulação (fluxo material) e redes de comunicação (fluxos imateriais).

Santos (2006) explica que o desenvolvimento técnico na contemporaneidade e as formas atuais da produção econômica são cada vez mais as redes globais: redes

produtivas, de comércio, de transporte, de informação, de comunicação. E as redes podem apresentar três níveis de conexão: mundial, dos territórios dos Estados e o nível local:

A existência das redes é inseparável da questão do poder. A divisão territorial do trabalho resultante atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço. Segundo Martin Lu (1984), esse papel de integração é funcional e territorial, sendo responsável pela intensificação das especializações, por novas divisões espaciais do trabalho, maior intensidade do capital, circulação mais ativa de mercadorias, mensagens, valores e pessoas, maior assimetria nas relações entre os atores. Para esse autor 'a integração pode ser conceituada como um processo de unificação do espaço da decisão com todas as consequências ao nível de mercados de fatores e produtos intermediários e finais'. (SANTOS, 2006, p. 183).

Raffestin (1993) chama a atenção para o controle cada vez maior das redes, pois considera que controlar as redes é controlar os homens.

Correa (2011) explica que as redes se tornam geográficas quando são estudadas em sua espacialidade, visto que:

As redes geográficas são redes sociais espacializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação, além daquelas de outras esferas da vida. (CORREA, 2011, p. 200).

“A rede geográfica é um caso particular de rede, sendo definida como o conjunto de localizações sobre a superfície terrestre, articulado por vias e fluxos”. (CORREA, 1999, p. 65). Ele a define como “[...] um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações” (CORREA, 2005, p. 105). Essa ideia de rede pode ser encontrada em diversas publicações de estudiosos em geografia.

Para o autor, a espacialidade e natureza social são as características distintivas das redes geográficas. Exemplifica que a superfície da Terra é recoberta por inúmeras redes geográficas, desde tempos passados até os dias atuais. Apresenta como exemplo os povos nômades que construíram suas próprias redes geográficas, através de itinerários percorridos periodicamente. O Império Romano com suas redes

de cidades e estradas. E na contemporaneidade as redes urbanas, de transportes, comunicações, informações e das firmas internacionais (CORREIA, 2011).

Como explica Moraes (2013, p. 141):

Antigos povos já apresentavam sistemas semelhantes a redes. Algumas civilizações Pré-Colombianas, como os incas, já apresentavam complexos modelos de comunicação através de estradas e pontes que interligavam diversas partes do Império (ROWE, 1946, pp. 231-232). Nessas vias passavam mensageiros que tinham a função de difundir informações para povoados e para o Imperador, criando uma sólida rede de comunicação para a época. Porém, é no século XIX que ocorre um incremento na criação de redes informacionais em escala inclusive global, através do advento do telégrafo e do telefone, protótipos de um futuro sistema mundial caracterizado pela possibilidade de conexão entre distantes locais e pela chamada compressão tempo-espaço.

Correa (1997) enfatiza a necessidade do estudo das redes geográficas, considerando-as como formas para a verificação das interações espaciais. Elas são partes integrantes do processo de organização espacial. Apresenta seis exemplos de redes geográficas na organização espacial: Rede solar, Rede dendrítica, Rede christalleriana, Rede axial, Rede circular, Rede de múltiplos circuitos. Mas, chama a atenção que essas configurações espaciais de redes devem ser vistas como tipos ideais que servem para tornar inteligível a sociedade.

Ainda, o autor, apresenta três dimensões básicas e independentes para o estudo das redes:

[...] a organizacional, a temporal e a espacial, envolvendo a estrutura interna, o tempo e o espaço. No que tange à dimensão organizacional, sugeriu-se que se considerassem os agentes sociais (Estado, empresas, instituições e grupos sociais), a origem (planejada ou espontânea), a natureza dos fluxos (mercadorias, pessoas, informações), a função (realização, suporte), a finalidade (dominação, acumulação, solidariedade), a existência (real, virtual), a construção (material, imaterial), a formalização (formal, informal) e a organicidade (hierárquica e complementaridade). A dimensão temporal, por sua vez, envolveria o conhecimento da duração (longa, curta), da velocidade dos fluxos (lenta, instantânea) e da frequência (permanente, periódica, ocasional). Finalmente, a dimensão espacial abrangeria o conhecimento da escala (local, regional, nacional, global), da forma espacial (solar, dendrítica, circuito, barreira) e das conexões (interna e externa). (CORREA, 2011, p. 205).

E que as redes geográficas são formas “[...] espaciais resultado de complexas relações entre [forma,] estrutura, processo e função, constituindo, as quatro categorias, uma unidade indissociável, conforme argumenta Milton Santos” (CORREIA, 2011, p. 206).

O advento das tecnologias da informação e comunicação vem provocando saltos quantitativos e qualitativos na sociedade, na economia, na política, nos sistemas de segurança, no espaço geográfico.

Essas tecnologias têm possibilitado grandes mudanças na organização do espaço, tem viabilizado o surgimento de um espaço reticulado, um espaço em rede de controle e segurança.

As redes formadas pelos sistemas de segurança pública e privadas, independente do seu recorte ou delimitação (local, regional ou mundial) são formadas por fluxos (informações e pessoas) e fixos (centrais de videovigilância); têm seu aspecto material (pessoas, instalações de segurança) e imaterial (informações e imagens) e também seu aspecto social, já que seu caráter dinâmico é o espaço social.

Pelo seu aspecto de conectividade é possível, através das redes, obter um sistema de segurança integrado em nível local, regional ou mundial.

A partir das dimensões apresentadas, anteriormente, por Correa (2011), pode-se exemplificar uma rede de videovigilância formada por um sistema de segurança pública, num determinado espaço urbano. Ela pode contar de uma central de videovigilância fixa (fixo) e câmeras de vigilância fixas (fixo) dispersas na cidade; uma dimensão organizacional (Estado, polícia militar – além das empresas que prestam serviços de manutenção, logística ou vendem os produtos para esse sistema de segurança) de forma planejada, sua natureza de fluxos de informações, com finalidade de vigilância e controle, sua existência real e virtual, e com construção material e imaterial, sendo formal com organicidade hierárquica. Na dimensão temporal envolveria o conhecimento dos fluxos de pessoas com duração de 24 horas, velocidade instantânea e frequência permanente. Já na dimensão espacial abrangeria o conhecimento da escala local do espaço urbano, com forma espacial “indefinida”, e com conexões internas de policiais e conexões externas de pessoas, porém ambas com conexões interna (o recorte espacial – um determinado espaço urbano).

Uma explicação mais detalhada sobre essas dimensões será abordada no último capítulo referente virtualização do espaço urbano de Aracaju para fins de segurança e controle.

Não existe uma dualidade ou extinção do espaço físico, do espaço geográfico ou da rede geográfica em sistemas de segurança pública em redes de videovigilância, pois a ação do controle e vigilância não se faz no ciberespaço virtual da videovigilância em si, mas no espaço geográfico concreto. O que se realiza a partir do ciberespaço da videovigilância em rede é a virtualização do espaço geográfico (produzindo recortes de paisagens virtualizadas) (Figura 23) para que através de fixo-fluxo-conectividade possibilite uma intervenção policial mais rápida no espaço real.

Figura 23 – Recortes de paisagens reais virtualizadas.



Fonte: Câmeras..., 2016b.

Assim, concordando com Santos (2006, p. 187):

As redes são virtuais e ao mesmo tempo são reais. Como todo e qualquer objeto técnico, a realidade material independente das redes é ser uma promessa. E assim que 'a rede preexiste a toda demanda de comunicação e apenas realiza a comunicação solicitada' (Ch. Pinaud, 1988, p. 70). Nesse sentido a primeira característica da rede é ser virtual. Ela somente é realmente real, realmente efetiva, historicamente válida, quando utilizada no processo da ação.

O entendimento, aqui, é o da existência de uma geografia do ciberespaço (real-virtual) dos sistemas de segurança pública para o controle e vigilância do espaço, como será desvelado a seguir.

4.2 Do Controle e da Segurança em Rede

É necessário destacar que a rede formada pelas tecnologias de informação e comunicação, é uma rede geográfica, é uma rede de controle e segurança e não somente de informação e comunicação. A rede das tecnologias digitais é baseada em códigos e protocolos de controle:

[...] os protocolos fundamentais da rede, principalmente o conjunto TCP/IP, asseguram a comunicação [...]. Ninguém pode se comunicar na Internet sem um IP, nem mesmo é possível abrir uma página da web sem um endereço IP. (SILVEIRA, 2009, p. 120).

Pelas redes geográficas de segurança e controle formadas pelas tecnologias de informação e comunicação podem ser feitos o armazenamento, manuseio e análises de bilhões de informações.

Muito diferente da televisão e do rádio que trazem informações em massa de todo o mundo, o ciberespaço permite o sujeito interagir, em rede, com diversos lugares do mundo, conhecer pessoas e visualizar diversas paisagens reais virtualizadas, em “tempo real”.

O ciberespaço, produto das tecnologias de informação e comunicação, acaba sendo uma prótese do corpo humano que, através das redes expande a visão do sujeito em suas relações socioespaciais.

A “compressão tempo-espaço” analisada por Harvey (1989), dialeticamente tem seu oposto a “expansão tempo-espaço” viabilizada pelo ciberespaço. O espaço geográfico, através de sua virtualização, em recortes de paisagens reais virtualizadas, em rede, possibilita que o sujeito mantenha relações socioespaciais, dos mais diversos lugares do mundo em “tempo real”. O sujeito mantém relações sociais com sujeitos de tempos e espaços diferentes, dos diversos lugares do mundo. Há, aqui, através das redes, uma “expansão tempo-espaço” das relações socioespaciais.

A paisagem virtual eletrônica em rede possibilita um ver sem ser visto (Figura 24). Ela viabiliza a vigilância, o controle e o exercício do poder de quem a controla. O poder através da coleta, manuseio, armazenamento e transmissão de informações sobre os sujeitos monitorados e o poder sobre o comportamento cotidiano das pessoas que estão sendo monitoradas através de câmeras do ciberespaço.

Figura 24 – Monitore o que é seu de qualquer lugar do mundo.



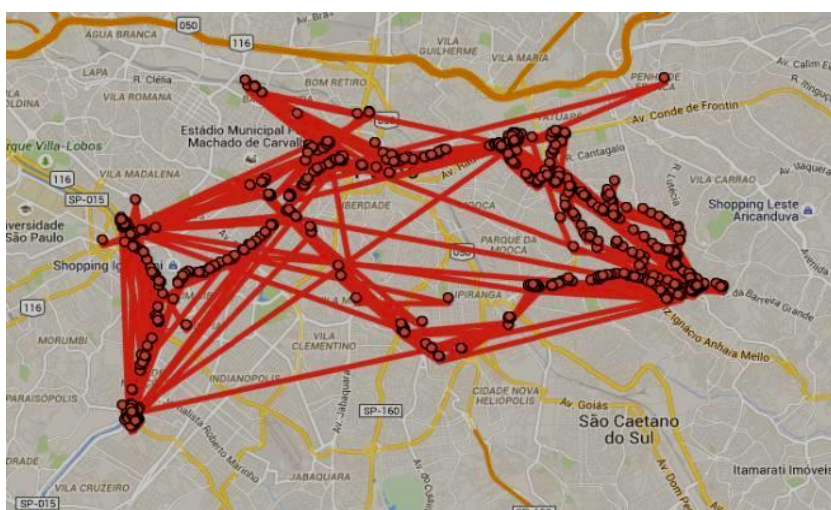
Fonte: Monitore..., 2016.

Segundo Bruno (2008, p. 11), as tecnologias de controle e vigilância digitais viabilizam o “[...] monitoramento sistemático, automatizado e à distância de ações e informações de indivíduos [...] com o fim de reconhecer e intervir nas suas condutas ou escolhas possíveis”. Através dessas tecnologias é possível a coleta, o manuseio, o armazenamento e a transmissão de informações do comportamento das pessoas no espaço geográfico. Através do ciberespaço é possível aos sistemas de segurança pública e privada realizar o controle e a vigilância das pessoas, com a montagem de bancos de dados que traçam o perfil do usuário.

Existem diversos programas e sistemas de busca na internet, que possibilitam a obtenção de informações as mais diversas possíveis; porém esses mesmos programas e sistemas são responsáveis pelo rastreamento e obtenção de informações das pessoas. Através deles, é possível coletar, manusear, armazenar e classificar informações, atividades, gostos, inclinações comportamentais das pessoas.

Por exemplo, o *Google* guarda muitas informações da população mundial. Essa grande corporação é capaz de manter um histórico (localização, deslocamentos e os nomes dos locais que frequentou) de minuto a minuto de uma única pessoa. Nesse sistema, o usuário do *Google* pode encontrá-lo acessando o ícone “Histórico de localização” (Figura 25) em “Minha Conta”.

Figura 25 – Histórico de localização.



Fonte: Google, 2016b.

Os *sites* como *Google* (buscador), *Amazon.com* (vendas) *Facebook* (rede social digital) há alguns anos vêm coletando, manuseando, armazenando em seus bancos de dados informações fornecidas pelos próprios usuários. Muitas dessas coletas, não são de conhecimento dos usuários. “O *Google* e o *Facebook* fazem uso das informações e dos metadados de seus clientes para obterem vantagens financeiras e monitorá-los.” (PIRES, 2014, p. 3).

A coleta de informações individuais é um mecanismo que é praticado em diversos setores: “[...] trabalho, habitação, consumo, saúde, comunicações, deslocamentos, segurança, entretenimento, vida social, vida privada etc.” (BRUNO, 2008, p. 11):

Segundo o Jornal *The New York Times* e a revista *Wired*,[...] a Microsoft, recentemente deu provas cabais de que pratica vigilância dos usuários de seus softwares, através do caso do analista de informação e

funcionário da Microsoft, Alex A. Kibkalo, formalmente acusado na *United States District Court The Western District of Washington at Seattle*,[...] pela Microsoft e preso pelo FBI, em 2013, por supostamente ter cometido os crimes de roubo e troca de segredos da empresa. Esta é uma das provas incontestáveis de como a Microsoft pratica vigilância. (PIRES, 2014, p. 3, grifo do autor).

Muitas vezes, essas coletas de informações que possibilitam fazer o monitoramento e análise sobre o comportamento das pessoas, já vem embutidas nas tecnologias de informação e comunicação, como é o caso dos cartões de transporte, dos cartões de crédito, da telefonia móvel, ou ainda em sistemas mais sofisticados, tais como a participação de usuário em navegações e buscas *online*, redes sociais e outros.

Silveira (2009, p. 131) apresenta um exemplo bastante esclarecedor sobre essa questão:

O exemplo mais completo desse cenário pode ser encontrado observando o usuário do Gmail. Uma vez tendo inserido sua senha e acessado seu correio, a Corporação Google, proprietária do serviço de e-mail, vincula imediatamente o IP ao interagente, além de enviar um cookie para a máquina do usuário. Ele pode entrar diretamente no Orkut, no Blogger, no Google Docs e no seu perfil do YouTube, sem necessidade de identificação, uma vez que a Corporação Google cruzou todos os seus dados e sabe exatamente quem está navegando com aquele IP. Mais do que isso, todas as pesquisas que o interagente realizar no mecanismo de busca poderão ser registradas para análise de padrões de comportamento.

E, ainda, continua:

Recentemente, a corporação Google lançou um software que permite aos usuários de celulares e de outros dispositivos móveis saber a localização de seus amigos e familiares instantaneamente no Google Maps. O release da corporação, reproduzido pela imprensa mundial, dizia: 'Você não somente controla exatamente quem pode ver sua localização, mas também decide que locais eles podem ver'. O release somente não realça que a corporação saberá exatamente onde cada usuário cadastrado estiver. O confortável e divertido sistema anula o anonimato, confirma o biopoder e permite perceber que as redes vão se tornando móveis e a mobilidade expande as dinâmicas pós-hobbesianas da sociedade de controle. (SILVEIRA, 2009, p. 131).

Atualmente, já se fala, também, na “internet das coisas” (Figura 26), ou seja, seria um futuro espaço geográfico, em rede, “todo” interconectado e “controlado” pelo “ser humano”, este último nas mais diversas formas orgânico-artificial.

Figura 26 – Internet das coisas.



Fonte: Oficina..., 2016.

E, aqui, se faz um questionamento: quem realmente tem maior capacidade de coletar, armazenar, manusear e ter o controle sobre as pessoas?

Sobre esse questionamento Bruno (2008, p. 12) explica que:

[...] tanto o setor público quando o privado podem hoje, respeitando algumas regras mínimas de proteção à ‘privacidade’, coletar, monitorar e estocar dados individuais. Não é necessário um saber específico, um posto de autoridade, uma autorização de centros de decisão. Até os anos 1970, aproximadamente, a coleta e estocagem de dados individuais pelo setor privado era pontual e eventual. A maior parte dos bancos e arquivos sobre os indivíduos e população era de domínio estrito e secreto dos Estados, constituindo um modelo centralizado, hierarquizado e exercido por figuras de autoridade científica ou administrativa.

Já Costa (2015, p. 1-2) é enfático em dizer que: “Nunca as pessoas foram tão transparentes para governos e empresas – e, ao mesmo tempo, nunca essas instituições foram tão opacas para o público”.

Além dos grandes grupos econômicos terem o controle e domínio das tecnologias de informação e comunicação, também tem a ação do Estado que busca ter o controle desses meios através de leis que restringem o acesso das pessoas a determinados sites.

Em artigo publicado no dia 23 de novembro de 2016, o jornal *New York Times* informou que o *Facebook* criou uma ferramenta com capacidade de censurar conteúdos publicados na rede social em algumas regiões geográficas, como na China, Paquistão e Rússia. Segundo o artigo publicado, assim como o *Facebook*, outros grupos americanos de internet a pedidos de governos bloquearam informações em vários países do mundo. Na França foram bloqueados conteúdos que não respeitavam as leis que proíbem a negação do holocausto e o acesso a páginas com imagens vinculadas aos atentados de novembro de 2015, em Paris, por violação às leis nacionais de proteção à dignidade humana (FACEBOOK..., 2016).

O exemplo mais claro sobre a ação do Estado foi o caso que repercutiu mundialmente, do:

[...] ex-técnico da CIA Edward Snowden de 29 anos, é acusado de espionagem por vazar informações sigilosas de segurança dos Estados Unidos e revelar em detalhes alguns dos programas de vigilância que o país usa para espionar a população americana – utilizando servidores de empresas como Google, Apple e Facebook – e vários países da Europa e da América Latina, entre eles o Brasil, inclusive fazendo o monitoramento de conversas da presidente Dilma Rousseff com seus principais assessores. Oito meses após suas primeiras revelações, documentos vazados por ele continuam repercutindo em jornais ao redor do mundo, e novas informações sobre a espionagem de presidentes e chanceleres de países da Europa foram reveladas. (G1, 2013, p. 1).

Na época que Snowden vazou esses documentos, foi revelado na imprensa que outros serviços de inteligência, coletavam informações das pessoas, em diversos países, através das Tecnologias de informação e comunicação.

Segundo Pires (2014) os documentos divulgados por Edward Snowden, em junho de 2013, a agência de inteligência *National Security Agency* (NSA) vinha coletando e armazenando milhões de dados e informações pessoais de usuários de várias companhias de tecnologias: *Google, Apple, Microsoft, Skype, Yahoo, Facebook, Dropbox, Verizon* etc., numa cronologia que se iniciou em 2007:

Edward Snowden, ex-empregado da *Booz Allen Hamilton* – BAH, empresa que tinha como contratante a agência de segurança estadunidense NSA, revelou a existência de sete programas globais de vigilância em massa: PRISM, MUSCULAR, XKeyscore, Tempora, Project 6, Stateroom, e Lustre [...] que são operados pela NSA e também por agências de segurança de outros países. Os codinomes ou apelidos utilizados nesses programas servem para mascarar ações e projetos que possuem os mesmos objetivos ou pretextos: a vigilância, a espionagem, a destruição do direito a privacidade e a violação dos direitos humanos. (PIRES, 2014, p. 4).

Os documentos divulgados por Snowden eram classificados como ultrassecretos, e detalhavam como países e empresas privadas, coletavam dados de pessoas, de forma indiscriminada, em várias partes do mundo, com a finalidade de vigilância e espionagem (PIRES, 2014). A partir de:

Todos os documentos, divulgados por Julian Assange e por de Edward Snowden, nos permitem compreender melhor como as empresas privadas e públicas de vigilância da Internet utilizam softwares e tecnologias para violar a privacidade de chefes de governos, cidadãos e líderes de movimentos sociais, conseguindo informações confidenciais, com o objetivo de obter vantagens econômicas, antecipando-se às ações políticas de concorrentes em disputas financeiras, licitações e também para frustrar a organização e a luta dos movimentos sociais pela democracia. (PIRES, 2014, p. 15).

Para o autor:

A publicação de documentos considerados ‘classificados’ provocou uma imensa reviravolta na ideia que tínhamos da Internet. Pode-se afirmar que a história da Internet está dividida em duas fases, a primeira fase poderia ser chamada de Pré-Snowden ou WikiLeaksana e a segunda Pós-Snowden ou a era Pandoriana. (PIRES, 2014, p. 16).

Pires, em artigo publicado sobre: Geografia das indústrias globais de vigilância em massa: limites à liberdade de expressão e organização na Internet (2014) esclarece sobre a questão do controle e vigilância do Estado e dos grandes grupos econômicos das tecnologias de informação e comunicação, através da rede, do ciberespaço.

Segundo Pires (2014), depois de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos desenvolveram uma campanha ideológica contra o “terrorismo” a nível mundial. Esta campanha ideológica financiada pelo Governo americano favoreceu, principalmente, a expansão de vários setores privados vinculados à indústria de armamento e de segurança.

Através dessa campanha, os Estados Unidos patrocinaram a militarização do espaço geográfico e do ciberespaço, por meio de contratos com várias empresas privadas vinculadas ao setor de cibersegurança e vigilância em massa. Nesse sentido, produzir softwares para espionagem ou para vigilância passou a ser um mercado lucrativo nos Estados Unidos (PIRES, 2014). Além da expansão do mercado de trabalho neste setor.

Segundo Pires (2014) estimam-se que existe, nos Estados Unidos, mais de 500 mil trabalhadores terceirizados recrutados por empresas privadas contratadas para desenvolver projetos na área de vigilância, atuando no levantamento de informações confidenciais e privadas de pessoas, chefes de estados, instituições e setores da sociedade civil. E, que:

A partir de estudos efetuados pelo Jornal *The Washington Post* [2013], publicados na Internet com o título de *black budget*, o orçamento de 52.6 bilhões de dólares, destinado para os serviços de vigilância e espionagem nos EUA, demonstra a magnitude dos recursos destinados a estas áreas. Os recursos destinados a cinco instituições de serviços de vigilância e espionagem equivalem a 86% desse orçamento, sendo que a CIA e a NSA consomem mais da metade desses recursos. (PIRES, 2014, p. 5).

Pires (2014) classifica três tipos de vigilâncias produzidas pelas indústrias de softwares no mundo atual: a alienada, a secreta ou clandestina e a mercenária.

Considera a vigilância alienada aquela praticada pelas companhias de tecnologias dos EUA (*Google, Facebook, Microsoft, Amazon, Apple*, entre outras), que a maioria de seus usuários saiba ou tenha conhecimento, sobre os reais interesses dessas empresas. Para essas companhias, o fato do usuário assinar o termo de aceitação de uso de um software, tem sido considerado suficiente para que estas empresas possam utilizar os dados dos usuários sem autorização de fato. Por exemplo,

a *Microsoft*, o *Google* e o *Facebook*, fazem uso das informações dos usuários para obterem vantagens financeiras e monitorá-los.

Em relação à vigilância secreta das agências globais de inteligência, o autor considera que é aquela elaborada pelas agências de inteligência que coleta, intercepta, armazena e analisa dados em massa. Essas agências vêm tratando todos os usuários da internet como suspeitos potenciais a risco de segurança. Ela vem sendo realizada de forma clandestina, sem respeitar a soberania dos Estados.

A vigilância mercenária e o mercado de vigilância em massa, Pires (2014) refere-se àquelas efetuadas por um grande número de indústrias de softwares que atuam no “mercado de cibersegurança”, vendendo *virus*, anti-*virus*, *trojans*, *malwares*, *spywares*, *spammers* e softwares de monitoramento.

Segundo o *WikiLeaks*, o controle social e territorial do ciberespaço está sendo vendido para várias empresas privadas nos EUA, na França e no Reino Unido (PIRES, 2014, p. 15).

Juntamente com o Estado, os grandes grupos econômicos das tecnologias de informação e comunicação são os maiores beneficiários no lucro, no controle e na vigilância da população.

Em novembro de 2014, o Parlamento da União Europeia votou leis antitrustes. A Comissão Europeia estava investigando o *Google* por possíveis violações da lei antitruste. A intenção é o desmembramento da empresa na União Europeia, visto que o *Google*, em alguns países europeus, tem a maior participação do mercado de pesquisas na internet. De acordo com a Comissão as grandes empresas europeias estão perdendo receita e pessoas estão sendo demitidas. Outro elemento que está sendo investigado é que os consumidores europeus estão sendo controlados, pois o sistema de pesquisa do *Google* não seria aleatório, mas direciona o consumidor para as empresas que pagam pelos seus anúncios no *google*. Além, da preocupação da Comissão do controle de uma empresa americana no setor de informação e comunicação, atingindo a economia e a segurança no continente europeu.

Convidado para participar no Brasil da *CryptoRave*, evento que tratou de criptografia e segurança na rede, Peter Sunde, ativista e cofundador da plataforma *The*

Pirate Bay, declarou, em conversa com jornalistas, que a internet “deu totalmente errado”:

‘Não sou pessimista, sou realista. Nós criamos a melhor infraestrutura, descentralizada, e a primeira coisa que fizemos foi construir um sistema super centralizado sobre ela, o que é muito bizarro. Depois, centralizamos tudo nas mãos de algumas companhias em um só país, que não tem um histórico de bondade com qualquer um que esteja além de suas fronteiras’, destacou, referindo-se aos EUA. ‘Todos estão sendo monitorados e vigiados. [...] eles monitoram todo mundo, armazenam os dados e, quando precisam da informação, apenas a buscam’. Sunde comentou, ainda, os cinco meses em que ficou preso no ano passado – ele e os demais fundadores do The Pirate Bay [...]. ‘O ativista conta que, nesse período, emagreceu 15 quilos e se dedicou a estudar Filosofia, sobretudo Michel Foucault, que analisa justamente os sistemas de vigilância e punição. ‘Não funciona, não é um sistema transparente, e a maioria dos presos, com poucas exceções, são pessoas pobres, que não tiveram acesso à educação ou ajuda do governo’. (SUNDE..., 2015, p. 1).

E Lévy (2015, p. 2), esclarece:

Precisamos entender o seguinte: a internet é um espaço público. Logo, seja lá o que você fizer será registrado. Devemos, sim, nos preocupar com o Google, porque eles registram todas as pesquisas que fazemos. Da mesma maneira, tudo o que você escreve em um blog e no Facebook fica registrado e é revendido às pessoas do marketing, publicidade, etc. A informação é pública. Agora, se você não quer que a capitalizem, deve guardá-la em sua cabeça. Até porque, como sabemos, mesmo as informações mais secretas do Exército americano foram distribuídas a jornais de todo o planeta.

Costa (2015), em seu artigo *O golpe do Facebook*, publicado na revista CartaCapital, é bem esclarecedor sobre o poder e o controle e sua expansão no espaço mundial:

Um aspecto peculiar da Cúpula das Américas no Panamá, dias 10 e 11 de abril [de 2015], foi o papel do presidente do Facebook, Mark Zuckerberg. O jovem executivo (30 anos) circulou pela reunião dos chefes de Estado como se fosse mais um deles ou pelo menos como um presidente do Banco Mundial, não como mais um participante do fórum empresarial paralelo.[...]. A oferta de ‘internet gratuita’ do Facebook a países latino-americanos, a começar por Colômbia, Guatemala e Panamá [...]. Alguns se compraziam em considerá-lo representante de uma ‘nação’ de 1,4 bilhão de usuários, maior que a China.[...]. O

ciberespaço continua a ser visto pelos usuários como um playground barato e inofensivo e seus empreendedores como gênios simpáticos e filantrópicos.[...]. Como explica o especialista Evgeny Morozov no jornal britânico *Guardian*, o Facebook não é uma instituição de caridade. Está interessado em ‘inclusão digital’ tanto quanto agiotas em ‘inclusão financeira’. O projeto internet.org fornece conexão ‘gratuita’ por celular aos pobres da América Latina, África e Sudeste Asiático, mas apenas ao Facebook.[...]. Além de condicionar a maneira de navegar na internet, o Facebook lucrará ao dispor dos dados pessoais e coletivos sobre esses usuários para vendê-los a empresas ou disponibilizá-los ao Estado e monopolizar a atenção desse público melhor que qualquer rede de TV [...]. (COSTA, 2015, p. 1-2).

Segundo Evangelista (2015), antes aberta, democrática e descentralizada, a internet está ameaçada por novos monopólios de controle. O *Facebook* (uma corporação que atua globalmente) controla e manipula fluxo de informações e experimenta influir no estado emocional das populações:

O Facebook como exemplo, embora isso valha para qualquer sistema de recebimento de conteúdo via *feed* (linha do tempo, no caso do Facebook) governado por algoritmos. A interação entre as pessoas é intermediada por uma fórmula fechada (secreta) que estabelece critérios sobre de que ‘amigos’ receberemos conteúdos, de quais tipos e com que frequência. [...]. Isso dependerá de razões que não conhecemos [...], mas que são bem mais complexas do que isso e mudam ao sabor dos interesses do dono da estrutura. [...]. Em meados do ano passado, usuários e instituições que se preocupam com o gerenciamento da internet foram surpreendidos com a notícia de que o Facebook alterou o *feed* de aproximadamente 700 mil usuários para se estudar o que se chama de “contágio emocional”. [...]. O experimento ocorreu durante uma semana, em 2012, comprovando a tese sobre o contágio. Realizado pelas Universidades de Cornell e da Califórnia, nos Estados Unidos, a manipulação dos *feeds* desses usuários contou, como não poderia deixar de ser, com o apoio do Facebook, interessado nos resultados. [...]. (EVANGELISTA, 2015, p. 1).

Então, tem-se uma empresa virtual *Facebook* (e dona do *Watsapp*) que é a maior rede social do mundo, na qual, sua matriz nos Estados Unidos, realizou uma experiência de controle sobre “contágio emocional” levando as pessoas a experimentarem as mesmas emoções sem sabê-lo. Além de sua política de distribuição de informações desconhecida pelo público em geral.

É importante refletir sobre essa questão, pois uma grande quantidade de informações está sendo coletada pelo Estado e pelos grandes grupos econômicos das

tecnologias de informação e comunicação. Estão sendo montados grandes bancos de dados que possibilitam produzir conhecimento sobre o comportamento das pessoas. O que era intramuros – sociedades disciplinares (FOUCAULT,1987) tornou-se, também, extramuros – sociedades de controle (DELEUZE,1992). A partir desses bancos de dados, estabelecem padrões de regularidades, tais como:

[...] perfis de criminosos, consumidores, profissionais, doentes físicos ou mentais, tipos psicológicos ou comportamentais apresentam-se como padrões que ao mesmo tempo ordenam e objetivam a multiplicidade humana, legitimando formas de governá-la. (BRUNO, 2008, p. 13).

E é importante esclarecer que para sistemas de segurança pública quando se traçam os perfis:

[...] comportamentos criminosos vistos por tendências, taxas e indicadores, espacializados em mapas são convenientes para a tomada de decisões no que se refere à segurança pública, pois fazem referência ao conhecimento técnico que provê uma base considerada científica para o estabelecimento de políticas. (BOTELLO, 2010, p. 26).

Em nome de um discurso da “segurança”, o Estado e os grandes grupos econômicos capitalistas coletam, manuseiam, armazenam e transmitem informações e dados sobre os indivíduos com o objetivo de controle e vigilância. É uma verdadeira relação de controle e poder no espaço geográfico jamais vista no passado. E tal afirmação faz sentido, porque hoje os sistemas de segurança pública e privada estão nas “redes” e a sociedade em geral também.

Hoje, o sujeito comum passou a conviver, em seu cotidiano, com um conjunto de tecnologias de informação e comunicação; um ciberespaço que possibilita o controle e a vigilância sobre a pessoa; sobre o espaço geográfico; são câmeras de vídeo, aparelhos biométricos, detectores de metal, *scanners* etc., que coletam informações do comportamento das pessoas. Essas tecnologias podem ser vistas em praças, habitações, centros comerciais, ruas, avenidas, bancos, estádios, escolas, igrejas, hotéis, estações de metrô, universidade, ônibus, enfim, nada parece escapar as câmeras de monitoramento e das demais tecnologias de controle e vigilância, principalmente das centrais de videovigilância dos sistemas de segurança pública.

Não se pode afirmar que o desenvolvimento dessas tecnologias de controle e vigilância em rede provocou o desaparecimento dos mecanismos disciplinares das sociedades intramuros analisadas por Foucault (2003). Se é que é correto falar em disciplina intramuros, pois desde a Revolução Industrial, na Inglaterra, séc. XVIII, com os “cercamentos” das propriedades agrícolas no campo, bem como o planejamento urbano em Paris, no século XVIII, com abertura de largas avenidas com estratégia de conter as convulsões sociais, já estava se processando o controle e a disciplina do sujeito através da normatização do espaço geográfico. A grande questão é que mecanismos de disciplina não desapareceram, mas tomaram outras formas ou surgiram outros para o controle do sujeito. Nas sociedades de controle as pessoas passaram a ser observadas e controladas através das tecnologias de informação e comunicação, das tecnologias de controle e vigilância em rede.

Ora se o espaço geográfico é produto do trabalho (sociedade-natureza), é produto das relações sociais e de produção, o controle social através do ciberespaço reforça as desigualdades socioespaciais. É o controle e a vigilância sobre o sujeito para que ele não ultrapasse os limites da ordem e da normatização desejável do sistema capitalista de produção.

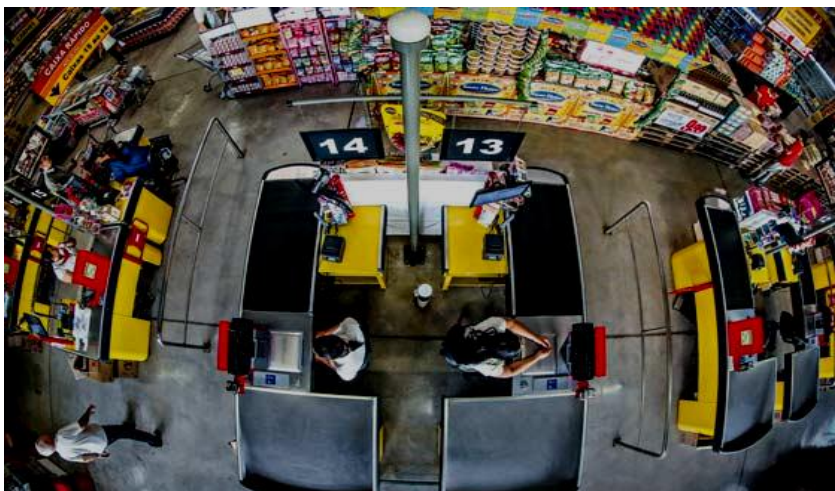
Uma nova configuração está surgindo no espaço geográfico, principalmente, no espaço urbano das cidades brasileiras, se antes eram os condomínios fechados como “fortalezas”, os muros altos, as grades de ferro e as cercas elétricas, concertinas e laminadas, bastavam para que pessoas pudessem se sentir em segurança contra a violência, agora, seja nos locais de trabalho (bancos, hospitais, empresas, escolas, universidades etc.) ou de habitação, surgem os sistemas de câmeras de vigilância, que podem estar conectadas a internet e sistemas computacionais. É a inserção do ciberespaço nos sistemas de segurança pública e privada, como o exemplo da:

[...] advogada Mia Nguyen estava sentada em seu escritório assistindo à transmissão em vídeo de sua casa, quando teve uma surpresa. ‘Vi um homem na tela na minha sala de estar. Foi aí que liguei para a polícia’. Alertada por seu aplicativo Manything de que algo se movia em casa, ela se conectou à câmera para dar uma olhada. [...]. ‘Decidi manter o site no meu computador de trabalho’ [...], era um ladrão tentando abrir as janelas. Quando viu a imagem do desconhecido na tela, Mia percebeu que precisava chamar a polícia. ‘O homem passou cerca de dez minutos vasculhando minha casa. [...]’. ‘Quando finalmente percebeu que a

câmera estava gravando, tentou fugir da minha casa. A polícia o apanhou quando ele estava saindo do quintal'. (COMO..., 2015, p. 1).

Atualmente, são diversas empresas que vendem sistemas de segurança residencial, para o ambiente interno e externo da habitação: câmeras de vigilância, internet e equipamentos computacionais (telefone celular, *iPad*, *iPod*, *Smartphone*, *iPhone*, *laptop*) que possibilitam o usuário monitorar sua habitação ou empresa (Figura 27) em qualquer parte do mundo. E, podem fazer parte desses sistemas de segurança microfones, autofalantes, sensores e câmeras de visão noturna infravermelha.

Figura 27 – Sistema de monitoração em empresa – controle de acesso IP.



Fonte: Monitore..., 2016.

O que mais chama atenção é a frase “Para sua segurança nossa loja é monitorada por câmeras”. Mas pergunta-se segurança de quem? Do cliente? Do funcionário? Do proprietário da loja? É necessário esclarecer que:

Perdas de mercadorias ocorridas por fraudes nos pontos de vendas ou roubos nos caixas, provocados tanto por clientes como por funcionários, manipulação inadequada de produtos no transporte entre o depósito e o caminhão, custos adicionais com pessoal para manter a segurança interna e externa do estabelecimento. Esses são alguns fatores que levam o varejista a investir cada vez mais em tecnologia de vigilância eletrônica, com câmaras de vídeo IP digitais e de alta definição, gravação e gerenciamento de imagens e sistemas inteligentes. O monitoramento de vídeo ganha valor se estiver aliado a diversos softwares analíticos já disponíveis no mercado. Esses softwares

fornece dados sobre gerenciamento de tempo de espera nas filas, controle de fluxo de pessoas dentro da loja e indicam locais de concentração – gôndolas, corredores ou caixas. Algumas câmeras são discretas para não serem notadas pelo consumidor. Outras ficam ocultas em vitrines ou em manequins para fazerem o reconhecimento facial do cliente já cadastrado na loja. O interesse pelo monitoramento e segurança eletrônica não só no varejo, mas em outros segmentos – industrial, bancário, militar, governos – é grande. (VIGILÂNCIA..., 2016, p. 1).

E o que mais se expande no mercado são câmeras de vigilância para residência e empresas que possuem monitoramento via internet por computador, *laptop*, *Smartphone*, a “preço baixo”. Agora, não se faz necessário uma pessoa ter que comprar um imóvel num condomínio fechado para ter segurança e achar que corre menos risco, ela pode comprar as tecnologias de ciberespaço para segurança de sua habitação e/ou empresa e, assim, proteger seus bens materiais, sua propriedade privada, além da sensação de segurança.

Hoje, ao se deslocar pelas avenidas e ruas de cidades brasileiras, observam-se habitações que parecem verdadeiros cárceres privados, microterritórios ou pequenas fortalezas cercadas por aparatos elétricos, eletrônicos informacionais, câmeras, muros, grades e todo o tipo de proteção que se possa imaginar, em que cada indivíduo se fecha intramuros na esperança de ter sua vida e seus bens patrimoniais preservados (Figura 28).

Figura 28 – Cercas elétricas e câmeras.



Fonte: Eletricista..., 2016.

Nesse sentido, o espaço urbano vai incorporando cada vez mais camadas tecnológicas, se reconfigurando em microterritórios de sistemas de segurança, de ciberespaços “*Big Brother*”, onde cada indivíduo em processo alienante torna-se um usuário monitorador, acreditando que com a compra e instalação de um ciberespaço de sistema de segurança em sua habitação, irá estar protegido e ter o controle sobre a mesma.

Busca-se solucionar o problema através da compra de mercadorias que viabilize a segurança, porém não se percebe as causas da violência decorrentes das desigualdades entre classes. Não se entende nem mesmo a amplitude da violência, como será vista no próximo capítulo.

5 INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diversos estudos internacionais permitem associar a continuada desigualdade social ao crescimento da violência, principalmente nas cidades de países subdesenvolvidos. As ameaças mais frequentemente apresentadas nesses estudos são a criminalidade e a violência e os desastres ambientais que atingem grupos sociais mais pobres e desfavorecidos e que habitam em favelas ou áreas sem as mínimas condições de infraestrutura urbana. Geralmente, são nessas áreas que ocorrem os índices mais elevados de homicídios, em decorrência da criminalidade. No Brasil,

[...] o crime nas ruas, especialmente o crime violento, é hoje uma das preocupações centrais das populações metropolitanas brasileiras. A generalização de imagens da cidade como um ambiente violento e os sentimentos de medo e insegurança daí decorrentes têm implicações relevantes para as novas imagens da cidade, não mais associadas à utopia liberal da liberdade e da segurança [...]. (ZALUAR, 2006, p. 214).

A maior preocupação do Estado é solucionar o problema da violência com mais investimento na segurança pública e privada, com mais tecnologias de vigilância, de monitoramento, de rastreamento com bancos de dados computacionais.

Então, é necessária a implantação nas cidades de “centros integrados de comando e controle de polícia” (com centrais de videovigilância em rede), que esses possam se integrar localmente, nacionalmente e mundialmente, para o combate à violência e ao terrorismo.

E, agora, através do ciberespaço pode ser possível a formação de um sistema de comando e controle integrado em rede mundial, rompendo fronteiras geográficas com informações de segurança em “tempo real”. A Europa, Israel, Estados Unidos, Canadá, Japão, Rússia, China estão mais avançados nesses sistemas de integração, outros como o Brasil estão em fase inicial. Em Sergipe e Aracaju ainda, também, é inicial.

Neste sentido, o objetivo neste capítulo é explicar que a inserção da videovigilância da segurança pública em rede integrada não implica em solução para o problema da violência, especificamente no Brasil e em Sergipe.

5.1 A Questão da (In) Segurança

A questão da segurança emerge na contemporaneidade, porém a ideia ou noção de segurança é uma das mais difíceis de definir e o que mais carrega ambiguidades, pois

A segurança seria algo quantificável, estaria ligada à probabilidade de alguém sofrer algum tipo de crime ou ela é também um sentimento? Segurança e sentimento de segurança são duas noções não necessariamente correlatas. Podemos estar em um ambiente seguro e nem por isso nos sentirmos em segurança, assim como o contrário: há vezes em que mesmo num local inseguro nos sentimos à vontade e pouco ameaçados. (MELGAÇO, 2010, p. 61).

Um problema em relação à segurança é que para que uma pessoa possa ter segurança será necessário ela ter que abrir mão de parte de sua liberdade, visto que:

A associação entre segurança e liberdade traz consigo uma contradição de difícil superação. Se existe uma segurança plena, esta só pode ser dada de forma coletiva, através do poder e não da violência. Já a liberdade é um atributo que diz respeito mais ao indivíduo do que ao grupo. E no período atual tem-se a valorização tanto da segurança quando da liberdade e do individualismo, ou seja, almejam-se duas situações concorrentes. [...]. Ainda mais, por vezes aquilo que é sinônimo de segurança para alguns é, ao mesmo tempo, fonte de violências e injustiças para outros. (MELGAÇO, 2010, p. 65-66).

De forma esquemática considera-se que a insegurança refere-se a ausência de sentimento de segurança, o primeiro refere-se tanto às emoções quanto às maneiras concretas de redução dos riscos e o segundo está exclusivamente contido no campo das emoções. Já o risco é entendido como as probabilidades reais de se sofrer uma violência, um dano, uma morte, uma destruição de bens materiais, um ferimento, uma ruptura da atividade econômica, uma degradação ambiental etc.

Mas dizer que existe em algum lugar do mundo a ausência total de risco é uma verdadeira utopia, pois risco e a sensação de insegurança estão implícitos à existência humana. Sempre estamos cercados de adversidades de todo tipo, naturais,

sociais, econômicas, de toda ordem, elas podem ser determináveis ou conhecidas e/ou totalmente descontroladas e aleatórias, restando somente para nos tranquilizar a segurança subjetiva. O risco faz parte da existência humana, é intrínseco à vida.

A sensação de insegurança e o risco se relacionam à própria vida, não existe um sistema econômico, político, cultural, social, ambiental e de segurança pública e privada que nos permita estar convencidos da segurança de algo ou de estarmos em segurança.

Beck (1996), que criou o termo “sociedade de risco”, esclarece que as mudanças da sociedade moderna são tais que as instituições de “controle e proteção” não conseguem dar conta da produção de riscos econômicos, políticos, ecológicos, individuais, que surgem a cada momento.

A concepção iluminista e positivista de que com o desenvolvimento das ciências e das tecnologias iríamos ter maior compreensão e racionalidade sobre o mundo, tornando-o mais seguro não se concretizou até os dias atuais e, provavelmente, não se concretizará, visto que, o mundo “[...] em vez de estar cada vez mais sob nosso comando, parece um mundo em descontrole” (GIDDENS, 2000, p.14).

Passos (2011, p. 29-30), entende que:

Até mesmo a ciência e a tecnologia, envolvidas nas tentativas de combater os riscos com os quais nos deparamos, contribuíram para criá-los. O mundo tem se deparado com situações de risco nunca antes vividas, riscos ligados, sobretudo, à globalização – processo cada vez mais descentralizado e que afeta não apenas o sistema financeiro mundial ou esferas macro da vida social (o trabalho, a política etc.), mas influencia também aspectos íntimos da vida cotidiana (a família, por exemplo). Além disso, os novos riscos e as incertezas trazidos pela modernidade afetam a todos, não importa se indivíduos privilegiados ou carentes.

Giddens (2000) classifica os riscos em dois tipos: o risco externo e o risco fabricado. O primeiro refere-se àquele que o indivíduo ou a sociedade experimenta vindos de fora, por exemplo, dos fenômenos naturais; já o segundo corresponde ao risco produzido pela racionalidade humana sobre o mundo, como a poluição do ar. Para o autor, antes de surgirem as sociedades industriais, predominavam os riscos externos (desastres naturais com seca, enchentes, más colheitas, fome etc.). Com a

modernidade, surgimento das sociedades industriais, desenvolvimento das ciências e tecnologias, passou-se a se expandir os “riscos fabricados”, produzidos pelo próprio homem. Esses atingem a natureza e a própria sociedade, penetrando no interior da família:

Duas ou três gerações atrás, as pessoas, quando se casavam, sabiam o que estavam fazendo [...]. Ali onde os modos tradicionais de se fazer as coisas estão se dissolvendo, porém, quando as pessoas se casam ou estabelecem relacionamentos, há um sentido importante no fato de que elas não sabem o que estão fazendo, tamanha a mudança sofrida pelas instituições do casamento e da família. (GIDDENS, 2000, p. 38).

Para o autor, os “riscos fabricados” são tão, ou mais ameaçadores quanto os riscos externos. E eles podem se propagar mundialmente em decorrência da globalização, com crises financeiras, confrontos militares, aquecimento global etc. (GIDDENS, 2000).

Bauman (2007) considera que possíveis soluções para a insegurança experimentada pela humanidade devem ser buscadas levando-se em conta o processo de globalização, visto que:

Num planeta negativamente globalizado, a segurança não pode ser obtida, muito menos assegurada, dentro de um único país ou de um grupo selecionado de países - não apenas por seus próprios meios nem independentemente do que acontece no resto do mundo. (BAUMAN, 2007, p.13-14).

Risco e insegurança se tornaram elementos característicos da modernidade. E, estão relacionados, não somente à criminalidade, mas aos mais diversos aspectos da vida social e que rompem fronteiras espaciais.

Se Giddens (2000) chama a atenção da importância do “risco” para a compreensão da modernidade, Bauman (2007) enfatiza a “insegurança” como característica marcante da modernidade. Como Giddens, Bauman também relaciona as incertezas da sociedade moderna ao processo de globalização. Para este autor a “globalização negativa” é uma globalização seletiva e excludente do comércio e do capital, do controle e da vigilância, da violência e do crime etc. Ele esclarece que na contemporaneidade todas as sociedades de alguma forma estão abertas intelectual e

materialmente às pressões da globalização, pois a “[...] ‘abertura’ das sociedades imposta pela globalização negativa é por si só a causa principal da injustiça e, desse modo, indiretamente, do conflito e da violência” (BAUMAN, 2007, p. 14).

Na modernidade, a insegurança que vem acompanhada do medo afeta expressivamente a sociedade: “[...] a vida social se altera quando as pessoas vivem atrás de muros, contratam seguranças, dirigem veículos blindados, portam porretes e revólveres, e frequentam aulas de artes marciais” (BAUMAN, 2007, p.15).

Melgaço (2010, p. 62) esclarece que:

Independentemente de se tratar de risco ou insegurança, há um caráter subjetivo que é inerente à noção de segurança: ela sempre lida com a ideia de ameaça. E a ameaça está no domínio do imaginário e das possibilidades. Se porventura se efetiva, ela deixa de ser ameaça e se torna realidade. O conceito também é ambíguo porque significa tanto um estado final almejado quanto os meios concretos para atingi-lo: refere-se à segurança para descrever uma situação pretendida de ausência de riscos e inseguranças, como também para fazer referência às formas com que tal objetivo poderá ser atingido. Por exemplo, ora a palavra segurança é sinônima de paz, ora de polícia.

Uma pessoa pode estar andando pelas ruas de um determinado bairro e perceber na paisagem câmeras de segurança pública e privadas instaladas nas ruas e habitações; ela pode achar que está em segurança ou sentir a sensação de insegurança (achar que naquela região pode haver muitos assaltos). O mesmo ocorre com a aquisição de um antivírus para um computador, uma pessoa pode sentir que está em segurança e ao mesmo tempo com a sensação de insegurança, por achar que o antivírus pode não proteger o seu computador dos vírus que constantemente vêm surgindo no mundo.

Bauman (2003), explica que a busca de proteção frente à insegurança pode ocorrer num nível macro (por exemplo, políticas públicas de segurança) como num nível micro (condomínios fechados, cercas elétricas, blindagem de carros, videovigilância, seguros de vida, dentre outros). A insegurança das pessoas em relação às suas próprias vidas e seu patrimônio tem levado ao surgimento de um mercado publicitário do medo e do desenvolvimento de uma indústria e serviços de segurança a nível local e mundial.

É importante destacar que o sentimento de insegurança é, também, decorrente da violência e para que esta não venha a se expandir o Estado assume o poder coercitivo e de manter a ordem para o convívio social, utilizando-se principalmente do aparato policial.

A questão da ordem estatal para o convívio social já gerou muitas discussões na Ciência Política, Sociologia e na Geografia Política.

Entre os séculos XVI ao XVIII alguns pensadores refletiram e explicaram sobre como se deu a criação do Estado, como a sociedade se comportava antes deste e quando os indivíduos sentiram a necessidade de sua criação. Entre os pensadores se destacaram os contratualistas Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, que concebiam que o Estado foi criado por meio de um suposto contrato social. Iniciando no âmbito do pensamento moderno uma compreensão da sociedade que passou a ser definida como jusnaturalismo.

O filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), em *Leviatã* (2000), justificou a necessidade do convívio social, através da concepção do – contrato social. Para ele havia uma época em que os homens viviam isolados e em constante insegurança em decorrência de sua natureza egoísta, em que reina a guerra de todos contra todos (*Bellum omnium contra omnes*). Percebe-se como o núcleo de percepção da sociedade advém de um diagnóstico da natureza humana. Para solucionar este estado de insegurança os homens firmaram um contrato social entre si abdicando de certos direitos em favor de um soberano, cuja função era proporcionar a segurança e a paz social. Através desse contrato, os homens compram a proteção de suas vidas e de sua propriedade e cabe ao Estado garantir a segurança, a ordem social; e, porque não dizer – o controle social. O soberano possui direitos absolutos sobre os seus súditos, pois é o responsável direto em manter a ordem e não deixar prevalecer a natureza cruel e maldosa dos indivíduos.

Segundo Hobbes (2000) o melhor governo é aquele que detém o poder supremo. Através da força desse soberano fica a responsabilidade de manter a paz, a ordem e a segurança. Cabe a ele usar de seu poder e da violência para garantir a segurança dos homens. Surge então o Estado, enquanto agente de poder, organizador, determinante no estabelecimento da vida dos concidadãos. O termo utilizado por

Hobbes, *Leviatã*, é extremamente significativo para definir as novas funções com as quais o Estado passa a se inserir na vida de todos. Esse grande monstro que assusta a todos impingindo a violência como consequência da desobediência é o artifício necessário para combater a condição natural inerente a cada indivíduo, marcado pelas paixões muito mais que pela racionalidade. Daí a estrutura social estabelecer as regras, os níveis e hierarquias com as quais todos passam a ser enquadrados. O poder soberano do monarca deve ser eficaz e não compartilhado para permanecer forte e autônomo. E desse modo a estrutura social se faz harmônica e aprazível para todos que necessitam dessa estabilidade.

O filósofo inglês John Locke (1632-1704), em *Ensaio sobre a verdadeira origem, extensão e fim do governo civil*, (1999), adepto da concepção de que a sociedade está fundamentada, também, num pacto social. Defende a ideia dos "direitos naturais", estes seriam inalienáveis, não podendo ser contestado pelo direito divino dos monarcas. Esses direitos naturais são: o direito à propriedade, o direito à vida e o direito à liberdade:

Locke defendia assim que o governo deveria garantir [...] liberdades como a propriedade, a segurança pessoal, liberdades política e religiosa e, principalmente, a liberdade de iniciativa econômica, porém, condenava o absolutismo monárquico e a origem divina dos reis. Para ele, se o governo não respeitar os direitos (à liberdade, à propriedade, à igualdade, etc.) dos homens, estes podem se rebelar contra o mesmo. (PASSOS, 2011, p. 38).

Locke (1999) torna-se um grande defensor dos direitos patrimoniais do indivíduo, em que o direito de propriedade é um direito natural. Diferentemente de Hobbes, ele defende a tese de que o Estado deve ser regido pelas leis e estas vistas como o máximo de racionalização da vida. O pensador inglês, que também era médico e compreendia a natureza humana como parâmetro para se conceber a natureza social, defendia o poder legislativo como o maior e mais eficaz poder, pois é a partir dele que as leis são propostas. E do mesmo modo que a natureza segue leis, invioláveis, a sociedade também deve seguir suas leis, para um aperfeiçoamento cada vez maior das relações. Enquanto Hobbes compreendia a maldade como inerente à própria natureza, Locke a concebe como boa, mas não perde de vista, que alguns

indivíduos, por não seguirem as leis da sua natureza, desviam do rumo natural aos quais todos estão propensos. Estes precisam ser reconduzidos e a função maior do Estado será de ir de encontro às suas ações. Locke observa um elemento significativo em relação aos contraventores. Estes, por não seguirem o percurso da reta razão, vão de encontro ao bem natural daqueles que se encontram ao seu redor, atingindo um direito inalienável, a propriedade. A função maior do Estado é resguardar a propriedade, para que os indivíduos vivam felizes e dispostos ao convívio social. A propriedade pode se configurar como os bens materiais e imateriais que nos tranquilizam na vida em sociedade.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) em *O contrato social*, (2001) expõe aspectos inerentes a natureza humana ressaltando a forma com a qual nos encontramos aprisionados a uma sociedade que estabelece relações pautadas em acordos e conchavos que não condizem com a verdade. Este modelo de sociedade se estabeleceu em vista do afastamento da verdadeira natureza humana, pois em estado natural prevalece a bondade e a verdade como consequência. O afastamento da simplicidade e a inserção em estruturas sociais complexas e provenientes das relações de poder, da ganância e das ações egoístas, torna a sociedade uma prisão. O símbolo eleito pelo filósofo para demarcar outra ordem é o bom selvagem, aquele que transita tranquilamente estabelecendo relações sem se constranger, pois suas potencialidades são sempre incentivadas como condição inerente à própria vida. É com Rousseau que se destaca o elogio à natureza humana e a crítica à sociedade como condição de degeneração, pois as relações sociais passam a ser mediadas o tempo todo pela propriedade, pela posse, expressando em tudo a opressão das relações de submissão. E a injustiça das relações de dominação.

Daí a democracia ser eleita pelo mesmo como a forma mais adequada de governabilidade. Contudo, não é simplesmente a democracia, ao modo como a sociedade vem experimentando durante a modernidade, uma democracia representativa na qual as pessoas se esquecem de uma participação efetiva nas decisões políticas, por deliberar para os seus representantes esta preocupação e esta ação política. A democracia saudada por Rousseau é a democracia direta, inspirada nas experiências vividas pelos gregos da antiguidade, na qual cada cidadão era

convidado a participar da vida pública, exercitando sua consciência das estruturas sociais através da própria vivência. Essa democracia em lugar de exaltar a figura de um governante deveria antes exaltar o povo, neste sentido não se configura como uma governabilidade pautada em critérios quantitativos, mas qualitativos. A democracia direta deve fazer valer a vontade geral, e não a vontade do governante. A vontade geral, que é um conceito pautado no povo e para o povo, faz do governante mais um funcionário do estado, como qualquer outro, embora com funções muito peculiares. Com esta iniciativa quebra-se a vaidade, a liberdade sem freios e a corrupção desvairada do político.

Ocorre que a passagem da sociedade pautada na sociedade privada para este momento em que vigora a vontade geral é demarcada pelo estabelecimento do contrato social. A partir do momento em que os indivíduos seguem uma democracia direta, pautada na vontade geral, retoma-se uma condição na qual o ser humano já esteve e configura-se um novo modelo de Estado. Rousseau tem uma visão romântica em relação a esta nova ordem, a partir da qual se estabelece um “comunitarismo”. Um Estado forte, mas centrado nas aspirações do povo. Repercutindo em ideais que se estenderão pelo decorrer dos séculos posteriores.

As ideias dos jusnaturalistas permanecem como parâmetro de discussão dos pensadores contemporâneos que passam a se dedicar à política e às relações de poder. Arendt (2001), enquanto estudiosa da repercussão destas ideias no nosso tempo esclarece que do século XVII ao século XIX, a função principal das leis não era garantir as liberdades individuais, mas a proteção do direito à propriedade, pois “[...] quem dizia propriedade dizia liberdade, e recuperar ou defender os próprios direitos de propriedade era o mesmo que lutar pela liberdade” (ARENDT, 2001, p. 222-223).

E, segundo a autora,

[...] foi apenas quando o povo se tornou livre, sem possuir propriedades que lhe protegessem as liberdades, que as leis foram necessárias, a fim de proteger diretamente as pessoas e a liberdade pessoal, em lugar de protegerem apenas os seus direitos de propriedade. (ARENDT, 2001, p. 202).

As sociedades passam a figurar na contemporaneidade de forma mais abrangente que uma simples articulação pautada na natureza humana. As dimensões com as quais o pensamento científico passa a se desdobrar exigem compreensões mais direcionadas do fenômeno social recaindo em novas narrativas acerca da condição humana. O tema da liberdade perde o aspecto contratualista para ser visto na própria trama da vida e da existência dos grupos sociais, nas relações de poder impostas por alguns grupos sobre os outros. E na formação de uma nova consciência de classe a partir da qual o trabalho centra-se como elemento definidor do humano. Estas relações entre classes passam a ser a grande pauta do ofício ao qual irá se dedicar o Estado enquanto agente do poder.

Max Weber, no século XX, afirma que o meio peculiar do Estado Moderno é justamente a coação física. Não que essa seja o único meio ou o meio normal desse Estado, mas um meio específico. Para Weber (2003, p. 9): "[...] um Estado é uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o monopólio legítimo da violência física, nos limites de um território definido". Porém, esclarece que "[...] o direito ao emprego da coação física pode ser assumido por outras instituições à medida que o Estado permita", embora, considere que é o Estado a "fonte única do direito de recorrer à força" (WEBER, 2003, p. 9). O Estado é uma instituição de dominação do homem pelo homem. Só o Estado pode fazer uso da força da violência, para a manutenção da ordem e do convívio social.

No entanto, essa força, diferentemente de incrementar as possibilidades de organização da vida social, acentua as diferenças e imprime o sectarismo entre os grupos sociais, gerando e intensificando as lutas de classes. Em vista de que um grupo irá predominar enquanto agente do aparato estatal, deliberando seus interesses e se revestindo de uma neutralidade que não lhe é inerente. As relações de poder se transmutam em diferentes manifestações da ideologia que leva o trabalhador a um verdadeiro processo de alienação como afirma Martins (1981, p. 156-157):

[o trabalhador] não se vê como é, mas como parece ser, como igual e livre; não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital. Ele se torna estranho diante de sua própria obra, do seu trabalho. Por isso, além de se alienar, de entregar o seu trabalho, ele também se aliena, se entrega. É isso que se quer dizer

quando se fala em alienação do trabalhador na sociedade capitalista. Ele não aparece como criador da riqueza, do capital, mas como criatura desse mesmo capital. As suas relações sociais e o mundo em que vive lhe aparecem exatamente ao contrário do que são, completamente invertidos, completamente de cabeça para baixo, completamente mascarados. O homem não aparece aí como pessoa, senão no limitado sentido de que é ele mesmo produto humano da troca. Não é a sua pessoa que importa no capitalismo, mas a mercadoria, que a sua pessoa pode vender ou comprar, a força de trabalho, as mercadorias em geral. Entre uma pessoa e outra interpõe-se a coisa, o objeto, a mercadoria. Não são as pessoas que se relacionam entre si; são as coisas que o fazem, na troca. Por isso é que as relações entre as pessoas aparecem no capitalismo como se fossem relações entre coisas e as relações entre as coisas, as mercadorias é que surgem como se fossem relações sociais entre as pessoas.

Neste sentido, ele é sempre explorado, submetido a uma ordem que não lhe satisfaz, mas o perverte, ou melhor, o submete à simples condição de “coisa”, em meio a outras coisas. E sobre este ponto é importante esclarecer, se o controle faz parte das relações sociais e de produção, então, no sistema capitalista, a infraestrutura econômica necessita, também, da superestrutura política, jurídica (a segurança pública e o poder judiciário) e ideológica (a mídia), para o controle, alienação e repressão das lutas de classe latentes e no dizer de Marx e Engels (1993), disfarçadas ou abertas.

Embora a submissão ideológica amenize os atritos entre os grupos sociais, as lutas de classe, a violência não deixa de existir, tornando-se manifestação desregrada das formas de sociabilidade, revestindo-se de condição inerente ao indivíduo, que não encontra mais nos serviços públicos possibilidades de atendimento às suas necessidades. Ao contrário de se perceber parte do Estado, este indivíduo encontra-se alijado, segregado a uma condição vulnerável e oscilante, porque destituído de poder, mero fantoche, silenciado e afastado das condições materiais de sobrevivência. O Estado não figura mais como o promotor de sua segurança, apenas como um órgão burocratizado, ineficiente, inserido na lógica do capital.

É importante esclarecer que não se pode afirmar que na contemporaneidade houve um aumento da violência e da (in)segurança, em relação a outros períodos históricos. Mas, que na sociedade contemporânea a questão da segurança passa a fazer parte, principalmente, da normatização e regulação de múltiplos aspectos da vida social através do Estado (MICHAUD, 2001). O ponto que é importante destacar, aqui,

não é a permanência ou o progresso da violência, mas a “evolução” da busca para o seu controle e o Estado burocrático e policial foi um dos responsáveis para tal fato.

Essa afirmativa tem corroboração nos estudos sobre as “sociedades disciplinares” (FOUCAULT, 1987) e as “sociedades de controle” (DELEUZE, 1992).

Foucault (1987) analisa a racionalização do controle da sociedade Moderna no processo de disciplinar e punir o indivíduo. Essa racionalização vai se difundir nas escolas, hospitais, fábricas e, inclusive, no Estado com seu aparato policial e as prisões (com as detenções). Foucault (1987) reconhece que essa racionalização disciplinar está interligada a processos jurídicos, políticos, econômicos e científicos.

Deleuze (1992) enfatiza o controle a partir das tecnologias de informação e comunicação, como a internet, as câmeras de vigilância, os aparelhos celulares, os cartões de créditos, entre outros, que viabilizam mecanismos de vigilância e controle. Na contemporaneidade, o controle se dá sobre fluxos (sociais, financeiros, comunicacionais etc.), sendo o Estado e as empresas capitalistas os grandes detentores do controle desses fluxos.

Passos (2011, p. 37) explica que:

Diversos estudos [...] vincularam a questão da violência à formação da sociedade e do Estado, especialmente pela preocupação com o famoso problema da ordem. Essas análises buscaram, no fundo, compreender o papel da força na garantia da coesão social. Encontramos aí as raízes das interpretações que destacam o Estado moderno como detentor do monopólio legítimo da violência, constituído mediante processos de racionalização da sociedade moderna. Assim, podemos compreender ainda a polícia como instrumento estatal de coação para ‘manter a ordem’ na sociedade.

Essa afirmativa de Passos (2011) pode ser constatada no uso abusivo da violência por parte do Estado, através de seus aparatos policiais. A polícia acaba se constituindo no aparelho repressivo do Estado que tem sua atuação pautada no uso da violência legítima. Os povos da América Latina (bem como os refugiados, migrantes e latinos, nos EUA e na Europa) sabem bem disso, pois são diversas as ações violentas de policiais sobre camponeses, sem tetos, sem terras, negros, índios, prisioneiros e favelados, visto que:

Uma característica incontestável da espécie de democracia que a América Latina oferece [...] é que o comportamento violento e ilegítimo dos agentes estatais é tão difundido que pode ser considerado uma prática comum do modo de trabalho de muitas organizações responsáveis pelo cumprimento da lei. (MÉNDEZ, 2000, p. 34).

Basta lembrar, no Brasil, as ações violentas da polícia causando mortes no Eldorado dos Carajás, na Candelária e na Favela Vigário Geral:

Um dos conflitos mais conhecidos foi o massacre de Eldorado dos Carajás no sul do Pará, em 17 de abril de 1996, quando dezenove ‘sem-terra’ foram fuzilados por policiais militares. A violência aumentou ainda em relação às crianças, por exemplo, de 1986 a 1996 foram registrados no Rio de Janeiro 6.033 assassinatos de crianças que viviam nas ruas. Duas chacinas que tiveram grande repercussão foram a da Candelária, nas quais sete crianças de rua foram assassinadas a tiros por policiais militares em 23 de julho de 1993, e a chacina da favela de Vigário Geral, em que vinte e uma pessoas foram mortas por policiais militares encapuzados em 29 de julho do mesmo ano. (PEDROSO, 1999 apud PASSOS, 2011, p. 15).

O que leva à constatação de que tais desdobramentos se acentuam numa ação minimizada do papel do Estado em vista da construção dos aparatos de segurança. Repassando sutilmente a responsabilidade da segurança para agentes privados, estratégia própria do Neoliberalismo contemporâneo. Vale lembrar que, atualmente, esse Estado, tem aberto mão cada vez mais do seu papel de agente exclusivo da garantia do direito à segurança naturalizando as privatizações dos serviços de segurança em seus diferentes órgãos através das inúmeras empresas privadas, instituindo implicitamente como valor a segurança particular.

Melgaço (2010, p. 63) esclarece que a segurança pública está relacionada à noção de ordem. Porém, não deve ser “reduzida às instituições encarregadas pela manutenção da ordem pública, como as polícias”, pois “a ordem pode também ser mantida pela ação de outras instituições e pelos próprios cidadãos”. E “a segurança pública também não deve ser confundida com a ideia de justiça”, já que “a ordem estabelecida é muitas vezes injusta para certos grupos sociais”. Em relação ao:

[...] conceito de segurança privada é definido de forma mais pragmática, sendo considerado como o conjunto de iniciativas e instrumentos adquiridos pela compra com o objetivo de proteger os bens e a integridade física de uma pessoa ou de um grupo específico de pessoas. A segurança privada é constituída principalmente pelas empresas de segurança eletrônica, que trabalham com instrumentos como alarmes, cercas elétricas e câmeras de vigilância e pelas empresas de segurança armada. (MELGAÇO, 2010, p. 63-64).

Não é mais exclusividade do Estado o monopólio da força/violência. E tudo leva a crer que esse processo de privatização da segurança para a proteção do indivíduo e do seu patrimônio, torna-se um privilégio para alguns, em detrimento da grande maioria da população que não tem recursos financeiros para arcar com esse tipo de segurança.

A questão da segurança é ampla e complexa e a cultura da força/violência tem constituído um fator preponderante para aumentar a violência na sociedade, bem como dos profissionais da Segurança Pública, que, muitas vezes só reconhecem a força/violência como modo operante para manter a ordem e a segurança dos indivíduos.

No Brasil e em Sergipe, uma das formas para o controle e combate ao aumento da violência é a implantação de Centros Integrados de Operações em Segurança Pública, em rede, com a utilização do ciberespaço da videovigilância.

Mas antes de abordar sobre esses Centros Integrados, faz-se necessário desvelar a questão da violência no Brasil e em Sergipe.

5.2 Faces da Violência no Brasil e em Sergipe

No Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil, autoria de Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador da Área de Estudos sobre Violência da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), apresenta-se um conjunto de informações analíticas sobre a violência no Brasil.

Apesar da existência do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016 e do Atlas da Violência 2016, optou-se em utilizar, principalmente, o Mapa da Violência 2016, tendo em vista que estes dois primeiros utilizam-se, em grande parte, dos dados

estatísticos do Mapa, além de que o mesmo apresenta séries históricas, mais abrangentes nas informações e é de reconhecimento Nacional e Internacional.

O Mapa da Violência 2016 foi elaborado a partir de dados que são divulgados desde 1979 pelo Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), atualmente na Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS). Também foram utilizados dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Instituto de Estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O Mapa da Violência 2016 apresenta dados referentes ao período de 1980 a 2014.

Até 2014, o Brasil contava com um vasto arsenal de armas de fogo em mãos da população. Foi computado um total de 15,2 milhões de armas em mãos privadas, sendo 6,8 milhões registradas e 8,5 milhões não registradas; dentre essas, 3,8 milhões em mãos criminosas.

Esse arsenal tem estreita relação com a mortalidade que essas armas originam. A partir dos registros do SIM/MS (no Mapa da Violência 2016) foi possível constatar que, entre 1980 e 2014, morreram 967.851 mil pessoas, vítimas de disparo de algum tipo de arma de fogo (Quadro 01). Nesse período, as vítimas passaram de 8.710, no ano de 1980, para 44.861, em 2014, representando um crescimento de 415,1%. Nesse intervalo, a população do país cresceu em torno de 65%, o que impressiona a gravidade do problema.

E fica mais esclarecedor sobre essa questão das armas quando se desvela através dos dados no Mapa da Violência 2016 que:

Segundo a última edição da Pesquisa de Armas Leves (*Small Arms Survey*), os principais países exportadores de armas de fogo, em 2012, foram, nesta ordem: Estados Unidos, Itália, Alemanha, Brasil, Áustria, Coreia do Sul, Federação Russa e China. Esse relevante quarto lugar obtido em 2012 é, de longe, a melhor posição do Brasil, elevado agora à lamentável condição de potência internacional nas exportações de armas de fogo. (WAISELFISZ, 2016, p. 69, grifo do autor).

E investigando no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, descobre-se que a origem das armas apreendidas relacionadas a crimes mostram que seu perfil é próximo do mercado legal, ao menos 61% são de marcas brasileiras, e em 2015 foram 110.327 mil armas apreendidas (ANUÁRIO, 2016).

Essa eclosão das mortes no país foi em decorrência, de forma quase exclusiva, dos homicídios por arma de fogo, que cresceram 592,8%, setuplicando, em 2014, o volume de 1980. Já os suicídios com armas de fogo aumentaram 44,8% e as mortes acidentais caíram 3,6%. Referente às mortes por armas de fogo de causalidade indeterminada, sem especificação (não se sabe se foi suicídio, homicídio ou acidente), tiveram uma queda moderada de 20,4%. De acordo com os dados, os homicídios representaram, ao longo do período analisado, 85,8% do total de mortes por armas de fogo. E pôde-se constatar, a partir das informações obtidas, que esses homicídios provocados pelas armas de fogo no Brasil têm como finalidade o extermínio intencional do próximo (WAISELFISZ, 2016).

Quadro 01 – Número de vítimas fatais por armas de fogo, na população total, segundo causa básica – Brasil – 1980-2014*.

| Ano | Acidente | Suicídio | Homicídio | Indeterminado | Total arma de fogo |
|-----------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|--------------------|
| 1980 | 386 | 660 | 6.104 | 1.560 | 8.710 |
| 1981 | 448 | 731 | 6.452 | 1.689 | 9.320 |
| 1982 | 467 | 657 | 6.313 | 1.608 | 9.045 |
| 1983 | 566 | 789 | 6.413 | 3.062 | 10.830 |
| 1984 | 515 | 766 | 7.947 | 3.350 | 12.578 |
| 1985 | 575 | 781 | 8.349 | 3.783 | 13.488 |
| 1986 | 669 | 788 | 8.803 | 4.609 | 14.869 |
| 1987 | 677 | 951 | 10.717 | 3.747 | 16.092 |
| 1988 | 586 | 827 | 10.735 | 4.978 | 17.126 |
| 1989 | 605 | 850 | 13.480 | 5.505 | 20.440 |
| 1990 | 658 | 989 | 16.588 | 2.379 | 20.614 |
| 1991 | 1.140 | 1.037 | 15.759 | 3.614 | 21.550 |
| 1992 | 859 | 1.085 | 14.785 | 4.357 | 21.086 |
| 1993 | 456 | 1.169 | 17.002 | 4.115 | 22.742 |
| 1994 | 353 | 1.321 | 18.889 | 3.755 | 24.318 |
| 1995 | 534 | 1.555 | 22.306 | 2.369 | 26.764 |
| 1996 | 270 | 1.543 | 22.976 | 1.692 | 26.481 |
| 1997 | 250 | 1.539 | 24.445 | 1.519 | 27.753 |
| 1998 | 371 | 1.407 | 25.674 | 2.759 | 30.211 |
| 1999 | 888 | 1.260 | 26.902 | 2.148 | 31.198 |
| 2000 | 329 | 1.330 | 30.865 | 2.461 | 34.985 |
| 2001 | 336 | 1.408 | 33.401 | 1.977 | 37.122 |
| 2002 | 318 | 1.366 | 34.160 | 2.135 | 37.979 |
| 2003 | 283 | 1.330 | 36.115 | 1.597 | 39.325 |
| 2004 | 201 | 1.247 | 34.187 | 1.478 | 37.113 |
| 2005 | 244 | 1.226 | 33.419 | 1.171 | 36.060 |
| 2006 | 404 | 1.138 | 34.921 | 897 | 37.360 |
| 2007 | 320 | 1.141 | 34.147 | 1.232 | 36.840 |
| 2008 | 353 | 1.123 | 35.676 | 1.506 | 38.658 |
| 2009 | 351 | 1.069 | 36.624 | 1.633 | 39.677 |
| 2010 | 352 | 969 | 36.792 | 779 | 38.892 |
| 2011 | 264 | 916 | 36.737 | 827 | 38.744 |
| 2012 | 284 | 989 | 40.077 | 1.066 | 42.416 |
| 2013 | 326 | 1.040 | 40.369 | 869 | 42.604 |
| 2014* | 372 | 956 | 42.291 | 1.242 | 44.861 |
| Total | 16.010 | 37.953 | 830.420 | 83.468 | 967.851 |
| %Total | 1,7 | 3,9 | 85,8 | 8,6 | 100,0 |
| Δ % 1980-2014* | -3,6 | 44,8 | 592,8 | -20,4 | 415,1 |

Fonte: Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Já em relação aos homicídios por armas de fogo por unidade federativa do Brasil, 2004-2014 (Quadros 02 e 03), a região Nordeste foi a que apresentou as maiores taxas de homicídios por armas de fogo em quase todos os anos da década analisada. A taxa média, dessa região, em 2014, foi de 32,8 homicídios por armas de fogo por 100 mil habitantes, ficando acima da taxa da região Centro-Oeste, com 26,0. As taxas do Nordeste em 2014 são alavancadas para cima em decorrência do estado de Alagoas (56,1) e também pelo Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte, com taxas em torno de 40 homicídios por armas de fogo por 100 mil. Na região Centro-Oeste destaca-se o estado de Goiás, com taxa que excede 30 homicídios por 100 mil habitantes.

Na região Sudeste a taxa de homicídio por armas de fogo apresenta fortes sinais de regressão. A taxa de homicídio, que em 2004 foi de 23,9, em 2014, baixa para 14,0 por 100 mil habitantes, tendo uma queda regional de 41,4%. Foram os estados de São Paulo e Rio de Janeiro que contribuíram, principalmente, para essas reduções, com crescimento negativo de 57,7% e 47,8%, respectivamente.

Segundo Waiselfisz (2016), vários fatores concomitantes parecem ter acontecido no final do século, impactando fortemente a geografia dos homicídios no país, em que os números mais elevados concentravam-se, principalmente, em São Paulo e Rio de Janeiro. Esses fatores são: esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico, concentrado nessas duas grandes metrópoles, com custos de implantação, organização sindical etc. reorientaram o fluxo de capitais e de mão de obra para outros locais, como Zona Franca de Manaus, Suape, Camaçari, Ananindeua, Arapiraca. Esses novos polos atraíram investimentos e fluxos populacionais, mas também criminalidade e violência; e, a aprovação do Plano Nacional de Segurança Pública e do Fundo de Segurança Pública, que contribuem para melhoria das estruturas dos sistemas de Segurança Pública dos estados mais violentos, antes São Paulo e Rio de Janeiro.

Quadro 02 – Homicídios por armas de fogo, por unidade federativa e Região – Brasil – 2004-2014*.

| UF/REGIÃO | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014* | Δ% |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| Acre | 49 | 36 | 50 | 51 | 40 | 61 | 63 | 50 | 85 | 97 | 116 | 136,7 |
| Amapá | 74 | 55 | 75 | 60 | 65 | 69 | 103 | 80 | 117 | 99 | 142 | 91,9 |
| Amazonas | 227 | 264 | 379 | 415 | 446 | 572 | 635 | 879 | 855 | 692 | 756 | 233,0 |
| Pará | 969 | 1.195 | 1.295 | 1.385 | 1.929 | 2.038 | 2.502 | 2.077 | 2.138 | 2.254 | 2.319 | 139,3 |
| Rondônia | 334 | 367 | 383 | 321 | 286 | 353 | 351 | 286 | 338 | 300 | 388 | 16,2 |
| Roraima | 31 | 28 | 38 | 28 | 29 | 27 | 29 | 25 | 32 | 69 | 47 | 51,6 |
| Tocantins | 100 | 78 | 85 | 88 | 98 | 128 | 131 | 158 | 178 | 140 | 164 | 64,0 |
| Norte | 1.784 | 2.023 | 2.305 | 2.348 | 2.893 | 3.248 | 3.814 | 3.555 | 3.743 | 3.651 | 3.932 | 120,4 |
| Alagoas | 754 | 909 | 1.308 | 1.552 | 1.596 | 1.560 | 1.721 | 1.913 | 1.737 | 1.872 | 1.818 | 141,1 |
| Bahia | 1.590 | 2.022 | 2.402 | 2.700 | 3.828 | 4.361 | 4.439 | 4.170 | 4.594 | 4.289 | 4.441 | 179,3 |
| Ceará | 916 | 1.012 | 1.060 | 1.224 | 1.332 | 1.511 | 2.057 | 2.063 | 3.135 | 3.652 | 3.792 | 314,0 |
| Maranhão | 355 | 489 | 479 | 602 | 698 | 785 | 827 | 944 | 1.152 | 1.382 | 1.658 | 367,0 |
| Paraíba | 472 | 543 | 628 | 656 | 750 | 1.019 | 1.208 | 1.379 | 1.224 | 1.251 | 1.246 | 164,0 |
| Pernambuco | 3.344 | 3.509 | 3.592 | 3.706 | 3.449 | 3.117 | 2.649 | 2.541 | 2.475 | 2.301 | 2.522 | -24,6 |
| Piauí | 131 | 151 | 192 | 184 | 159 | 184 | 207 | 251 | 311 | 373 | 454 | 246,6 |
| Rio Grande do Norte | 237 | 268 | 306 | 438 | 536 | 620 | 611 | 788 | 856 | 1.153 | 1.292 | 445,1 |
| Sergipe | 301 | 318 | 403 | 348 | 368 | 451 | 452 | 523 | 648 | 723 | 896 | 197,7 |
| Nordeste | 8.100 | 9.221 | 10.370 | 11.410 | 12.716 | 13.608 | 14.171 | 14.572 | 16.132 | 16.996 | 18.119 | 123,7 |
| Espírito Santo | 1.188 | 1.189 | 1.294 | 1.363 | 1.495 | 1.548 | 1.359 | 1.352 | 1.335 | 1.289 | 1.290 | 8,6 |
| Minas Gerais | 3.255 | 3.099 | 3.075 | 2.983 | 2.755 | 2.603 | 2.456 | 3.000 | 3.228 | 3.455 | 3.338 | 2,5 |
| Rio de Janeiro | 6.193 | 5.978 | 5.790 | 5.102 | 4.336 | 4.009 | 4.111 | 3.411 | 3.472 | 3.562 | 3.582 | -42,2 |
| São Paulo | 7.611 | 5.796 | 5.761 | 4.150 | 3.891 | 3.851 | 3.469 | 3.262 | 3.848 | 3.408 | 3.524 | -53,7 |
| Sudeste | 18.247 | 16.062 | 15.920 | 13.598 | 12.477 | 12.011 | 11.395 | 11.025 | 11.883 | 11.714 | 11.734 | -35,7 |
| Paraná | 1.912 | 2.027 | 2.229 | 2.285 | 2.540 | 2.673 | 2.630 | 2.365 | 2.433 | 2.042 | 2.073 | 8,4 |
| Rio Grande do Sul | 1.432 | 1.473 | 1.425 | 1.661 | 1.801 | 1.645 | 1.496 | 1.531 | 1.737 | 1.711 | 2.052 | 43,3 |
| Santa Catarina | 377 | 392 | 386 | 377 | 505 | 511 | 483 | 483 | 491 | 439 | 493 | 30,8 |
| Sul | 3.721 | 3.892 | 4.040 | 4.323 | 4.846 | 4.829 | 4.609 | 4.379 | 4.661 | 4.192 | 4.618 | 24,1 |
| Distrito Federal | 506 | 452 | 435 | 516 | 579 | 666 | 576 | 657 | 725 | 656 | 705 | 39,3 |
| Goiás | 988 | 937 | 984 | 1.009 | 1.201 | 1.260 | 1.317 | 1.579 | 1.955 | 2.096 | 1.985 | 100,9 |
| Mato Grosso | 454 | 487 | 497 | 542 | 572 | 573 | 566 | 602 | 641 | 750 | 845 | 86,1 |
| Mato Grosso do Sul | 387 | 345 | 370 | 401 | 392 | 429 | 344 | 368 | 337 | 314 | 353 | -8,8 |
| Centro-Oeste | 2.335 | 2.221 | 2.286 | 2.468 | 2.744 | 2.928 | 2.803 | 3.206 | 3.658 | 3.816 | 3.888 | 66,5 |
| Brasil | 34.187 | 33.419 | 34.921 | 34.147 | 35.676 | 36.624 | 36.792 | 36.737 | 40.077 | 40.369 | 42.291 | 23,7 |

Fonte: Mapa da Violência 2016.

Δ%: crescimento % 2004-2014.

*2014: dados preliminares.

Quadro 03 – Taxas de homicídio (por 100 mil habitantes) por armas de fogo, por unidade federativa e Região – Brasil, 2004-2014*.

| UF/REGIÃO | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | Δ% |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Acre | 8,0 | 5,4 | 7,3 | 7,3 | 5,9 | 8,8 | 8,6 | 6,7 | 11,2 | 12,4 | 14,6 | 83,0 |
| Amapá | 13,4 | 9,3 | 12,2 | 9,4 | 10,6 | 11,0 | 15,4 | 11,7 | 16,7 | 13,4 | 19,3 | 44,3 |
| Amazonas | 7,3 | 8,2 | 11,4 | 12,2 | 13,3 | 16,9 | 18,2 | 24,8 | 23,8 | 18,1 | 20,2 | 175,9 |
| Pará | 14,5 | 17,1 | 18,2 | 19,1 | 26,3 | 27,4 | 33,0 | 27,0 | 27,3 | 28,2 | 28,5 | 96,9 |
| Rondônia | 22,6 | 23,9 | 24,5 | 20,2 | 19,1 | 23,5 | 22,5 | 18,1 | 21,3 | 17,3 | 23,7 | 5,0 |
| Roraima | 8,4 | 7,2 | 9,4 | 6,7 | 7,0 | 6,4 | 6,4 | 5,4 | 6,8 | 14,0 | 9,5 | 12,7 |
| Tocantins | 8,0 | 6,0 | 6,4 | 6,5 | 7,7 | 9,9 | 9,5 | 11,3 | 12,6 | 9,4 | 11,2 | 40,4 |
| Norte | 12,7 | 13,8 | 15,3 | 15,3 | 19,1 | 21,1 | 24,0 | 22,1 | 22,9 | 21,4 | 23,1 | 82,1 |
| Alagoas | 25,6 | 30,1 | 42,9 | 50,3 | 51,0 | 49,4 | 55,2 | 60,9 | 54,9 | 56,6 | 56,1 | 119,3 |
| Bahia | 11,7 | 14,6 | 17,2 | 19,2 | 26,4 | 29,8 | 31,7 | 29,6 | 32,4 | 28,5 | 30,7 | 161,7 |
| Ceará | 11,7 | 12,5 | 12,9 | 14,7 | 15,8 | 17,7 | 24,3 | 24,2 | 36,4 | 41,5 | 42,9 | 268,2 |
| Maranhão | 6,0 | 8,0 | 7,7 | 9,6 | 11,1 | 12,3 | 12,6 | 14,2 | 17,2 | 20,3 | 23,9 | 300,2 |
| Paraíba | 13,3 | 15,1 | 17,3 | 18,0 | 20,0 | 27,0 | 32,1 | 36,4 | 32,1 | 31,9 | 31,9 | 139,4 |
| Pernambuco | 40,6 | 41,7 | 42,2 | 43,1 | 39,5 | 35,4 | 30,1 | 28,7 | 27,7 | 24,9 | 27,5 | -32,2 |
| Piauí | 4,4 | 5,0 | 6,3 | 6,0 | 5,1 | 5,9 | 6,6 | 8,0 | 9,8 | 11,7 | 14,0 | 215,2 |
| Rio Grande do Norte | 8,1 | 8,9 | 10,1 | 14,2 | 17,3 | 19,8 | 19,3 | 24,6 | 26,5 | 34,1 | 38,9 | 379,8 |
| Sergipe | 15,8 | 16,2 | 20,1 | 17,1 | 18,4 | 22,3 | 21,9 | 25,0 | 30,7 | 32,8 | 41,2 | 160,5 |
| Nordeste | 16,2 | 18,1 | 20,1 | 21,9 | 24,0 | 25,4 | 26,7 | 27,2 | 29,9 | 30,4 | 32,8 | 101,9 |
| Espírito Santo | 36,0 | 34,9 | 37,4 | 38,7 | 43,3 | 44,4 | 38,7 | 38,1 | 37,3 | 33,5 | 35,1 | -2,5 |
| Minas Gerais | 17,3 | 16,1 | 15,8 | 15,1 | 13,9 | 13,0 | 12,5 | 15,2 | 16,3 | 16,7 | 16,4 | -5,5 |
| Rio de Janeiro | 41,2 | 38,9 | 37,2 | 32,4 | 27,3 | 25,0 | 25,7 | 21,2 | 21,4 | 21,7 | 21,5 | -47,8 |
| São Paulo | 19,4 | 14,3 | 14,0 | 10,0 | 9,5 | 9,3 | 8,4 | 7,8 | 9,2 | 7,8 | 8,2 | -57,7 |
| Sudeste | 23,9 | 20,5 | 20,0 | 16,9 | 15,6 | 14,8 | 14,2 | 13,6 | 14,6 | 13,8 | 14,0 | -41,4 |
| Paraná | 19,1 | 19,8 | 21,5 | 21,7 | 24,0 | 25,0 | 25,2 | 22,5 | 23,0 | 18,5 | 19,2 | 0,6 |
| Rio Grande do Sul | 13,5 | 13,6 | 13,0 | 15,0 | 16,6 | 15,1 | 14,0 | 14,3 | 16,1 | 15,3 | 18,7 | 38,6 |
| Santa Catarina | 6,6 | 6,7 | 6,5 | 6,2 | 8,3 | 8,4 | 7,7 | 7,6 | 7,7 | 6,6 | 7,5 | 13,1 |
| Sul | 14,1 | 14,4 | 14,8 | 15,6 | 17,6 | 17,4 | 16,8 | 15,9 | 16,8 | 14,5 | 16,3 | 15,3 |
| Distrito Federal | 22,7 | 19,4 | 18,2 | 21,2 | 22,6 | 25,5 | 22,4 | 25,2 | 27,4 | 23,4 | 25,6 | 13,0 |
| Goiás | 18,3 | 16,7 | 17,2 | 17,3 | 20,5 | 21,3 | 21,9 | 26,0 | 31,8 | 32,5 | 31,2 | 70,6 |
| Mato Grosso | 16,8 | 17,4 | 17,4 | 18,6 | 19,3 | 19,1 | 18,6 | 19,6 | 20,6 | 23,5 | 26,2 | 55,7 |
| Mato Grosso do Sul | 17,6 | 15,2 | 16,1 | 17,2 | 16,8 | 18,2 | 14,0 | 14,9 | 13,5 | 12,1 | 13,6 | -22,7 |
| Centro-Oeste | 18,6 | 17,1 | 17,2 | 18,3 | 20,0 | 21,1 | 19,9 | 22,5 | 25,4 | 25,4 | 26,0 | 39,5 |
| Brasil | 19,1 | 18,1 | 18,7 | 18,0 | 18,8 | 19,3 | 19,3 | 19,1 | 20,7 | 20,0 | 21,2 | 11,1 |

Fonte: Mapa da Violência 2016.

Δ%: crescimento % 2004-2014.

*2014: dados preliminares.

Comparando as taxas de homicídios por armas de fogo dos anos 2000 e 2014 (Quadro 04), pode-se constatar que as oito unidades federativas que na virada de século ocupavam os primeiros lugares no Mapa da Violência por armas de fogo, apresentaram regressões em 2014. Em alguns casos, são quedas bastante significativas, como no caso do Rio de Janeiro, que ocupava o primeiro lugar em 2000 e passa para o 15º; ou São Paulo, que passa do 6º para o 26º; em contrapartida, estados relativamente “tranquilos” no ano 2000 ingressam numa forte onda de violência, como Alagoas, que de uma taxa de homicídio por armas de fogo de 17,5 por 100 mil habitantes, em 2000, passa para 56,1, em 2014 (de 9º para 1º lugar); ou Sergipe, de 17,2 por 100 mil, em 2000, passa para 41,2, em 2014 (de 10º para 3º lugar).

Quadro 04 – Ordenamento das Unidades federativas pelas taxas de homicídios por armas de fogo – Brasil - 2000/2014*.

| Unidade Federativa | 2000 | | 2014* | |
|---------------------|-------------|---------|-------------|---------|
| | Taxa | Posição | Taxa | Posição |
| Rio de Janeiro | 47,0 | 1º | 21,5 | 15º |
| Pernambuco | 46,6 | 2º | 27,5 | 10º |
| Espírito Santo | 33,3 | 3º | 35,1 | 5º |
| Mato Grosso | 29,8 | 4º | 26,2 | 11º |
| Distrito Federal | 28,8 | 5º | 25,6 | 12º |
| São Paulo | 28,7 | 6º | 8,2 | 26º |
| Mato Grosso do Sul | 23,9 | 7º | 13,6 | 23º |
| Rondônia | 22,0 | 8º | 23,7 | 14º |
| Alagoas | 17,5 | 9º | 56,1 | 1º |
| Sergipe | 17,2 | 10º | 41,2 | 3º |
| Rio Grande do Sul | 16,3 | 11º | 18,7 | 19º |
| Roraima | 16,0 | 12º | 9,5 | 25º |
| Goiás | 15,6 | 13º | 31,2 | 7º |
| Paraná | 13,6 | 14º | 19,2 | 18º |
| Bahia | 11,7 | 15º | 30,7 | 8º |
| Paraíba | 11,5 | 16º | 31,9 | 6º |
| Tocantins | 10,6 | 17º | 11,2 | 24º |
| Rio Grande do Norte | 9,8 | 18º | 38,9 | 4º |
| Ceará | 9,4 | 19º | 42,9 | 2º |
| Amazonas | 9,4 | 20º | 20,2 | 16º |
| Minas Gerais | 8,9 | 21º | 16,4 | 20º |
| Acre | 8,8 | 22º | 14,6 | 21º |
| Amapá | 8,6 | 23º | 19,3 | 17º |
| Pará | 8,5 | 24º | 28,5 | 9º |
| Santa Catarina | 5,9 | 25º | 7,5 | 27º |
| Piauí | 4,7 | 26º | 14,0 | 22º |
| Maranhão | 3,6 | 27º | 23,9 | 13º |
| Brasil | 20,7 | | 21,2 | |

Fonte: Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Em 2004, as três capitais que registraram as maiores taxas de homicídios por armas de fogo foram Recife (1º), Vitória (2º) e Belo Horizonte (3º). Acompanhando o processo de deslocamento dos polos dinâmicos a partir da virada de século, as taxas dessas capitais caíram, significativamente, passando para as seguintes posições Vitória (11º) Recife (13º), e Belo Horizonte (17º). Em contraposição, na virada de século, as taxas alavancam de forma assustadora em capitais que eram consideradas relativamente “tranquilas”, como em: Fortaleza, de 18,4 por 100 mil, para 81,5 (de 19º

para 1º); São Luís, de 15,1 por 100 mil, para 67,1 (de 21º para 3º); e, Natal, de 9,8 por 100 mil, para 53,0 (de 26º para 5º) (Quadro 05).

Também, percebe-se que as seis capitais com maiores taxas de homicídios por armas de fogo, em 2014, estão no Nordeste: João Pessoa, Natal, São Luís, Fortaleza, Maceió e Aracaju (de 34,4 homicídios por armas de fogo por 100 mil, para 50,5, de 7º para 6º posição em 2014).

É importante destacar que em Sergipe, seja no estado como na capital, desde o ano de 1980 até 2014 há o aumento de suas taxas de homicídios por armas de fogo, chegando a mais que duplicar no Estado, no período analisado.

Das 27 capitais, só oito apresentaram regressões em suas taxas de homicídios por armas de fogo: Recife, Vitória, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Velho, São Paulo, Florianópolis, Campo Grande.

Quadro 05 – Ordenamento das taxas de homicídios, por armas de fogo, nas capitais, pela posição em 2004 – Brasil - 2004/2014*.

| Capital | 2004 | | 2014* | |
|----------------|------|---------|-------|---------|
| | Taxa | Posição | Taxa | Posição |
| Recife | 77,8 | 1º | 35,8 | 13º |
| Vitória | 66,0 | 2º | 41,2 | 11º |
| Belo Horizonte | 58,1 | 3º | 31,2 | 17º |
| Maceió | 51,0 | 4º | 73,7 | 2º |
| Rio de Janeiro | 44,8 | 5º | 13,6 | 23º |
| Porto Velho | 37,8 | 6º | 30,8 | 18º |
| Aracaju | 34,4 | 7º | 50,5 | 6º |
| Porto Alegre | 33,4 | 8º | 41,2 | 10º |
| Cuiabá | 32,4 | 9º | 34,7 | 14º |
| João Pessoa | 31,8 | 10º | 60,2 | 4º |
| Curitiba | 31,5 | 11º | 34,0 | 15º |
| Goiânia | 26,8 | 12º | 48,5 | 7º |
| São Paulo | 26,2 | 13º | 10,2 | 26º |
| Brasília | 26,1 | 14º | 26,4 | 19º |
| Florianópolis | 24,1 | 15º | 11,5 | 25º |
| Salvador | 22,7 | 16º | 44,5 | 8º |
| Belém | 22,6 | 17º | 42,7 | 9º |
| Campo Grande | 20,7 | 18º | 13,1 | 24º |
| Fortaleza | 18,4 | 19º | 81,5 | 1º |
| Macapá | 16,1 | 20º | 25,5 | 20º |
| São Luís | 15,1 | 21º | 67,1 | 3º |
| Rio Branco | 13,2 | 22º | 23,2 | 21º |
| Teresina | 12,7 | 23º | 40,7 | 12º |
| Manaus | 12,1 | 24º | 32,2 | 16º |
| Palmas | 10,4 | 25º | 14,5 | 22º |
| Natal | 9,8 | 26º | 53,0 | 5º |
| Boa Vista | 7,9 | 27º | 9,1 | 27º |

Fonte: Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

De acordo com Waiselfisz (2016), se o país registrou aumento no número de vítimas de homicídios por armas de fogo de, 23,7% entre 2004 e 2014, nas capitais esse aumento declinou para 5,4%. Em 2004, o número de homicídios por armas de fogo das capitais representava 36,1% do total de homicídios ocorridos no país. Já em

2014, essa participação declinou para 33,4%, com tendência a estabilizar e até cair levemente. Segundo o autor fora das capitais a tendência é de crescimento.

A redução do número de homicídios por armas de fogo em algumas capitais não se trata restritamente na melhoria ou modernização tecnológica de seus sistemas de Segurança Pública, mas envolvem complexas estruturas e conjunturas econômicas, políticas e sociais.

E, essa afirmativa anterior, é bem esclarecedora quando Waiselfisz (2016, p. 41, grifo do autor), apresenta as novas configurações geográficas de violência, além dos já tradicionais – centrados nas capitais e regiões metropolitanas:

Novos Polos de Crescimento no interior dos estados ou em estados sem tradição desenvolvimentista: consolida-se, durante a década de 1990, um processo de desconcentração econômica que origina a emergência de novos polos atrativos de investimentos, força de trabalho, migrações e oferta de emprego. Somado a esse processo, as deficiências e insuficiências do aparelho do Estado e da Segurança Pública contribuem para a atração da criminalidade e da violência nesses novos polos.

Municípios de Fronteira: municípios de pequeno e médio porte que, por sua localização estratégica em áreas de fronteira internacional, são rota de grandes organizações transnacionais de contrabando de produtos ou armas, pirataria e tráfico de drogas.

Municípios do Arco do Desmatamento Amazônico: permeados por trabalho escravo, madeireiras ilegais, grilagem de terras, extermínio de comunidades indígenas locais, muitas vezes, em função de grandes empreendimentos agrícolas que demandam terras ‘desocupadas’, com o amparo de fortes interesses políticos e financeiros locais.

Municípios de Turismo Predatório: localizados, principalmente, na orla marítima, atraem turismo de fins de semana flutuante e altamente predatório.

Municípios de Violência Tradicional: que existem e subsistem ao longo do tempo, como o ‘polígono da maconha’ de Pernambuco ou grotões de clientelismo político.

Cada uma dessas configurações geográficas apresentam modos específicos e diferenciados de produção de violência armada, necessitando estudos também diferenciados para seu enfrentamento.

Quando se busca identificar o perfil das vítimas dos homicídios por armas de fogo no Mapa da Violência 2016, primeiramente, percebe-se que é quase exclusiva

masculinidade das vítimas, sendo 94,4% na média nacional. Há uma grande homogeneidade entre os estados e regiões do país, todos oscilam entre 91% e 96% de masculinidade das vítimas, em 2014 (Quadro 06).

Pode-se perceber que a principal vítima da violência dos homicídios por armas de fogo no Brasil é a juventude. Na faixa de 15 a 29 anos de idade, o crescimento da letalidade violenta foi bem mais intenso do que no resto da população. No conjunto da população, o número de homicídio passou de 6.104, em 1980, para 42.291, em 2014: alavancando um crescimento de 592,8%. Mas, chama a atenção na faixa jovem, é um crescimento alarmante, pois sai de 3.159 homicídios por armas de fogo, em 1980, para 25.255, em 2014, crescimento de 699,5%. Pode-se afirmar, aqui, que é na faixa jovem que estão sendo descarregadas as balas das armas, grande parte, produzidas no Brasil, gerando um verdadeiro comércio da bala (Quadro 07).

Para ter uma ideia da gravidade desse problema, segundo estimativas do IBGE, os jovens de 15 a 29 anos de idade correspondem, aproximadamente, 26% da população total do país no período analisado. Mas essa participação juvenil no total de homicídio por armas de fogo mais que duplica o peso demográfico dos jovens: 58% (WAISELFISZ, 2016).

Os estados que apresentaram as maiores taxas de homicídios por armas de fogo, na faixa etária dos 15 a 29 anos, em 2014, foram: Pará, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo e Goiás (Quadro 08).

A região Nordeste e Centro Oeste foram as que apresentaram as maiores taxas de homicídios por armas de fogo, na faixa etária dos 15 a 29 anos, em 2014, sendo 79,5 e 63, respectivamente. E os estados de Alagoas (124), Ceará (108,1), Sergipe (95,8) e Rio Grande do Norte (95,3), com as maiores taxas, nessa faixa.

Quadro 06 – Sexo das vítimas por unidade federativa – Brasil – 2014*.

| Uf/Região | Masculino | Feminino | % Masculino |
|---------------------|---------------|--------------|-------------|
| Acre | 110 | 6 | 94,8 |
| Amapá | 136 | 6 | 95,8 |
| Amazonas | 723 | 33 | 95,6 |
| Pará | 2.186 | 130 | 94,4 |
| Rondônia | 360 | 27 | 93,0 |
| Roraima | 43 | 4 | 91,5 |
| Tocantins | 150 | 13 | 92,0 |
| Norte | 3.708 | 219 | 94,4 |
| Alagoas | 1.731 | 87 | 95,2 |
| Bahia | 4.228 | 209 | 95,3 |
| Ceará | 3.593 | 199 | 94,8 |
| Maranhão | 1.586 | 72 | 95,7 |
| Paraíba | 1.167 | 78 | 93,7 |
| Pernambuco | 2.381 | 138 | 94,5 |
| Piauí | 428 | 26 | 94,3 |
| Rio Grande do Norte | 1.222 | 70 | 94,6 |
| Sergipe | 848 | 48 | 94,6 |
| Nordeste | 17.184 | 927 | 94,9 |
| Espírito Santo | 1.203 | 87 | 93,3 |
| Minas Gerais | 3.173 | 163 | 95,1 |
| Rio de Janeiro | 3.360 | 212 | 94,1 |
| São Paulo | 3.316 | 202 | 94,3 |
| Sudeste | 11.052 | 664 | 94,3 |
| Paraná | 1.933 | 139 | 93,3 |
| Rio Grande do Sul | 1.922 | 130 | 93,7 |
| Santa Catarina | 455 | 38 | 92,3 |
| Sul | 4.310 | 307 | 93,4 |
| Distrito Federal | 666 | 39 | 94,5 |
| Goiás | 1.838 | 145 | 92,7 |
| Mato Grosso | 803 | 42 | 95,0 |
| Mato Grosso do Sul | 334 | 19 | 94,6 |
| Centro-Oeste | 3.641 | 245 | 93,7 |
| Brasil | 39.895 | 2.362 | 94,4 |

Fonte: Mapa da Violência 2016.
2014*: dados preliminares.

**Quadro 07 – Número de homicídios por armas de fogo:
Total e Jovem (15 a 29 anos) – Vitimização
Juvenil (%) – Brasil – 1980-2014*.**

| Ano | Vítimas | | Vitimização Juvenil |
|-----------------------|----------------|----------------|---------------------|
| | Total | Jovens | |
| 1980 | 6.104 | 3.159 | 51,8 |
| 1981 | 6.452 | 3.325 | 51,5 |
| 1982 | 6.313 | 3.118 | 49,4 |
| 1983 | 6.413 | 3.215 | 50,1 |
| 1984 | 7.947 | 4.061 | 51,1 |
| 1985 | 8.349 | 4.482 | 53,7 |
| 1986 | 8.803 | 4.750 | 54,0 |
| 1987 | 10.717 | 5.711 | 53,3 |
| 1988 | 10.735 | 5.760 | 53,7 |
| 1989 | 13.480 | 7.513 | 55,7 |
| 1990 | 16.588 | 9.193 | 55,4 |
| 1991 | 15.759 | 8.560 | 54,3 |
| 1992 | 14.785 | 7.718 | 52,2 |
| 1993 | 17.002 | 9.317 | 54,8 |
| 1994 | 18.889 | 10.455 | 55,3 |
| 1995 | 22.306 | 12.168 | 54,6 |
| 1996 | 22.976 | 12.428 | 54,1 |
| 1997 | 24.445 | 13.680 | 56,0 |
| 1998 | 25.674 | 14.643 | 57,0 |
| 1999 | 26.902 | 15.475 | 57,5 |
| 1980 | 6.104 | 3.159 | 51,8 |
| 1981 | 6.452 | 3.325 | 51,5 |
| 1982 | 6.313 | 3.118 | 49,4 |
| 1983 | 6.413 | 3.215 | 50,1 |
| 1984 | 7.947 | 4.061 | 51,1 |
| 1985 | 8.349 | 4.482 | 53,7 |
| 1986 | 8.803 | 4.750 | 54,0 |
| 1987 | 10.717 | 5.711 | 53,3 |
| 1988 | 10.735 | 5.760 | 53,7 |
| 1989 | 13.480 | 7.513 | 55,7 |
| 1990 | 16.588 | 9.193 | 55,4 |
| 1991 | 15.759 | 8.560 | 54,3 |
| 1992 | 14.785 | 7.718 | 52,2 |
| 1993 | 17.002 | 9.317 | 54,8 |
| 1994 | 18.889 | 10.455 | 55,3 |
| 1995 | 22.306 | 12.168 | 54,6 |
| 2000 | 30.865 | 18.252 | 59,1 |
| 2001 | 33.401 | 19.800 | 59,3 |
| 2002 | 34.160 | 20.567 | 60,2 |
| 2003 | 36.115 | 21.755 | 60,2 |
| 2004 | 34.187 | 20.827 | 60,9 |
| 2005 | 33.419 | 20.336 | 60,9 |
| 2006 | 34.921 | 20.939 | 60,0 |
| 2007 | 34.147 | 20.546 | 60,2 |
| 2008 | 35.676 | 21.475 | 60,2 |
| 2009 | 36.624 | 21.912 | 59,8 |
| 2010 | 36.792 | 21.843 | 59,4 |
| 2011 | 36.737 | 21.594 | 58,8 |
| 2012 | 40.077 | 23.867 | 59,6 |
| 2013 | 40.369 | 23.984 | 59,4 |
| 2014* | 42.291 | 25.255 | 59,7 |
| Total | 830.420 | 481.683 | 58,0 |
| Δ % 1980-2014* | 592,8 | 699,5 | 15,4 |

Fonte: Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Quadro 08 – Número e taxas de homicídio por armas de fogo, nas unidades federativas (por 100 mil), segundo faixa etária – Brasil – 2014*.

| UF/Região | Número | | | | Taxas (por 100 mil) | | | |
|---------------------|--------------|---------------|---------------|------------|---------------------|-------------|-------------|------------|
| | Faixa etária | | | | Faixa etária | | | |
| | <1 a 14 | 15 a 29 | 30 a 59 | 60 e + | <1 a 14 | 15 a 29 | 30 a 59 | 60 e + |
| Acre | 3 | 60 | 47 | 5 | 1,2 | 27,6 | 17,7 | 8,8 |
| Amapá | 4 | 95 | 43 | 0 | 1,8 | 44 | 16 | 0 |
| Amazonas | 10 | 449 | 273 | 16 | 0,9 | 41,8 | 19,7 | 5,2 |
| Pará | 40 | 1.333 | 836 | 56 | 1,8 | 62,1 | 28,8 | 7 |
| Rondônia | 4 | 167 | 194 | 14 | 0,9 | 36,9 | 27,8 | 8,8 |
| Roraima | 2 | 22 | 20 | 3 | 1,4 | 15,5 | 10,8 | 8,6 |
| Tocantins | 2 | 97 | 57 | 6 | 0,5 | 26,1 | 10,1 | 3,4 |
| Norte | 65 | 2.223 | 1.470 | 100 | 1,3 | 48,1 | 23,5 | 6,3 |
| Alagoas | 26 | 1.123 | 615 | 54 | 3,1 | 124 | 50,3 | 15,2 |
| Bahia | 64 | 2.818 | 1.433 | 77 | 1,8 | 75,8 | 24 | 3,9 |
| Ceará | 88 | 2.487 | 1.125 | 75 | 4,4 | 108,1 | 33,8 | 6,1 |
| Maranhão | 23 | 950 | 643 | 33 | 1,2 | 52,8 | 27,8 | 4,3 |
| Paraíba | 25 | 754 | 430 | 33 | 2,7 | 76,9 | 28,3 | 6,3 |
| Pernambuco | 29 | 1.530 | 863 | 75 | 1,4 | 67,3 | 24,2 | 5,7 |
| Piauí | 11 | 280 | 151 | 10 | 1,4 | 34,1 | 12,5 | 2,5 |
| Rio Grande do Norte | 18 | 871 | 383 | 20 | 2,4 | 95,3 | 28,1 | 5 |
| Sergipe | 8 | 550 | 317 | 20 | 1,5 | 95,8 | 37,1 | 7,7 |
| Nordeste | 292 | 11.363 | 5.960 | 397 | 2,2 | 79,5 | 27,9 | 5,5 |
| Espírito Santo | 26 | 838 | 398 | 28 | 3,1 | 92,5 | 24,5 | 5,3 |
| Minas Gerais | 44 | 2.107 | 1.102 | 71 | 1 | 42,5 | 12,7 | 2,4 |
| Rio de Janeiro | 60 | 2.002 | 1.295 | 73 | 2 | 54,9 | 18,7 | 2,5 |
| São Paulo | 42 | 1.847 | 1.457 | 105 | 0,5 | 18,1 | 7,7 | 1,6 |
| Sudeste | 172 | 6.794 | 4.252 | 277 | 1 | 34,4 | 11,8 | 2,2 |
| Paraná | 27 | 1.195 | 787 | 48 | 1,2 | 45,9 | 16,8 | 3,1 |
| Rio Grande do Sul | 21 | 1.080 | 892 | 55 | 1 | 43,9 | 18,8 | 2,8 |
| Santa Catarina | 7 | 254 | 210 | 21 | 0,6 | 16,6 | 7,1 | 2,2 |
| Sul | 55 | 2.529 | 1.889 | 124 | 1 | 38,4 | 15,2 | 2,8 |
| Distrito Federal | 15 | 445 | 216 | 10 | 2,4 | 62,7 | 17,6 | 3,2 |
| Goiás | 19 | 1.245 | 652 | 35 | 1,3 | 77,5 | 24,3 | 4,2 |
| Mato Grosso | 7 | 454 | 350 | 28 | 0,9 | 57,7 | 26,1 | 8,2 |
| Mato Grosso do Sul | 11 | 202 | 131 | 7 | 1,8 | 32,5 | 12,1 | 2,2 |
| Centro-Oeste | 52 | 2.346 | 1.349 | 80 | 1,5 | 63 | 21,3 | 4,4 |
| Brasil | 636 | 25.255 | 14.920 | 978 | 1,4 | 51,6 | 18,1 | 3,5 |

Fonte: Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Em relação raça/cor, utilizando-se dos dados do IBGE, no Mapa da Violência 2016, pode-se observar que, em todas as categorias, o homicídio é a forma preponderante de utilização das armas de fogo, sendo que 42.291 das 44.861 mortes por armas de fogo foram homicídios (94,3%) (Quadro 09).

Quadro 09 – Estrutura dos óbitos por armas de fogo, segundo raça/cor e causa básica – Brasil – 2014*.

| Raça/Cor | Número | | | | | % | | | | |
|--------------|------------|------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|
| | Acidente | Suicídio | Homicídio | Indeterminado | Total | Acidente | Suicídio | Homicídio | Indeterminado | Total |
| Branca | 104 | 569 | 9.766 | 296 | 10.735 | 28,0 | 59,5 | 23,1 | 23,8 | 23,9 |
| Preta | 21 | 37 | 3.459 | 155 | 3.672 | 5,6 | 3,9 | 8,2 | 12,5 | 8,2 |
| Amarela | 0 | 4 | 61 | 1 | 66 | 0,0 | 0,4 | 0,1 | 0,1 | 0,1 |
| Parda | 233 | 324 | 26.354 | 737 | 27.648 | 62,6 | 33,9 | 62,3 | 59,3 | 61,6 |
| Indígena | 1 | 4 | 59 | 4 | 68 | 0,3 | 0,4 | 0,1 | 0,3 | 0,2 |
| Ignorado | 13 | 18 | 2.592 | 49 | 2.672 | 3,5 | 1,9 | 6,1 | 3,9 | 6,0 |
| Total | 372 | 956 | 42.291 | 1.242 | 44.861 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

Trabalhando apenas com as categorias branco e negro (preta e parda) pode-se observar que no ano de 2003 foram registrados 13.224 homicídios por armas de fogo na população branca e em 2014 esse número decresce para 9.766, o que representa uma regressão de 26,1%; já o número de vítimas negras passa de 20.291 para 29.813, aumento de 46,9% (Quadro 10).

Tem-se para o país como um todo, queda nas taxas de homicídios por armas de fogo na população branca de 14,5 por 100 mil, em 2003, para 10,6, em 2014, diminuição de 27,1%; já o homicídio por armas de fogo na população negra cresceu de 24,9 por 100 mil, em 2003, para 27,4 em 2014, aumento de 9,9%.

Somente a Região Sudeste é que há uma redução nas taxas de homicídios por armas de fogo da população negra de 37,6 por 100 mil, em 2003, para 19,8, em 2014. Em contrapartida, no Nordeste, há um forte crescimento nas taxas de homicídios por armas de fogo na população negra de 18,2 por 100 mil, em 2003, para 35,9, em 2014.

Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe (14,3 por 100 mil, em 2003, para 49,7 em 2014) e Goiás foram os estados que registraram os maiores crescimentos em suas taxas de homicídios por armas de fogo na população negra.

Quadro 10 – Número e taxas de homicídios por armas de fogo (por 100 mil), segundo cor e unidade federativa/região – Brasil – 2003/2014*.

| UF/REGIÃO | Homicídios por Armas de fogo | | | | Taxas (por 100 mil) | | | |
|---------------------|------------------------------|--------------|---------------|---------------|---------------------|-------------|-------------|-------------|
| | Branca | | Negra | | Branca | | Negra | |
| | 2003 | 2014* | 2003 | 2014* | 2003 | 2014* | 2003 | 2014* |
| Acre | 12 | 27 | 33 | 86 | 9,9 | 3,0 | 10,5 | 14,5 |
| Amapá | 4 | 13 | 68 | 123 | 3,1 | 6,9 | 18,7 | 21,8 |
| Amazonas | 18 | 50 | 152 | 686 | 2,8 | 5,9 | 8,8 | 23,3 |
| Pará | 96 | 136 | 754 | 2.115 | 7,5 | 8,4 | 21,1 | 33,3 |
| Rondônia | 109 | 105 | 251 | 275 | 30,5 | 19,1 | 38,3 | 23,0 |
| Roraima | 7 | 6 | 30 | 32 | 13,0 | 5,4 | 12,9 | 8,8 |
| Tocantins | 31 | 37 | 82 | 122 | 10,4 | 11,2 | 8,8 | 10,5 |
| Norte | 277 | 374 | 1.370 | 3.439 | 9,6 | 9,8 | 17,6 | 26,1 |
| Alagoas | 47 | 60 | 473 | 1.702 | 5,2 | 6,4 | 23,6 | 71,7 |
| Bahia | 114 | 289 | 1.241 | 3.999 | 3,8 | 9,5 | 12,0 | 33,3 |
| Ceará | 92 | 193 | 382 | 1.956 | 3,5 | 7,2 | 7,5 | 31,7 |
| Maranhão | 50 | 150 | 275 | 1478 | 3,4 | 11,6 | 6,3 | 26,7 |
| Paraíba | 34 | 64 | 368 | 1.075 | 2,5 | 4,5 | 16,8 | 43,4 |
| Pernambuco | 433 | 281 | 2.967 | 2.178 | 13,9 | 9,1 | 59,1 | 35,6 |
| Piauí | 17 | 26 | 120 | 369 | 2,5 | 3,3 | 5,4 | 15,3 |
| Rio Grande do Norte | 67 | 166 | 202 | 1054 | 5,4 | 12,0 | 12,3 | 52,0 |
| Sergipe | 51 | 69 | 200 | 822 | 10,9 | 12,4 | 14,3 | 49,7 |
| Nordeste | 905 | 1.298 | 6.228 | 14.633 | 6,1 | 8,6 | 18,2 | 35,9 |
| Espírito Santo | 229 | 169 | 648 | 1.077 | 15,3 | 10,9 | 37,2 | 46,4 |
| Minas Gerais | 768 | 795 | 1.921 | 2.471 | 8,2 | 9,0 | 21,1 | 20,9 |
| Rio de Janeiro | 2.145 | 966 | 3.905 | 2.512 | 24,1 | 12,4 | 65,2 | 29,1 |
| São Paulo | 5.388 | 1.763 | 4.042 | 1.697 | 19,9 | 6,5 | 36,2 | 10,3 |
| Sudeste | 8.530 | 3.693 | 10.516 | 7.757 | 18,2 | 8,2 | 37,6 | 19,8 |
| Paraná | 1.431 | 1.645 | 270 | 401 | 19,3 | 22,0 | 11,4 | 11,6 |
| Rio Grande do Sul | 1.094 | 1.521 | 263 | 500 | 12,2 | 17,0 | 17,7 | 22,6 |
| Santa Catarina | 301 | 385 | 66 | 98 | 6,0 | 6,8 | 10,5 | 9,2 |
| Sul | 2.826 | 3.551 | 599 | 999 | 13,2 | 16,1 | 13,3 | 14,8 |
| Distrito Federal | 91 | 96 | 539 | 601 | 9,4 | 8,0 | 44,1 | 36,6 |
| Goiás | 218 | 454 | 439 | 1.507 | 9,3 | 17,7 | 14,9 | 38,2 |
| Mato Grosso | 197 | 197 | 363 | 642 | 18,9 | 17,6 | 23,0 | 30,6 |
| Mato Grosso do Sul | 180 | 103 | 237 | 235 | 16,0 | 8,4 | 23,3 | 17,2 |
| Centro-Oeste | 686 | 850 | 1.578 | 2.985 | 12,5 | 14,0 | 23,3 | 33,0 |
| Brasil | 13.224 | 9.766 | 20.291 | 29.813 | 14,5 | 10,6 | 24,9 | 27,4 |

Fonte: Mapa da Violência 2016.

*2014: dados preliminares.

No Mapa da Violência, Waiselfisz (2016), em suas considerações finais, coloca a luz da compreensão, descortinando as aparências, sobre as faces da violência dos homicídios por armas de fogo no Brasil. Esclarece o autor que além da herança do passado colonial e escravocrata do país, outros fatores são relevantes considerar na tentativa de explicar a crescente seletividade racial da violência homicida. Em primeiro lugar, pode-se apontar a progressiva privatização do aparelho de segurança estatal, como tem acontecido com outros serviços públicos, como a saúde, a educação e, mais recentemente, a Previdência Social. O Estado do Bem Estar Social vai deixando de existir, progressivamente, se limitando a oferecer, para o conjunto da população, um mínimo – e muitas vezes nem isso – de acesso a uma infraestrutura, serviços e benefícios sociais considerados básicos, ou melhor, insuficientes para a população brasileira. Para os setores empresariais e aqueles que têm maiores condições financeiras, estruturam-se uma infraestrutura e serviços privados de qualidade adequada, ou de qualidade muito superior a esta. Na geografia da segurança brasileira vem ocorrendo esse mesmo processo, de forma acelerada, nos últimos anos: aqueles que têm maiores condições econômicas, pagam um serviço privado. E a pesquisa domiciliar do IBGE, de 2011, explicita quem pode e quem não pode ter acesso a esses serviços, como afirma Waiselfisz (2016, p. 72-73):

[...] as famílias negras tinham uma renda média de R\$ 1.978,30, em valores de 2011, e as brancas, de R\$ 3.465,30, isto é, 75,2% a mais. Em teoria, os setores e áreas mais abastados, geralmente brancos, têm uma dupla segurança: a pública e a privada; enquanto as menos abastadas, a das periferias, predominantemente negros, têm de se contentar com o mínimo de segurança que o Estado oferece.

Conforme Waiselfisz (2016) um segundo fator que deve ser considerado é que a segurança, a saúde, a educação etc., no Brasil, acabam fazendo parte do jogo político-eleitoral e da disputa partidária. As ações e a cobertura da segurança pública distribuem-se de forma explicitamente desigual nas diversas áreas geográficas, seja a nível nacional, regional ou local:

[...] priorizando espaços segundo sua visibilidade política, seu impacto na opinião pública e, principalmente, na mídia, que reage de forma bem diferenciada de acordo com o *status* social e econômico das vítimas. Como resultado, os recursos públicos de proteção são canalizados, preferentemente, para as áreas mais abastadas, com predominância de população branca, que ostentam os benefícios de dupla segurança, pública e privada; enquanto as áreas periféricas, de composição majoritariamente negra, não são atendidas por nenhuma das duas. (WAISELFISZ, 2016, p. 72-73).

Então, pode-se afirmar, aqui, que o ciberespaço da videovigilância é seletivo no espaço geográfico, atende ao sistema capitalista em seu processo de acumulação, através de mercadorias e serviços de segurança. Na regionalização mundial alguns países concentram o domínio tecnológico na produção de bens e serviços de segurança para uma mais-valia global.

O ciberespaço da videovigilância é seletivo geograficamente, pois as ações da segurança pública se distribuem de forma explicitamente desigual no espaço geográfico. Nas cidades em que setores empresariais e aqueles que têm maiores condições financeiras usufruem de uma infraestrutura e serviços privados de melhor qualidade de segurança (serviços de segurança privada, videovigilância etc.).

Segundo Zanetic (BRASIL, 2017, p. 01), pesquisador da Universidade de São Paulo:

[...] a segurança privada no Brasil começou a crescer mais intensamente nos anos 80 e 90. E, diferentemente do que muita gente pensa, quem mais procura esse tipo de serviço não são residências, nem condomínios, mas sim as grandes empresas e o setor público, disse ele. Desde o final dos anos 70, houve um grande crescimento da criminalidade urbana [...], seria uma das principais causas do crescimento da segurança privada, juntamente com a proliferação de grandes espaços privados abertos ao público, como shopping centers, cinemas, casas de shows, agências bancárias etc.

De acordo com informações obtidas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, a exemplo do que vem ocorrendo em diversos países do mundo, a expansão dos serviços de segurança privada no Brasil tem sido marcante, com rápida evolução do número de empresas e funcionários, sendo que o número de vigilantes já superou o número de policiais. Atualmente, o Brasil conta com um efetivo de 700 mil

vigilantes formais (sem contar com o contingente de mais de um milhão de pessoas da segurança privada que atuam informalmente). Já as forças de segurança públicas atingiam 552.399 mil pessoas, destas 436.030 eram policiais civis e militares. Estima-se que em 2002 o faturamento no setor foi de R\$ 7 bilhões e que deve ter chegado a R\$ 50 bilhões em 2015. Em 2016, estavam cadastradas pela Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP), do Departamento de Polícia Federal, 4.382 empresas atuando em serviços de segurança (ANUÁRIO, 2016).

Assim, a falácia do “bandido bom é bandido morto”, está muito longe de resolver o problema da segurança classista no Brasil, pois só para ter uma ideia de alguns números sobre essa problemática, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016 aponta que havia no país 584.361 mil pessoas encarceradas em 2015 (ocupando uma posição de quarta maior população carcerária do mundo), e o mais agravante 36% em situação provisória, ou seja, 212.178 mil não foram julgados. Das 58.467 mortes violentas intencionais em 2015, incluindo vítimas de homicídios dolosos, de latrocínios (lesões corporais seguidas de morte) e mortes decorrentes de intervenções policiais, 73% eram pessoas pretas e pardas e 54% eram jovens de 15 a 24 anos. Mais de um milhão de carros roubados ou furtados em dois anos (2014-2015); 76% dos brasileiros têm medo de morrer assassinada (pesquisa por amostragem em 2015); 17.688 pessoas mortas pelas Polícias (entre 2009 e 2015), sendo 3.320 mortes vítimas de intervenções policiais (em 2015); 2.572 policiais foram assassinados em serviço ou fora nos últimos sete anos (2009-2015).

Para efeito de comparação, o número de policiais mortos no Brasil em um ano é o mesmo que as mortes de policiais na Inglaterra em 98 anos. Nos EUA, morreram 41 policiais em serviço no ano de 2015, contra 103, no Brasil, ou seja, mais que o dobro:

Os números são claros, vivemos uma guerra civil não declarada que faz vítimas de todos os lados, sejam policiais ou a população. Nesta ‘guerra de todos contra todos’, um fator chama a atenção. Tanto as vítimas policiais quanto as vítimas da sociedade, regra geral, possuem a mesma origem. No caso dos policiais, são os praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), e, no caso das vítimas da sociedade, a grande maioria é oriunda das periferias. A questão que se coloca, a

partir desta constatação é: por que os 'sem camisa' estão matando os 'descamisados', e vice-versa? (ANUÁRIO, 2016, p. 28).

Em setembro do ano de 2016, a pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou que, no Brasil, 30% dos homens e mulheres concordaram com a afirmação: “A mulher que usa roupas provocantes não pode reclamar se for estuprada” (ANUÁRIO, 2016, p. 38-39). Tal informação é agravante, pois é só lembrar:

[...] que o ano de 2016 foi marcado por episódios de estupro coletivo que chocaram o país, como o caso em que uma adolescente de 16 anos foi estuprada por cerca de 30 homens no Rio de Janeiro e o caso de Castelo do Piauí (PI) em que quatro adolescentes foram vítimas do mesmo tipo de crime e atiradas de um penhasco. No ano de 2015 o Disque 180, a central de atendimento para mulheres que recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços de rede de atendimento à mulher e que fornece orientação sobre direitos das mulheres e a legislação, divulgou um aumento de 129% no número total de relatos de violências sexuais (estupro, assédio, exploração sexual), representando uma média de 9,53 registros por dia. (ANUÁRIO, 2016, p. 38-39).

Embora no Brasil existam leis específicas (como a Lei Maria da Penha) e as Delegacias da Mulher tenham sido criadas, ainda são numerosos os casos de agressões no ambiente domiciliar e social, estupro, assédio, assassinatos e outros. É necessário combater, ainda, heranças da cultura patriarcal e machista na sociedade brasileira.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016 (Quadro 11) no ano de 2004 as mulheres brancas representavam 44% das vítimas de homicídio, já as mulheres negras 48%. Em 2014 os homicídios de mulheres brancas reduziram proporcionalmente, constituindo 32% do total de vítimas; já as mulheres negras representaram 62% das vítimas.

Quadro 11 – Homicídios de mulheres – Brasil – 2004/2014.

| | | 2004 | 2014 |
|----------------------------|------------------|------|------|
| | Taxa | 4,2 | 4,7 |
| Proporção entre as vítimas | Mulheres brancas | 44% | 32% |
| | Mulheres negras | 48% | 62% |

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança pública 2016.

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016 registraram 45.460 mil casos de estupro em 2015, uma redução de 10% em relação a 2014, que foram registradas 50.438 mil ocorrências. Sendo que daqueles 89% das vítimas foram do sexo feminino. Os estados com as maiores taxas de estupro, ambos os sexos, em 2015, foram: Acre, com uma taxa de 60,5, seguido de Mato Grosso do Sul (53,9), Mato Grosso (45,3), Santa Catarina (39,5), Paraná (36,9) e Roraima (35,6). Em números absolutos os maiores números de registros de estupro foram em São Paulo (9.265), no Rio de Janeiro (4.887 casos) e Paraná (4.120) (ANUÁRIO, 2016, p. 38-39).

Segundo informações obtidas do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, no Brasil, a partir de 2002, ocorreu uma evolução das despesas realizadas na segurança pública pelos três entes, governo Federal, Estadual e Municipal, no conjunto, o gasto em segurança passou de R\$ 48 bilhões em 2002 para R\$ 81 bilhões em 2015, representando um total gasto de 1,5% do PIB. A maior parte desse aumento foi dada pelos estados, que tem as principais forças policiais do país em termos de contingentes, isto é, a maior parte desse gasto se deu com despesas de pessoal ativo e inativo, mas é importante deixar claro que:

A segurança pública apresentou volume de recursos crescentes por mais de uma década com destaques importantes para os três entes, e em especial os municípios. Porém é forçoso reconhecer que não se percebeu uma ação coordenada entre esses entes em uma programação adequada para a redução geral de homicídios ou redução da violência em centros urbanos. Os municípios aumentaram fortemente seus gastos, mas de que forma? Houve indução do estado correspondente ou da União? É preciso aprofundar as pesquisas sobre questões como essas e compreender melhor o que foi feito, como foi feito e que resultados foram obtidos pelos entes locais. (ANUÁRIO, 2016, p. 77).

Apesar do aumento de investimento, através de recursos transferidos para estados e municípios, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e do Fundo Nacional Antidrogas (FNA), deveria possibilitar a redução de homicídios ou da violência em todo o país, mas de acordo com as informações obtidas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016:

[...] o país se ressentir da ausência de uma política nacional efetiva de segurança pública, baseada em diagnósticos precisos, com princípios e objetivos claros, de modo que se possa construir um planejamento estratégico, em que as ações sejam monitoradas e os resultados avaliados. (ANUÁRIO, 2016, p. 81).

No Anuário se faz a seguinte avaliação:

Somos todos vítimas e é preciso reverter esta lógica, a qual, a médio e longo prazo, somente ocorrerá com a mudança do modelo de segurança pública vigente. [...] os fatos e os dados exigem, a curto prazo, medidas que possam reduzir os índices de mortes, seja de policiais ou da população – e aqui entram as autoridades políticas, que, independentemente de cores ou ideologias, precisam desenvolver políticas públicas urgentes de conscientização, prevenção e inteligência policial, pois já passou da hora do Estado perceber que o caminho da guerra e do enfrentamento direto está fadado ao fracasso. Aliás, outros países já perceberam isso, vide EUA e Europa, de modo geral, que paulatinamente têm revisto e abandonado a política do enfrentamento, da criminalização e do encarceramento como solução dos problemas de segurança pública. (ANUÁRIO, 2016, p. 29).

A partir do Mapa da Violência 2016 e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, pode-se afirmar que a violência no Brasil é, também, classista, ou melhor, envolve lutas de classes e para sua “solução” deve-se perpassar por questões econômicas, políticas, sociais e culturais, em que deve possibilitar na melhoria da educação, saúde, segurança, entre outros. O problema da violência no Brasil atinge principalmente os negros; as mulheres; as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros; os trabalhadores de baixa renda e as populações das favelas e periferias, que muitas vezes são agredidos, violentados e assassinados.

E uma das formas de buscar o controle social por parte do Estado, com seu aparato policial, é através de centros integrados de segurança pública utilizando-se do

ciberespaço da videovigilância, em rede, no espaço urbano, como será explicado a seguir.

5.3 Centros Integrados de Segurança Pública no Brasil

Desde 1998, com a implantação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), pelo Ministério da Justiça, iniciou-se o processo de reticularização comunicacional, informacional e de políticas públicas voltadas a ações integradas dos sistemas de segurança pública federal, estadual e municipal, no território brasileiro.

A SENASP, como órgão da administração direta federal, tem por finalidade assessorar o Ministro de Estado na definição e implementação da política nacional de segurança pública e, em todo o território nacional, acompanhar as atividades dos órgãos responsáveis pela segurança pública, por meio das seguintes ações: desenvolver e apoiar projetos de modernização das instituições policiais do Brasil; manter e ampliar o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP); efetivar o intercâmbio de experiências técnicas e operacionais entre os serviços policiais; estimular a capacitação dos profissionais da área de segurança pública; e, realizar estudos e pesquisas para consolidar estatísticas nacionais de crimes (RELATÓRIO..., 2007).

Ela é responsável em promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país em um contexto caracterizado pela autonomia destas organizações.

A integração dessas instituições policiais a nível nacional, estadual e municipal é desenvolvida pelo Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), da SENASP. E fazem parte deste programa a polícia Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, civis e militares; pelos corpos de bombeiros militares; e, pela Força Nacional de Segurança Pública. As guardas municipais podem colaborar em atividades suplementares de prevenção (RELATÓRIO..., 2007):

Os estados iniciaram a participação no SUSP por meio da assinatura de um protocolo de intenções entre governo do Estado e o Ministério da Justiça, a apresentação de um plano estadual de segurança e a criação

do Gabinete de Gestão Integrada, do qual fazem parte o secretário estadual de Segurança Pública, como coordenador e representantes das Polícias Federal, Rodoviária Federal e Civil, além das guardas municipais. O SUSP estimula ainda a articulação de projetos de prevenção na área de segurança pública, a criação de consórcios metropolitanos e Municipais, além de políticas de segurança urbana e comunitária nos municípios. [...] Para integrar as polícias o SUSP pretende estimular a criação de unidades policiais integradas reunindo, em um mesmo local, forças das polícias civil e militar [...]. (RELATÓRIO..., 2007, p. 8-9).

Essas instituições policiais devem realizar operações combinadas, planejadas e desencadeadas em equipe; aceitar os registros de ocorrências e a apuração uns dos outros; compartilhar informações e fazer intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos. Esse intercâmbio deve ser feito através de cursos de especialização, aperfeiçoamento e estudos estratégicos (RELATÓRIO..., 2007).

A SENASP é a responsável para idealizar, planejar e executar a política de implantação do SUSP; devendo estar fundamentada nos princípios da gestão federalista, respeitando as diferenças existentes e promovendo a integração entre as Unidades da Federação.

Para consolidação do SUSP, pela SENASP, foram criados os Gabinetes de Gestão Integrada nas 27 Unidades da Federação, a implantação da Força Nacional de Segurança Pública e a criação do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, a estruturação do Sistema Nacional de Inteligência, a implantação nacional da Matriz Curricular de Ensino Policial, a criação da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, a padronização das ações e procedimentos dos Corpos de Bombeiros de todo o país, a elaboração da política nacional de Modernização das Polícias Civis, a criação do Observatório Democrático de Práticas de Prevenção à Violência e Criminalidade e a política de incentivo implementação de ações locais voltadas à Prevenção da Violência e Criminalidade (RELATÓRIO..., 2007). Também, a implementação de Solução Integrada dos Sistemas de Inteligência, de Gestão da Informação e de Telecomunicações para Grandes Eventos, com:

- fortalecimento das Instituições de Segurança Pública para Grandes Eventos;

- ações Preventivas Associadas à Segurança Pública para Grandes Eventos;
- fortalecimento das Instituições de Defesa Civil e de Corpos de Bombeiros para Grandes Eventos.

A integração dos sistemas de segurança para os Grandes Eventos iniciou-se depois que o Brasil foi escolhido para sediar a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016):

Segundo a empresa de pesquisa de mercado IMS Research, o Brasil é o grande mercado para sistemas de vigilância em vídeo na América Latina (concentrando 45% do total até 2014), que está ainda mais aquecido pelos megaeventos. [...] Serão diversos projetos de vigilância extensiva nas cidades [...] a multinacional americana IBM tenta vender aos governos brasileiros a sua concepção de ‘cidades mais inteligentes’, com soluções tecnológicas [...] cada vez mais, segurança. Os frutos compensaram [...] a IBM ficou responsável por projetar os Centros Integrados de Comando e Controle, centros tecnológicos que concentram as decisões referentes a segurança durante os jogos. Nesses centros, telas gigantescas monitoram desde as câmeras de rua ao redor dos estádios até a dados meteorológicos, além de mapas que mostram locais de acidentes de carro, e no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, tiveram um papel crucial na estratégia de repressão policial aos massivos protestos que ocorreram em junho. Ali trabalham em cooperação a Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guarda Municipal, Defesa Civil e Companhia de Engenharia de Tráfego. [...] o ministro da Justiça José Eduardo Cardoso saudou a obra ‘impactante pela tecnologia e funcionalidade’ e disse: ‘Este centro é exemplo para o mundo’. (FONSECA, 2013, p. 1).

Através do Decreto nº 7.538 de 1º de agosto de 2011 foi criada a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, no âmbito do Ministério da Justiça (Sesge/MJ) ficando responsável em articular e promover a integração entre os órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais envolvidos especificamente com a segurança de Grandes Eventos, visando à coordenação e supervisão das atividades. Ela deve trabalhar conjuntamente com a SENASP.

O Planejamento Estratégico da Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos define que:

Em eventos dessa magnitude, a área de segurança (segurança privada, segurança pública e defesa) deve ser vista por um prisma abrangente, que também englobe ações voltadas aos serviços de urgência, para que estes sejam capazes de responder a quaisquer ameaças à segurança e à incolumidade da população em geral, dos espectadores, das delegações, das comitivas e dos convidados para o mega evento. Assim, o planejamento estratégico de segurança pública e defesa deve prever medidas de gerenciamento e resposta em caso de catástrofes naturais, distúrbios civis e quaisquer outros acontecimentos que coloquem em risco a segurança da sociedade ou do Estado. (BRASIL, 2013, prefácio).

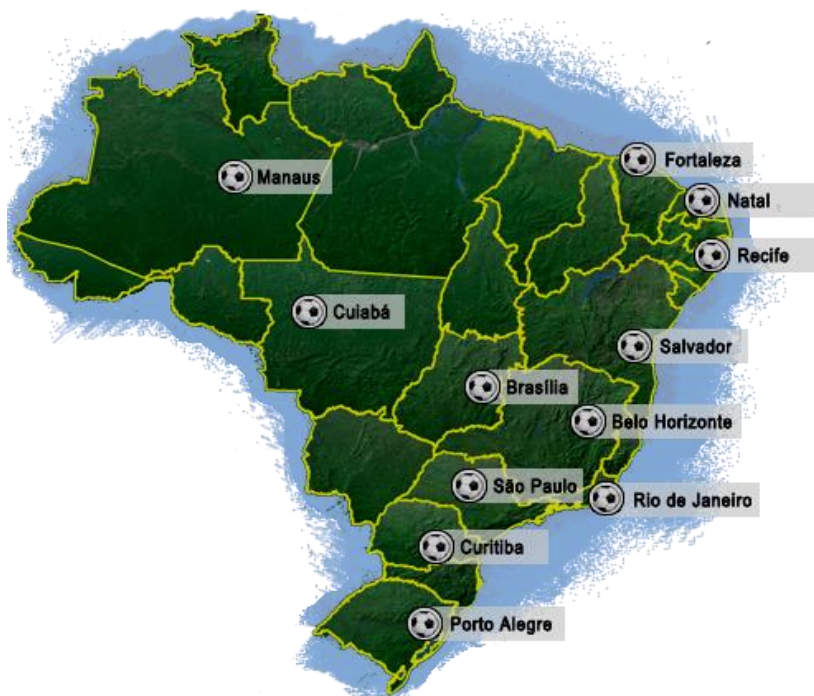
Assim, somente a partir do dia 13 de junho de 2012 é que ocorreu, em nível nacional, a reticularização comunicacional e informacional através da videovigilância do sistema de segurança pública no espaço geográfico brasileiro. Essa reticularização se dá a partir do funcionamento do Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN), com sede em Brasília (Figura 29) e mais 12 centros regionais, das cidades-sede (capitais) (Figura 30) da Copa do Mundo de 2014 (PORTAL, 2014). Mas, é importante destacar que essa integração em rede é parcial, ainda não ocorre com todas as unidades da federação.

Figura 29 – Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, Brasília – Brasil – 2012.



Fonte: Portal..., 2014.

Figura 30 – Cidades-sedes da Copa do Mundo – Brasil – 2014.



Fonte: Portal..., 2017.

Depois da Copa, o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional e os centros regionais continuam a atender a população brasileira. Sendo que o primeiro permanece com a União e os regionais estão sob responsabilidade das secretarias de segurança pública distrital e estaduais.

O Centro Integrado de Comando e Controle Nacional conta com uma sala de 438 m², com 56 monitores integrados e 300 profissionais trabalhando em regime de escala, ao longo das 24 horas dos sete dias da semana (PORTAL, 2014). A função inicial do CICCEN foi coordenar e acompanhar as ações de segurança durante a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O Centro Integrado de Comando e Controle Nacional está subordinado à Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça (Sesge/MJ). O CICCEN coordena os Centros de Comandos distribuídos pelas 12 cidades-sede. Em cada capital, funciona um Centro Integrado de Comando e Controle Regional (PORTAL, 2014).

No CICCEN possui um painel formado por 56 monitores integrados conectados com câmeras, mapas e ferramentas de comunicação das 12 cidades-sedes da Copa e dos locais de treinamento, enviadas por 27 centros de comando e controle móveis e 36 plataformas de observação elevada. A comunicação com os outros centros é realizada por meio de sistemas de informática (PORTAL, 2014).

Os profissionais que atuam no CICCEN são formados por uma equipe multidisciplinar, composta por policiais: Civil, Federal, Militar e Rodoviária Federal; servidores da Agência Brasileira de Inteligência, do Ministério da Defesa; de órgãos de trânsito; profissionais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), da Força Nacional e bombeiros militares (PORTAL, 2014).

O Centro Integrado de Comando e Controle Nacional foi inspirado em modelos aprovados em outras cidades do mundo, que realizaram grandes eventos internacionais, principalmente, Olimpíadas e Copa do Mundo, como: Londres, Nova Iorque, Madri e Cidade do México (PORTAL, 2014).

Segundo Coli (2011) os Centros Integrados de Comando e Controle são estruturas de gestão que tem como função integrar com operações e respostas aos incidentes de segurança pública. Eles estão dotados de equipes multidisciplinares que se utilizam de modelos lógicos, ferramentas de inteligência e sistemas tecnológicos possibilitando captar imagens em tempo real do panorama global dos eventos e de áreas estratégicas. Esses Centros de Comando e Controle estão fundamentados na “Doutrina de Comando e Controle” (DCC), unindo estruturas de origem militar e a arquitetura das redes de computador, desenvolvidas em universidades civis. Esses Centros incorporam – além de comando e controle – as comunicações, a transmissão de dados digitalizados por meio de computadores e as atividades de vigilância, inteligência, aquisição de alvos e reconhecimento. Para designar o sistema, utiliza-se atualmente a sigla *Command, Control, Communications, Computer, Intelligence, Surveillance, Target Acquisition, Reconnaissance* (Cistar).

É bom lembrar, aqui, que Norbert Wiener já tinha publicado, em 1950, *The human use of human beings: Cybernetics and Society* a teoria do controle e comunicação, no animal, na máquina e na sociedade: “[...]. O propósito da Cibernética é o de desenvolver uma linguagem e técnicas que nos capacitem [...] do controle e da

comunicação em geral [...] sobre nosso meio ambiente” (WIENER, 1984, p.16-17). E, que foi incorporado ao sistema de segurança militar americano, como foi explicitado em capítulo anterior, nesta tese.

É importante destacar que os primeiros estudos sobre um Centro Integrado de Comando e Controle, a nível nacional, foram iniciados pelo Ministério da Aeronáutica, no final da década de 1960, visando implantar um sistema conjunto de defesa aérea e controle de tráfego aéreo, com a aquisição de aeronaves supersônicas de interceptação e a implantação da infraestrutura necessária à operação destes equipamentos, objetivando – o controle e comando do território brasileiro, integrado através de tecnologias modernas.

Então, esses Centros Integrados de Comando e Controle, implantados no Brasil, não são simples estruturas para megaeventos, pois os mesmos estão fundamentados na Doutrina Militar de Comando e Controle – MD31-D-03, adotada oficialmente pelo Ministério da Defesa através de Portaria Normativa de 29 de dezembro de 2006. É um projeto de magnitude muito maior, ou seja, é o início da integração do território brasileiro, através do ciberespaço (comunicacional, informacional e vídeo monitoramento - imagens do território), para segurança e controle.

No documento, a Doutrina do Comando e Controle, do Ministério da Defesa, é conceituada como:

Ciência e arte que trata do funcionamento de uma cadeia de comando e, nessa concepção, envolve, basicamente, três componentes:

- a) a autoridade legitimamente investida apoiada por uma organização da qual emanam as decisões que materializam o exercício do comando e para onde fluem as informações necessárias ao exercício do controle;
- b) a sistemática de um processo decisório que permite a formulação de ordens, estabelece o fluxo de informações e assegura mecanismos destinados à garantia do cumprimento pleno das ordens; e
- c) a estrutura, incluindo pessoal, equipamento, doutrina e tecnologia necessários para a autoridade acompanhar o desenvolvimento das operações. (BRASIL, 2006, p. 13).

Nessa Doutrina Militar, o sistema de Comando e Controle:

É o conjunto de instalações, equipamentos, sistemas de informação, comunicações, doutrinas, procedimentos e pessoal essenciais para o decisor planejar, dirigir e controlar as ações da sua organização. (BRASIL, 2006, p. 15).

Já os Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações:

São os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) que integram os Sistemas de C², proporcionando ferramentas por intermédio das quais as informações são coletadas, monitoradas, armazenadas, processadas, fundidas, disseminadas, apresentadas e protegidas. Os Sistemas de TIC permitirão que um grande volume de informações seja disponibilizado aos diversos níveis de uma cadeia de comando. (BRASIL, 2006, p. 16).

Nesse Manual há uma concepção de um modelo de rede flexível bem próxima as concepções apresentadas por Castells (2007), visto que na Doutrina do Comando e Controle:

A Guerra Centrada em Redes (GCR) é uma forma de atuar na guerra com a visão específica oriunda da era da informação. Caracteriza-se pelo estabelecimento de um ambiente de compartilhamento da consciência situacional, de modo a contribuir para a obtenção da superioridade de informação e da iniciativa, mesmo que os elementos da força estejam dispersos geograficamente. É um conceito novo e que deverá ser acompanhado e aplicado nas oportunidades cabíveis de acordo com as possibilidades das Forças Armadas. (BRASIL, 2006, p. 47).

O sistema deverá ter capacidade para ser reconfigurado rapidamente e para responder a uma iminente mudança de ambiente. A flexibilidade poderá ser obtida por projetos de sistemas inteligentes e pela possibilidade de utilização de instalações fixas, móveis e transportáveis. Para atender a esse princípio, a estrutura [...] deverá ser capaz de agregar ou incorporar produtos e conceitos derivados de inovações tecnológicas, além de adequar-se às condições impostas por reestruturações administrativas ou às alterações nos quadros político e estratégico. (BRASIL, 2006, p. 19).

A Doutrina do Comando e Controle fica bastante evidenciada no Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (PESCM14), com a implantação dos Centros Integrados de Comando e Controle, pois:

Os Centros de Comando e Controle não podem ser pensados apenas fisicamente, como instalações tecnológicas de última geração. Eles são, antes de tudo, um arcabouço de procedimentos, protocolos e comunicações previamente estabelecidos, treinados e integrados.

Na estrutura de segurança pública, os Centros de Comando e Controle são de crucial importância. Eles foram pensados de maneira a cobrir toda a necessidade operacional, seja ela internacional, nacional, regional ou local, assim como toda a atividade de Inteligência. Os Centros de Comando e Controle e a capacitação dos recursos humanos dos órgãos envolvidos formam a coluna cervical do sistema de segurança para os Grandes Eventos. (BRASIL, 2012b, p. 34-35).

E, ainda destacando que:

As forças policiais brasileiras ainda estão fortemente marcadas por uma concepção militarizada de segurança pública, resquício da concepção de segurança interna da Doutrina de Segurança Nacional, que vigorou entre os anos 1960 e 1980 nos regimes militares da América Latina preconizando a utilização da guerra interna ou a eliminação do inimigo interno como estratégias para a preservação da ordem. A Doutrina de Segurança Nacional, ao postular a ideia de combate à subversão, fez com que fosse montado um grande aparato de repressão policial e político comandado pelas Forças Armadas, que unificaram as polícias estaduais transformando-as em órgãos auxiliares das forças federais. (PASSOS, 2011, p. 63).

A implantação dos Centros Integrados de Comando e Controle com a “modernização tecnológica” das forças de segurança tem sido apresentada como viés para redução da criminalidade e da violência no país, mas o que se pôde perceber no Mapa da Violência 2016 e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016, que tais reduções ainda não se confirmaram e, provavelmente, estão longe de serem reduzidas. É necessário considerar que a modernização tecnológica com a implantação de um sistema de segurança integrado de ciberespaço de videovigilância não implica na redução dos crimes e da violência no Brasil, como também em Sergipe, visto que:

[...] as instituições encarregadas da proteção dos cidadãos bem como de aplicar lei e ordem permaneceram operando segundo o mesmo modelo que o faziam há três ou quatro décadas [...]. Mantiveram práticas tradicionais de controle social, baseadas na manutenção de um ‘cordão sanitário’ em torno das ‘classes perigosas’. (ADORNO, 2009, p.11).

O que se pode observar, atualmente, é a expansão do mercado de bens e serviços de segurança, com empresas vendendo, às esferas públicas e privadas, diversas mercadorias e serviços de sistemas de segurança, cada vez mais caros, complexos e pretensamente eficazes:

A realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil fez com que sistemas integrados de comando e controle fossem instalados nas doze cidades-sede, através de contratos com diferentes empresas de tecnologia de defesa e segurança, de diversas nacionalidades. Para estas, dificilmente a situação poderia ter sido mais apropriada, pois os próprios documentos e resoluções tanto do Ministério da Justiça quanto da Defesa apresentavam a adoção do modelo de Comando e Controle e a construção de Centros de Comando e Controle (ou Centros Integrados de Comando e Controle, como agora vêm sendo nomeados) como, mais até do que um horizonte almejado, uma pré-condição para que os Estados recebessem verba federal para segurança pública. A argumentação oficial para tal quadro, gira em torno do plano de 'integração' (ou de 'atuação integrada') de todas as instituições responsáveis pela segurança no país. (CARDOSO, 2016, p. 6).

Se somente a partir de 2012 ocorre, em nível nacional (e de forma parcial), a reticularização do sistema de segurança pública da videovigilância no espaço geográfico brasileiro; em nível estadual e municipal essa reticularização ocorreu muito antes, já havia em diversas cidades brasileiras, principalmente, nas capitais, centros locais de integração da segurança pública, mas conhecidos como – Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (CIOSP) – como o que funciona em Aracaju, com sistema de ciberespaço de videovigilância e com uma equipe de profissionais multidisciplinar.

Desde 1998, com a finalidade de instalar unidades físicas com infraestrutura para o exercício das funções de segurança pública, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), estimulou o desenvolvimento de projetos voltados para a construção ou adequação de instalações físicas, aparelhadas e equipadas para o desempenho das atividades de segurança pública, como os Centros Integrados de Operações em Segurança Pública (CIOSP) (RELATÓRIO..., 2007).

Esses Centros estão integrados ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

O sistema é alimentado pelos órgãos de Segurança Pública das Unidades da Federação desde 2004, com um banco de dados digital em rede; porém, ainda, não há um sistema de videovigilância integrado, como ocorre com os Centros Integrados de Comando e Controle.

O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Figura 31) tem como objetivo padronizar e organizar o fluxo dos dados criminais junto às polícias, a partir dos procedimentos de registro das ocorrências criminais, permitindo produzir relatórios da geografia da violência brasileira, mais detalhado.

Figura 31 – Portal do SINESP.



Fonte: SINESP, 2016.

O primeiro Centro Integrado de Segurança Pública no Brasil foi implantado no estado do Pará, em 1997 (SAPORI, 2007). Foi uma iniciativa estadual e uma inovação para o sistema de segurança pública brasileiro, que foi incorporada pela SENASP e no decorrer dos últimos anos vem sendo implantados nas demais unidades da federação.

Com o Centro Integrado de Operações (CIOP) (Figura 32), a Secretaria de Segurança Pública do Pará unificou as várias demandas da população e da segurança numa só estrutura, concentrando serviços de atendimento, monitoramento, videovigilância e radiocomunicação, envolvendo uma equipe de profissionais multidisciplinar da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar do Pará

(CBM), Departamento de Trânsito do Pará (DETRAN), Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe) e do Centro de Perícias Científicas (CPC) Renato Chaves, em todo o Pará (AGÊNCIA..., 2016).

O CIOP conta com sistema de monitoramento de câmeras - videovigilância - que estão distribuídas na Região Metropolitana de Belém (RMB) e em algumas cidades do Pará (AGÊNCIA..., 2016).

Essa videovigilância é feita através de 190 câmeras na RMB, distribuídas em 28 bairros na capital paraense. Além de 99 câmeras no interior do Estado, especificamente nos municípios de Salinópolis, Altamira, Capanema, Castanhal e Santarém, sendo estas câmeras monitoradas pelos núcleos regionais do Ciop. Ainda, o Ciop disponibiliza 8 câmeras de viodemonitoramento para uso da Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará (Susipe) (AGÊNCIA..., 2016).

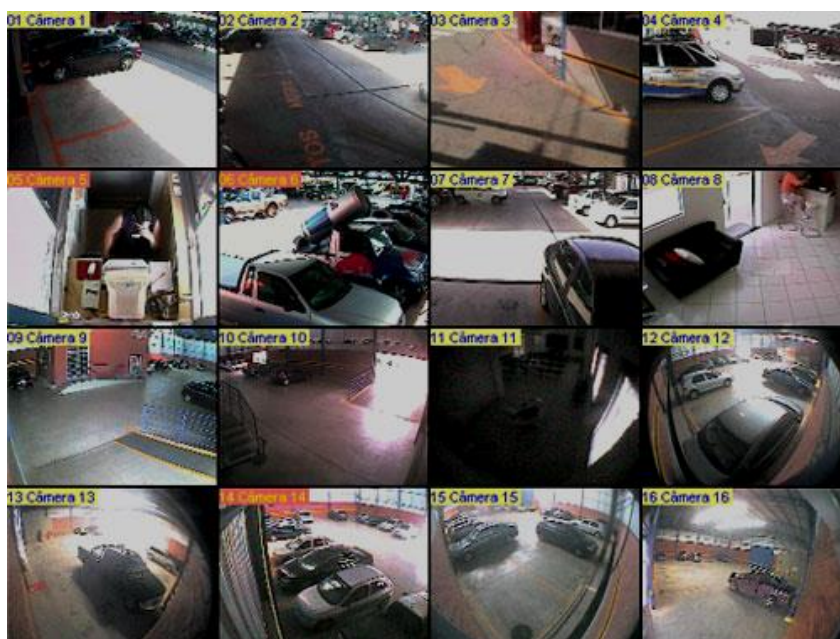
No Pará, além de Belém, nos municípios citados anteriormente, cada um conta com um Núcleo do CIOP. Em Salinópolis existe o Núcleo Integrado de Operações (NIOP), com suas câmeras de monitoramento dispersas pela área central da cidade (Figura 33). O NIOP está integrado ao CIOP. Há no Pará uma integração regional, parcial, do CIOP.

Figura 32 – Sala de monitoramento do Centro Integrado de Operações (CIOP) – Belém – 2016.



Fonte: Agência..., 2016.

Figura 33 – Imagens das câmeras de monitoramento do NIOP – Salinópolis – 2016.



Fonte: Portal, 2016.

Em nível mundial, a videovigilância ou da utilização de câmeras para vigilância já existia há algumas décadas. Os primeiros registros de utilização de câmaras de vigilância, na segurança pública, datam de 1965, quando a polícia de Nova Iorque (Estado Unidos), resolveu instalar câmaras em áreas públicas. O espaço urbano do município de Nova Iorque foi um dos primeiros a receber esse sistema de videovigilância.

Posteriormente, a utilização de sistemas de videovigilância massificou-se, em países como os Estados Unidos e Inglaterra, tanto nas esferas públicas como na privada. Esse sistema de segurança passou a ser utilizado em: bancos, lojas, escolas etc.

Na década de 80, o sistema de videovigilância se expandiu e foi utilizado na segurança pública e privada, em diversos países. Porém, foi com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, e a popularidade do computador que a utilização da videovigilância se expandiu para os diversos espaços urbanos mundiais, principalmente depois do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

Atualmente a videovigilância está em toda parte, atendendo as esferas públicas e privadas: cidades, casas, escolas, indústrias, praças etc. elas fazem parte do cotidiano das pessoas e das paisagens urbanas. Além, de que elas estão sendo incorporadas nos ciberespaço dos sistemas de segurança pública, como foi explicado, anteriormente. No caso brasileiro, principalmente, depois da realização dos Grandes Eventos: Copa das Confederações, Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Em Sergipe, mas especificamente em Aracaju, também foi implantado seu Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (Ciosp), como será abordado no próximo capítulo.

6 VIRTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE ARACAJU PARA SEGURANÇA E CONTROLE

Em Aracaju, uma das formas para controlar e/ou reduzir a violência refere-se ao processo de virtualização de seu espaço urbano. Esse processo ocorre através da segurança privada bem como pela segurança pública, sendo, esta última, objeto de estudo neste capítulo.

Assim sendo, o objetivo, aqui, é investigar, no contexto da segurança pública, o processo de virtualização do espaço urbano de Aracaju para fins de controle e/ou redução da violência.

2 Videovigilância da Segurança Pública no Espaço Urbano de Aracaju

Apesar do processo de virtualização em Aracaju, ter iniciado há aproximadamente três décadas, principalmente, no interior das agências bancárias; e, se popularizado, na última década, em escolas, casas, empresas, igrejas, hospitais etc., em decorrência do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, possibilitando o acesso às mercadorias de videovigilância informatizadas a preços “baixos”. Em nível de segurança, pública, essa virtualização só ocorreu com a implantação do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe.

O CIOSP (Figura 34), localizado na Avenida São Paulo, em Aracaju, foi inaugurado no dia 02 de abril de 2009. A partir desta data pode-se dizer que foi iniciado o processo de virtualização do espaço urbano de Aracaju, com a implantação do CIOSP com seu ciberespaço (real-virtual) de segurança e controle. E, nas palavras do então governador Marcelo Déda, na época:

Este é um investimento histórico. São R\$ 10 milhões investidos em tecnologia, equipamentos, qualificação e capacitação de profissionais de diversas instituições de segurança que compartilham o mesmo espaço. Eles usam racionalmente a tecnologia para dar resolução às chamadas da sociedade. Aqui, reproduzimos, guardadas as proporções, a situação que vivenciamos durante os Jogos Panamericanos do Rio, em 2007, quando acompanhamos toda a logística de segurança empregada. (SERGIPE..., 2017, p. 1).

Figura 34 – Sede do CIOSP – Aracaju – 2015.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

O CIOSP tem por objetivo centralizar as ações das Polícias: Militar, Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Coordenadoria de Perícias (Criminalística) no atendimento à população sergipana num único local, de forma coordenada, promovendo mais agilidade, eficiência, efetividade e precisão dos serviços de segurança pública aos cidadãos.

Segundo o diretor do CIOSP, este “Centro Integrado” conta com uma central de telefonia que é capaz de localizar em seu banco de dados uma ligação de qualquer local do Estado, avaliar o tipo de atendimento solicitado e disponibilizar viaturas monitoradas por *GPS* para atender a ocorrência. A depender da natureza da ocorrência, a Central pode acionar a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Civil e a Coordenadoria de Perícias (Criminalística).

Além, do CIOSP de Aracaju, existem 25 Centros Integrados em Segurança Pública (CISP), em Sergipe (Figura 35), localizados nos municípios de Salgado, Monte Alegre de Sergipe, Carira, Porto da Folha, Ilha das Flores, Brejo Grande, Santa Luzia do Itanhi, Santa Rosa de Lima, Malhada dos Bois, Itabaianinha, Cristinápolis, Poço Redondo, Laranjeiras, Maruim, São Francisco, Boquim (Figura 36), Telha, Canhoba, Amparo de São Francisco, Pedra Mole (Figura 37), Japaratuba, Simão Dias e São Cristóvão (Figura 38), Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro (Figura 39). Esses Centros são integrados, em rede, ao CIOSP de Aracaju pelo sistema de telefonia

via *Call Center* com as torres de transmissão localizadas nos seguintes municípios: Aracaju, Itabaiana, Carmópolis, Japoatã, Canhoba, Porto da Folha, Poço Redondo, Canindé do São Francisco, Simão Dias, Cristinápolis, Indiaroba, Pedrinhas, Tobias Barreto e Nossa Senhora da Glória.

Nesse sentido, o estado de Sergipe tem uma reticularização espacial da segurança pública, ainda parcial, regionalmente, no contexto de “Centros Integrados”. Esses Centros são implantados nas sedes dos municípios através de parcerias: Estado, Município e iniciativa privada.

Figura 35 – Centros Integrados em Segurança Pública (CISP) – Sergipe – 2016.

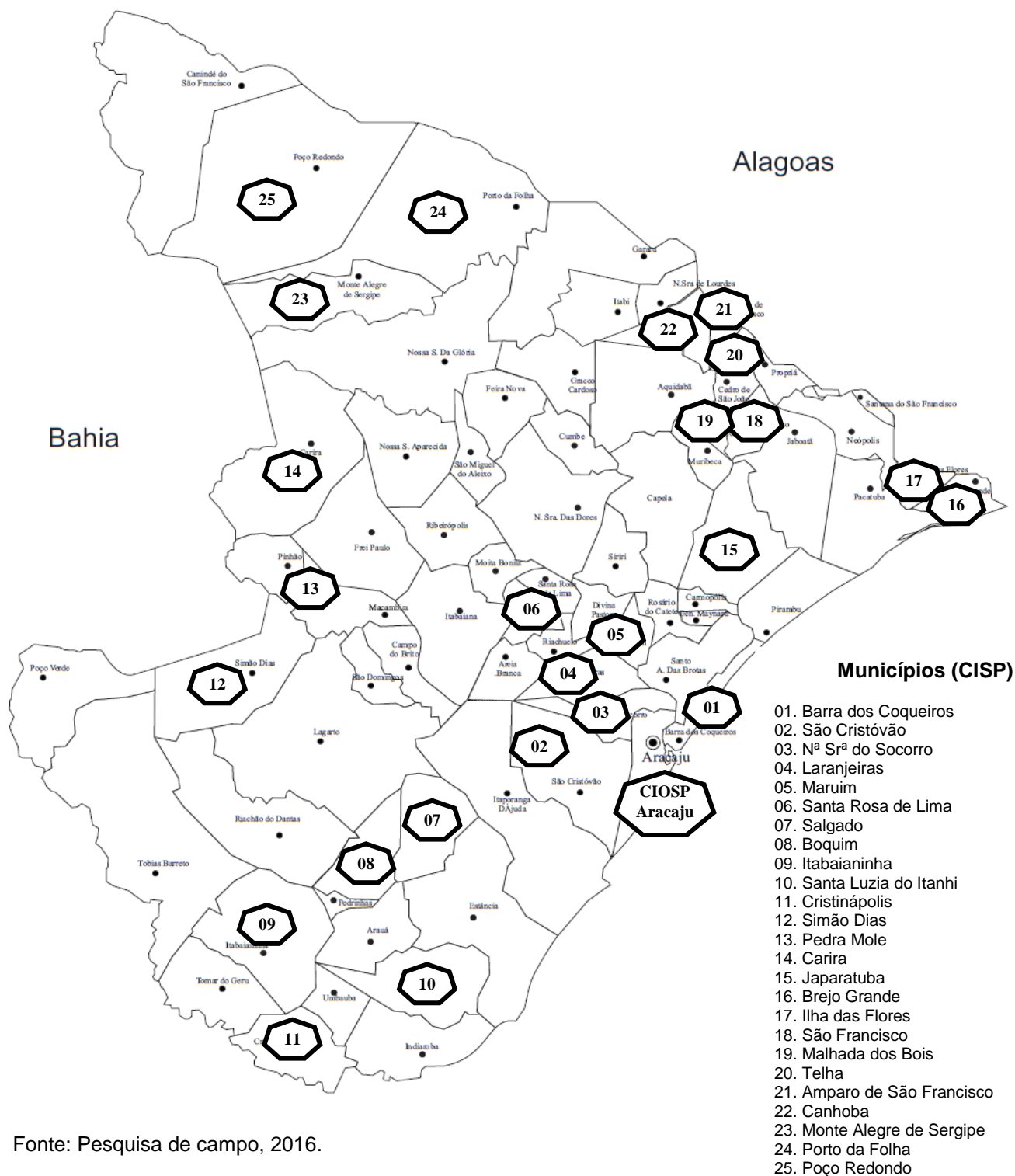


Figura 36 – Sede do CISP – Boquim – 2013.



Fonte: SSP, 2016.

Figura 37 – Sede do CISP - Pedra Mole – 2015.



Fonte: SSP, 2016.

Figura 38 – Sede do CISP – São Cristóvão – 2016.



Fonte: SSP, 2016.

Figura 39 – Sede do CISP – Nossa Senhora do Socorro – 2016.



Fonte: SSP, 2016.

Em termos de ciberespaço virtual reticulado com imagens de paisagens virtuais só ocorre em Aracaju, através das câmeras de monitoramento, e, mesmo assim, de forma parcial, ou seja, só ocorre em algumas localidades de alguns bairros de Aracaju.

O CIOSP funciona como um "Centro Integrado" reticulado em Sergipe, conta com um quadro de funcionários formado por servidores públicos (Policiais Cíveis e Militares, Corpo de Bombeiros Militares) e funcionários de empresas terceirizadas.

Segundo informações do diretor, no primeiro momento em que o cidadão aciona o CIOSP, esse atendimento é feito por um funcionário terceirizado da Central chamada de *Call Center*, que é a Central de atendimento de Emergência 190, para todo Estado, o qual após registrar o chamado, direciona para os funcionários da Sala de Despacho, conforme a ocorrência demandada. Na Sala de Despacho trabalham somente os servidores públicos (Figura 40), os quais operam com suas respectivas guarnições em atendimento a demanda repassada pelo *Call Center*.

Na sala de Despacho cada mesa de monitoramento é composta por 03 (três) sistemas informatizados, com um monitor para identificação das ocorrências, um de *GPS* e um terceiro para consulta de informações na internet (Figura 41).

Da Sala de Despacho é possível acompanhar as viaturas para atendimento ao cidadão; acompanhar via câmeras de monitoramento o fluxo de pessoas; localizar uma área, através do *Google maps*, para ação policial; prestar atendimento de primeiros socorros, entre outros.

Figura 40 – Sala de Despacho, CIOSP – Aracaju – 2016.



Fonte: Sistema, 2016.

Figura 41 – Mesa de monitoramento, Sala de Despacho, CIOSP – Aracaju – 2016.



Fonte: Sistema, 2016.

Em Aracaju, além desses serviços (*Call Center* e Sala de Despacho), o CIOSP também atua com o vídeo monitoramento público, cuja Central fica numa sala específica, denominada de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) (Figura 42), onde o cidadão tem um suporte em sua segurança com o acompanhamento do vídeo monitoramento. No CFTV são num total de 08 (oito) funcionários civis por turno de 06 horas, os quais são distribuídos por Pontos de Atendimento (PA) responsáveis por aproximadamente 06 a 08 câmeras. Com esse tipo de serviço específico, o cidadão não precisa acionar ao CIOSP, pois, assim que o operador do CFTV observa na paisagem (virtual-real) de Aracaju uma ocorrência policial, aciona imediatamente as forças policiais para atender a ocorrência, no menor tempo possível, a fim de obter êxito.

Figura 42 – Central de Monitoramento do CIOSP – Aracaju – 2016.



Fonte: CIOSP, 2016.

Nesse sentido, Cerqueira (2001) explica que as definições de Segurança Pública no Brasil, tradicionalmente adotadas pelas instituições policiais dão ênfase à preservação da ordem pública e a garantia do patrimônio, muitas vezes em detrimento ao direito à segurança do cidadão e às questões sociais.

Também, Tosi (2002) considera que essas definições tendem a focar elementos de cunho policial em detrimento da questão social. Para o autor, tratando-se da realidade brasileira, as definições deveriam contemplar não apenas o papel coercitivo das polícias, mas envolver as questões sociais.

Aqui, é importante esclarecer que o monitoramento feito pelos funcionários da Central Circuito Fechado de Televisão (CFTV), não ocorre somente com a população, mas com os próprios funcionários, visto que:

Dos [...] atendentes em cada turno, três são monitorados. No caso de estresse ou de um funcionário fugir dos padrões, ele é encaminhado ao psicólogo da unidade, tem a atenção chamada e é corrigido. Caso o problema persista, ele é demitido. 'O ideal é que o cidadão transmita só as informações básicas, e que seja o mais breve possível. Os funcionários são treinados para interromper a pessoa e procurar maior objetividade'. (CIOSP..., 2013, p. 1).

O que vem a corroborar com a afirmativa de Foucoault (1987, p. 148) em que o poder disciplinar está em toda parte, não deixa nenhuma local às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar.

De acordo com o diretor, a tecnologia utilizada no CIOSP é considerada uma das mais modernas do país. Para cada tipo de serviço prestado no CIOSP tem-se uma tecnologia específica. Em se tratando de vídeo monitoramento têm-se câmeras localizadas em pontos estratégicos, com aproximação (zoom) das imagens de alta resolução e distância (Figura 43), sendo transmitidas por fibra óptica e rádio (link), com sistema informatizado. A operacionalização dos rádios na Sala de Despacho com os servidores públicos (Polícia e Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Criminalística), o CIOSP de Sergipe é o único do país que possui uma cobertura 100% (cem por cento) digital, outrora analógica, o que permite maior alcance das informações, maior segurança e confiabilidade sem que haja interceptação ou interferência, como ocorria na comunicação analógica existente até o final do 2º semestre de 2016. No atendimento do *Call Center* (Atendimento de Emergência 190), tem-se identificador de chamada, Georreferenciamento e localização em tempo real do dispositivo telefônico de quem aciona o CIOSP, permitindo assim dar maior precisão na localização durante o atendimento das ocorrências. As perguntas feitas pelos operadores do *Call Center* dizem respeito ao "tipo" de ocorrência que demanda para cada força policial que irá atender.

Figura 43 – Câmera de monitoramento CIOSP – Aracaju – 2016.



Fonte: CIOSP, 2016.

O CIOSP centraliza o atendimento dos telefones 190 (Polícia Militar), 193 (Corpo de Bombeiros), 194 (Companhia de Polícia de Trânsito - CPTran), 198 (Companhia de Polícia Rodoviária Estadual - CPRv) e o 181 (Disque-Denúncia, da Polícia Civil). No caso deste último, além do sistema de telefonia, existe o aplicativo Disque Denúncia 181, uma ferramenta que facilita denúncias feitas pela população através da internet. Esse aplicativo possui recursos para o processo de investigação, cujas ferramentas podem gerar fotos, vídeos (por exemplo, de uma casa onde há um intenso comércio de tráfico de drogas). Para divulgação dos vídeos no site (Portal) da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe, basta o cidadão responsável pelos vídeos procurar a Assessoria de Comunicação Social da Secretaria.

A Central de CFTV, do CIOSP, inicialmente foi implantada, no ano de 2009, com 25 câmeras em Aracaju, mas atualmente o CIOSP dispõe de 50 (cinquenta) câmeras divididas em 04 (quatro) fases:

- Fase 1 (16 câmeras) – localizadas da Avenida Coelho Campos à Praça Fausto Cardoso (Figura 44);
- Fase 02 (07 câmeras) – localizadas da Avenida Prof. Acrísio Cruz à Avenida Beira Mar (Figura 45);
- Fase 03 (14 câmeras) – localizadas da Avenida Chanceler Osvaldo Aranha à Avenida Rio Branco (próximo ao Mercado Central) (Figura 46);
- Fase 04 (13 câmeras) – localizadas da Avenida Santos Dumont à Avenida Rotary (Atalaia) (Figura 47).

Figura 44 – Câmera de monitoramento, Rua João Pessoa, próximo à Praça Fausto Cardoso – Aracaju – 2016.



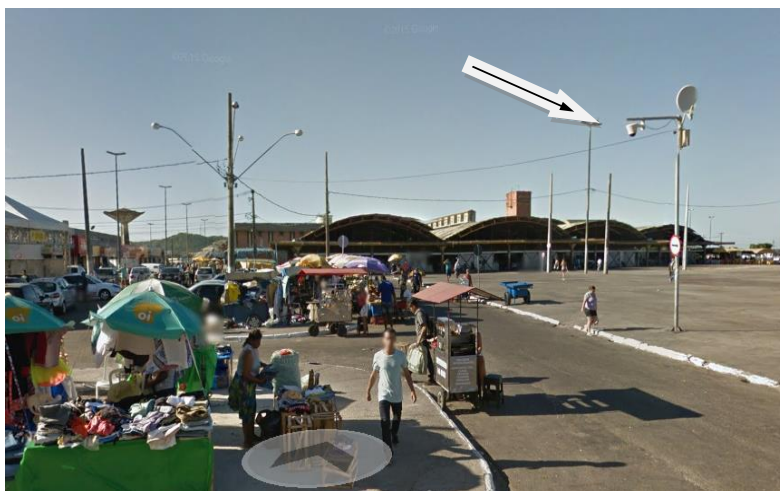
Fonte: Google maps, 2016.

Figura 45 – Câmera de monitoramento, Avenida Beira Mar – Aracaju – 2016.



Fonte: Google maps, 2016.

Figura 46 – Câmera de monitoramento, Mercado Central – Aracaju – 2013.



Fonte: Google maps, 2016.

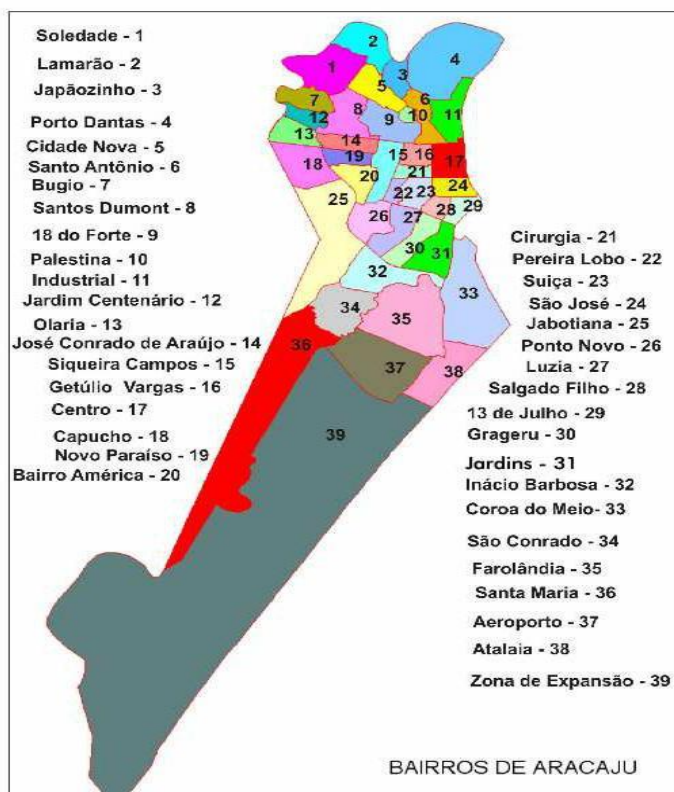
Figura 47 – Câmera de monitoramento, Avenida Santos Dumont com Avenida Rotary – Aracaju – 2015.



Fonte: Google maps, 2016.

Essas câmeras concentram-se nos seguintes bairros: (Figura 48): 14 - José Conrado de Araújo, 19 - Novo Paraíso e 17 - Centro (Fases 1 e 3); 29 - 13 de Julho (Fase 2) e 38 - Atalaia (Fase 4). Segundo o Diretor do CIOSP, algumas dessas câmeras são visíveis ao cidadão, outras estão ocultas, por motivo de segurança estratégica (não podendo ser informadas).

Figura 48 - Bairros de Aracaju – 2016.



Fonte: Câmara de Aracaju, 2015.

Os critérios utilizados para instalação das câmeras de vídeo monitoramento em Aracaju foram, principalmente, os índices estatísticos de incidência de cometimento de crimes, local de aglomeração de pessoas, pontos turísticos e áreas comerciais informados pela Coordenadoria de Análise e Estatísticas de Crime (CEACRIM) que atua em conjunto com o CIOSP (Diretor do CIOSPE).

“Não existe” no CIOSP um banco de dados que possa comprovar que nos locais que foram instaladas as câmeras para o vídeo monitoramento tenha ocorrido uma redução de crimes. Porém, pode-se afirmar que nesses locais está havendo um controle sobre o fluxo de pessoas, pois nas palavras do diretor do CIOSP:

Sabemos que qualquer câmera, seja ela pública ou privada, tem por objetivo precípua a ‘inibição’ ou ‘mudança de conduta’ de quem planeja agir de forma diversa, e com a presença das câmeras devidamente identificadas do CIOSP não poderia ser diferente.

Com as câmeras de monitoramento dispersas em alguns locais de Aracaju, o sujeito ao observá-las na paisagem é estimulado a se comportar nos termos da lei, da ordem social estabelecida. Manter a ordem é necessário, a disciplina intramuros através do *Panopticon* (FOUCAULT, 2003), estende-se para o extramuros (DELEUZE, 1992), o espaço público, através das redes do ciberespaço da videovigilância. Porém, os mecanismos disciplinares não desapareceram, mas estes estão dispersos, por toda malha socioespacial contemporânea, em novas formas e com outras tecnologias.

Então, essas câmeras de monitoramento tornam-se instrumentais para “inibir” ou contribuir para a redução da criminalidade, ou acabam se tornando instrumentais do poder para a manutenção ou o reforço para o comportamento social disciplinado das classes subalternas?

Como foi explicado anteriormente, Kanashiro (2007, p. 6) revelou que a incorporação de câmeras de monitoramento na cidade com o objetivo de vigilância e controle, pode também ter outro objetivo o da exclusão socioespacial, a expulsão em determinados lugares de sujeitos marginalizados pela sociedade como no exemplo da sua pesquisa realizada no Parque da Luz, em São Paulo, em que foi constatado tal fato.

As câmeras de vídeo monitoramento do CIOSP independentemente de estarem ligadas ou não, podem mudar o comportamento do sujeito em seus fluxos espaciais, em Aracaju.

Pode-se, também, observar que os locais escolhidos para instalação das câmeras desenvolvem, praticamente, atividades comerciais e turísticas, ou seja, ocorre uma espacialização das câmeras para o vídeo monitoramento da segurança pública em Aracaju atendendo as atividades comerciais e turísticas; atendendo atividades empresarias na venda de bens e serviços.

Através das câmeras de monitoramentos da Central de CFTV, do CIOSP, se faz a virtualização parcial da paisagem real do espaço urbano de Aracaju. Essas câmeras acabam funcionando como uma extensão, próteses da visão humana, possibilitando um ver sem ser visto. Com essas câmeras pode-se fazer a vigilância a quilômetros de distância da Central do CIOSP, como também possibilita substituir uma parte da força de trabalho policial por câmeras de monitoramento.

O centro comercial estará sendo monitorado 24h pelos profissionais da segurança pública. As câmeras servirão como os olhos da polícia, identificando os suspeitos de crime com maior rapidez e direcionando o efetivo para o local mais exato possível. Trata-se de um projeto moderno e atualizado, que possibilita oferecer às forças policiais o uso de tecnologia de ponta. (SERGIPE..., 2017, p. 1).

E, ainda,

Imagine que a Grande Aracaju está dividida em três áreas, cada uma delas sob responsabilidade de um batalhão. Esses batalhões são subdivididos em companhias, de campo de atuação limitado. Assim, se uma viatura sai do limite previamente delimitado ou não atende uma ocorrência, uma mensagem aparece no computador do policial responsável pela área. Com isso, se economiza combustível e aumenta a proximidade com a população [...]. Dependendo do caso, o policial militar omissor pode responder uma auditoria militar. (CLOSP..., 2013, p. 1).

A partir da Central de CFTV, do CLOSP, forma-se um banco de dados para planejamento, tomada de decisão e controle. Além de que:

Quando as câmeras foram instaladas, o objetivo principal era inibir o cometimento de crimes, todavia, os delegados, promotores de justiça e juizes ao saberem dessa importante ferramenta de prova, passaram a solicitar as imagens ao CLOSP como prova de elucidação de crimes. (Diretor do CLOSP).

Ao perguntar ao diretor se a introdução do CLOSP no sistema de segurança pública tem reduzido a criminalidade em Aracaju, a resposta foi positiva, explicando que toda mudança necessita de um tempo específico para se alcançar os resultados almejados. Uma boa parcela da população aracajuana ainda não se acostumou com a atuação de um "Centro Integrado", e na medida em que esse serviço vem se consolidando, iniciado 2009, diversas foram as reclamações por questões de adequação do sistema e da mudança de cultura dos próprios operadores de segurança pública. O fato é que, na medida em que foram investidas tecnologias, melhorias nas condições de trabalho nas forças policiais e a confiabilidade dos serviços de emergência.

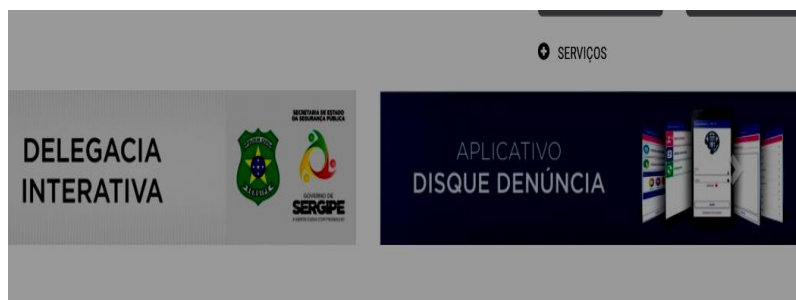
Mas, aqui, se faz uma reflexão: será que esses investimentos citados anteriormente são condições para redução da criminalidade?

Segundo o diretor a demanda aumentou, e com isso há a percepção da redução da criminalidade, visto que:

Como os atos criminosos são dinâmicos, ou seja, sempre que há uma ação voltada para sua redução ou coibição, por ser praticado pelos seres humanos, há uma mudança de seu cometimento, e com isso, uma "falsa" impressão de aumento da criminalidade, quando na verdade houve uma mudança de cultura criminal e não seu índice em si. Como o objetivo da pesquisa não é conceituar 'crime' e nem contextualizar suas nuances, estatisticamente houve sim uma 'redução' da criminalidade em Aracaju através do aparato tecnológico e da integração do atendimento da força policial através do CIOSP. (Diretor do CIOSP).

Mas é necessário ampliar a análise, investigar alguns dados estatísticos da geografia da violência do espaço geográfico sergipano e do município de Aracaju. O CIOSP é um "Centro Integrado" e o seu ciberespaço abrange não somente a virtualização do espaço urbano de Aracaju, através de vídeo monitoramento, mas também integra todo estado pela Central *Call Center* (Atendimento de Emergência 190, para todo Estado) e do 181 (Disque-Denúncia, da Polícia Civil) que além do sistema de telefonia, existe o aplicativo Disque Denúncia 181, que a população pode ter acesso via internet (Figura 49); e essas tecnologias incorporadas ao *Call Center*, também, fazem parte do ciberespaço.

Figura 49 - Aplicativo Disque Denúncia 181.



Fonte: CIOSP, 2012.

Em entrevista ao O Jornal do Dia, em 17 de dezembro de 2012, o diretor-adjunto do CIOSP, major Elias Linhares informou que:

O Centro, que também monitora as viaturas das corporações e as câmeras de segurança instaladas em cinco grandes bairros de Aracaju, já recebeu, entre janeiro e novembro deste ano, mais de 1,3 milhão de telefonemas de todo o estado. Deste total, 17% - equivalente a cerca de 300 mil - são trotes com brincadeiras e mensagens falsas de crimes ou ocorrências, entre outros tipos. Faltam contabilizar os dados de dezembro. [...]. Nós temos lançadas mais de 70 viaturas circulando pela Grande Aracaju a cada 12 horas de serviço. (CIOSP, 2012, p. 1).

Isso em 2012, ainda ampliando a investigação e análise, foi visto no capítulo anterior, nos dados estatísticos retirados do Mapa da Violência 2016, a taxa de homicídios no estado de Sergipe que era de 17,2 por 100 mil habitantes, em 2000, aumentou para 41,2, em 2014, de 10^a para 3^a maior taxa de homicídios do país. Em relação a capital Aracaju de 34,4 homicídios por armas de fogo por 100 mil, em 2004, aumentou para 50,5, de 7^a para 6^a maior taxa de homicídios do país. Os estados de Alagoas (124), Ceará (108,1), Sergipe (95,8) e Rio Grande do Norte (95,3), foram os que apresentaram as maiores taxas de homicídios por armas de fogo, na faixa etária dos 15 a 29 anos.

Os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe (14,3 por 100 mil, em 2003, para 49,7 em 2014) foram os que registraram os maiores crescimentos em suas taxas de homicídios por armas de fogo na população negra.

Ainda, tomando como exemplo as taxas de homicídios por armas de fogo, e delimitando ao período de implantação do CIOSP até o ano de 2014, observa-se que há um progressivo aumento dessas taxas no estado de Sergipe, sendo: 22,3 (2009), 21,9 (2010), 25,00 (2011), 30,7 (2012), 32,8 (2013) e 41,2 (2014).

Em Aracaju, são: 30,5 (2009), 25,7 (2010), 33,5 (2011), 44,9 (2012), 45,7 (2013) e 50,5 (2014).

E, pode ser acrescentado mais alguns dados do aumento da criminalidade no estado de Sergipe, a partir do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que recebe informações das Secretarias de Segurança Pública de todas as unidades da federação.

Observa-se que, exceto a taxa de ocorrências de lesões corporais seguidas de morte que era de 0,62 por 100 mil habitantes, em 2011, reduzindo para 0,41, em

2014 (Quadro 12), todas as demais taxas houve expressivos aumentos no estado de Sergipe.

Em referência à taxa de homicídios dolosos no estado de Sergipe que era de 32,1 por 100 mil habitantes, em 2011, aumentou para 45, em 2014, ocupando a posição de 4ª maior taxa de homicídios do país, neste último ano (Quadro 13).

A taxa de roubos de veículo no estado que era de 189,2 por 100 mil habitantes, em 2011, aumentou para 302,9, em 2014, ocupando a 9ª maior taxa, neste último (Quadro 14).

A taxa de roubos seguidos de morte (latrocínios) no estado que era de 1,15 por 100 mil habitantes, em 2011, aumentou para 2,1, em 2014, ocupando a posição de 3ª maior taxa do país, neste último ano (Quadro 15).

Quadro 12 – Número de registros de ocorrências de lesões corporais seguidas de morte e taxa por 100 mil habitantes – Brasil – 2011-2014.

| Unidade da Federação | 2011 | | 2014 | |
|----------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|----------------------------|
| | Registros de Ocorrências | Taxa por 100 mil habitante | Registros de Ocorrências | Taxa por 100 mil habitante |
| ACRE | NI | NI | 1 | 0,13 |
| ALAGOAS | 21 | 0,67 | 20 | 0,6 |
| AMAPÁ | 1 | 0,15 | 1 | 0,13 |
| AMAZONAS | 20 | 0,57 | 18 | 0,46 |
| BAHIA | 185 | 1,31 | 125 | 0,83 |
| CEARÁ | 69 | 0,81 | 66 | 0,75 |
| DISTRITO FEDERAL | 13 | 0,52 | 3 | 0,11 |
| ESPÍRITO SANTO | 8 | 0,23 | 25 | 0,64 |
| GOIÁS* | 6 | 0,1 | 13 | 0,2 |
| MARANHÃO | 218 | 3,28 | 124 | 1,81 |
| MATO GROSSO | 22 | 0,72 | 33 | 1,02 |
| MATO GROSSO DO SUL | 7 | 0,28 | 7 | 0,27 |
| MINAS GERAIS | 60 | 0,3 | 69 | 0,33 |
| PARÁ | 12 | 0,16 | 22 | 0,27 |
| PARAÍBA | 7 | 0,18 | 5 | 0,13 |
| PARANÁ | 102 | 0,97 | 67 | 0,6 |
| PERNAMBUCO | 49 | 0,55 | 40 | 0,43 |
| PIAUÍ | 4 | 0,13 | 13 | 0,41 |
| RIO DE JANEIRO | 39 | 0,23 | 39 | 0,24 |
| RIO GRANDE DO NORTE | NI | NI | 74 | 2,17 |
| RIO GRANDE DO SUL | 78 | 0,73 | 52 | 0,46 |
| RONDÔNIA | 4 | 0,25 | 7 | 0,4 |
| RORAIMA | 5 | 1,09 | 1 | 0,2 |
| SANTA CATARINA | 48 | 0,76 | 13 | 0,19 |
| SÃO PAULO | NI | NI | NI | NI |
| SERGIPE | 13 | 0,62 | 9 | 0,41 |
| TOCANTINS | 5 | 0,36 | 9 | 0,6 |
| Total | 996 | 0,49 | 856 | 0,42 |

Fonte: SINESP, 2014.

* Os dados de Goiás foram extraídos do site da SSP/GO em virtude das indisponibilidades desses números de 2014 e inconsistências dos dados de 2013 no SINESPJC.

NI - Não informado.

Quadro 13 – Número de registros de ocorrências de homicídios dolosos e taxa por 100 mil habitantes – Brasil – 2011-2014.

| Unidade da Federação | 2011 | | 2014 | |
|----------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|----------------------------|
| | Registros de Ocorrências | Taxa por 100 mil habitante | Registros de Ocorrências | Taxa por 100 mil habitante |
| ACRE | 151 | 20,2 | 191 | 24,2 |
| ALAGOAS | 2.342 | 74,5 | 2.055 | 61,9 |
| AMAPÁ | 117 | 17,1 | 138 | 18,4 |
| AMAZONAS | 1.033 | 29,2 | 910 | 23,5 |
| BAHIA | 4.705 | 33,4 | 5.392 | 35,6 |
| CEARÁ | 2.618 | 30,7 | 4.135 | 46,8 |
| DISTRITO FEDERAL | 704 | 28,3 | 682 | 23,9 |
| ESPÍRITO SANTO | 1.695 | 47,8 | 1.529 | 39,4 |
| GOIÁS | 998 | 16,4 | 2.575 | 39,5 |
| MARANHÃO | 1.229 | 18,5 | 1.902 | 27,8 |
| MATO GROSSO | 944 | 30,7 | 1.276 | 39,6 |
| MATO GROSSO DO SUL | 433 | 17,5 | 463 | 17,7 |
| MINAS GERAIS | 3.630 | 18,4 | 4.150 | 20 |
| PARÁ | 1.131 | 14,7 | 3.257 | 40,2 |
| PARAÍBA | 1.633 | 43,1 | 1.418 | 36 |
| PARANÁ | 1.955 | 18,6 | 1.354 | 12,2 |
| PERNAMBUCO | 3.251 | 36,7 | 3.223 | 34,7 |
| PIAUÍ | 341 | 10,9 | 601 | 18,8 |
| RIO DE JANEIRO | 4.009 | 23,6 | 4.610 | 28 |
| RIO GRANDE DO | NI | NI | 1.567 | 46 |
| RIO GRANDE DO SUL | 1.717 | 16 | 2.342 | 20,9 |
| RONDÔNIA | 399 | 25,3 | 484 | 27,7 |
| RORAIMA | 54 | 11,7 | 72 | 14,5 |
| SANTA CATARINA | 355 | 5,6 | 760 | 11,3 |
| SÃO PAULO | 4.193 | 10,1 | 4.294 | 9,8 |
| SERGIPE | 671 | 32,1 | 999 | 45 |
| TOCANTINS | 256 | 18,3 | 313 | 20,9 |
| Total | 40.564 | 20 | 50.692 | 25 |

Fonte: SINESP, 2014.

* Os dados de Goiás foram extraídos do site da SSP/GO em virtude das indisponibilidades desses números de 2014 e inconsistências dos dados de 2013 no SINESPJC.

NI - Não informado.

Quadro 14 – Número de registros de ocorrências de roubos de veículo e taxa por 100 mil veículos – Brasil – 2011-2014.

| Unidade da Federação | 2011 | | 2014 | |
|----------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|----------------------------|
| | Registros de Ocorrências | Taxa por 100 mil habitante | Registros de Ocorrências | Taxa por 100 mil habitante |
| ACRE | NI | NI | NI | NI |
| ALAGOAS | 1.647 | 360,4 | 3.373 | 537 |
| AMAPÁ | 33 | 26,9 | 254 | 160,9 |
| AMAZONAS | 6.499 | 1.177,3 | 2.595 | 362,1 |
| BAHIA | 8.963 | 369,5 | 14.579 | 448,7 |
| CEARÁ | 2.823 | 156 | NI | NI |
| DISTRITO FEDERAL | 2.769 | 216,2 | 7.110 | 463,4 |
| ESPÍRITO SANTO | 3.178 | 247,5 | 3.336 | 208,9 |
| GOIÁS | 4.166 | 169,3 | 9.450 | 302,3 |
| MARANHÃO | 1.085 | 124,4 | 3.347 | 261,6 |
| MATO GROSSO | 2.176 | 181,8 | 4.338 | 276,5 |
| MATO GROSSO DO SUL | 407 | 41,1 | 546 | 43,5 |
| MINAS GERAIS | 4.065 | 56,3 | 9.955 | 110,7 |
| PARÁ | 1.306 | 127,5 | 4.970 | 333,9 |
| PARAÍBA | 501 | 67,1 | 570 | 57,3 |
| PARANÁ | NI | NI | 8.503 | 134,3 |
| PERNAMBUCO | 7.010 | 375,9 | 7.363 | 300 |
| PIAUÍ | 717 | 114,6 | 2.560 | 283,9 |
| RIO DE JANEIRO | 18.773 | 404,6 | 32.652 | 572,6 |
| RIO GRANDE DO NORTE | NI | NI | 4.237 | 425,6 |
| RIO GRANDE DO SUL | 10.965 | 227,1 | 14.233 | 242,6 |
| RONDÔNIA | 884 | 150,7 | 1.235 | 159,8 |
| RORAIMA | 60 | 45,7 | 256 | 149,7 |
| SANTA CATARINA | 944 | 27,3 | 3.267 | 77,7 |
| SÃO PAULO | 79.191 | 377,7 | 98.451 | 397,8 |
| SERGIPE | 845 | 189,2 | 1.778 | 302,9 |
| TOCANTINS | 118 | 29,2 | 474 | 89,4 |
| Total | 159.125 | 192,81 | 239.432 | 290,12 |

Fonte: SINESP, 2014.

*Os dados de Goiás foram extraídos do site da SSP/GO em virtude das indisponibilidades desses números de 2014 e inconsistências dos dados de 2013 no SINESPJC.

NI - Não informado.

Quadro 15 – Número de registros de ocorrências de roubos seguidos de morte (latrocínios) e taxa por 100 mil veículos – Brasil – 2011-2014.

| Unidade da Federação | 2011 | | 2014 | |
|----------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|----------------------------|
| | Registros de Ocorrências | Taxa por 100 mil habitante | Registros de Ocorrências | Taxa por 100 mil habitante |
| ACRE | 10 | 1,34 | 19 | 2,4 |
| ALAGOAS | 36 | 1,15 | 42 | 1,3 |
| AMAPÁ | 2 | 0,29 | 8 | 1,1 |
| AMAZONAS | 43 | 1,22 | 45 | 1,2 |
| BAHIA | 125 | 0,89 | 188 | 1,2 |
| CEARÁ | 76 | 0,89 | 67 | 0,8 |
| DISTRITO FEDERAL | 44 | 1,77 | 45 | 1,8 |
| ESPÍRITO SANTO | 22 | 0,62 | 23 | 0,6 |
| GOIÁS | 45 | 0,74 | 59 | 0,9 |
| MARANHÃO | 98 | 1,47 | 16 | 0,2 |
| MATO GROSSO | 49 | 1,59 | 46 | 1,4 |
| MATO GROSSO DO SUL | 19 | 0,77 | 19 | 0,7 |
| MINAS GERAIS | 90 | 0,46 | 67 | 0,3 |
| PARÁ | 48 | 0,62 | 175 | 2,2 |
| PARAÍBA | 27 | 0,71 | 19 | 0,5 |
| PARANÁ | 57 | 0,54 | 43 | 0,4 |
| PERNAMBUCO | 78 | 0,88 | 69 | 0,7 |
| PIAUÍ | 4 | 0,13 | 33 | 1 |
| RIO DE JANEIRO | 116 | 0,68 | 146 | 0,9 |
| RIO GRANDE DO NORTE | NI | NI | 20 | 0,6 |
| RIO GRANDE DO SUL | 82 | 0,76 | 121 | 1,1 |
| RONDÔNIA | 12 | 0,76 | 22 | 1,3 |
| RORAIMA | 1 | 0,22 | 3 | 0,6 |
| SANTA CATARINA | 14 | 0,22 | 35 | 0,5 |
| SÃO PAULO | 316 | 0,76 | 372 | 0,9 |
| SERGIPE | 24 | 1,15 | 46 | 2,1 |
| TOCANTINS | 16 | 1,14 | 14 | 0,9 |
| Total | 1.454 | 0,72 | 1.762 | 0,87 |

Fonte: SINESP, 2014.

*Os dados de Goiás foram extraídos do site da SSP/GO em virtude das indisponibilidades desses números de 2014 e inconsistências dos dados de 2013 no SINESPJC.

NI - Não informado.

Então, o que se pode constar através dos dados estatísticos do Mapa da Violência 2016 e do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), é que ocorreu um expressivo aumento da criminalidade no estado de Sergipe e em Aracaju, o que vem a corroborar com a hipótese desta tese. E, essa geografia da violência parece que está longe de ser

resolvida, pois a implantação de uma política de segurança, capacitação dos profissionais da área e investimentos em tecnologias de ciberespaço, sob suas diversas formas, necessariamente não implica na redução da violência, pois os fatores que conduzem a violência são muito mais amplos, envolvem fatores econômicos, políticos, culturais, entre outros.

Nesse sentido, concorda-se com as palavras do Comandante Geral da Polícia Militar de Sergipe Coronel Marcony Cabral: “Há falta de emprego, dificuldade na educação, na saúde, tudo isso deságua na segurança pública, e infelizmente há situações como essa que temos acompanhado e que trazem para a população uma sensação de insegurança” (SERGIPE, 2017, p. 1).

Porém, mesmo que não ocorra um controle e/ou mesmo uma redução da violência criminal, não implica que não esteja ocorrendo um controle socioespacial como foi visto nos capítulos anteriores desta pesquisa, visto que:

[...] as reformas propostas e efetuadas pelo Ministério da Justiça, por meio da SENASP, está relacionado ao uso da informação. Há uma cultura corrente nas corporações policiais segundo a qual informação é poder [...]. A implantação de um sistema único informatizado e a racionalização operacional e administrativa oriunda do uso competente desses recursos é a forma pela qual a informação poderá ser corretamente administrada. Na atualidade, rejeitar esses instrumentos é confessar publicamente a abdicação dos objetivos das polícias e da segurança pública, pois não se consegue controlar, prevenir e atuar em um universo sem seu conhecimento. (RELATÓRIO..., 2007, p. 12).

Mas, é importante atentar que já está se tornado comum o sujeito, mesmo sabendo que está sendo filmado, cometer uma violência criminal (Figura 50 e 51).

Figura 50 – Roubo a veículo, bairro Inácio Barbosa – Aracaju – 2016.



Fonte: Roubo, 2017a.

Figura 51 – Roubo a estabelecimento, conjunto Augusto Franco – Aracaju – 2016.



Fonte: Roubo, 2017b.

Ampliando a análise, a partir dos dados estatísticos e de reflexões sobre o mesmo, pode-se dizer que esse modelo espacial reticular (real-virtual) de segurança integrada, não garante bons resultados em relação ao controle e/ou diminuição da violência criminal em Aracaju e no estado de Sergipe.

Fonseca (2013), em seu estudo sobre Ambiente e violência em Sergipe: mapeamento dos homicídios nos municípios sergipanos ocorridos no período 2006 a 2012, chamava a atenção, explicando que:

No Brasil o aumento da violência vem sendo atribuído a um grande conjunto de fatores, dentre os quais se destacam a desigualdade e a desagregação social, a corrupção de valores morais, a omissão e a impunidade. Esse conjunto de fatores, aliado a muitos outros, especialmente no ambiente urbano, reflete desrespeito à legislação vigente, aos sistemas executivo, legislativo e judiciário e, em última análise aos direitos humanos em todas as suas esferas. Poucas questões do mundo contemporâneo mobilizam tantas preocupações quanto a violência e o avanço da criminalidade. (FONSECA, 2013, p. 3).

Na geografia da violência em Aracaju, Fonseca (2013) faz um estudo da relação entre ocorrência de homicídios e condições sociais e ambientais de cada bairro, mensuradas através de um conjunto de variáveis, como: uso do solo (residencial, comercial, industrial, serviços públicos e áreas de uso comunitário), localização e caracterização das principais vias de tráfego, localização e caracterização das áreas de preservação permanente, áreas de utilização restrita, características geoambientais, localização de redes de gás e de petróleo instaladas no subsolo, localização e caracterização dos obstáculos à interligação intra-urbana, localização e caracterização das áreas consideradas de risco, localização e caracterização das áreas com problemas de saneamento e localização e caracterização de condomínios fechados, conjuntos habitacionais cemitérios, ferrovia, canais e rios.

Nesse estudo, analisando as taxas de crescimento de Aracaju e da sua Região Metropolitana, no período 2000 a 2010, identificou-se que Aracaju apresenta as maiores taxas de homicídios na composição dos municípios da sua região metropolitana. Ao fazer uma comparação dessas taxas, com as de Sergipe e Brasil, mostraram-se muito altas, especialmente em 2001, chegando a mais de 60 homicídios por 100 mil habitantes, em Aracaju.

Em relação aos bairros de Aracaju, concluiu que há forte relação, em que os bairros com população de maior poder aquisitivo e maior adensamento populacional apresentam menor volume de homicídios. E, ainda, esclarece que:

A busca por soluções de moradia para pessoas sem teto, traço cultural dos governos de Sergipe, acabou por atrair para a capital, levas de migrantes do interior do estado e de pessoas vindas de outros estados, especialmente Alagoas, Pernambuco e Bahia, que se instalavam em habitações improvisadas em áreas invadidas. Com isso, foram construídos novos conjuntos para a população pobre e o bairro Santa Maria cresceu com esse tipo de uso do solo, onde a miséria convivia

com a disputa por condições de sobrevivência, superando a solidariedade, com a máxima cada um por si. (FONSECA, 2013, p. 24).

Na lista, que é divulgada anualmente e de conhecimento internacional, pela ONG mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e a Justiça Penal, que leva em conta a taxa de homicídios por 100 mil habitantes e inclui apenas cidades com 300 mil habitantes (excluídas cidades em países que vivem “conflitos bélicos abertos”), em 2015, Aracaju aparece na 38ª cidade com a maior taxa de homicídio do mundo, com 37,70 por 100 mil habitantes (ARACAJU, 2016).

Em matéria divulgada pela TV Sergipe, em 05 de fevereiro de 2012, a presidente da Federação dos Conselhos de Segurança do Estado de Sergipe, Maria Edvan Carmo, denunciou que a segurança pública no Estado está seriamente comprometida pelo número reduzido de policiais militares à disposição para o serviço. A falta de efetivo na Polícia Militar já vinha sendo denunciado há algum tempo pelas próprias associações da categoria (ASPRA, 2012).

Segundo o assessor de comunicação da Polícia Militar, capitão Charles, a PMSE, em 2012, contava com um efetivo de 5.198 homens e mulheres, contra um efetivo previsto em lei de 7.172 policiais, aprovado na Assembleia Legislativa. Segundo ele, pelas recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), sugere que haja no mínimo 1 policial para cada 250 habitantes, então o efetivo da Polícia Militar de Sergipe, em 2012, deveria ser de 8.272 policiais, já que o estado possui uma população de mais de 2 milhões de habitantes. E se for levado em conta à existência de 596 militares em desvio de função, o número de policiais reduzido para 4.602 militares (ASPRA, 2012).

Em 2011, o estado de Sergipe contava com 16 empresas de serviços de segurança cadastrada na Polícia Federal, com um efetivo de 5.277 vigilantes, superior ao efetivo da Polícia Militar de Sergipe; sem computar o número de vigilantes que trabalham na informalidade (LOPES, 2012, p. 13), e muitos desses são policiais na ativa.

Em fevereiro de 2014 foi realizado o concurso da Polícia Militar para admissão de 600 novos soldados para a Polícia Militar de Sergipe, 540 para o sexo masculino e 60 para o sexo feminino. O último concurso para a Polícia Militar havia sido

realizado em 2005. Os 600 novos soldados incorporados ao efetivo de 2014 tornam-se, ainda, insuficientes para a demanda da população sergipana, conforme recomendações da ONU, na relação número de policiais e população.

Com todos esses dados acima, ainda, no *site* (Portal) da prefeitura de Aracaju apresenta a capital como uma: “Cidade de porte médio, *sem problemas de segurança nem infraestrutura*, boa densidade demográfica, belas praias e um povo simpático e de bem com a vida” (TURISMO, 2017, grifo do autor):

[...] para as pessoas de fora ela se apresenta como um lugar tranquilo, agradável, seguro e organizado, atraindo visitantes; para os moradores, ela evidencia a perda na qualidade de vida diante do desemprego, da violência, da poluição e dos baixos níveis de vida de grande parcela da população. (FRANÇA, 1999, p. 212).

Desde a década de 1980, a criminalidade era de conhecimento da população sergipana e aracajuana, com o aumento dos casos de homicídios e o tráfico de drogas. Nessa época, as autoridades policiais e parte da imprensa usavam o chamado “Esquadrão da Morte de Alagoas” e a “Guerra da Maconha” como justificativa dos vários corpos com marcas de execução que eram encontrados no estado. Além de que, crescia os crimes provocados pelos grupos de extermínio formados na própria polícia. Um desses grupos que ganhou destaque no estado foi “A Missão”, que tinha fortes relações com membros da cúpula da Secretaria de Segurança Pública. Este grupo surgiu no início da década de 1990, com a “missão” de matar os ladrões de gado que agiam no interior do estado. Mas, alguns fazendeiros também utilizavam o grupo para resolver “rixas” com pequenos agricultores ou antigos funcionários (SOUZA, 2008).

Tendo em vista ao aumento expressivo da criminalidade em Aracaju, no dia 27 de fevereiro de 2017, foi convocado, inicialmente, um efetivo composto por 50 homens da Força Nacional de Segurança Pública, devendo aumentar para 120 homens, que deverá permanecer durante 180 dias na capital (Figura 52).

O foco da Força Nacional é desenvolver ações visando reduzir as taxas de homicídios dolosos e a violência contra a mulher no bairro Santa Maria e localidades da zona norte da capital.

Segundo o coronel Marcony Cabral, comandante geral da PM de Sergipe: “[...] esse grupo que as pessoas estarão vendo nas ruas no trabalho preventivo e repressivo quando houver necessidade”. E, “Juntamente com nossos policiais militares, a intenção é dar uma sensação de segurança para a sociedade” (FORÇA..., 2017, p. 1).

Observa-se nas palavras do coronel aquela velha ideia de que segurança deve estar associada à utilização da força/violência do aparelho policial estatal frente às classes mais desvalidas. Manter a ordem, se necessário, através da repressão.

Figura 52 – Força Nacional – Aracaju – 2017.



Fonte: Força..., 2017.

A partir do que foi investigado anteriormente, pode-se afirmar que esse modelo espacial (real-virtual) de segurança integrada, em rede, através do CIOSP não garante bons resultados em relação ao controle e/ou diminuição da violência criminal em Aracaju e no estado de Sergipe, apesar dessa “modernização tecnológica”, através do ciberespaço da videovigilância estar sendo apresentado a população como viés para redução da criminalidade e da violência, em Aracaju e no Estado.

Porém, não se pode negar a importância desse “Centro Integrado”, pois como explica o diretor do CIOSP:

Esse tipo de serviço de videomonitoramento por diversos motivos, dentre eles o cidadão não precisa acionar por telefone a força policial quando se encontrar em situação de risco, pois o próprio operador do videomonitoramento o faz por ele, segundo que serve de inibição para o

cometimento de crime, assim como provas para constar no processo, dentre outras situações exitosas. Tanto é importante que no exercício de 2017 estamos projetando a implantação (instalação) de mais 24 (vinte e quatro) câmeras, nos bairros Santos Dumont e Santa Maria.

Apesar de o CIOSP ser um “Centro Integrado” mantido com verbas do Estado e não possuir autonomia financeira própria, a maior dificuldade enfrentada, segundo o diretor, está na reposição e manutenção imediata dos equipamentos, que mesmo existindo contrato com empresa prestadora de serviço de manutenção, em relação à aquisição de materiais tipo *Switch*, rádio, fibra óptica etc., necessita passar por procedimento licitatório, consoante determinação legal para aquisição de materiais para o estado.

A reticularização da geografia da segurança pública em Aracaju, através do ciberespaço da videovigilância, pode ser exemplificada a partir daquelas dimensões de redes geográficas classificadas por Correa (2011), assim, o CIOSP viabiliza um ciberespaço de rede de segurança pública, que conta com uma Central CFTV com vídeo monitoramento fixo e câmeras de monitoramento fixas dispersas em alguns subespaços de Aracaju; existe uma dimensão organizacional (Estado, policiais Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, funcionários de empresas terceirizadas – além das empresas que prestam serviços de manutenção, logística ou vendem os produtos para esse sistema de segurança) de forma planejada; sua natureza de fluxos de informações, de comunicações e pessoas com finalidade de monitoramento e controle; sua existência é real-virtual. A infraestrutura da rede é material e imaterial, formal e organicidade hierárquica. Na dimensão temporal envolve conhecimento dos fluxos de pessoas com duração de 24 horas, velocidade instantânea e frequência permanente. Na dimensão espacial abrange o conhecimento da escala local do espaço urbano de Aracaju, com forma espacial “indefinida” (atendendo algumas localidades da cidade), e com conexões internas de policiais e conexões externas de pessoas e policiais, porém ambas com conexões interna (no recorte espacial, o espaço urbano de Aracaju, no caso do vídeo monitoramento).

Com essa reticularização da videovigilância da segurança pública em Aracaju prioriza-se o exercício do controle e poder através do ciberespaço, da visibilidade direta da paisagem real, troca-se esta pela paisagem virtual eletrônica.

O ciberespaço da videovigilância da segurança pública passou a fazer parte das estratégias de segurança, controle e poder – cada vez mais as câmeras de monitoramento, deverão ser disseminadas nos bairros de Aracaju, se incorporando e fazendo parte da paisagem da cidade.

O ciberespaço da videovigilância com as câmeras de monitoramento, da segurança pública, no atual contexto urbano de Aracaju, parece que passou a ser vista como uma solução natural ao quadro de insegurança, medo e criminalidade na cidade, porém essa inserção da videovigilância não implica necessariamente na redução da violência criminal.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo “cyber” vem desde a antiguidade com a ideia de “controle”. Com Norbert Wiene, a cibernética, tornou-se a teoria que tem por objetivo o estudo da “comunicação” das máquinas, seres vivos e a sociedade em seu ambiente, permanecendo a essência do controle. A ciência da computação, inicialmente se desenvolveu através da cibernética. Da cibernética, William Gibson cunhou o termo ciberespaço que traz em sua essência - controle e segurança.

Com a expansão do ciberespaço, através das tecnologias de informação e comunicação, cada vez mais o espaço geográfico se virtualiza, incorporando paisagens virtuais e a reticularização do espaço, viabilizando a compressão “tempo-espaço”.

Como foi visto anteriormente, o ciberespaço não pode ser explicado em si mesmo, mas inserido nas relações sociais e de produção. O ciberespaço traz em sua essência o controle socioespacial.

E o Estado torna-se o árbitro e o grande articulador para atender aos interesses privados das indústrias e empresas de serviços de segurança, seja em nível local, regional, nacional ou mundial.

Guimarães (2006) chama a atenção para dois fatores que não são descortinados pelo Estado e pela indústria capitalista da segurança, principalmente em países subdesenvolvidos:

O primeiro fator consiste na influência e na pressão da indústria da segurança que busca com muito vigor convencer governantes e governados que [...] tecnologia avançada é a grande solução para a insegurança pública, com o único objetivo de vender a tecnologia. O segundo fator corresponde à forma tradicional e histórica de tratamento da criminalidade pelos nossos governantes, sustentada em interesses que transitam entre o secundário e o amador, nunca se estabelecendo um esforço efetivo de identificação das suas causas, para elaboração de políticas que estabelecessem relações com as mesmas. (GUIMARÃES, 2006, p.14).

O discurso dos agentes do Estado Neoliberal é a segurança da sociedade frente à crescente onda de violência. É necessário investimento na segurança pública e privada.

A lógica do discurso e sua efetivação que tem ocorrido em diversas cidades e países do mundo é que é necessário um sistema de segurança público e privado integrado, em rede de informação e comunicação eficientes para combater a violência, como ocorre com a implantação do CIOSP, em Sergipe. Mas não informa sobre a transformação da segurança em mercadoria e o processo de minimização do Estado, com o processo de privatização da segurança.

Questões estruturais do capitalismo relacionadas às desigualdades socioeconômicas espaciais, também, são relegadas para segundo plano para explicação da violência no mundo contemporâneo. Antunes (1999, p. 193, grifo do autor) chama atenção para os problemas provocados pelo capitalismo, como:

Os de bolsões de pobreza no coração do 'Primeiro Mundo', as explosivas taxas de desemprego estrutural, a eliminação de inúmeras profissões no interior do mundo do trabalho em decorrência do incremento tecnológico voltado *centralmente para a criação de valores de troca*, as formas intensificadas de precarização do trabalho, são apenas alguns dos exemplos mais gritantes das barreiras sociais que, obstam, sob o capitalismo, a busca de uma vida cheia de sentido e emancipada para o ser social que trabalha. Isso para não falar do Terceiro Mundo, onde encontram 2/3 da força humana que trabalha em condições ainda muito mais precarizada.

Estados, indústrias e empresas de serviço de segurança consideram que para solucionar o problema da violência no mundo é necessário investir na segurança, principalmente em tecnologias de ciberespaço; é um verdadeiro artifício para confundir a sociedade, disfarçar a luta de classes, a exploração capitalista, a alarmante concentração de renda com suas desigualdades socioespaciais.

Hoje, o controle socioespacial não se faz somente pelos Estados, mas, principalmente, por grandes corporações capitalistas das tecnologias de informação e comunicação, como a *Microsoft, Intel, Cisco, Dell, Samsung, Amazon, LG, GM, Sony, Philips, Compaq, IBM, Ericsson, Motorola, Nokia, Microsoft, Google, Facebook, Dell, Voldafone Airtouch, NTT Docomo, Telefônica, MCI, British Telecom, China Mobile, América Móvil, Bharti Airtel*; algumas delas atuam também no ramo da segurança pública e privada. Nesse sentido, concorda-se com Pires (2005, p. 3): “[...] o ciberespaço perdeu a sua ‘inocência’, deixou de ser um ‘espaço público pré-político’,

constituído eminentemente pelas redes acadêmicas, e se metamorfoseou em uma estrutura virtual de acumulação [capitalista]”.

Os defensores do Neoliberalismo afirmam que é necessário o Estado abandonar sua interferência na economia, porém este é o primeiro a ser chamado para arbitrar e articular os interesses privados de corporações capitalistas que, muitas vezes, provocam a sobreposição entre o público e o privado. O discurso dos defensores do neoliberalismo se refere a “livre concorrência”, porém o que se tem visto são as empresas capitalistas se fundirem, provocando uma alarmante concentração do capital e monopólio.

No discurso, não se descortina o controle socioespacial e a concentração de riquezas por parte dessas e outras empresas ou aglomerados capitalistas. Não se fala da promiscuidade das grandes corporações capitalistas com os Estados, na obtenção de vantagens para atender aos seus interesses.

Assim, através desta pesquisa, foi possível desvelar a outra face dialética do ciberespaço da segurança, ou seja, este se torna em mecanismo de poder, de controle e vigilância nas diversas escalas do espaço geográfico, rompendo fronteiras locais, regionais e nacionais e atendendo ao Neoliberalismo. O discurso é o da necessidade da integração do espaço mundial da segurança – em rede, mas para isso será necessário o desenvolvimento e investimentos em tecnologias de informação e comunicação viabilizando um ciberespaço geográfico de controle e segurança, do controle e da segurança mundial. Assim, a acumulação capitalista se expande, através do ciberespaço da segurança com a ideologia do discurso da violência no mundo.

A ilusão de que com mais investimentos em tecnologias de informação e comunicação irá controlar e/ou reduzir a violência no mundo é outro disfarce perverso contraditório dos capitalistas em seu processo de acumulação de capital frente às classes trabalhadoras.

É inegável que as mudanças no âmbito da produção e do consumo, mudanças no trabalho, têm implicações tanto sobre as causas da criminalidade quanto sobre as reações contra ela, visto que as causas da criminalidade estão, principalmente, na injustiça social, nas desigualdades socioeconômicas espaciais. Seus

efeitos são, por outro lado, mais injustiça e violação da cidadania, por parte do Estado e seu aparato policial.

A implantação do ciberespaço da videovigilância do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe, com a instalação de dispositivos de segurança, ou melhor, com a instalação de câmeras de monitoramento num “panoptismo” social do espaço urbano de Aracaju, não implica, necessariamente na redução da violência, mas viabiliza e reforça o controle socioeconômico espacial.

O ciberespaço da videovigilância viabiliza a normatização e a ordem no espaço geográfico. E sobre este ponto é importante esclarecer, se o controle faz parte das relações sociais e de produção, então se volta à questão que já foi explicitada anteriormente e vale repetir, ou seja, no sistema capitalista a infraestrutura econômica necessita, também, da superestrutura política, jurídica (por exemplo, a segurança pública e o poder judiciário) e ideológica (por exemplo, a mídia), para o controle, alienação e repressão das lutas de classe latentes e no dizer de Marx e Engels (1993), disfarçadas ou abertas.

Ora se o espaço geográfico é produto do trabalho (sociedade-natureza), é produto das relações sociais e de produção, o controle social através do ciberespaço da videovigilância reforça a manutenção das desigualdades socioespaciais. É o controle e a vigilância sobre o sujeito para que ele não ultrapasse os limites da ordem e da normatização desejável do sistema capitalista de produção.

REFERÊNCIAS

ABCCURITIBA. Disponível em:<<https://abcuritiba.wordpress.com/page/178/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ACIOLI, Sonia. Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito. **Informação & Informação**, América do Norte, v. 12, 2007.

ADORNO, Sérgio. Políticas públicas de segurança e justiça penal. **Cadernos Adenauer IX (2008), Segurança Pública**, n. 4, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, jan. 2009.

AFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. **O que é história da ciência**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGÊNCIA jovem. Disponível em:<<http://www.agenciajovem.org/wp/manifestacao-pela-regulamentacao-da-midia-pede-respeito-a-constituicao/D>>. Acesso em: 8 dez. 2015.

AGÊNCIA Pará. Heróis anônimos, jovens voluntários colecionam histórias marcantes na rotina do Ciop. Disponível em:<<http://agenciapara.com.br/Noticia/128036/herois-anonimos-jovens-voluntarios-colecionam-historias-marcantes-na-rotina-do-ciop>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

AMARAL, Adriana. **A visão cyberpunk de mundo através das lentes escuras de Matrix**. Disponível em:<www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 20 set. 2014.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ANTUNES, Flávio. **Manifestantes vão às ruas e protestam de forma pacífica em Aracaju**. Disponível em:<<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/06/manifestantes-vao-ruas-e-protestam-de-forma-pacifica-em-aracaju.html>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

ANTUNES, Ricardo Luís Coutro. **Adeus ao trabalho?**: ensaios sobre as metamorfoses e a centralização do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista Thomas/Theomai Journal**, n. 19, primeiro semestre 2009. Disponível em: <<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtAntunes.pdf>>. 20 ago. 2014.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública 2016. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, São Paulo, 2016.

ARACAJU é a 38ª cidade mais violenta do mundo. Disponível em: <http://www.nenoticias.com.br/94525_aracaju-e-a-38-cidade-mais-violenta-do-mundo.html>. 18 dez. 2016.

ARACAJU é apontada como a melhor capital do Norte e Nordeste em qualidade de vida. 2005. Disponível em: <<http://www.aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=20582>>. 26 fev. 2017.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____. **Sobre a Revolução**. Tradução de I. Moraes. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2001.

_____. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposa. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASPRA. Falta de efetivo na PM compromete a segurança pública em Sergipe. 06 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.asprasergipe.com/2012/01/falta-de-efetivo-na-pm-compromete.html>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

ATLAS da violência 2016. Instituto de Pesquisa, Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília, n. 17, mar. 2016.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BARROS, Michelle. Internet das coisas permite que tudo ao nosso redor esteja interconectado. **Jornal da Globo**, 8 nov. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/11/internet-das-coisas-permite-que-tudo-ao-nosso-redor-esteja-conectado.html>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Globalização**: as conseqüências humanas. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECK, U. Teoria de la sociedade del riesgo. In: Beriais, J. (Org.). **Las consecuencias perversas de la modernidad**: modernidad, contingencia y riesgo. Barcelona: Anthopos, 1996.

BENEZ, Leo. **O binóculo, esse desconhecido**. Disponível em: <http://www.inape.org.br/wp-content/uploads/2010/06/BINO.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

BOTELLO, Nelson Arteaga. Orquestração da vigilância eletrônica: uma experiência em CFTV no México. In: BRUNO, Fernanda; FIRMINO, Rodrigo; KANASHIRO, Marta. **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 22, p. 65-72, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. Doutrina militar de comando e controle. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.defesa.mil.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md31_d_03_doutrina_milc2_1a_ed2006.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. I Conferência Internacional de Segurança para Grandes Eventos: programação da conferência. Brasília, 2012a. Disponível em: <http://blog.justica.gov.br/inicio/wp-content/uploads/2012/11/PROGRAMAÇÃO-OFICIAL-DA-CONFERÊNCIA-SISGE.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. Planejamento estratégico de segurança para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Brasília, 2012b. Disponível em: [http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/PlanejamentoEstrategicoSESSEGE%20\(2\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/PlanejamentoEstrategicoSESSEGE%20(2).pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2012.

BRASIL. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração. Coordenação-Geral de Logística. Extratos de convênios. Diário Oficial da União, seção 3, p. 123, 29

dez. 2011. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/33390640/dou-secao-3-29-12-2011-pg-123>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BRASIL. Planejamento Estratégico de Segurança Pública e de Defesa para a Copa do Mundo FIFA Brasil. 2014. Disponível em:<<http://docplayer.com.br/8821138-Planejamento-estrategico-de-seguranca-publica-e-de-defesa-para-a-copa-do-mundo-fifa-brasil-2014-fevereiro-de-2013-o-brasil-inteiro-jogando-junto.html>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

BRASIL tem mais vigilantes privados do que policiais militares. Disponível em:<<http://www.f3escola.com.br/noticia.php?id=32>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser**: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e comunicação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

_____. **Monitoramento, classificação e controle nos dispositivos de vigilância digital**. Porto Alegre: FAMECOS, 2008.

CADOSOS, Claudio. **Notas sobre a geografia do ciberespaço**. Disponível em:<<file:///C:/Users/Auro%20de%20Jesus/Documents/Auro/Doutorado/Textos%20da%20Tese/Notas%20Sobre%20a%20Geografia%20do%20Ciberespaco.pdf>>. Acesso em 14 out. 2015.

CADOZ, Claude. **A realidade virtual**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CALVI, K. U. O controle social nos conselhos de políticas e de direitos. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 9-20, jan./jun. 2008.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos Camargo. **A ruptura do meio ambiente**: conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma percepção da ciência, a geografia da complexidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CÂMERAS de vigilância são usadas para multar motoristas em Sete Lagoas. Disponível em:<<http://setelagoas.com.br/noticias/cidade/33112-cameras-de-vigilancia-sao-usadas-para-multar-motoristas-em-sete-lagoas>>. Acesso em: 5 jun. 2016a.

CÂMERAS de rede Vivotek H.265 estão integradas a plataforma Genetec centro de segurança Disponível em:<<http://www.digitalsecuritymagazine.com/pt/2016/01/27/las-camaras-de-red-h-265-de-vivotek-se-integran-en-la-plataforma-genetec-center-security/>>. Acesso em: 10 jun. 2016b.

CANO, Carlos Baldessarini; BECKER, João Luiz; FREITAS, Henrique de. **A Organização virtual no espaço cibernético**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

CAPEL, Horacio. **Filosofía y ciencia en la Geografía contemporánea**. Barcelona: Barcanova, 1981.

_____. **Dibujar el mundo**: Borges, la ciudad y la geografía del siglo XXI. Barcelona: del Serbal, 2001.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. **Comandando e controlando à distância**: modernização tecnológica, integração institucional e segurança Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200005>. Acesso em: 14 nov. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, Paulo Roberto de. Mídia e controle: implicações para a subjetividade contemporânea. **Revista espaço acadêmico**, São Paulo, n. 136, set. 2012.

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **A sociedade em redes**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2007a. v. I.

_____. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2007b. v. III: Fim de Milênio.

CCTV centre putting police in the picture. Disponível em:<<http://www.expressandstar.com/news/2012/11/25/cctv-centre-putting-police-in-the-picture/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **O futuro de uma ilusão**: o sonho de uma nova polícia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

CIOSP já recebeu 300 mil trotes este ano. Disponível em:<http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=3996>. Acesso em: 26 nov. 2015.

CIOSP: quase 70% das ligações são trotes. Jornal da Cidade.Net. 2013. Disponível em:<http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=3996>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CLOUD Security Vídeo digital Stanley a videovigilância para a nuvem sem perder qualidade de imagem. Disponível em:<<http://www.digitalsecuritymagazine.com/pt/2013/09/13/stanley-security-e-video-cloud-lleva-la-videovigilancia-a-la-nube-sin-perder-calidad-de-imagen/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

COLI, A. O. **Centro Integrado de Comando e Controle (CICC):** ferramenta de integração para o Estado Rede. 2011. Monografia (Especialização em Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2011.

COMO pegar ladrões com ajuda de app gratuito. 2015. Disponível em:<http://www.bbc.com/portuguese/institutional/2015/02/150211_ladros_app_hb>. Acesso em: 5 dez. 2015.

COMTE, Auguste, 1798-1857. **Curso de filosofia positiva, Discurso sobre o espírito positivo, Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo, Catecismo positivista.** Seleção de textos de José Arthur Giannotti, traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Curso de Filosofia Positivista.** Tradução José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **III Encontro Nacional do Meio Ambiente, em Salvador/BA.** Conferência proferida no dia 14 out. 2004. Disponível em:<<https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/a-insustentabilidade-do-desenvolvimento-sustentc3a1vel.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

_____. Geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena.** v. 1, n. 6, 12 set. 2005. Disponível em:<<https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/a-geografia-do-espac3a7o-da-misc3a9ria3.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. **Revista Okara: Geografia em debate,** v.1, n.1, p. 77-100, 2007.

_____. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Revista de Geografia.** n. 2, 2013. Disponível em:<<https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/estado-capital-e-a-farsa-da-expansc3a3o-do-agronegc3b3cio.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **A expansão do agronegócio no campo de Sergipe.** Disponível em: file:///C:/Users/Auro%20de%20Jesus/Downloads/223-536-1-PB.pdf. Acesso em: 15 maio 2015.

CONCEIÇÃO, Fernando (Org.). **Educação, comunicação, globalitarismo:** a partir do pensamento de Milton Santos. Salvador: EDUFBA, 2008.

CONTROLE de acesso IP. Disponível em:<<http://www.genetec.com/br/produtos/sistema-de-controle-de-acesso.html>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CORREA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. O espaço geográfico: algumas considerações. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Redes Geográficas: cinco pontos para discussão. In: VASCONCELOS, P. A; SILVA, S. B. M. **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: UFBA, 1999.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades - Revista Científica**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2011.

COSTA, Antonio Luiz C. O golpe do Facebook, 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/848/o-golpe-do-facebook-2000>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

COSTA, Jordana Medeiros. Evolução das técnicas e revolução tecnológica: os impactos na integração política e econômica do mundo. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 3, n. 2, p. 307-319, jul./dez. 2012.

COSTA, Marco Aurelio Borges; SOUZA, Carlos Humberto. Abordagens antropológicas do ciberespaço e da cibercultura. **Tempo brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 163, p. 85-94, 2006.

COSTA, Pietro. O Estado de Direito: uma introdução histórica. In: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (Org.). **O Estado de Direito: história, teoria, crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COSTA, Rogério da. Sociedade de controle. **Perspectiva**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./mar. 2000.

DARODA, Raquel Ferreira. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade**. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles**. Tradução de Renato Aguiar. São Paulo: Página Aberta, 1993.

DAVIS, Troy. **Institutions do the same kind of killing**. Disponível em: <<http://bad.eserver.org/issues/2015/87/examination-of-recent-police-killings.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In:_____. **Conversações**: 1972-1990. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Dois regimes de loucos**: textos e entrevistas (1975-1995). Tradução de Guilherme Ivo. Rio de Janeiro: Editora 34, 2016.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução de Elza Moreira Marcelina. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Ática, 1989.

DESCONECTADOS: mais da metade da população mundial não tem acesso à internet, diz ONU. Agência Brasil. 24 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/desconectados-mais-da-metade-da-populacao-mundial-nao-tem-acesso-a-internet-diz-onu/?cHash=1b25bb6caf962d3a45b596554b7ac8d7>>. Acesso em: 10 maio 2015.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DIGITAL security. Disponível em: <<http://www.digitalsecuritymagazine.com/pt/2015/04/15/sony-snc-vm772r-seguridad-4k-con-sensor-cmos-exmor-r-tipo-1-0/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

DUARTE, André. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUARTE, Fábio; FIRMINO, Rodrigo. Espaço, visibilidade e tecnologias: (re)caracterizando a experiência urbana. In: BRUNO, Fernanda; FIRMINO, Rodrigo; KANASHIRO, Marta. **Vigilância e visibilidade**: espaço, tecnologia e identificação. Porto Alegre: Sulina, 2010.

DYSTOPIA in Control Disponível em: <<https://sites.google.com/site/dystopiaincontrol/orwell-s-panopticon>>. Acesso em: 14 maio 2016.

ELETRICISTA elétrica e segurança. Disponível em: <<http://www.instalacoesseguranca.com.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

ESCOBAR, Carlos Henrique. **Michel Foucault (1926-1984) - O Dossier**: últimas entrevistas. Rio de Janeiro: Livraria Taurus, 2001.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

ENGEL, Friedrich. **A dialética da natureza**. Lisboa: Presença, 1978.

EVANGELISTA, Rafael. **Internet**: a sombra de um grande retrocesso. 28 abr. 2015. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/capa/internet-risco-retrocesso/>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

FÁBULA do cachorro americano revela manipulação da velha mídia. 7 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.materiaincognita.com.br/fabula-do-cachorro-americano-revela-manipulacao-da-velha-midia/#axzz3zFA1Ugih>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FACEBOOK cria ferramenta de censura geográfica de olho na China, diz jornal. 23 nov. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/11/facebook-cria-ferramenta-e-censura-geografica-de-olho-na-china-diz-jornal.html>>. Acesso em: 12 nov. 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Violência contra a pessoa idosa**: ocorrência, vítimas e agressores. Brasília: Universa, 2007.

FOLHA de Campinas. Disponível em: <<http://www.folhadecampinas.com.br/portal/2013/10/passado-e-futuro/>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

FONSECA, Bruno et al. **Com a Copa, Brasil vira mercado prioritário da vigilância**. 6 set. 2013. Disponível em: <<http://apublica.org/2013/09/copa-brasil-vira-mercado-prioritario-da-vigilancia/>>. Acesso em: 14 nov. 2015.

FONSECA, Vânia (Coord.). **Ambiente e violência em Sergipe**: mapeamento dos homicídios nos municípios sergipanos ocorridos no período 2006 a 2012. Aracaju: ITP, 2013.

FORÇA Nacional começa a trabalhar em Aracaju. Disponível em <http://www.sosergipe.com.br/forca-nacional-comeca-a-trabalhar-em-aracaju/>. Acesso em: 1 mar. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Robert Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Ditos e escritos**: estratégia, poder-saber. Organizado por Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. v. 4

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju**: Estado e metropolização. São Cristóvão: UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

FREITAS, Rodrigo Rocha de. **Direito cibernético**: as contribuições epistemológicas da teoria cibernética de Norbert Wiener. 2011. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade São Judas Tadeu do Paraná, Curitiba, 2011.

FURINI, Luciano Antonio. **Redes sociais temáticas**: o caso das redes sociais de assistência à criança e ao adolescente em Presidente Prudente (SP) e suas representações sociais. 2008. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução, apresentação e notas de André Nascimento. Rio de Janeiro: Renavan, 2008.

G1 Mundo. **Entenda o caso de Edward Snowden, que revelou espionagem dos EUA**. 2 jul. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/entenda-o-caso-de-edward-snowden-que-revelou-espionagem-dos-eua.html>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

GERAÇÃO "Big Brother" é vigiada do ultra-som ao GPS. Disponível em: <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/tomodachi_no_shoujo/conversations/messages/28967>. Acesso em: 13 jan. 2016.

GERALDINO, Carlos Francisco Gerencsez. **O conceito de meio na Geografia**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GEUSS, Raymond. **Teoria crítica**: Habermas e a Escola de Frankfurt. Tradução de Bento Itamar Borges. Campinas, SP: Papirus, 1988.

GIBSON, William. **Neuromancer**. Tradução de Abdoulie Sam Boyd e Lumir Nahodil. [S.l.]: [s.n.], 2002. (Digitalizado).

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

GOOGLE maps funcionará até sem internet para Android. Disponível em: <<http://sbpalestrantes.com.br/google-maps-agora-ate-sem-internet/>>. Acesso em: 2 jan. 2016a.

GOOGLE maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: 02 jan. 2016b.

GOOGLE transforma histórico de localização em recurso do maps. Disponível em: <<http://olhardigital.uol.com.br/noticia/google-transforma-historico-de-localizacao-em-recurso-do-maps/49946/>>. Acesso em: 15 jun. 2016c.

GREENFIELD, Susan. O ambiente digital está alterando nosso cérebro de forma inédita. Entrevista a Jones Rossi em 30 set. 2012. **Beta.Veja.com**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/o-ambiente-digital-esta-alterando-nosso-cerebro-de-forma-inedita-diz-neurologista-britanica>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

GREGORY, Derek (Org.). **Geografia humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GUELMAN, Elza Caravana. **O Direito Cibernético e suas consequências no mundo atual**. Disponível em: <<http://sites.br.inter.net/elzacaravana/?id=966>>. Acesso em: 10 out. 2014.

GUIMARÃES, Luiz A. Brenner. **Os limites da vigilância eletrônica em via pública: a experiência gaúcha**. 2006. Disponível em: <<http://www.guayi.org.br/?area=16&item=152&pg>> Acesso em: 10 nov. 2015.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para entender O capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HISTÓRIA internet. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/internet>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou, a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de Rosina D'Angina. São Paulo: Ícone, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas empresas, 2010.

INSTALAÇÃO de Câmeras. Disponível em:<<http://vixdigital.com.br/instalacao-de-cameras/>>. Acesso em: 14 maio 2016.

KANASHIRO, Marta Mourão. Implementação e disseminação de novas tecnologias de monitoramento para segurança. **XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.

KIM, Joon Ho. Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. **Horizontes Antropológicos**, v.10, n. 21, Porto Alegre, jan./jun. 2004.

KOLOGY, Andressa; LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. Controle social: entre a contradição e a complementaridade. **Serv. Soc. Rev.** Londrina, v. 16, n. 2, p. 142-165, jan./jun. 2014

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOSKELA, Hille. **Assista à fronteira 24/7 do seu sofá**: o programa de observação virtual da fronteira do Texas e a política do informante. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LAKELAND, tranquilizando a cidade sob uma plataforma unificada da Genetec. Disponível em:<<http://www.digitalsecuritymagazine.com/pt/2015/09/03/lakeland-securiza-la-ciudad-bajo-una-plataforma-unificada-de-genetec-conectada-a-una-red-de-fibra/>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora, 2008.

_____. **Se você entender os algoritmos da internet, tomará o poder**. Disponível em:<<http://brasileconomico.ig.com.br/mundo/2015-05-22/se-voce-entender-os-algoritmos-da-internet-tomara-o-poder.html>>. Acesso em: 22 maio 2015.

_____. A revolução digital só está no começo. **Correio do Povo**, 14 abr. 2015. Caderno de Sábado. Disponível em:< <http://www.fronteiras.com/entrevistas/pierre-levy-a-revolucao-digital-so-esta-no-comeco>>. Acesso em: 2 dez. 2015. (entrevista Correio do Povo).

LOCKE, John. **Ensaio sobre a verdadeira origem, extensão e fim do governo civil**. Lisboa: Edições 70, 1999.

LOPES, Cleber da Silva. **I estudo SESVESP sobre o segmento prestador de serviços de segurança privada**. São Paulo: SESVESP, 2012.

MACHADO, Arlindo. Máquinas de vigiar. In: _____. **Máquina e imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas**. São Paulo: EDUSP, 1993.

MÃE instala 8 câmeras, e babás recusam emprego. Disponível em: <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/tomodachi_no_shoujo/conversations/messages/28967>. Acesso em: 13 jan. 2016.

MAIA, Lucas. O conceito de meio técnico-científico-informacional em Milton Santos e a não-visão da luta de classes. **Ateliê geográfico**, Goiânia, v. 6, n. 4, p. 175-196, dez 2012.

MANIFESTAÇÕES. Qual o papel da polícia? Fonte: Disponível em: <<https://i.ytimg.com/vi/c1j30qgRxCw/maxresdefault.jpg>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

MANIFESTANTES vão às ruas e protestam de forma pacífica em Aracaju. 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2013/06/manifestantes-vao-ruas-e-protestam-de-forma-pacifica-em-aracaju.html>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

MAPA da internet no Mundo, 2012. Disponível em: <<https://ativandoneuronios.wordpress.com/2013/05/22/mapa-da-internet-no-mundo-2012/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. Lisboa: Estampa, 1973.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de José Carlos Bruni. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

_____. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. 8. ed. São Paulo: Difel, 1982. Livro primeiro, v. I.

_____. **A miséria da filosofia**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro primeiro, v. II.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política. Tradução de Mario Duayer e Nélcio Schneider (colaboração de Alice

Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. (Coleção Mar-Engels).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Moraes, 1984.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Vozes, 1993.

MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana**: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da segurança. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MÉNDEZ, Juan E. Problemas da violência ilegal. In: MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Democracia, violência e injustiça**: o não-Estado de Direito na América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEXER no celular ao dirigir vai dar muita gravíssima. Disponível em:<<http://www.cisa.org.br/artigo/7085/mexer-no-celular-ao-dirigir-vai.php>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 2001.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Pulo: Edusp, 2002.

MONITORE o que é seu de qualquer lugar do mundo. Disponível em:<https://ventosistemas.blogspot.com.br/2014_06_01_archive.html>. Acesso em: 10 out. 2016.

MONITORAMENTO não basta para reduzir violência. Disponível em:<<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/335783/>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

MONITORAMENTO residencial com câmeras. Disponível em:<<http://www.pontogEEK.com.br/blog/monitoramento-residencial-com-cameras/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MONTEIRO, Silvana Drumond. **O ciberespaço**: o termo, a definição e o conceito. Disponível em:<http://www.dgz.org.br/jun07/Art_03.htm>. Acesso em: 25 nov. 2014.

MORAES, A. C. R. **A Gênese da Geografia Moderna**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MORAES, Fernando Dreissig de. Ciberespaço entre as redes e o espaço geográfico: algumas considerações teóricas. **Caminhos de Geografia Uberlândia – revista on line**, v. 14, n. 47 p. 139-149, set. 2013. Disponível em:<file:///C:/Users/Auro%20de%20Jesus/Documents/Auro/Doutorado/21779-94240-1-PB%20(1)%20(1).pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

_____. **A “cidade digital” de Porto Alegre (RS): um estudo sobre espaço urbano e tecnologias de informação e comunicação a partir da apropriação do estado e de grupos (ciber) ativistas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MORAIS, Regis de. **Filosofia da ciência e da tecnologia: introdução metodológica e crítica**. 6. ed. Campinas: Papirus, 1997.

MORAN, J. M. Interferências dos meios de comunicação no nosso conhecimento. **Revista Brasileira de Comunicação do XVII Congresso da INTERCOM**, p. 38-49, São Paulo, jul./dez., 1994.

MORIMOTO, Carlos E.. **A história da informática** (parte 6: sistemas embarcados e supercomputadores). 24 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.hardware.com.br/guias/historia-informatica/sistemas-embarcados.html>>. Acesso em 20 dez. 2014

MORIN, Edgar. **O método: 1. A natureza da natureza**. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. [S. l.]: Publicações Europa-América, 1977.

MOURA, Elca Possidônio. **Policiamento comunitário: prevenção como estratégia de segurança pública?**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2013.

NEGROPONTE, N. **A vida digital**, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NERI, Marcelo (Coord.). **Mapa da inclusão digital**. Rio de Janeiro: FGV; CPS, 2012.

NOVAS câmeras de segurança são instaladas na Serra. Disponível em:<<http://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/2014/12/novas-cameras-de-seguranca-sao-instaladas-na-serra.html>>. Acesso em: 2 maio 2016.

ODALIA, Nilo. **O que é violência?** São Paulo: Brasiliense, 1991.

OFICINA da net. Disponível em:< <https://www.oficinadanet.com.br/post/16655-internet-das-coisas>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

OLIVEIRA, Amarilis de. **Somos algozes ou vítimas?** Disponível em:<<https://editoramundomaior.wordpress.com/tag/amarilis-de-oliveira/>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Revista eletrônica de geografia y ciências sociales**, Barcelona. v. VI, n. 119, 1 ago. 2002. Disponível em:<<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-18.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

PASSADO e futuro. **Folha de Campinas**. Disponível em:<<http://www.folhadecampinas.com.br/portal/2013/10/passado-e-futuro/>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PASSOS, Gleise da Rocha. **Segurança pública não é só polícia!**: segurança e participação social em relação ao policiamento comunitário na cidade de Aracaju. 2011. Tese (doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PERDAS nos checkouts- Como evitar. Disponível em:< <http://www.socin.com.br/Site/noticias/perdas-nos-checkouts-como-evitar>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, Nuria Cunill (Org.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: 1999

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Rredes, sistemas de transportes e as novas dinâmicas do território no período atual: notas sobre o caso brasileiro. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, n. 21, p. 121-129, abr. 2009.

PFOHL, Stephen. O delírio cibernético de Norbert Wiener. Tradução de Fernanda Albuquerque, Jorge Fayet, Rafael Lime e Leandro Rodrigues. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 15, ago. 2001.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. v. I.

_____. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b. v. II.

PIRES, Hindemburgo Francisco. A produção morfológica do ciberespaço e a apropriação dos fluxos informacionais no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, v. IX, n. 194, 1 ago. 2005. (Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana). Disponível em:< <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-19.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. O ciberespaço como estrutura virtual de acumulação: a expansão do comércio eletrônico no Brasil. **VI Encontro Nacional da ANPEGE**, set. 2005. Disponível em:< <http://www.cibergeo.org/artigos/anpege2005.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

_____. Geografia das indústrias globais de vigilância em massa: limites à liberdade de expressão e organização na internet. **Revista electrónica de recursos en internet sobre geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona, n. 183, 1 abr. de 2014. Disponível em:< <http://www.ub.edu/geocrit/aracne/aracne-183.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

_____. O controle da governança da internet: a rearticulação do discurso nas redes sociais. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, v. XVIII, n. 493, 1 nov. 2014. (Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana). Disponível em:< <file:///C:/Users/Auro%20de%20Jesus/Documents/Auro/Doutorado/Textos%20da%20Tese/Hindenburgo%20O%20controle%20da%20governan%C3%A7a%20da%20internet.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. A geografia da internet e do ciberespaço na América Latina. **10º Encontro de geógrafos da América Latina Eixo Temático: 3 - Inserção da América Latina no Mundo Contemporâneo**. Disponível em:< <file:///C:/Users/Auro%20de%20Jesus/Documents/Auro/Doutorado/Textos%20da%20Tese/a-geografia-internet.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

PORTAL da Câmara de Aracaju. Disponível em:<<http://www.cmaju.se.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

PORTAL da Copa. Centro Integrado de Comando e Controle Nacional coordena ações de segurança durante a Copa. 23 maio 2014. Disponível em:< <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/centro-integrado-de-comando-e-controle-nacional-coordena-aco-es-de-seguranca-durante-a-copa>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PORTAL Sentinela. Disponível em:<<http://portalsentinela.com.br/portal/salinas-ganhara-10-cameras-de-monitoramento/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

PORTAL. Copa do Mundo. Disponível em<<http://portal.esporte.gov.br/futebolDireitosTorcedor/copa2014/cidadesSede/default.jsp>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PRIEB, Sérgio. **A classe trabalhadora diante da terceira revolução industrial.** Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt4/sessao1/sergio_prieb.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, José M. Palma R. **O ciberespaço.** Disponível em: <orion.ipt.pt/~jpramos/IT/docum/CIBER_Texto.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

REDE Social. Disponível em: <http://www.tecnologiaegadgets.com/o-tamanho-das-redes-sociais-infografico-2/1695>. Acesso em: 2 jan. 2016.

RELATÓRIO de Atividades. Sistema Único de Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Ministério da Justiça, 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA. v. 10, n. 2, ago./set. 2016.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Abordagens analíticas das redes geográficas. **Boletim Goiano de Geografia**, Universidade Federal de Goiás, v. 20, n. 1/2, jan./dez. 2000.

ROUBO a veículo no Inácio Barbosa. Disponível em: <http://www.ssp.se.gov.br/ver_video.php?id_video=25&chave=f83190490b196fa1e12694d5bb976161>. Acesso em: 02 jan. 2017.

ROUBO a estabelecimento, conjunto Augusto Franco, Aracaju. Disponível em: <http://www.ssp.se.gov.br/ver_video.php?id_video=29&chave=73519f55d1057dfaede9401efdb3ee78>. Acesso em: 24 jan. 2017.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia: introdução à ciência geográfica.** São Paulo: Avercamp, 2008.

ROSA, Mário. **A reputação na velocidade do pensamento: imagem e ética na era digital.** São Paulo: Geração Editorial, 2006.

ROSSATTI, J. P.; RODRIGUES, C. M. Neuromancer: entre um campo de experiência e um horizonte de expectativa. **Anais do 11º Encontro Nacional de Linguagem História e Cultura (ENALHC)**, v. 6, Cáceres/MT: Centro de Estudo e Pesquisa em Linguagem/Mestrado em Linguística, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social.** Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura: perspectiva do pensamento tecnológico contemporâneo.** 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Sulina, 2007.

RUI, Helania Mara Grippa. Ciência, técnica e tecnologia e suas implicações na sociedade moderna. **Revista FACEVV**, Vila Velha, n. 8, jan./Jun. 2012.

SABBATINI, Renato M. E.. A evolução da inteligência. **Revista Cérebro & Mente**, São Paulo, p. 6-9, fev./abr. 2001.

SALLES, Fernando Ricardo. **A relevância da cibernética**: aspectos da contribuição filosófica de Norbert Wiener. 2007. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SAMPAIO, Eledison de Souza. **Práticas de videovigilância na cidade contemporânea**: o caso da UFBA. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade) - Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

SANTOS, Ana Rocha. O Estado-nação no contexto da mundialização do capital e a gestão do território. In: Ana Rocha dos Santos; Cláudio Ubiratan Gonçalves (Org.). **Para dialogar na Geografia**. São Cristóvão: UFS, 2010. v. 1, p. 13-36.

SANTOS, Ana Rocha; GONCALVES, C. U. **Para dialogar na Geografia**. São Cristóvão: UFS, 2010.

SANTOS, Ana Rocha; SANTOS, Josefa de Lisboa. **Novas formas de gestão do território**: do discurso da descentralização às práticas espaciais. Aracaju: Casa da Cópia, 2006.

SANTOS, Boaventura. **Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortês, 2001.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 3-12, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1996.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma Geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002. (Coleção Milton Santos; 2).

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2004a.

_____. **Testamento intelectual.** São Paulo: Unesp, 2004b.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: USP, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Metamorfose do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: USP, 2008.

SANTOS, T. dos. **Forças produtivas e relações de produção:** ensaio introdutório. Petrópolis: Vozes, 1984.

SAPORI, Luiz Flávio. **Segurança pública no Brasil:** desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SERGIPE - Secretaria de Estado da Segurança Pública. Disponível em:<http://www.ssp.se.gov.br/ver_noticia.php?id_noticia=7221&chave=7481557d38d6738ce5b6a6abcb035b0d>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SERGIPE. Deda e Tarso Genro fazem inauguração em Aracaju. 2009. Disponível em:<<http://www.politicareal.com.br/noticias/nordestinas/11885/sergipe-deda-e-tarso-genro-fazem-inauguracao-em-aracaju>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI:** no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (Virando séculos; 7).

SIGNIFICADO de World Wide Web. Disponível em:<<http://www.significados.com.br/world-wide-web/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

SILVA, Armando Correa. **O espaço fora do lugar.** São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **Geografia e lugar social.** São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Carlos Alberto F. da; SILVA, Michéle Tancman Candido da. **A dimensão socioespacial do ciberespaço:** uma nota. GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 55-66, 1999.

SILVA, Guilherme Carvalho da. **O ciberespaço como categoria geográfica.** Brasília: GEA/IH/UnB, 2013.

SILVA, Gustavo Siqueira da. **Local e digital: (Re)construindo no ciberespaço as identidades territoriais da migração brasileira**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Redes cibernéticas e tecnologias do anonimato. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, Ano 30, n. 51, p. 113-134, jan./jun. 2009.

SIM, Você Está sob Vigilância. Disponível em:<<http://www.anovaordemmundial.com/2014/03/sim-voce-esta-sob-vigilancia.html>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SINESP Estatísticas criminais 2014. Disponível em:<<https://www.sinesp.gov.br/>>. Acesso em 19 dez. 2016.

SISTEMA digital de telecomunicações vai interligar órgãos de segurança em SE. Disponível em:<<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/11/sistema-digital-de-telecomunicacoes-vai-interligar-orgaos-seguranca-em-se.html>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

SITE deixa britânicos espiarem câmeras de segurança espalhadas pelas cidades. Disponível em:<<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI177089-17770,00-SITE+DEIXA+BRITANICOS+ESPIAREM+CAMERAS+DE+SEGURANCA+ESPALHAD+AS+PELAS+CIDADE.html>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SMTT. Aracaju. 2015. Disponível em:<<http://www.smttaju.com.br/component/content/article/8-noticias/transito/2366-cameras-de-monitoramento-impulsionaram-as-acoes-de-controle-e-fiscalizacao-no-transito>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

SORRIA, você está sendo filmado. Disponível em:<<http://www.superplacas.com/voce-esta-sendo-filmado.html>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SOUZA, Marcos Santana de. **A violência da ordem: Polícia Militar e representações sociais sobre violência em Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SSP: Secretário inaugura Centro Integrado de Segurança Pública em São Cristóvão. Disponível em: <http://unzuhause77.blogspot.com.br/2014/05/voce-primeiro-por-favor.html>>. Acesso em 25 nov. 2016a.

SSP: Governo do Estado inaugura Centro Integrado de Segurança Pública em Pedra Mole. Disponível em:<<http://sergipenews.com/site/ssp-governo-do-estado-inaugura-centro-integrado-de-seguranca-publica-em-pedra-mole/>>. Acesso em 25 nov. 2016b.

SSP: Governo do Estado inaugura Centro Integrado de Segurança Pública em Boquim. Disponível em: <http://edelsonfreitas.com/portal/noticias/jackson-barreto-inaugura-centro-integrado-de-seguranca-publica-em-boquim/>>. Acesso em 25 nov. 2016c.

SUNDE, Peter. **A internet deu totalmente errado**. Portal fórum, 23 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/04/a-internet-deu-totalmente-errado-diz-fundador-do-the-pirate-bay/>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

TEIXEIRA, Alex Niche. **A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TOLEDO JR., Rubens de. Telecomunicações e uso do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

TOSI, Giuseppe; SILVA, Marlene Helena Oliveira. Por que punir? Qual a punição? Que Segurança Pública? In: NEVES, Paulo Sergio da Costa; RIQUE, Célia D.G.; FREITAS, F. **Polícia e democracia: desafios à educação em Direitos Humanos**. Recife: Bagaço, 2002.

TOZI, Fábio. **As privatizações e a viabilização do território como recurso**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TURISMO. Disponível em: < http://www.aracaju.se.gov.br/aracaju_turismo.htm>. Acesso em: 27 dez. 2016.

VIANA, Nildo. A concepção dialética do conceito. In:_____. **Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. **A consciência da história: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

_____. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida, SP. Idéias & Letras, 2009.

VIEIRA, Euripedes Falcão. A sociedade cibernética. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 2, jun. 2006.

VIGILÂNCIA baixa custo do comércio. Disponível em: <https://ventosistemas.blogspot.com.br/2014_06_01_archive.html>. Acesso em: 10 out. 2016.

VIRILIO, Paul. **Cibermundo**: a política do pior. Tradução de Francisco Marques. Lisboa: Teorema, 2000.

VOCÊ primeiro, por favor. Disponível em: <http://unzuhause77.blogspot.com.br/2014/05/voce-primeiro-por-favor.html>. Acesso em 11 fev. 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo (Coord.). **Mapa da violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2016.

WANDERLEY, Marcelo Sole. **Ciberespaço, a ambigüidade do concreto e do abstrato**. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0017.html>. Acesso em: 10 out. 2008.

WEBER, Marx. **A política como vocação**. Tradução de Maurício Tragtenberg, Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

_____. **Economia e sociedade**. 4. ed. São Paulo: UNB e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, v. 1.

WIENER, Norbert. **Cibernética ou controle e comunicação no animal e na máquina**. Tradução de Gita K. Ghinzberg. Polígno, 1970.

_____. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. Tradução de José Paulo Paes. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1984.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Revista de Sociologia da USP**, n. 9, São Paulo: USP, FFLCH, 1997.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

APENDICE- Entrevista

CIBERESPAÇO: DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTROLE DO ESPAÇO

1. Quando surgiu o CIOSP?
2. Qual a finalidade do CIOSP?
3. Como funciona o CIOSP (pessoal que trabalha na Central e como é realizado o atendimento ao público externo)?
4. Tecnologia utilizada no CIOSP para monitoramento (sistema digital, câmeras, internet, GPS etc.)?
5. Foto da Central de monitoramento.
6. Quantas câmeras do CIOSP estão disponibilizadas em Aracaju?
7. Quais os critérios ou estratégias para a localização das câmeras de monitoramento?
8. Mapa da distribuição das câmaras de monitoramento em Aracaju.
9. Se a introdução do CIOSP no sistema de segurança pública tem reduzido a criminalidade em Aracaju.
10. Se a presença das câmeras tem inibido a prática do crime.
11. Índices de violência por bairro ou por região de Aracaju?
12. Quais as dificuldades enfrentadas para a manutenção do sistema?
13. Quantos funcionários trabalham no setor de controle e segurança?
14. O monitoramento e uso das câmeras têm contribuído para resolução dos crimes?
15. Qual a avaliação que o senhor faz do sistema de controle e segurança?
16. Como a população encara a existência das câmaras e outros meios digitais de controle e segurança?

ANEXO – Termo de responsabilidade

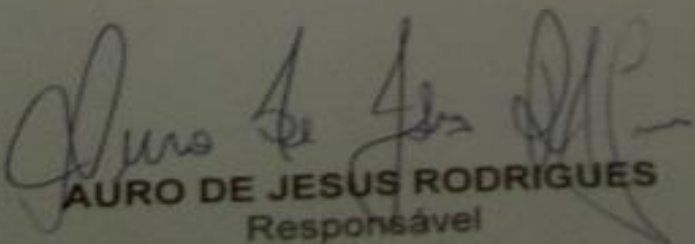
TERMO DE RESPONSABILIDADE

PESQUISA DE DOUTORADO DE GEOGRAFIA

"CIBERESPAÇO: DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTROLE DO ESPAÇO"

Eu, **AURO DE JESUS RODRIGUES**, R.G. 638.140 SSP/SE, CPF 449.818.305-30, domiciliado à Avenida Marieta Leite, Condomínio Campo Belo, Edifício Margaridas, Apartamento nº 302, Bairro Grageru, Aracaju/SE, por meio deste instrumento, e em consonância com o art. 153 da Lei nº 2.848/40 (Código Penal) **DECLARO** me responsabilizar pelo conteúdo das informações repassadas e constantes no **ANEXO** ao Ofício s/n da Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, referente ao Sistema de Videomonitoramento do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), o qual será utilizado para conclusão da Pós Graduação *Stritu Sensu* "Doutorado em Geografia", cujo Título: **"CIBERBESPAÇO: DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTROLE DO ESPAÇO"**. Do que para constar, subscrevo o presente termo.

Aracaju, SE, 10 de janeiro de 2017.


AURO DE JESUS RODRIGUES
Responsável